



# Revista Brasileira

---

FASE VII 🍁 OUTUBRO-NOVEMBRO-DEZEMBRO 2002 🍁 ANO IX 🍁 N.º 33

*Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.*

MACHADO DE ASSIS

ACADEMIA BRASILEIRA  
DE LETRAS 2002

DIRETORIA

Alberto da Costa e Silva – *presidente*  
Ivan Junqueira – *secretário-geral*  
Lygia Fagundes Telles – *primeira-secretária*  
Carlos Heitor Cony – *segundo-secretário*  
Evanildo Bechara – *tesoureiro*

MEMBROS EFETIVOS

Affonso Arinos de Mello Franco,  
Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio  
Filho, Antonio Olinto, Ariano Suassuna,  
Arnaldo Niskier, Candido Mendes de  
Almeida, Carlos Heitor Cony,  
Carlos Nejar, Celso Furtado,  
Eduardo Portella, Evandro Lins e Silva,  
Evanildo Cavalcante Bechara,  
Evaristo de Moraes Filho,  
Pe. Fernando Bastos de Ávila, Geraldo  
França de Lima, Ivan Junqueira,  
Ivo Pitanguy, João de Scantimburgo,  
João Ubaldo Ribeiro, José Sarney, Josué  
Montello, Lêdo Ivo, Dom Lucas Moreira  
Neves, Lygia Fagundes Telles, Marcos  
Almir Madeira, Marcos Vinícios Vilaça,  
Miguel Reale, Murilo Melo Filho, Nélida  
Piñon, Oscar Dias Corrêa, Paulo Coelho,  
Rachel de Queiroz, Raymundo Faoro,  
Roberto Marinho, Sábado Magaldi,  
Sergio Corrêa da Costa,  
Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha,  
Zélia Gattai Amado.

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR

João de Scantimburgo

CONSELHO EDITORIAL

Miguel Reale, Carlos Nejar,  
Arnaldo Niskier, Oscar Dias Corrêa

PRODUÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Nair Dametto

ASSISTENTE EDITORIAL

Frederico de Carvalho Gomes

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS  
Av. Presidente Wilson, 203 – 4º andar  
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021  
Telefones: Geral: (0xx21) 2524-8230  
Fax: (0xx21) 2220.6695  
E-mail: [secretaria@academia.com.br](mailto:secretaria@academia.com.br)  
site: <http://www.academia.org.br>

As colaborações são solicitadas.

# Sumário

## Celebração

EDITORIAL Os centenários . . . . . 5

## Centenário do nascimento de Pedro Calmon

JOSUÉ MONTELLO Elogio a Pedro Calmon . . . . . 9

JOÃO DE SCANTIMBURGO Centenário de Pedro Calmon . . . . . 19

## Bicentenário do nascimento de Victor Hugo

SERGIO PAULO ROUANET Este século tem dois anos . . . . . 35

## Centenário do nascimento de Deolindo Couto

MURILO MELO FILHO Deolindo Couto: a Academia e a Medicina . . . . . 59

CELSE BARROS FILHO Deolindo Couto: ciência e humanismo . . . . . 79

IVO PITANGUY Deolindo Couto: médico e humanista . . . . . 97

## Centenário do nascimento de Genolino Amado

ARNALDO NISKIER O amado Genolino . . . . . 107

ANTONIO OLINTO Genolino e a tradição da crônica . . . . . 119

CARLOS HEITOR CONY Genolino Amado e a crônica literária . . . . . 127

## 90º aniversário de Evandro Lins e Silva

Alberto Venancio Filho . . . . . 139

Affonso Arinos, filho . . . . . 147

Raymundo Faoro . . . . . 153

Fábio Konder Comparato . . . . . 163

Evandro Lins e Silva . . . . . 169

## PROSA

OSCAR DIAS CORRÊA O insubstituível . . . . .	177
LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO Língua portuguesa e expressão brasileira. . . . .	189
EUGÊNIO COSERIU A língua literária . . . . .	195
VERA LÚCIA DE OLIVEIRA Habitar o momento . . . . .	201
SÍLVIO CASTRO O homem de uma cidade só: Machado de Assis . . . . .	209
REGINA ZILBERMAN Das <i>Raízes</i> e seus frutos . . . . .	237
FÁBIO LUCAS A paisagem lírica de Emílio Moura. . . . .	255

### Prêmio Senador José Ermírio de Moraes

Discurso do Acadêmico Alberto Venancio Filho . . . . .	269
Discurso do escritor Manif Zacharias . . . . .	280

## POESIA

CARLOS NEJAR Poemas. . . . .	287
EMÍLIO MOURA Poemas motivados. . . . .	297
PAUL VALÉRY Cemitério marinho. . . . .	313

### GUARDADOS DA MEMÓRIA

URBANO DUARTE As duas línguas . . . . .	321
---	-----

## Os centenários

Uma instituição de mais de cem anos, fundada por prosadores, poetas, contistas, romancistas, cronistas, historiadores e outros cultores das letras, tem que comemorar os centenários de seus membros, à medida que vão transcorrendo. É um dever dos contemporâneos para com seus predecessores, a fim de manter viva a chamada imortalidade acadêmica, ao mesmo passo que relembrem as obras de que foram autores esses ilustres ancestrais.

Quem acompanha as edições da *Revista Brasileira* já deve ter observado o nosso propósito, constantemente mantido, em nos preocupar com o trabalho de nossos antecessores, o convívio que mantiveram com seus pares e as obras que deixaram, engrandecendo a literatura nacional.

De resto, dispõe o artigo primeiro dos estatutos da Academia que devem os seus membros cuidar da língua portuguesa e se ocupar em defender a literatura nacional. É um compromisso histórico. Mais de cem anos já se passaram desde o remoto dia 20 de julho de 1897,

em que, pela vez primeira, foi aberta a sessão da Academia pelo grande Machado de Assis, ainda há pouco reconhecido por uma colaboração inserta no jornal *The New York Times* como um dos maiores escritores do mundo, de todos os tempos. E sabemos de sobra que não faltam grandes nomes, sobretudo na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Itália e na Rússia, nomes que o nosso ilustre patrono e compatriota iguala ou supera pela fluência de seu estilo e pela capacidade única de escrever com exatidão. Pois do que ele escreveu não se pode tirar nem uma só palavra. Todas estão no seu lugar e são exatas, no sentido que o mestre lhes atribuiu ao usá-las.

Mudou a Academia. Sem dúvida. Tudo muda, como lá vem nos versos do poeta épico da língua. Tudo é feito de mudança. Mas não mudou o papel que a Academia desempenha no quadro das instituições culturais do país. Dir-se-á que nem todos os acadêmicos se igualam, porquanto não houve até hoje dois Machados de Assis, dois Ruis Barbosas. De acordo, mas todos se igualam em dar sua contribuição para o cumprimento dos estatutos e à responsabilidade assumida pela Academia, quando foi fundada e começou a funcionar, para que a língua portuguesa seja bem falada e bem escrita, e a literatura nacional se destaque, dentre as demais, pelas obras, umas melhores outras menos, como forma de expressar o pensamento, através da ficção ou do ensaio, do teatro ou dos estudos de alta expressão do pensamento.

O presente número segue nessa mesma linha. Por isso, como os números anteriores da Revista, merece a perenidade das estantes, nas bibliotecas que o acolher e nas leituras de quem percorrer as suas páginas. Estamos certos de cumprirmos o nosso dever, como sempre. Com precisão, com regularidade, com periodicidade, o que nos liga, em definitivo, com os nossos leitores.





Medalha comemorativa do 80º aniversário de Pedro Calmon (1982)  
Homenagem da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia  
Portuguesa da História.



# Elogio a Pedro Calmon

JOSUÉ MONTELLO

**E**ntre os títulos de que se desvanecia Pedro Calmon, eu gostaria de destacar, para início deste discurso, o da sua condição de presidente do Instituto de Estudos Portugueses, no Liceu Literário Português, no Rio de Janeiro, desde 1947.

Seguindo o exemplo de seu mestre e amigo Afrânio Peixoto, que ali comparecia, todas as segundas-feiras, pelo fim da tarde, a fim de presidir a um ato estritamente intelectual, ligado à cultura histórica ou literária, Mestre Calmon soube servir, apostolicamente, o seu pendor para identificar no passado a ponta extrema do presente, no plano da cultura de língua portuguesa.

Enquanto, lá fora, no tumulto natural da cidade, misturavam-se os ruídos da rua, cá no alto, no vasto salão de linhas manuelinas, sob a presidência de Pedro Calmon, estudava-se um livro, um autor, uma efeméride, um feito, uma obra, um herói, uma figura exemplar, no tom compreensivo e superior que faz da pesquisa histórica uma comunhão cívica.

Josué Montello sucedeu a Pedro Calmon, como académico de número, na Cadeira nº 39 da Academia Portuguesa da História. Este é o texto de seu discurso de posse, proferido em sessão solene realizada em 4 de abril de 1986, na sede da instituição, em Lisboa.

Habitualmente, os cursos ali realizados eram cobertos por uma aula magna de seu Presidente. O grande orador, mestre do saber histórico, senhor da palavra fluente e impecável, tinha sempre na ponta da língua a palavra exata e a novidade expositiva, a que associava, por seu feitio e pendor, um certo comprazimento na lição que proferia. Sentia-se no professor exemplar o tribuno inexcedível. Tribuno que trazia a palavra diretamente identificada com as suas convicções e os seus princípios.

Uma oração de Pedro Calmon era mais do que uma oração – era uma festa. Porque era em pleno júbilo que ele se situava à medida que improvisava o seu discurso. E mais: associava a esse júbilo o seu auditório. Todos nós, que o ouvíamos, éramos seus convivas, com as nossas emoções, com os nossos aplausos.

Agora, um reparo complementar, no que concerne ao Instituto de Estudos Portugueses. Calmon não se limitava a falar na primeira aula de cada novo curso. Não. Falava em todas as aulas. Ou seja: a cada segunda-feira, nova oração de Pedro Calmon, comentando a aula que acabava de ser ministrada.

Nesse ponto, seguia ele, com impulso próprio, o exemplo de Afrânio Peixoto. Nós, que ouvimos um e outro, podemos dizer aqui o que o individualizava. Ambos profundamente identificados com a história e a cultura de Portugal. Mas seguindo o seu próprio estilo. Estou a recordar-me de Afrânio – baixo, cabelo repartido ao meio, a mão canhota compondo a mímica da frase. Era um grande orador – sem eloquência. Ou melhor: a sua eloquência era a própria exposição, na graça e na singularidade com que concatenava, improvisando. Ao contrário de Calmon, que fremia e se exaltava, sobretudo no fecho magistral de seu discurso, Afrânio Peixoto dava à oração o tom da conversa. E era nesse tom que dominava a sala. Não subia a voz – criava o silêncio. E discorria – palestrando.

Certa vez, exatamente no Instituto de Estudos Portugueses, saiu-se com esta definição de governo, àquele tempo: “É uma instituição destinada a criar postos e impostos – os impostos para pagar os postos.”

Enquanto Afrânio era o mestre na sala de aula, Calmon propendia para o espaço amplo que faz do orador o intérprete da multidão. Sua voz crescia – vibrando.

A circunstância de terem ambos nascido na Bahia, primeira terra do Novo Continente em que aportaram os portugueses, como que os tornou mais próximos de Portugal, desde as origens. Num e noutro, harmoniosamente, a mesma compreensão, o mesmo carinho, o mesmo entusiasmo por vossas glórias, por vossos feitos, por vossas conquistas, sem prejuízo da genuinidade brasileira do mestre dos *Ensaios camonianos* e do mestre da *História da fundação da Bahia*.

Afrânio se debruça sobre a obra do Padre Antônio Vieira e dela extrai os dois volumes que publica em Lisboa, de colaboração com seu coestaduanu Constâncio Alves, *Vieira brasileiro*. Calmon, por sua vez, repassa os mesmos textos, e deles nos traz, em 1938, uma antologia de sermões comentados, *Por Brasil e Portugal*.

Ao lado dos *Ensaios camonianos*, de Afrânio, podemos colocar *O Estado e o Direito n'Os Lusíadas*, de Pedro Calmon.

Quem não guardou na memória a elocução de Afrânio Peixoto, com seu extraordinário poder de dizer o que não dizia, graças ao gesto, ao olhar, à inflexão da voz, dificilmente poderá comprazer-se na leitura de seus textos. Afrânio, escrito, reclama a presença de Afrânio, falado. Esse o segredo de seu estilo. A explicação de sua mitigada glória póstuma, incompatível com seu imenso valor.

Outro que está presente no que escreveu: Pedro Calmon. Ele, nos seus estudos, lia em silêncio; nunca em voz alta. Certa vez, na Academia Brasileira, tendo de ler pelo autor o discurso de posse de nosso confrade Fernando de Azevedo, como que perdeu a voz vibrante, o poder de comunicação jovial. Ao descer da tribuna, sentando-se ao meu lado, sussurrou-me:

– Ou o Fernando de Azevedo escreve mal, ou sou eu que não me dou bem com o texto alheio.

Era isso. Era preciso que o texto fosse realmente seu para que Calmon encontrasse o seu ritmo, o seu júbilo, os vários tons de sua voz maravilhosa. Por

nosso lado, temos de recompor-lhe a eloquência, como se nos falasse da tribuna, para ir buscar os segredos de seus períodos longos, ou de suas aparentes hesitações. Hoje, com o livro falado, Calmon estaria pisando o seu chão mais seguro. Mas a verdade é que, a despeito de não se transferir totalmente para seus livros, porque neles falta o tribuno para acompanhar o escritor, Calmon é um dos mestres da língua portuguesa.

Em Portugal, como sabeis, há duas linhagens de escritores: quem não vem de Garrett, vem de Alexandre Herculano. Dois estilos. Dois modos de criar a página literária.

Calmon, se aqui houvesse nascido, estaria na linhagem de Herculano. Ou seja: a do prosador opulento, que nos dá uma dimensão a mais de seu texto quando elevamos a voz para recriá-lo no silêncio de nosso recanto de leitura.

Agora, indaguem: ante os vários caminhos que a História proporciona aos historiadores, ora relato, ora anedota, ora nominata, ora visão parcial ou global de uma época, ora reflexão sociológica ou filosófica, ora teoria, ora o acontecimento em estado puro, por qual deles optou Pedro Calmon?

A indagação é necessária. Mais do que necessária – imprescindível. E para esta resposta evidente: optou pela história factual, aquela que busca os vários caminhos da pesquisa para tentar defrontar-se com a verdade histórica. Toda a obra de Pedro Calmon tem de ser julgada à luz de sua opção como historiador.

A opção é o código do escritor. Ele escolhe a sua maneira de ser literariamente, e é por essa maneira de ser que tem de ser julgado. Se não fizermos isso, somente serão grandes escritores, para nosso gosto pessoal, aqueles que se ajustarem à nossa maneira de ser, escrevendo. Levando em conta o código de cada um, veremos imediatamente que podemos aplaudir aqueles que não são nossos semelhantes, no plano da opção cultural.

Calmon nos legou, não um livro, não uma página, não uma monografia. Deixou-nos uma obra. E uma obra que está marcada por sua coerência factual, do começo ao fim de sua nobre vida. Digo fim, mas digo mal: porque Calmon, tendo ultrapassado os oitenta anos, continuou a trabalhar até o momento em que Deus reclamou o seu descanso. Por isso, depois de mor-

to, ainda continuou publicando livros, e livros que deixara prontos, já na tinta da impressão.

A biografia de Calmon é uma caminhada triunfal. Do começo ao fim. A parábola de sua aventura humana fecha-se de modo harmonioso. Sem que o traço dessa mesma aventura se desvie de sua forma geométrica. É desenho de mão segura e firme, com o senso estético da linha que descreve o seu caminho.

Quando Mestre Calmon completou oitenta anos, tive oportunidade de emocioná-lo com um pequeno reparo. Depois de recordar muitos de seus triunfos, subitamente afirmei que, naquele momento, Deus estava a promovê-lo, não por merecimento, mas por antiguidade.

Senti que seus olhos se umedeciam.

A qualquer hora, a qualquer momento, estivesse onde estivesse, bastava que lhe dessem a palavra, e ele tinha o que dizer. Vimos isso na Academia, todas as tardes de quinta-feira. Vimos isso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que ele foi o Presidente Perpétuo. Vimos isso na Universidade do Brasil, de que foi Reitor. Vimos isso aqui, em Moçambique, em Angola, no México, na Argentina, na Venezuela.

A palavra, para esse mestre brasileiro, não era aquele bater da língua na abóbada palatina, a que se referia Villiers de l'Isle-Adam, num dos seus *Contes cruels*. Era o som ao serviço do pensamento claro. Claro e efusivo. Efusivo e vibrante. Como lastro do saber adequado. Sem hesitar num nome, numa data.

Assisti ao seu concurso para catedrático do Colégio Pedro II, já de vida realizada, como reitor, como ministro de Estado, como presidente da Academia, como doutor por Coimbra, como catedrático da Universidade de São Marcos. O Colégio Pedro II havia representado um papel histórico no ensino das Humanidades no Brasil. Ao seu corpo docente tinham pertencido Coelho Neto, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Carlos de Laet, Said Ali, José Veríssimo, Sílvio Romero. Faltava a Calmon essa glória. Foi buscá-la, submetendo-se à argüição ao oral, ao exame de sua prova escrita, à apreciação de seus títulos. Como se estivesse subindo a encosta, e não lá no alto, depois de hasteada a bandeira da escalada.

Ora, lá em baixo, na rua, ao pé da janela da Sala da Congregação em que se realizava a prova oral de Calmon, um bêbado se pusera a dizer palavrões. Outro examinando se perturbaria. Calmon, não: subiu o tom da voz, abafando a voz do bêbado, e dando mais vida, mais calor, mais vivacidade à sua defesa de tese. O tribuno salvou o professor. O mestre da palavra superpôs-se ao intruso da rua, e recolheu de imediato as palmas merecidas.

Esse o Calmon de minhas melhores saudades.

Agora, reflitamos: qual seria a presença de Portugal na obra de Calmon? Não vos falo da língua comum, que ele escrevia com a elegância e a correção dos clássicos portugueses, sem deixar de amalgamá-la ao modo de ser brasileiro. Falo da cultura portuguesa, da história portuguesa, das glórias portuguesas, da aventura portuguesa no mundo, da sapiência portuguesa.

É fácil responder: Portugal está presente em toda a vasta obra de Pedro Calmon. Do primeiro livro ao derradeiro. Nos livros de História como nos livros de Direito. Nos discursos acadêmicos como nas orações universitárias.

Nos livros de Direito, lá estão as Ordenações afonsinas, manuelinas e filipinas. Estão os mestres do Direito Português. Os seus códigos. Os seus tratados. Lidos e anotados. Anotados e aproveitados. Sem recorrer ao fichário nem ao caderno de apontamentos. Todo o saber entregue à memória feliz, que não errava o nome dos reis e trazia na ponta da língua os nobiliários e as nominatas.

Embora identificasse a formação da nacionalidade brasileira nos séculos da Colonização, por força do instinto de liberdade que fez de Portugal uma nação autônoma, com o rigor e o sentido de sua autonomia, Calmon jamais dissociou esse instinto brasileiro dos valores fundamentais do orgulho e da sensibilidade de Portugal. Quisemos ser o que somos, com o impulso de nossa Independência, porque a lição da independência também nos foi transmitida por Portugal. O Portugal ibérico, que escancarou os mares e foi semear nações nas quatro partidas do mundo. Com a sua língua. Os seus usos e costumes. O seu rigor administrativo. A sua ternura. O seu pendor heróico. Portanto: nada mais português do que a nossa autonomia. Na hora própria. Como o

filho que levanta a casa defronte do velho solar de seu pai, e ali vive, e ali trabalha, e ali continua a se multiplicar, com o mesmo gosto da liberdade.

Meus amigos portugueses:

Sinceramente, não sei como vos agradeça a oportunidade e o privilégio deste discurso. Com ele recolho a sucessão de Pedro Calmon nesta Academia. Consciente do que esta tarde significa na minha vida de escritor, ousou dizer que Pedro Calmon aprovaria fosse transferido para mim, nesta hora, este quinhão de glória. Não pelo mérito do meu suposto saber. E sim pelo mérito das afinidades de espírito e sensibilidade, que nos irmanava. Diante da vida, reagíamos de modo idêntico. Esse o segredo da amizade firme, e sem jaça, que nos aproximou por mais de quarenta anos. Sobem às centenas as cartas que trocamos. Todos os dias nos telefonávamos. Sua casa era a minha casa. Minha casa – a sua casa. Ele quis que eu me sentasse ao seu lado na Academia Brasileira e no Instituto Histórico. Eu quis que ele compartisse comigo a direção do Conselho Federal de Cultura quando lhe assumi a presidência. Na hora em que ele concluiu a sua missão como Ministro de Estado da Educação e Saúde, no governo do Presidente Eurico Dutra, fui eu que agradei os seus altos serviços, em nome do Ministério.

Entretanto, depois que o silêncio final desabou sobre o velho e admirado amigo, quem disse que eu podia falar? Não, não pude. Só me pude exprimir, dias depois, na minha coluna do *Jornal do Brasil*. Permitted que eu releia essa página de ontem, nos seus trechos mais significativos, como fecho desta oração.

Vamos ver se consigo dizer em voz alta o que disse por escrito, no esforço para guardar a emoção do meu pranto. Assim:

“O que mais pungiu, na última visita a Pedro Calmon, ainda na casa da Rua Santa Clara, foi o silêncio em que ele se retraía, sentado numa poltrona, olhando a luz da tarde que entrava pela janela.

Tentando reanimá-lo, andei a repassar lembranças comuns, e tudo quanto pude obter do velho amigo e companheiro foi um gesto vago, afastando as mãos muito brancas, como se a enunciação da palavra estivesse acima de suas forças. Tive de redobrar de esforços para que ele não surpreendesse a emoção dos meus olhos consternados.

Depois, veio mesmo o silêncio. O grande silêncio. Com a imobilidade do corpo entre os tocheiros e a consternação dos amigos em redor de sua figura lívida.

No entanto, para quem teve o privilégio de seu convívio afetoso, Calmon era sempre o companheiro vivaz, de palavra pronta realmente incomparável. Falava por um dom da natureza. E não apenas para nos distrair com a sua fluência, sobretudo para nos encantar com a originalidade e a eloquência de seu verbo.

Certa vez, na Academia Brasileira, subiu ele à tribuna, para proferir uma conferência, às 17 horas, enquanto se formava outro público, no salão nobre do PEN Clube, para ouvi-lo, sobre outro tema, uma hora depois.

Às 17 e 55, aplaudido de pé, Calmon concluiu a sua primeira palestra, sobre Gregório de Matos. Por entre aplausos, encaminhou-se para a porta, e tomou depressa o carro que o aguardava à calçada da Academia.

Volvidos oito minutos, ei-lo na tribuna do PEN Clube, ágil, descansado e sorridente, para iniciar a outra conferência. Durante uma hora, discorreu sobre a Revolução Francesa, como se houvesse fechado, na sua cabeça privilegiada, a comporta que lhe permitira exibir-se momentos antes sobre a vida e a obra do grande poeta satírico, êmulo de Quevedo.

Para os modernos historiadores brasileiros, a obra de Calmon não corresponderia à visão nova da História, mais filosofia da História que História factual. Entretanto, como já acentuei, convém julgá-lo por seu campo de trabalho. Aquele que representou a opção de Calmon. Ou seja: a história dos reis, meticulosamente esmiuçada e revista. Nesse campo, ninguém o superou.

Calmon não se limitava a compor seus grandes livros nessa direção. Trazia os fatos, os nomes e as datas na ponta da língua. Por isso mesmo, o que deixou escrito, como resultado de seus estudos e pesquisas, há de ser perenemente consultado, visto que, ali, não está a explicação da História, está o conjunto de acontecimentos capitais que fundamentam a História do Brasil, à luz de critérios tradicionais.

Aos 80 anos, quando quase toda a gente fica à janela para ver a vida alheia passar, Pedro Calmon continuava escrevendo e estudando. A edição crítica de



Jaboatão, com cerca de 800 páginas, é um testemunho a mais de sua operosidade indormida, assim como a edição pela Livraria José Olympio do livro de memórias de Nogueira da Gama, anotado e prefaciado pelo saudoso companheiro.

Eu estava ao lado de Calmon, em Portugal, defronte da igreja da Graça, em Santarém, quando ali foi inaugurada, por ocasião das festas cabralinas, a respectiva Estela comemorativa, mandada fazer pelo Brasil. O Ministro Franco Nogueira leu a inscrição da pedra. E apontando um trecho dessa inscrição, que não lhe soava bem:

– Acha que está certo, Dr. Calmon?

Calmon reconheceu prontamente o erro pequenino, e replicou:

– Agora, Ministro, é lapidar.

Quem conviveu com Pedro Calmon testemunhou sucessivas réplicas como esta. Autênticas fulgurações de espírito, sem nada de premeditado.

Já no quarto da Casa de Saúde, ao dar a volta precavida que premune as embolias, Calmon se pôs a dizer alguma coisa que levou o enfermeiro a lhe observar:

– Doutor, o médico proibiu o senhor de falar. Fique calado.

E Calmon, reunindo as forças que ainda lhe restavam:

– Não estou pedindo a palavra. Estou pedindo água.

Olho a fileira de seus livros. Mais de setenta. Compactos, repletos de saber. Cerro os olhos, para lhe repassar a vida vitoriosa. Só encontro triunfos. Triunfos tocados por um vivo sentido patriótico, sem uma falha, sem qualquer desalento.

Tento afastar de mim a idéia de que o perdemos para sempre. E some consolo com as saudades que dele me ficaram. Deus me deu o prêmio de seu convívio. O mais largo estirão da viagem eu o percorri ao seu lado. Fraternalmente.”

Desculpem, se ainda agora, neste momento, estou com os olhos molhados.



Pedro Calmon Moniz de Bittencourt  
Salvador, BA, 23/12/1902  
Rio de Janeiro, RJ, 16/06/1985

# Centenário de Pedro Calmon

JOÃO DE SCANTIMBURGO

**T**odos os historiadores de vocação, como foi Pedro Calmon, têm compromisso com a verdade. O historiador não deve nunca ser um simples repetidor de pesquisas de outros, como há tantos, sobretudo nos compêndios do ensino de Primeiro e Segundo Graus. A vocação do historiador se expressa no exame de documentos, os palimpsestos, os velhos papéis contando a história de uma família, de uma nação, de uma plêiade de homens e mulheres que se fixaram para sempre nas páginas dessa mestra que é a História. Fora dessa ambientação, o historiador é um simples copiador de trabalhos alheios e não merece consideração.

Quem compulsa, por exemplo, a *História geral das bandeiras paulistas*, de Afonso de Taunay, vê-se diante de um quadro incomparável de heroísmo, de amor à terra, de fidelidade ao rei e à sua Casa, da nação que está sendo edificada para o futuro. Não conheço, mesmo, romance mais emocionante do que a leitura dessas páginas verdadeiras, que se nos afiguram histórias quase inverossímeis, tamanha a atmos-

Conferência proferida na ABL, em 27/8/2002, abrindo o ciclo em homenagem a Pedro Calmon. O Acadêmico João de Scantimburgo é jornalista, ensaísta, historiador, autor do *Tratado geral do Brasil*, *Introdução à filosofia de Maurice Blondel*, *No limiar de novo humanismo*.

fera de irrealismo que escapa de tantos feitos heróicos dos homens que entraram pelo sertão, e, com denodo, coragem, abstinência, renúncia dos prazeres da vida, obsessão sobre um objetivo a alcançar, concorreram para fazer do Brasil uma das maiores nações territoriais do mundo, e já na pista de uma colocação extraordinária, a de companheira dos grandes deste mundo.

Do mesmo autor, a *História do café*, em quinze volumes, nos dá a saga dessa planta que foi introduzida no Brasil pelo alferes Francisco de Mello Palheta, em 1727, e, cultivada primeiro no Pará, descreveu um caprichoso roteiro para o Sul do país, e brindou ao Rio de Janeiro fluminense e a São Paulo a fabulosa riqueza que os desenvolveu até se imporem como verdadeiras nações, pelo brilho da civilização e da cultura, e se destacaram das demais províncias da terra brasílica.

Se Palheta deu ao Brasil, graças à sua astúcia, uma riqueza fora do padrão comum, as grandes figuras do bandeirismo se tornaram legendárias para quem as estudou, quem conheceu sua vida, quem os acompanhou no seu périplo de conquistadores de terras, de fundadores de cidades, de caçadores de riquezas. Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Paes, Manuel Preto, Bartolomeu Bueno, e tantos outros, em três séculos, do início da empresa até os Tratados de Madri e Santo Ildefonso serem assinados, não repousaram enquanto não viram a terra brasílica, expressão sul-americana da metrópole portuguesa, perfeitamente garantida como uma nação em franca formação, e já dotada de uma personalidade que, em 1822, iria tornar-se independente, graças à compreensão de um príncipe. Ele também ardoroso patriota, destemido cavaleiro, corajoso batalhador pelo país que o acolheu e lhe deu os melhores anos de sua fulgurante juventude. Estendeu o surto de patriotismo que empolgou todo o país nos dias que antecederam à Independência.

O grito do Ipiranga não foi, portanto, um brado espontâneo, sem raízes nos sentimentos de Dom Pedro I, português, embora já amasse a nova terra, que deu-lhe o que ela desejava, a liberdade, com um governo assentado sobre as mais perfeitas instituições até então preparadas para um povo, na América Latina, continente que estava se levantando contra o domínio espanhol, do Mé-

xico à Argentina, no Atlântico, e do Chile, no Pacífico, aos demais países da mesma longitude.

Se ficarmos na Independência, como um marco, teremos também Varnhagen, um dos maiores historiadores do Brasil, com a sua *História*, ainda hoje um dos clássicos dos estudos históricos, ao qual recorrem todos os estudiosos do passado brasileiro, embora sejam poucos e destituídos dos sentimentos patrióticos de seus avoengos ou dos imigrantes que escolheram a nossa terra, para recomeçarem a vida em outras circunstâncias, como não as tinham na metrópole, fosse ela qual fosse, na Europa.

Foi quando se destacaram alguns líderes, ou guias, ou caudilhos que fizeram a Independência, sobre os quais longamente discorreu e dissertou, na sua vida de historiador, o notável Pedro Calmon, com sua verve e o brilho de sua palavra.

Seria longo expor aqui todos os grandes historiadores, pois nesta conferência vamos tratar expressamente de Pedro Calmon, um dos fidalgos da República. Em épocas remotas, seria o rico homem que, como o Trutesindo, avô de Gonçalo Mendes Ramires, preferia ficar mal com o reino e com o rei, mas bem consigo mesmo e com a honra. Era da época da cavalaria, a verdadeira, a que não havia ainda entrado em decadência, como a que fez de Cervantes um dos autores mais agradáveis de se ler, pois o *Dom Quixote* é, nada mais nada menos, do que uma caricatura, bem escrita, admiravelmente bem desenvolvida.

Pedro Calmon viveu, desde a sua juventude, entregue a estudos sobre o Brasil. Vasta é sua bibliografia, mas o ilustre baiano da Casa da Torre foi, antes de mais nada, um historiador que, com sua fabulosa memória, sabia praticamente de cor a História do Brasil e suas conexões com a América do Norte e com a Europa e, mais recentemente, o Japão.

Calmon mergulhou no tempo, esse mistério que podemos quase apalpar, mas, como diz Santo Agostinho, não sabemos definir. Calmon tomou o espaço brasileiro aos seus cuidados, e nele fez transitar o tempo, para nos dar os retratos admiráveis de Dom João VI, Dom Pedro I, Dom Pedro II, e sua estupenda *História do Brasil*, em sete volumes, fartamente ilustrados e com

abundância tal de notas de pé de página, que só elas dariam outros sete volumes aos estudiosos, que se dispensam de pesquisas ao lerem a juntada de Calmon para sustentar os seus argumentos, a sua dissertação, e sua forma de tratar o Brasil, um de seus amores, dos maiores de que tenho notícia.

A História é o tempo descrito, ano após ano. Não parará nunca, como quis Hegel e o difundiu Kojeve. Ao contrário. A História está em perpétuo movimento, como quiseram, sempre, os historiadores do estofado de Vico, ou, mais distante, Suetônio e Flavius Joseph, ou nos nossos dias, opulentamente, Toynbee, com seus doze volumes, e um de oferta, com o resumo de toda a sua História.

O Tempo encerra a História em seus refolhos. Força incomensurável, o Tempo, nada o detém, nada se lhe opõe. Cada um de nós, Pedro Calmon no meio de todos os historiadores ou não historiadores, sabe que o Tempo não parará nunca, senão no dia do Juízo Final, quando seremos chamados a prestar contas de nossos atos, sem nos refugiarmos na hipocrisia de repetições intermináveis dos mesmos pecados, que nos consomem, não raro, irremediavelmente.

O tempo é a História ou a História é o tempo, o que dá no mesmo. Com suas amarguras, as suas lutas, os embates dos povos, a ganância dos dirigentes políticos, as revoluções que malogram rotundamente, como ocorreu com a soviética, a hitlerista e a fascista. Outras revoluções, de menor extensão e maior tomo, acabam por trazer à vida dos povos o tempo de menos crise. Não temos exemplo, em nossos dias, os mais perturbados da História, mas se nos fixarmos nalguns países, veremos que eles padecem da febre política, que os enterra ou se desvia do rumo certo para o bem-estar dos povos que lhe devotam amor à bandeira, ao hino nacional, à sagrada inviolabilidade de seu solo por forças estrangeiras, quando se trata de guerras.

Pedro Calmon discorria sobre esses problemas com uma tal naturalidade que ficávamos praticamente espantados. Como pudera caber na sua cabeça, com tanta exatidão, os fatos, os acontecimentos, os dados numéricos e outros, que os arquivos conservam para consulta e difusão? Está aí um mistério da na-

tureza humana. Pedro Calmon tinha a vocação da História, e com essa qualidade a adorar-lhe a personalidade aprendeu tudo o que era possível aprender da grande pedagoga, ou tudo quanto pudesse extrair-se do espaço abismal que guarda as aventuras dos homens pela face da Terra, tantas vezes sem compreender-lhes o sentido.

Sabia Pedro Calmon, por ser um homem de fé, e fé profunda, que um Deus misericordioso mas punitivo criou a Terra e tudo o que nela se contém, que, ao contrário do que diz a filosofia de Pitágoras, o mundo terá fim, como teve começo, segundo vem no Gênesis, que um pequeno povo, de milhares de anos, guardou para trazer até nós o relato da Criação e o anúncio dos profetas, embora, como vem em Isaías, os caminhos de Deus não são os nossos caminhos, nem os Seus pensamentos são os nossos pensamentos. Pedro Calmon discursou certa vez, na inauguração da pedra fundamental de um colégio de padres, no Morumbi, em São Paulo, sobre a soberania de Deus e o fez com tal unção, que até velhos padres, já calejados pelo ofício de tanto dar o sacramento da extrema-unção, como se dizia na época, acabaram por terem os secos olhos molhados de lágrimas. Mas Pedro Calmon falou num Deus que iria acolher todos os pecadores e julgar como devia um Pai bondoso, com severidade, mas com o perdão próximo. Não defendeu o inferno, como Dante, nem o purgatório, como o florentino, mas o Paraíso, onde se encontra a Virgem Mãe, filha de seu Filho, como diz belamente o extraordinário poeta que foi o visionário das margens do rio Arno.

Pedro Calmon empolgou o auditório, como empolgava todos os auditórios aos quais falou, pois se um dom ele possuía, esse dom era o do orador que dominava a palavra, com propriedade e beleza, como poucos houve até hoje no Brasil, tanto na oratória sacra quanto na leiga. Pedro Calmon nos permite ficar em alguns de seus livros, direi os principais, embora todos sejam principais, se me permitem assim me expressar.

*A História do Brasil* em sete volumes toma o nascimento da nacionalidade nos seus dias aurorais e o leva até bem pouco tempo atrás. Minuciosamente, fundado em bibliografia que nenhum outro historiador reuniu para dar solidez à

sua obra, percorremos os sete e não encontramos o volume de citações que Calmon juntou.

Quando escrevi a *História do liberalismo no Brasil* socorri-me de Calmon e suas notas. Fui às fontes e não perdi meu tempo com procuras inúteis, pois o douto historiador já havia trabalhado para mim. No estudo que estou realizando sobre o Conselho de Estado, de par com outros historiadores, tenho os de Pedro Calmon, esparsos por sua obra gigantesca, e me defendo para demonstrar que Dom Pedro II governava colegiadamente, isto é, amparado num colégio de colaboradores, os conselheiros de Estado, enquanto os presidentes da República, sejam ou não bem dotados, em geral são mal dotados, governam pessoalmente, errando contra os interesses da nação.

Também num estudo que faço, da existência no regime impropriamente denominado colonial, por influência do colonialismo europeu do século XIX, demonstrei, graças às notas de Calmon, que o Brasil teve as corporações de ofício, de muitos séculos em Portugal, onde predominavam os três Estados, que o Juramento do Jeu de Paumme destruiu para acarretar ao povo francês e aos povos que o seguiram os maiores sofrimentos, ainda não curados até hoje, como temos exemplo em dois países, o Brasil e a Argentina, embora com gradações diferentes.

Foi em Calmon que descobri as fontes e as trasladei para o meu livro, citando-o, evidentemente, como era e é de meu dever fazê-lo. Todo o Império, da Maioridade à queda, sem nenhum motivo histórico – senão o capricho pueril de alguns homens pouco dotados de qualidades intelectuais, salvo Rui Barbosa, republicano do dia seguinte, nas suas próprias palavras – todo o formidável edifício político administrativo que os homens do Império criaram está presente nos volumes da *História* de Pedro Calmon, que, de contrapeso, nos oferece uma leitura de romance de aventura, tão sedutora é a sua prosa e o seu estilo literário.

Ao transcorrer o centenário de Dom Pedro II, Calmon dedicou ao monarca e seu governo cinco grossos volumes, que se podem colocar, com os de Heitor Lyra, no que de melhor se escreveu sobre o grande monarca, que foi um dos



maiores chefes de Estado do século XIX, que deu ao Brasil a única democracia do continente, democracia que iria soçobrar logo no dia 15 de novembro e nos anos subseqüentes, com Floriano Peixoto, com as revoltas, a crise pandêmica que assolava a nação e fazia da sociedade brasileira uma instituição maculada pelos desencontros de opiniões, de ambições partidárias, de aventuras com o patrimônio nacional e outros malefícios, que Rui Barbosa zurziu, sem piedade, com o seu verbo de fogo, no prefácio da *Queda do Império*, escrito em 1921, quando a República já estava consolidada nas mãos de uma oligarquia que seria varrida do poder em 1930, a fim de que outra oligarquia, a dos homens de 1.000, de que fala Oliveira Vianna, lhe tomasse o lugar, que iria ser ocupado, depois de alguns poucos anos, por um ditador que ficou oito anos no poder, fiel aos ensinamentos filosóficos que recebera na juventude e no modelo de Constituição que tinha toda a aparência de ser o mesmo de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, os dois fanáticos do positivismo.

Todas as figuras do Império estão nas páginas da *História do Brasil* de Calmon, como, depois do 15 de Novembro, todas as figuras que dominaram os governos – nacional, estaduais e municipais –, desatentos à instituição por excelência de um regime orgânico, no qual os nascidos no Brasil tenham oportunidades de viver com dignidade; em outras palavras, não serem réprobos no ostracismo da miséria ou da pobreza envergonhada. A biografia de Dom Pedro II é, sem favor, magistral, não só pela massa de informações reunidas em suas páginas, como pelos fundamentos com que tratou a maior figura de estadista das Américas esse autor de tantas obras-primas. Dom Pedro II foi preparado, por sua educação, embora imperfeita, num tempo no qual predominavam excessos de catecismo, de doutrina religiosa, mais do que as necessidades dos governados.

Mas, com sua inteligência e seu amor ao Brasil, mostrou-o Calmon, Dom Pedro II superou suas desvantagens, suas limitações, e deu ao mundo – como se constatará quando o mundo intelectual puder estudar como funcionou o Império do Brasil – o exemplo de um Estado admirável, malgrado as imperfeições da terra, da pobreza em que nos encontrávamos, as receitas limitadas para

atender a tantos compromissos da despesa de obrigações do Estado. Li duas vezes, do começo ao fim, página por página, anotando o que me interessava fazê-lo, a *História de Dom Pedro II*, como li também a de Heitor Lyra, que é admirável, nada ficando a dever ao seu colega de estudos históricos, e provavelmente amigos.

O livro *O rei do Brasil: vida de D. João VI* não tem as dimensões do que nos deu Oliveira Lima, mas diz tudo o que precisamos saber sobre o trabalho de D. João VI, como príncipe regente, durante o afastamento de sua mãe, abalada mentalmente pelos terríveis acontecimentos que lhe chegavam da França, onde a Revolução, que deveria ser redentora, acabou sendo criminosa, com a inauguração do Terror na política, esse Terror que passou a ser um dos instrumentos dos governos tirânicos, como os totalitarismos do século XX, e de outros governos não de todo totalitários, mas autoritários, como alguns da América Latina e da Ásia, sem falar nos da África, com países ainda em estágio selvagem. Foi uma das grandes figuras da política brasileira, o bonacheirão Dom João VI, que ficaria no Brasil, não predominasse na política portuguesa a estupidéz de um grupo de oligarcas aplicados ao patrimonialismo político e econômico, com o que fizeram de Portugal uma nação sem respeito, ao ponto de tomar um ultimato da Inglaterra e de contar nos seus quadros políticos com algumas das mais robustas, enxundiosas mediocridades que já passaram pela sua Casa de representação.

Dom Pedro II foi admiravelmente retratado por Calmon, que destacou o seu amor às ciências e às artes, o seu interesse pelo desenvolvimento cultural, o seu culto às línguas vivas e mortas, e sobretudo o seu interesse pelo desenvolvimento tecnológico de que os Estados Unidos já eram a potência principal, mais do que a Inglaterra, que se atrasara.

Calmon tudo registrou sobre o grande e infeliz monarca, derrubado da maneira mais ignóbil de que se tem notícia, inclusive com a participação de um monarquista, Rui Barbosa, que confessou ser “republicano de extração recente”. É verdade que nos salvou o ilustre baiano de termos, desde logo, como queriam os dois fanáticos positivistas citados, a Constituição inaceitável de

Augusto Comte, mas aceita nos anos 30, quando Vargas outorgou uma Constituição com trechos escavados do modelo positivista. A *História de D. Pedro II* é, por isso, com a de Heitor Lyra, fonte de informação rigorosamente necessária para todos os estudiosos do Brasil, sem os preconceitos que hoje em dia povoam as cabeças dos homens públicos dos chamados impropriamente Três Poderes, dos quais os juízes têm o predomínio, o que não deixa de ser estranho para uma nação organizada em bases monárquicas, com províncias unidas e administradores fiéis à coroa, tanto na colônia como no regime constitucional.

Não encontrei em nenhum autor, somente no saudoso João Camilo de Oliveira Torres, a citação do presidente de um dos países sul-americanos, que teria exclamado que se acabava, com a proclamação da República, a única democracia da América. É uma verdade histórica incontestável.

Atribui-se a Dom Pedro II esse exemplo de organismo político excepcional numa América retaliada pelas correrias, pelo arbítrio, pelo mandonismo dos caudilhos, dos chefes de hordas e outros aventureiros, como Facundo, Rosas, Rubén Gómez, Francisco Madero, Porfírio Díaz, os mexicanos, em geral, inclusive Benito Juárez, que empolgou uma grande faixa de admiradores, embora fosse auxiliado pelos Estados Unidos para libertar o país de um regime estrangeiro, quando, na verdade, o que fez o índio de tanta sedução, foi sair-se como um dominador, que submeteu o México aos seus objetivos políticos. Tivemos, na América, Bolívar, cujos sonhos se desvaneceram, segundo os seus biógrafos. Foi um grande guerreiro e tinha visão política, mas malogrou nos países que deveria manter unidos, que acabaram cindidos e, hoje, estão praticamente decadentes, sob o mandonismo de políticos sem escrúpulos, uns, e fracos, perante forças adversas, outros.

O sufrágio direto, secreto e universal, que os bisonhos políticos brasileiros quiseram imitar com uma campanha de eleições diretas, acabou por ser manipulado, sobretudo agora, com os meios de comunicação de altíssimo alcance, que já não se sabe o que é a vontade da maioria, ou se deve prevalecer a vontade da maioria, que Rousseau queria que fosse a vontade geral. O Brasil sonegou-se a essas tropelias, a esses caudilhos, a esses chefes arrogantes, no melhor

estilo espanhol, exclusivamente pela visão de sua classe política, que, nos dias pressagos da pré-Maioridade poderia ter optado pela República, da qual tivera um exemplo significativo e convincente na regência trina e una, sobretudo na una, em que não se salvaram do fracasso nem mesmo um padre de excelsas virtudes, Diogo Antônio Feijó, e o Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima.

O Brasil que procuro resumir nestas palavras está na obra de Pedro Calmon com uma honestidade, um compromisso imparcial dignos de serem registrados com o maior louvor. Pedro Calmon era, como Taunay, como Varnhagen, Buarque de Holanda, Almeida Prado, o historiador íntegro, rigorosamente fiel aos documentos, aos fatos conhecidos e relatados, em registros insuspeitos. Foi esta uma das suas virtudes de estudioso do nosso passado. Foi, pois, o tempo passado o ambiente em que viveu Pedro Calmon, enquanto historiador, e homem do presente, quando ocupou altos cargos, como o de ministro da Educação, de reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e até, pasmem os ouvintes e os leitores, professor por concurso de História do Brasil do austero Colégio Pedro II.

Pois Calmon fez questão de disputar a cadeira de professor catedrático do famoso colégio, e submeteu-se a provas e examinadores que sabiam uma parcela apenas do que ele sabia de História; disse-me ele, quando de sua viagem a São Paulo para o Prêmio Moinho Santista, ter sido o seu título de glória, o ter entrado para o corpo docente do Colégio Pedro II.

Pedro Calmon foi, tanto quanto possível nas imperfeições humanas, um ser dotado de muitas perfeições, pela educação admirável que lhe ornava a personalidade, pela sabedoria que fez dele um sábio da História, pela cultura literária que lhe assegurou um lugar entre os romancistas brasileiros, pelo memorialista que lembrou os seus antepassados, todos com serviços inestimáveis prestados à nação. É, por isso, um tema de estudo o grande historiador Pedro Calmon, como um ser digno de culto, neste ano em que transcorre o seu centenário de nascimento na velha Bahia de seus amores.

Calmon, infelizmente, não tinha cultura filosófica, e quando digo cultura, me expresso no verdadeiro sentido da palavra, o da profundidade e a extensão dos conhecimentos. Mas tinha a do tempo, que é um tema filosófico, pela no-

ção exata de que sua realidade é passar continuamente. Alongando sua vista e suas pesquisas e sua visão ao longe, no passado, Calmon via uma nação se formar. Está assim na sua opulenta *História do Brasil*. O descobrimento, as capitânicas, que logo malograram, por desproporção entre as necessidades da terra concedida aos capitães gerais e as suas possibilidades de praticamente agricultores ou soldados, sem fortuna. Daí terem sobrado apenas as capitânicas de São Paulo e Bahia, redução esta de um programa grandioso que levou o rei de Portugal a nomear um governador-geral, que aqui veio com uma organização de Estado, quando o Brasil não tinha gente para formar nem mesmo um bairro pobre de uma aldeia distante dos centros populosos. Repito que Calmon não era nem pretendia ser filósofo, mas, como M. Jourdain, fez filosofia sem saber, ou sabendo apenas para o seu uso, na interpretação dos fatos, como se passaram, desde o dia em que Cabral desceu da nau capitânia e tomou conta do Brasil, segundo os termos do famoso Tratado de Tordesilhas.

Calmon nunca procurou mudar o sentido do passado. Para o grande historiador que ele foi, o passado era o passado, para sempre imóvel, que nem mesmo Deus Nosso Senhor seria capaz de mudá-lo. A descoberta de documentos coevos e fiéis poderiam alterar o passado, mas nunca nenhum documento veio alterar os dias idos, de uma nacionalidade que um pequenino povo de um milhão de habitantes, no máximo, descobrira para a civilização, graças ao gênio do Renascimento, o infante Dom Henrique, sem favor um dos maiores homens legendários de seu tempo e de todos os tempos, pela obra que realizou, dotando o seu país, Portugal, a sua Casa, Aviz, de instrumentos que lhe permitiriam ser uma das potências da época, como de fato o foi, tão pequenina na extensão territorial e na dimensão demográfica, quanto grande na obra realizada.

O passado do Brasil está inteiro na obra de Pedro Calmon. Os fatos, os acontecimentos, as rixas, os feitos, os atos de coragem, e o extraordinário empreendimento épico, único na história de qualquer outro povo, que foram as Bandeiras, graças às quais foi mudado o Tratado de Tordesilhas, e o Brasil ganhou o território que o coloca entre os grandes do mundo.

O presente não está na obra de Pedro Calmon, por ser extremamente fugaz; quando nele pensamos, já se nos fugiu do alcance e não há como pegá-lo e conservá-lo, pois do contrário não seria o presente. Calmon voltou-se para o futuro e na sua obra encontramos todos os ingredientes para que o Brasil seja uma grande nação, uma das potências da Terra, de par com outros grandes, que acabarão se apequenando ao nosso lado. Estaremos com os Estados Unidos, a China e provavelmente a Argentina e a Índia, duas nações prometidas, pela sua situação, a se tornarem, também elas, potências entre as potências.

Sabia Pedro Calmon que o futuro bate à porta do Brasil, impaciente de entrar nessa casa onde ainda prevalece a cordialidade, não obstante o aumento monstruoso e amedrontador do crime, importado de países vizinhos e mesmo distantes, com as drogas e a moda dos seqüestros, uma forma barata de enriquecer os vagabundos, os desleixados, os ambiciosos de fortuna sem fazer força, como fizeram os desbravadores de sertões, os formadores de fazendas e os industriais que desencadearam a operação desenvolvimento, num passado em que nada tínhamos que pudesse transformar-se em riqueza. Daí a dívida que temos para com os precursores, Matarazzo, Pereira Inácio, Crespi e outros, que seria longo arrolar nos limites de uma conferência. Mas Pedro Calmon, nos seus inúmeros trabalhos, ele que era um trabalhador infatigável, era, simbolicamente, o homem de sete instrumentos, todos bem tocados, com arte e virtuosidade, olhou para o extenso futuro que se desdobra diante do Brasil, como um tapete sem fim, o tapete que lembra o das Mil e uma Noites das velhas lendas do Oriente.

Reconheço que o futuro é misterioso. Ninguém é capaz de prevêê-lo. Quem preveria, em 10 de setembro de 2001, que alguns aviões seqüestrados por fanáticos muçulmanos, ansiosos de conhecerem o Paraíso prometido pelo Profeta, iriam derrubar as duas torres gêmeas que simbolizavam a preponderância econômica dos Estados Unidos? Um louco fanático as derrubou, matando os inocentes que estavam trabalhando para ganhar a própria subsistência.

Não podemos antever o que será o futuro do Brasil, por ser indevassável o futuro. Já vem nos Evangelhos que não se deve acreditar em adivinhos, e supor

que vamos adivinhar o que será São Paulo no ano 2500, ou o Brasil nos próximos cinquenta anos, equivale a fazermos o jogo da adivinhação, inaceitável para os governos. Esse é o jogo dos administradores, dos economistas, esses antecipadores do futuro que raramente acertam, e outros que se lhes juntam para tentarem ser afuroadores dos dias vindouros e verem, como em uma bola de cristal, o que vai ser o país, com seus milhões de habitantes e suas diferenças de classes, cada vez mais acentuadas.

Pedro Calmon previu um Brasil grande, mas não se lançou a adivinhações, ele que era sumamente bem formado de mobiliário da inteligência, para cair na esparrela de fazer previsões num mundo cujas mudanças estão sendo diárias, até mesmo horárias, tamanho o desenvolvimento tecnológico, com os computadores à frente.

Não duvidava Pedro Calmon, no seu patriotismo, que o Brasil seria grande potência. Infelizmente, os limites a que todos somos submetidos na Terra não lhe permitiram ver o que se passou depois de sua partida, nem o que se passa hoje e deverá passar-se no futuro, se formos bem governados, se cada brasileiro se compenetrar de seus deveres uns para com os outros, e trabalharem pela grandeza da nação. Calmon deixou lições sobre a importância do presente, que passa fugaz, do passado, que se fixou para a eternidade, e sobre o futuro, que exige de nós o tirocínio, o esforço, o sentimento nacional, para que a nação não soçobre, como soçobraram tantas outras nações.

Nenhuma nação está segura de sua perenidade na História. Os exemplos são tantos, que nos dispensamos de citar, mas ninguém ignora que um colosso como a China pode ser cindido, um país grande como o Brasil pode ser secionado, uma Argentina, com seus três milhões de quilômetros quadrados, pode vir a partir-se em nações minúsculas, portanto sem importância, como sem importância são as pequenas nações da América Central, divididas, com auxílio dos Estados Unidos, para melhor poderem governar o continente ou até onde chegasse o poderio de seu *big stick* do primeiro Roosevelt.

Calmon possuía a exata noção de sua responsabilidade como historiador, pois dizia a verdade, e essa ciência exige de quem a adota como prática ter a

verdade na sua mira, a verdade inteiriça, ainda que provoque choques de sentimentos. Só é historiador, dizia Calmon nas suas aulas, nos seus discursos, nas suas preleções, quem faz da verdade a base de suas reflexões, de seus estudos e de suas previsões, até mesmo delas, que ainda estão no futuro, esse do qual acabamos de falar. Não há nem haverá História sem verdade, ainda que o historiador a interprete segundo as suas convicções religiosas, filosóficas, sociológicas ou outras. Mas, sem se submeter a ideologias, o historiador tem de ser verdadeiro, ao menos na interpretação dos fatos passados, e verdadeiro, mais ainda, nas previsões do futuro, com a ressalva de que podem não ocorrer. Calmon foi, por isso, o verdadeiro historiador do Brasil, sem qualquer intenção de diminuir a importância dos demais historiadores que têm honrado o estudo do passado do Brasil e, paralelamente, têm honrado o estudo das possibilidades futuras, ainda que precárias sejam as previsões do futuro de um país dotado de tantas benesses, que não temos espaço para as relacionar ou, ao menos, lembrar, já que relacionar é impossível, pela extensão e o número.

Calmon queria ficar no passado e no passado ficou, quase que definitivamente, exceção feita às suas aventuras sobre o futuro do Brasil, por não sabermos quanto duraremos e se duraremos. Fala-se da mudança de clima, com terríveis conseqüências para o planeta, mas, sobretudo para um número elevado de nações, principalmente as grandes, como o Brasil. São os cientistas que falam. Mas essa categoria também erra, tem errado e muito, tanto quanto os economistas, que não devem, nunca, fazer previsões sem uma ressalva de que podem enganar-se, como se têm enganado. Mas teremos, no futuro, movimentos de populações, como está ocorrendo na Europa, com tal intensidade que o caráter físico e até o moral das populações irão mudar. Como serão os países da União Européia daqui a uns vinte, trinta, cinquenta anos?

Quem será capaz de acertar, num episódio da teoria dos jogos? Repetimos: ninguém. É o contraste entre o passado e o futuro. Daí Calmon ser o homem que se apegou ao passado, para estudar em minúcia o Brasil, o seu Brasil, o Brasil que cada vez mais vai se impondo como nação que logo estará entre as mais bem dotadas, como as poderosas pela economia e pela educação de seu povo.



Admirei, sempre, Calmon, por esse motivo, por seu apego ao passado, dele sacando lições para o presente e o futuro. Seus alunos saíam encantados de suas aulas, mas também com interrogações na cabeça, as que Calmon ali colocava para despertar-lhes o interesse pela nação, ou, em termos sacrossantos, pela pátria, a que está no Hino Nacional e ali deve permanecer.

Calmon foi o historiador integral, e, nessa expressa condição, sabia perfeitamente que a História é o maior cemitério do mundo, o cemitério dos reinos, dos impérios, das presidências, dos governos, das riquezas, da opulência das famílias, da desgraça dos infelizes excluídos do banquete da vida – se me permitem a banal figura de retórica. Calmon, como eu disse no início, não teve formação filosófica, mas tinha a filosofia como sabedoria, como conhecimento da aventura humana sobre a face da Terra, e dela usava para os seus livros de trabalhador extraordinário. Calmon escreveu mais de oitenta livros, sobre Vieira, sobre Camões, sobre o Brasil e a América, sobre um crime de Antônio Vieira, escreveu um romance que os doutos, entre eles Josué Montello, confirmando a minha opinião, consideram um excelente romance de um estranho ao gênero.

No formoso discurso com o qual sucedeu a Calmon como membro de número da Academia Portuguesa da História, Josué Montello disse estas palavras: “Calmon nos legou não um livro, não uma página, não uma monografia. Deixou-nos uma obra. E uma obra que está marcada por sua coerência fatural, do começo ao fim de sua nobre vida.” Esse foi Pedro Calmon, o grande historiador, o romancista, o biógrafo, o explorador do passado, o fixador indelével do presente, o perscrutador do futuro. É uma honra ter a Academia contado entre os seus membros efetivos o incomparável Pedro Calmon, o elegante, o fidalgo, o *gentleman* Pedro Calmon, que honrou não só esta Casa, mas as letras brasileiras, com sua obra imortal, obra que desafiará os séculos, enquanto houver quem leia e escreva português.

Esse foi, em síntese – espero ter-me aproximado da exatidão –, o grande brasileiro, o historiador, o ensaísta, o ficcionista, o biógrafo Pedro Calmon, cujo centenário tenho a honra de assinalar.



*Victor Hugo*

Besançon, 26/02/1802 – Paris, 22/05/1885.

Poeta, chefe do Romantismo, romancista, dramaturgo revolucionário.

Pintura de Léon Bonnat.

# Este século tem dois anos

## A propósito do bicentenário de Victor Hugo

SERGIO PAULO ROUANET

**H**á quase oitenta anos, um embaixador da França, Alexandre Conty, foi saudado em nossa Academia com um discurso intitulado “Victor Hugo e o Brasil.” Em suas palavras, disse o Acadêmico Constâncio Alves:

Não é lícito esquecer Victor Hugo, sempre que se fala na amizade da França pelo Brasil... Quem de nós ignora que o nome do Brasil se lê, e não raramente, na obra colossal do grande francês? Foi ele nosso mestre sem rival no correr do romantismo e até depois. Rutilam raios de sua luz na prosa e na poesia de numerosos escritores nossos... Se a sua obra é o assombro, sua vida é o modelo dos homens de letras: é o exemplo incedível de inspiração disciplinada pela ordem, da independência ganha pelo trabalho, da poesia ao serviço dos grandes interesses da civilização, do espírito no devotamento heróico do campo de batalha... Mas quem atentar na personalidade de Victor Hugo, na fecundidade do seu trabalho, na perpétua juventude de seu gênio, no poder irradiante do seu espírito, no seu senso da realidade da vida, em suas aspirações de porvir, na exuberância de sua vitalidade, na universalidade de sua simpatia, no seu interesse pelas causas generosas, no seu otimismo robusto,

Conferência  
proferida no  
Salão Nobre  
da Academia  
Brasileira de  
Letras, no dia  
23 de maio de  
2002.

nos seus ideais de tolerância, justiça, fraternidade e paz, há de ver, neste francês prodigioso, a imagem da França imortal.

*Tempora mutantur* – os tempos mudam. Hoje exprimiríamos nossa admiração por Hugo com um estilo menos hugoano. No entanto, a citação de Constâncio Alves é elucidativa, porque dá uma idéia do clima de francofilia dentro do qual se deu a recepção de Hugo no Brasil.

Essa atitude não foi só uma idiosincrasia brasileira, e sim um fenômeno geral na cultura latino-americana. Ele se manifesta, por exemplo, em Ruben Darío, que escreve em *Peregrinaciones*: “Meu desejo e meu pensamento foram-me dados pela França; eu seria incapaz de viver se me proibissem de viver em francês.” Palavras que encontram eco no uruguaio Horacio Quiroga: “Para nós, pobres desterrados da suprema intelectualidade, a visão de Paris é a nostalgia de um lugar que nunca vimos.” São freqüentes os intelectuais que escrevem em francês. É nesse língua que Darío dirige uma invocação quase religiosa à cidade-símbolo da cultura: “*Et toi Paris! Magicienne de la Race, / Reine latine, éclaire notre jour obscur.*” O chileno Huidobro publicou em francês seu primeiro livro de poemas: *Horizon carré*, em 1917.

Mas no Brasil a admiração pela França foi especialmente entusiástica. No século XIX e primeiras décadas do século XX, víamos tudo pela ótica francesa. Paris nos ensinava a sentir e a pensar. Tudo vinha da França, desde a culinária até a filosofia, desde a comédia de bulevar até o tratado de balística. Vivíamos as crises políticas da França, numa solidariedade que às vezes ia além dos bons sentimentos, como quando os brasileiros fizeram doações de alimentos para os mutilados, órfãos e viúvas da França, na guerra de 1870.

A esse propósito, Castro Alves compôs uma das suas odes mais condoreiras: “França! Deste a luz que de teu ser jorrava! / França! Acolhe agora em recompensa o pão!” Joaquim Nabuco escreveu reflexões avulsas em francês e deplorou no mesmo idioma a perda da Alsácia-Lorena: “*Nous sommes les deux bras mutilés de la France / Qu’elle tend toujours vers le ciel.*”

Com o advento da República, proclamada sob inspiração do positivismo francês, o Quatorze de Julho transformou-se em feriado nacional.

Durante o caso Dreyfus, todo o Brasil pensante era *dreyfusard*. Era ainda uma maneira de cultuar a França, pois todos estavam certos da vitória final do direito. Rui Barbosa, que do seu exílio na Inglaterra não cessava de denunciar os perseguidores de Dreyfus, dizia que não se podia esperar senão a justiça do país dos direitos do homem.

Durante a I Guerra Mundial, o Brasil inteiro acompanhava a batalha do Marne e nosso chão tremia com os tiros do Grande Bertha. A queda da França, em 1940, mergulhou o país no luto, enquanto a libertação de Paris foi saudada com júbilo pelo povo e pela imprensa.

Um autor como Anatole France foi objeto de um culto que poucos entenderiam hoje. Era um delírio coletivo, que Augusto Meyer caracterizou como “um feitiço, uma coqueluche, uma deliciosa peste”. Para Gilberto Amado, por exemplo, “Luciano de Samósata, se ressuscitasse agora, o único escritor que leria sem desprazer seria Anatole France. Creio também que Píndaro, Anacreonte, os sofistas, os trágicos, não desdenhariam de descer sobre ele os olhos. A própria Vênus Afrodite, se soubesse francês, com que surpresa deleitada não percorreria as páginas do *Lys rouge!*”

Em 1909, Anatole passou pelo Brasil, sendo recebido pelo Barão do Rio Branco e mais tarde homenageado por nossa Academia. Saudou-o Rui Barbosa, num admirável discurso em francês, que tinha a graça e a leveza que faltavam aos discursos redigidos em sua própria língua, certamente porque, escrevendo no idioma de Racine, Rui não precisava ter medo de cometer galicismos. É verdade que Rui censurava, nas entrelinhas, a impiedade de Anatole, mas elogiava sem reservas a perfeição clássica do seu estilo. E quem diria? ao contato com France, manifesta-se em Rui um insuspeitado senso de humor. Ele se diverte muito, por exemplo, com aquela passagem da *Rôtisserie de la reine Pédauque* em que um pobre padre moribundo recebe a visita do seu bispo. O agonizante pede perdão por ser obrigado a morrer diante de Sua Eminência, ao que o Príncipe da Igreja responde: “*Faites, faites, ne vous gênez pas*” – continue, continue, não faça cerimônia.

Quando anos depois o secretário particular de Anatole, Jean-Jacques Brousson, lança um livro irreverente sobre o Mestre – *Anatole France en pantoufles* – e descreve em termos que feriram as suscetibilidades nacionais a viagem do escritor ao Brasil, a ira brasileira não teve limites. O próprio genro de Rui Barbosa, Batista Pereira, publicou com o pseudônimo de Jacques Tournebroke um panfleto contra o réprobo, num francês puríssimo, mas com uma truculência muito pouco franciana, onde o mínimo que se dizia era que o culpado não tomava banho.

O auge da influência francesa ocorreu no período que se estendeu até o primeiro após-guerra. Cada brasileiro podia aplicar a si próprio a *boutade* de Oscar Wilde sobre os americanos: “*When good Americans die, they go to Paris.*” Isto chegou a se realizar literalmente, quando Guimarães Passos quis ter a glória de morrer em Paris, o que ocorreu logo que ele desembarcou na Gare du Nord. Mas em geral nossos patrícios preferiam *viver* em Paris, como o brasileiro que na *Vie parisienne*, de Offenbach, deixava as dançarinas do Maxim’s roubarem em Paris o dinheiro que ele tinha roubado no Brasil.

Olavo Bilac viajava todos os anos para Paris. Regressando de uma dessas viagens, o poeta da *Via Láctea* mostrou-se tão nostálgico dos *Boulevards* que inspirou o seguinte comentário a Artur Azevedo: “Nosso poeta está seriamente intoxicado – ingeriu pantagruélicas doses de parisina, a famosa bebida de que falava Charles Nodier.” Todos os nossos intelectuais cumprem sua romaria a Paris – João do Rio, Luís Edmundo, Nestor Victor. O que variava era o talento.

Talento era o que não faltava a Gilberto Amado, por exemplo. “Como ensinar o que não se aprende?” pergunta Gilberto, a propósito de sua primeira viagem a Paris, em 1912. E sem esperar a resposta:

Quem precisa de mestre para ser feliz na França e conhecer Paris, jamais conhecerá Paris ou será feliz na França. Nasce-se para entender a França; o conhecedor de Paris não se faz... Quanto a Paris, eu não ia vê-lo; ia verificá-lo. Ruas, praças, localizações de monumentos, teatros, museus, escolas, cabarés, me eram conhecidos. Sabia quais as peças que estavam sendo representadas, de quem se falava nos jornais, o que era preciso ver e ouvir. Atravessava pontes da margem direita para a esquerda e vice-versa, entrava

nos lugares, como se de fato já neles tivesse estado. Sabia onde morara Auguste Comte; onde Descartes passara tempos, antes de ir para a Holanda; onde ficava o convento a que se recolhera a La Vallière, depois que Luís XIV a abandonara; onde Madame Récamier recebia Chateaubriand; conhecia as várias residências de Victor Hugo; a casa onde, levado por Théophile Gautier, Baudelaire ia fumar haxixe; o segundo andar onde Stendhal escrevera em quatro semanas a *Chartreuse de Parme*; o lugar onde Gérard de Nerval se enforcara.

Mas mesmo dentro desse clima de veneração pela cultura francesa, a idolatria por Victor Hugo foi excepcional. Tentarei reconstituir as principais etapas desse culto, tomando como guia principal, mas não exclusivo, o livro de Antônio Carneiro Leão, *Victor Hugo no Brasil*, e também o livro maravilhoso de Múcio Teixeira, cuja bisneta está presente nesta sala, que escreveu um livro primoroso e de um valor documental extraordinário, chamado *Hugonias*, de 1885.

O mais prestigioso dos admiradores de Hugo no Brasil foi o próprio Imperador, D. Pedro II. D. Pedro acompanhou todas as etapas da produção de Hugo. Ele tinha um fraco, talvez compreensível num soberano que era parente de todas as cabeças coroadas da Europa, pelos poemas da fase legitimista de Hugo, em que o jovem bem-pensante fazia odes a propósito do assassinato do Duque de Berry e da sagração de Carlos X. D. Pedro chegou a traduzir em português um dos poemas dessa fase, “Louis XVII”, do livro *Odes et ballades* (1822). Mas sabemos, por sua correspondência, que ele se mantinha atualizado com todas as obras de Hugo, lendo-as assim que eram publicadas. Assim, ele pergunta a opinião de Gobineau sobre *Quatre-vingt-treize* (1874) e *L’Art d’être grand-père* (1877).

Era ambição de D. Pedro conhecer pessoalmente o poeta, mas o encontro só se concretizou em 1877. O Imperador convidou Hugo para ir a seu hotel parisiense, mas o olímpico poeta, a essa altura republicano ardente e vagamente socialista, respondeu que não ia à casa de ninguém: *Je ne vais chez personne*. D. Pedro apressou-se a acalmar Hugo, e os dois combinaram um encontro num

terreno neutro, o Senado, mas o projeto gorou porque antes do dia marcado o Senado foi dissolvido. O protocolo teve que ser esquecido, e D. Pedro tomou a iniciativa de ir à casa de Hugo. As primeiras palavras do Imperador foram: *Monsieur Victor Hugo, rassurez-moi, je suis un peu timide* – por favor, tranquilize-me, sou muito tímido, disse o nosso Imperador. Hugo oferece uma poltrona. D. Pedro diz que ao sentar-se ao lado de Hugo, tem pela primeira vez a sensação de estar num trono. Hugo diz que tinha o hábito de viajar de ônibus, prazer que certamente o imperador não tinha, ao que este responde que pelo contrário, a “imperial” (nome pelo qual era conhecido o segundo andar dos ônibus) lhe convinha perfeitamente. Hugo oferece ao monarca um exemplar de *L’art d’être grand-père*. D. Pedro pede que Hugo faça uma dedicatória, associando seu nome ao dele, e o autor não se faz de rogado, escrevendo, de igual para igual, “A D. Pedro de Alcântara, Victor Hugo.” A certa altura da conversa, D. Pedro começa uma frase, referindo-se a seus direitos, e corrige-se: não, ele não tinha direitos, só tinha um poder devido ao mero acaso do nascimento, e que ele procurava usar para o bem do Brasil. Hugo não se contém: “*Sire, vous êtes un grand citoyen.*” Aparecem os netos de Hugo, Jeanne e Georges. D. Pedro abraça Jeanne, que sabendo estar diante de um imperador não entende por que ele não usa um uniforme. Apresentando Georges, Hugo usa a expressão “Sua Majestade”, ao que D. Pedro responde: “*Mon enfant, il n’y a ici qu’une Majesté, c’est Victor Hugo.*” D. Pedro se convida para jantar num dos próximos dias, e Hugo responde que ele seria bem-vindo. No dia seguinte, Hugo entrega no hotel em que D. Pedro estava hospedado um envelope contendo uma fotografia em que aparecem Hugo e seus netos. O envelope estava endereçado “*À celui qui a pour ancêtre Marc Aurèle* – àquele que tem por ancestral Marco Aurélio”. Como bom republicano, Hugo evitava sempre tratar o Imperador por seus títulos majestáticos. O exemplar de *L’Art d’être grand-père* com a dedicatória de Hugo, bem como o envelope e seu conteúdo, estão hoje no Instituto Histórico Brasileiro. A meu pedido, o Prof. Arno Wehling entregou-me uma xerox da dedicatória de Hugo e do envelope. Seis dias depois dessa primeira visita, D. Pedro aparece para jantar, em companhia do Barão de Bom Retiro. O Imperador oferece sua fotogra-



fia a Hugo. Nossas fontes não dizem qual foi o menu, mas a julgar por Sarah Bernhardt, que jantara ali, a qualidade da gastronomia não deve ter sido excepcional: “*Oh! L’horrible déjeuner! Que c’était mauvais, mon Dieu! Et que c’était mal servi!*” À mesa, Hugo faz um brinde ao convidado ilustre, que responde no mesmo tom. A conversa se prolonga até uma hora da madrugada, quando D. Pedro se retira.

Se Hugo pôde cativar a esse ponto um imperador letrado, mas que não era escritor de ofício, pode-se imaginar a fascinação que ele exerceu sobre os intelectuais brasileiros.

Esse fascínio pode ser medido, em primeiro lugar, pelas referências explícitas ao próprio Hugo. Uma das mais antigas está no poema *Sub tegmine fagi*, de Castro Alves: “Trei contigo pelos ermos, lento / Cismando, ao pôr do sol, num pensamento / Do nosso velho Hugo! / Mestre do mundo! Sol da eternidade / Para ter por planeta a humanidade, / Deus num cerro o fixou.” Parodiando um poema do próprio Hugo, em que ele compara duas ilhas, Córsega e Santa Helena, lugares de nascimento e morte de Napoleão, Castro Alves compara Santa Helena, lugar de exílio de Napoleão, com Jersey, lugar de exílio de Victor Hugo: “São dois marcos miliários / Que Deus nas ondas plantou. / Dois rochedos onde o mundo / Dois Prometeus amarrou!... / São eles os dois gigantes / Num século de pigmeus.” Pedro Luís exalta o Hugo exilado: “Ei-lo! O gigante altivo! O poeta soberbo! / Na ilha do exílio por ele sagrada! / Impávido encara da terra os tiranos / Bradando à sua pátria vencida, humilhada. / Não canta somente do mundo as desgraças, / Não chora somente do povo o martírio; / Anima, incendeia com a luz da esperança / Aqueles que passam da dor ao delírio / E aqueles que crêem, que esperam gemendo / Um raio de luz, de amor e verdade / Elevam suas vistas ao gênio da França / Que espera, que geme, que quer liberdade.”

A hugolatria continuou bem depois da morte do poeta, estendendo-se a boa parte do século XX. Os parnasianos estavam entre os oficiantes mais entusiásticos do culto a Hugo. Olavo Bilac usou como epígrafe os versos de Hugo: “*Le poète est ciseleur / Le ciseleur est poète.* – O poeta é cinzelador / O cinzelador é poeta.” Num soneto de Raimundo Correia, Hugo era ao mesmo tempo a

musa colérica que fustigava os déspotas e a musa que tinha palavras de bondade para os mansos, como o rochedo de Guernesey, que sabia repelir os vagalhões e oferecer musgo aos pássaros para a construção dos ninhos.

Mas foi por ocasião do falecimento de Hugo que seu endeusamento foi levado às últimas conseqüências. Os edifícios públicos hastearam a bandeira a meio pau. Fez-se uma coleta para a construção de uma estátua. Todos os jornais da Corte e das províncias publicaram editoriais e poemas pranteando a morte do homem do século. Para Euclides da Cunha: “Em nossa alma se arqueia / Cada folha imortal de seus imensos poemas / Como um céu estrelado / Desses eternos sóis: o canto, a estrofe e a idéia.” Joaquim Nabuco dedicou ao morto um poema em francês: “*J’entends parler de deuil et de mort – Ironie. / Quand la nature sent, comme un subit éveil / Dans l’immortalité se lever le Génie, / Traçant sur la pensée un cercle de soleil. / Les Dieux ne meurent pas. C’est la mort qui les crée... / Notre siècle en fit un: le Zeus de Marengo / Grand comme l’océan, fort comme la marée / Et nous venons d’en faire encore un autre: Hugo.*” Machado de Assis também contribuiu com um epicedio: “Um dia, celebrando o gênio e a eterna vida, / Victor Hugo escreveu numa página forte / Estes nomes que vão galgando a morte... / Calderón, e logo após Cervantes; / Voltaire que mofava, e Rabelais que ria; / E para coroar esses nomes vibrantes, / Shakespeare, que resume a universal poesia; / E agora que ele aí vai galgando a eterna morte, / Pega a História da pena e na página forte / Para continuar a série interrompida, / Escreve o nome dele, e dá-lhe eterna vida.” Surgiu até uma quadra em latim, logo traduzida para o grego, o inglês, e o francês: “*Non periit; vivit! Namque est aeterna poesia! / Nomine si Victor, mortis et ille fuit! / Augustam inveniens terram se ad sidera tollit; Qui sidus terris aethere Stella micat.*” Não morreu, vive, pois é eterna a poesia. Vencedor no nome, Victor venceu também a própria morte. Achando a terra demasiado estreita, subiu aos céus. E astro, refulge como uma estrela no éter.

Outro indício eloqüente da irradiação de Hugo é fornecido, em segundo lugar, pelo número e qualidade das traduções. Mais de cem autores brasileiros

traduziram Hugo, e vimos que D. Pedro II estava entre eles. Machado de Assis traduziu *Les travailleurs de la mer* – “Os trabalhadores do mar”. Na poesia, o pioneiro parece ter sido Maciel Monteiro. Em 1841, ele traduziu o poema encantador que Hugo escreveu para Marie Nodier, por quem toda a geração romântica de 1830 estava apaixonada: “*Madame, autour de vous tant de grace étincelle / Votre chant est si pur, votre danse recèle / Un charme si vainqueur...*” A tradução consegue recapturar o ritmo do original: “Senhora! Em torno a vós tanta graça esplandece / Vossa voz é tão pura, transparece / Em vosso andar tão soberano encanto...” Em 1846, Gonçalves Dias traduziu em versos uma passagem em prosa de *Bug-Jargal*. O “*Pourquoi me fuis-tu, Maria? Pourquoi me fuis-tu, jeune fille?*” do original transformou-se, com muita elegância, em “Maria, por que me foges? / Por que me foges, donzela?” Castro Alves traduziu, também em versos, o mesmo trecho de *Bug-Jargal*. Foi também o autor de uma das traduções mais felizes de Hugo, o poema que este havia dedicado, em 1827, a seu então amigo Sainte-Beuve: “*L’aigle, c’est le génie! Oiseau de la tempête / Qui des monts les plus hauts cherche le plus haut faite...*” Ou, na versão de Castro Alves: “A águia é o gênio, da tormenta o pássaro / que do monte arremete o altivo píncaro...” Casimiro de Abreu prefere o registro lírico, como em *Hier soir*: “Ontem sozinhos, eu e tu, sentados / Nos contemplamos quando a noite veio...” Já no século XX, Vicente de Carvalho traduziu “*Vieille chanson du jeune temps*”.

A influência de Hugo pode ser aferida, em terceiro lugar, pela mais sutil das homenagens, a absorção subliminar do seu estilo e da sua retórica, que ia de uma certa semelhança de tom até a imitação mais ou menos consciente. Nesse terceiro registro, a cultura brasileira não citava Hugo, porque tinha se tornado ela própria hugoana. Sentimos a presença de Hugo em grande parte da linguagem da época, na eloquência parlamentar, na prosa, no jornalismo e na poesia, tanto épica quanto lírica. Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Francisco Otaviano, Álvares de Azevedo, Machado de Assis, Vicente de Carvalho, Luís Delfino, foram todos influenciados por Hugo. A chamada Escola Condoreira, de que Castro Alves foi o representante maior, é essencialmente hugoana na riqueza das metáforas e sobretudo em sua larga inspira-

ção humanitária. Impossível imaginar poema mais hugoano, na forma e no conteúdo, que “Vozes d’África”. Como observou Xavier Marques, “havia afinidade entre o talento de Castro Alves e o do mestre. Eram imaginações do mesmo tipo, eminentemente plásticas e amplificadoras, tinham a visão grandiosa e a idealização fácil, espontânea e poderosa... A leitura, larga e demorada, de Hugo foi para ele o toque mágico que as suas faculdades esperavam para afirmar-se com aquela modalidade definitiva e suas formas alterosas.” Frederico Severo, um contemporâneo de Castro Alves, vê em Castro Alves e em Victor Hugo: “Dois gigantes que se abraçam / Como dois adamastores / Da poesia os dois condores / Fazem ninho na amplidão. / Ambos têm a eternidade / Do rugir da tempestade.”

Essa influência difusa de Hugo na literatura brasileira foi diagnosticada com muito rigor por Machado de Assis, que apontou em autores tão diversos como Valentim Magalhães, Teófilo Dias e Afonso Celso Júnior, a ação de Victor Hugo. Mas para Machado faltava a esses autores algo que não faltara aos jovens românticos que no início do século tinham se agrupado em torno de Hugo: uma doutrina unificadora, como a fornecida por Hugo ao redigir o prefácio de *Cromwell*. Diga-se de passagem que o próprio Machado sofreu enquanto poeta a influência que havia apontado como crítico. Para Eugênio Gomes, as *Ocidentais*, de Machado, são as contrapartidas das *Orientales*, de Hugo, e um poema como “O círculo vicioso” se inspira diretamente no “Abîme”, de Hugo.

Mas a relação entre o Brasil e o Hugo não foi uma rua de mão única. Como tantos europeus, Hugo tinha um certo deslumbramento pelo Brasil, país exótico, de paisagem exuberante e que estava construindo uma civilização nova. Diz-se que ele tinha pensado em exilar-se no Brasil, antes de fixar-se em Jersey. Essa fascinação pelo Brasil se estendia ocasionalmente às moças brasileiras. Ele se encantou por uma brasileira chamada Rosita Rosa, que ele conheceu na Suíça, e que tendo se casado aos 14 anos, era viúva, mas virgem. A moça foi imortalizada num poema de *Les chansons des rues et des bois*. Entre várias outras qualidades picantes e sensuais, Rosita era “...Joyeuse et céleste! / Elle vient de ce Brésil / Si doré qu’il fait du reste / De l’univers un exil!”

Era uma forma simpática de gostar do Brasil, mas Hugo não era somente um velho fauno, era também um profeta da aproximação entre os povos. Quando seu amigo Charles Ribeyrolles morreu no Brasil, alguns jornalistas brasileiros pediram a Hugo que enviasse um epitáfio, no que foram prontamente atendidos. O epitáfio foi colocado na lápide de Ribeyrolles, no cemitério de Maruí, em Niterói. Talvez nosso confrade Marcos Almir Madeira, representante entre nós da cultura e da história fluminense, possa dizer-nos algo sobre o lugar em que repousa o amigo de Hugo. Junto com o epitáfio veio uma carta, que é uma verdadeira declaração de amor ao Brasil:

Sois homens de sentimentos elevados, sois uma nação generosa. Tendes a vantagem de possuir uma terra virgem e descender de uma raça antiga. Um grande passado histórico vos liga ao continente civilizador; unis a luz da Europa ao sol da América. É em nome da França que eu vos glorifico. Ribeyrolles já o havia feito antes de mim...Vós, povo brasileiro, honrais sua memória. É belo, é nobre isto! É a grande confraternização que aí se firma, é o encontro de dois mundos junto ao túmulo de um proscrito: é a mão do Brasil apertando a mão da França através dos oceanos... Ribeyrolles, com efeito, é tanto nosso como vosso... A proscrição que ora o fulmina aumenta a luminosidade da comunhão universal. Quando um déspota rouba-lhe a pátria, é belo que um povo dê-lhe um túmulo. Saúdo-vos e subscrevo-me vosso irmão, Victor Hugo.

Em 1871, Hugo celebra num jornal de Bruxelas a Lei do Ventre Livre. Em 1883, quando lhe comunicam haver sido fundado entre nós um Clube Republicano, responde aos republicanos brasileiros:

Vós cresceis. A Europa, o velho mundo  
Na história viveu o rápido segundo  
De sua vida. Sereis a Europa, depois de amanhã.  
O momento é crítico. Pois bem, tomai a mão  
Do futuro nascente que vos espera. Então

Nesse vasto Brasil, com árvores semeadas de ouro,  
Passarão o progresso, a força e a claridade;  
Vê-se sobre vossa frente uma aurora estival.

Qual a situação de Hugo no Brasil de hoje? Ele foi-se apagando entre nós, como um astro que se extingue depois de ter brilhado mais do que convinha. É um fato evidente no Brasil, onde não há mais crianças batizadas com o nome de Victor Hugo, como aconteceu durante cem anos. Hoje a única homenagem que nosso registro civil presta à literatura universal está na quantidade desproporcional de crianças que recebem o nome de Marcus Vinicius, como o nosso querido confrade, Marcos Vinicius Vilaça. Para os que não se lembram disso, Marcus Vinicius era o nome de um personagem de *Quo vadis*, de Sienkiewicz.

O processo de des-hugoização da cultura brasileira foi gradual. Em 1902, no primeiro centenário, houve ainda muitas manifestações em homenagem ao poeta, com muitos artigos e poemas, e até uma composição musical, uma canção do maestro Francisco Braga com palavras extraídas de *Les voix intérieures*. O primeiro centenário de sua morte, em 1985, passou praticamente despercebido. Neste bicentenário do seu nascimento, anuncia-se um Simpósio Internacional intitulado *Victor Hugo, un génie sans frontières*, a realizar-se entre 23 e 26 de julho, em Belo Horizonte, sob os auspícios da UFMG. Fora isso, fala-se muito na montagem brasileira do musical *Les misérables*, os suplementos literários publicam matérias esparsas, algumas de excelente nível, como as que saíram no suplemento *Idéias*, do *Jornal do Brasil*, e o amor brasileiro de Victor Hugo, à misteriosa Rosita Rosa, reaparece sob a forma de um samba-bossa gravado por Frédéric Pagès, denominado *Elle vient de ce Brésil*. Mas a honestidade manda dizer que o Victor Hugo que mais freqüenta os monitores dos internautas brasileiros parece ser Victor Hugo Aristizábal, notável artilheiro do futebol hispano-americano.

Do mesmo modo que a glorificação de Hugo entre nós refletia sua glorificação universal, seu eclipse no Brasil de hoje é um reflexo do seu eclipse no mundo.

Esse declínio é visível na interminável série de farpas e ironias desferidas contra o poeta, algumas ainda em vida de Hugo. Ele foi chamado de “cretino sublime”, por alusão à célebre expressão que Chateaubriand teria usado para descrever o jovem gênio — “criança sublime”. Diga-se, de passagem, que Chateaubriand repudiou depois a autoria dessa frase: “*Je n’ai jamais dit cette bêtise-là.*” Louis Veuillot, o católico ultra-legitimista, chamou Hugo de “*Jocrisse à Patmos*”. Jocrisse era um personagem ridículo de teatro, facilmente influenciável por qualquer um, e Patmos, bem entendido, era a ilha em que São João teria escrito o Apocalipse. Era uma maneira de criticar o misticismo profético dos últimos poemas de Hugo. Para Baudelaire, Hugo era um grande homem em que Deus, por uma insondável mistificação, amalgamou o gênio e a tolice. Seguindo a mesma linha, André Breton disse que Hugo “*était surréaliste, quand il n’était pas bête*”. Jean Cocteau definiu Hugo como “um louco que achava que era Victor Hugo”. Resta a mais devastadora dessas farpas, a celeberrima frase com que Gide respondeu a quem lhe perguntava qual era o maior poeta da França: “*Victor Hugo, hélas! — Victor Hugo, infelizmente!*”

O que está por trás dessa hostilidade? Em parte, o declínio se deve ao próprio excesso de adulação que Hugo recebeu em vida. Ninguém assiste impunemente à sua própria apoteose. Mais cedo ou mais tarde, os deificados serão vítimas da vingança dos que não ascenderam ao Olimpo. Além disso, a estatura de Hugo era tão descomunal, que ele precisava ser posto de lado pelas gerações seguintes, para que elas tivessem um lugar ao sol. Já se observou que o problema capital da literatura, depois de Hugo, era fazer algo de diferente do que fizera Hugo. Havia duas maneiras de livrar-se de Hugo, e as duas foram adotadas. A primeira foi a mumificação. Alguns grandes homens saem da vida para entrar na história. Victor Hugo saiu da vida para entrar nos currículos escolares. O grande demolidor dos clássicos foi transformado num clássico. Com isso, gerações de ginásianos passaram a odiá-lo. A batalha de *Hernani*, que em 1830 tinha provocado duelos, passou depois a provocar bocejos, pois tinha se tornado tão irrelevante quanto a batalha de Poitiers. A segunda reação foi de crítica aberta. Alegava-se que Hugo tinha envelhecido tanto em sua retórica quanto em sua ideologia.

É curioso: os que se revoltam hoje contra o estilo exuberante de Hugo estão repetindo, *mutatis mutandis*, os argumentos dos clássicos de 1830, contra os exageros dos românticos. Para os clássicos, Hugo desrespeitava, por sua desmedida, a sobriedade, o decoro, o bom gosto que desde Racine caracterizavam o teatro francês, do mesmo modo que com sua escandalosa mistura de sublime e do grotesco e com sua petulância em desconhecer a regra das três unidades, o inventor do drama romântico desmoralizava as bases da estética francesa, tal como ela fora codificada por Boileau para todos os tempos. Condenando o excesso de pirotecnia verbal de Hugo, sua ênfase, suas hipérboles, suas antíteses vertiginosas, suas personificações fulgurantes, os críticos de hoje não se dão conta de que estão se comportando com o mesmo filistinismo dos burgueses que na época da batalha de *Hernani* se indignavam com o colete vermelho de Théophile Gautier. Hugo disse que o Romantismo era o liberalismo em literatura. A linguagem de Hugo foi mais que isso, foi a Revolução Francesa na literatura. Como ele escreveu no poema “Réponse à un acte d’accusation”, o idioma que ele encontrou ao estrejar na vida literária era como o antigo regime, em que povo e nobreza viviam segregados em castas. Havia a palavra nobre e a palavra familiar, que nenhum literato sério ousaria empregar. Havia vocábulos-duques e vocábulos-plebeus. Sobre os batalhões de alexandrinos, Hugo fez soprar um vento revolucionário, e pôs um barrete vermelho no velho dicionário. Os tropos, escondidos debaixo das saias da Academia, tremaram. Hugo declarou as palavras livres e iguais. Então a ode, abraçando Rabelais, tomou uma bebedeira, enquanto as nove Musas, de seios nus, dançavam a Carmagnole. Sim, ele foi esse Danton, foi esse Robespierre. Bateu as mãos, bebeu o sangue das frases, tomou e demoliu a Bastilha das rimas, quebrou o jugo de ferro que prendia a palavra-povo, fez do pronome pessoal um jacobino, do particípio uma hiena e do verbo a hidra da anarquia. Graças a ele, a língua foi posta em liberdade. Fica difícil acusar de academicismo um poeta assim. Sim, o Romantismo tinha que ser ultrapassado, mas sem em nenhum momento perder de vista que era da subversão romântica que veio o impulso para a subversão modernista, e que sem a libertação da linguagem efetuada por Hugo não teria-



mos podido rebelar-nos contra o próprio Hugo. Tudo isso foi reconhecido por muitos dos que criticaram Hugo. Como lembrou Fernando Mendes Vianna, os grandes precursores da poesia moderna seriam impensáveis sem Hugo. Baudelaire deve a Hugo a estética do grotesco, de repulsivo, sem o qual não teria composto a “Charogne”; Rimbaud viu em Hugo “o maior dos videntes”; e Mallarmé declarou ser Hugo “o verbo personificado”. O jovem *sans-culotte* do verso foi também par de França e acadêmico, mas sem ele as vanguardas do século XX não teriam podido prosseguir a obra de destruição criadora iniciada pelo Romantismo.

Ultrapassada, a forma de Hugo? Ao contrário, é sobretudo pela forma que Hugo é imperecível. Artífice absoluto, transforma em alexandrinos perfeitos todos os enigmas do universo, todos os objetos inanimados, todas as abstrações do espírito humano. Sua facilidade formal é tão prodigiosa, que parece inverter a relação entre pensamento e linguagem: como notou Paul Valéry, tem-se a impressão de que para ele a linguagem deixa de ser um meio para a expressão do pensamento, e de que o pensamento se converte num meio a serviço da linguagem poética.

No entanto, essa impressão seria falsa. Hugo nada tinha de formalista. Esse poeta imortal era também um pensador, mas a questão está em saber se seu pensamento continua sendo válido. Mesmo os que admiram o estilo de Hugo têm algumas dúvidas sobre a atualidade de suas idéias. No fundo o crítico discorda dessas idéias, e em vez de rejeitá-las pura e simplesmente, declara-as obsoletas. É o que acontece com as grandes meditações poéticas de Hugo sobre o progresso da humanidade, sobre a lenta ascensão do homem em direção à verdade. Em vez de dizer abertamente que não acredita no valor moral do progresso, o crítico prefere dizer que essas concepções derivam de uma ideologia cientificista do século XIX, hoje irremediavelmente antiquada. Mas antiquada segundo que parâmetros? À luz das realidades contemporâneas, responderia o crítico, realidades que diferem em tudo das que caracterizaram o século XIX.

Mas a tese de uma descontinuidade radical entre as duas épocas precisa ser demonstrada. E não há melhor ocasião para isso que uma efeméride como a

nossa, que precisamente junta as duas pontas de um arco temporal, estendendo-se entre o presente da comemoração e o passado a ser comemorado.

Sabemos qual é esse passado, no caso do bicentenário: é 1802. Quais as forças históricas que atuavam nesse ano? Como elas se refrataram na personalidade de Hugo? Temos à nossa disposição, para responder a essas perguntas, um documento excepcional, o primeiro poema de *Feuilles d'automne*, que alude, justamente, a 1802: “Ce siècle avait deux ans”. É um dos poemas mais dolorosamente subjetivos de Hugo, e ao mesmo tempo aquele em que transparece mais claramente a interpenetração do destino individual e da história externa.

Em sua dimensão subjetiva, 1802 foi o ano de nascimento do poeta. Nesse ano, nascia em Besançon o filho do General Hugo, uma criança doentia, com poucas chances de sobrevivência, salvo da morte pela dedicação materna, graças à qual ele fora “duas vezes o filho de sua mãe”. Esse menino cresceu, sofreu muito, meditou muito, e se escrevia romances irônicos e punha em cena personagens diversos, era porque tudo no mundo fazia reluzir e vibrar sua alma de cristal, aberta a todas as vozes, “eco sonoro” no centro de todas as coisas.

Mas 1802 foi também o ano em que o destino do mundo estava sendo determinado por colossais forças históricas. Quais foram elas? Quando o século tinha dois anos, diz Hugo, “Roma substituía Esparta / Já Napoleão despontava sob Bonaparte, / E em muitos lugares a frente do Imperador / Quebrava a máscara estreita do Primeiro-Cônsul”. Com isso, Hugo identifica duas dessas forças: a austeridade jacobina de Esparta e a glória militar de Roma, ou seja, em linguagem menos metafórica, a República e o Império. No final do poema, aparece uma terceira força: a Vendéia, isto é, a tradição, o torrão natal, que em nome do antigo regime se opõe às duas vertentes da modernidade política, a republicana e a imperial. As três forças históricas se refratam nas escolhas adultas de Hugo. Muito freudianamente, ele nos diz que suas posições políticas foram moldadas por duas influências familiares, a paterna, representando o Império, e a materna, representando a tradição, e que ele evoluiu por escolha consciente, independentemente de protótipos familiares, em direção à

terceira constelação histórica remanescente, a liberdade republicana. Tudo isso está contido nos últimos seis versos:

Após ter cantado, escuto e contemplo,  
Ao Imperador caído erguendo um templo na sombra,  
Amando a liberdade por seus frutos, por suas flores,  
O trono por seu direito, o rei por seus infortúnios,  
Fiel enfim ao sangue que injetaram em minhas veias  
Meu pai, velho soldado, e minha mãe, vendean!

Em suma, ao evocar 1802, Hugo se percebe como produto de influências familiares, por sua vez engendradas por determinadas forças históricas, e nomeia claramente essas forças: o Império, a Tradição e a República.

Hoje é o século XXI que tem dois anos: “*ce siècle a deux ans*”. Supondo que neste momento esteja nascendo um novo Victor Hugo, como descreveria ele, quando se tornasse adulto, o ano de 2002? Estranhamente, tenho a impressão de que, apesar das mudanças ocorridas nos últimos duzentos anos, ele reencontraria em nossa época as mesmas três forças que seu poema tinha identificado em 1802: o Império, a Tradição e a República. Em 1802, o império era Napoleão, e hoje é Bush; a tradição era La Rochejaquelein, general da Vendéia feudal, e hoje é Le Pen, líder da Frente Nacional; a república era Mirabeau ou Robespierre, e hoje seriam os partidários de uma democracia mundial.

Se é assim, podemos encontrar em Victor Hugo todos os elementos para uma reflexão contemporânea. Primeiro, com o fim da Guerra Fria, o mundo vive hoje sob o jugo de uma nova realidade imperial. Para alguns, esse império é impessoal, anônimo, inevitável como uma força da natureza, e seu nome é globalização. Para outros, o império tem um rosto e uma bandeira: é o império americano. É possível que Hugo, acostumado com impérios que nada tinham de abstratos, achasse mais plausível essa segunda versão, e é sobre ela que vamos nos demorar. Sem dúvida, há diferenças de estilo e de QI entre o Imperador dos Franceses e o Presidente dos Estados Unidos, mas nos dois casos a arrogância de

César é a mesma. Como Napoleão, Bush quer impor sua lei ao mundo por uma autoridade usurpada: foi o próprio Bonaparte que pôs a coroa em sua cabeça, e foi o próprio Bush que se outorgou a estrela de xerife. Nos dois casos, o unilateralismo é a regra, e nos dois casos o poder militar é o argumento supremo.

Sabemos que numa certa fase de sua vida Hugo votou a Napoleão um culto irracional, manifestado em odes como “A la colonne de la Place Vendôme” (1827) ou “A la colonne” (1830). Mas sabemos também que desde o discurso de recepção na Academia Francesa, em 1841, Hugo temperava seu entusiasmo pela glória napoleônica com a condenação de sua política de guerra permanente: “Quando a guerra tende a dominar, quando ela se torna o estado normal de uma nação, quando ela passa ao estado crônico, quando há, por exemplo, 13 grandes guerras em 14 anos, por magníficos que sejam os resultados ulteriores, chega um momento em que a humanidade sofre... O sabre torna-se o único instrumento da sociedade; a força forja-se um direito próprio.” Mais tarde Hugo se torna virulentamente antimonarquista, e na *Légende des siècles* condena todos os reis, presentes e passados, sem abrir nenhuma exceção a favor de Napoleão. Fica evidente, nessa fase, que para Hugo o império é a negação dos princípios de liberdade individual estabelecidos pela Revolução Francesa e do direito de autodeterminação dos povos que a consciência civilizada do universo estava impondo no século XIX. O último poema de *Feuilles d'automne* é um grande hino de cólera contra todas as prepotências imperiais:

Odeio a opressão com um ódio profundo;  
Por isso, quando ouço, em qualquer canto do mundo,  
Sob um céu inclemente, sob um rei assassino,  
Um povo que degolam debater-se e gritar;  
Quando pelos reis cristãos entregue aos carrascos turcos  
A Grécia, nossa mãe, agoniza trespassada pela espada...  
Quando Lisboa, outrora bela e festiva  
Pende enforcada, com os pés de Miguel na cabeça...  
Quando um cossaco horrível, possesso de raiva

Estupra Varsóvia, descabelada e morta...  
Então, oh, eu maldigo em sua corte, em seu antro,  
Esses reis cujos cavalos têm sangue até o ventre!  
Sinto que o poeta é seu juiz! Sinto  
Que a musa indignada, com seus punhos possantes,  
Pode, como num pelourinho, amarrá-los em seu trono  
E fazer-lhes um jugo com sua covarde coroa...  
Marcados na testa com um verso que o futuro lerá.

Segundo, a ação avassaladora do império, quer ele assuma a forma da globalização, quer a do expansionismo americano, gera reações particularistas, defensivas, que se traduzem na reativação de especificidades locais, étnicas, culturais, religiosas. Reaparecem velhas patologias, que se julgavam há muito superadas, como o nacionalismo, o racismo e o fundamentalismo religioso. Algo de semelhante aconteceu na Vendéia, na época da Revolução Francesa. O furacão universalista que soprava de Paris, com sua tendência a dissolver os costumes seculares das velhas províncias francesas, sua religiosidade, suas fronteiras geográficas tradicionais, suas línguas, seus pesos e medidas, estimulou reações locais das quais a insurreição da Vendéia foi a mais perigosa para a jovem República. Hoje como ontem, esses particularismos são problemáticos. Não se pode resistir a pressões globais por meios locais. Uma realidade imperial, cuja jurisdição transborda todas as fronteiras, só pode ser combatida por meios igualmente transnacionais. Reações meramente locais são ou irrealistas, quando vêm da esquerda, ou perigosas, quando vêm da direita. Esse segundo caso é exemplificado por movimentos que pretendem lutar contra a globalização pela reativação dos valores tradicionais, como ocorre com a Frente Nacional de Le Pen.

O que pensaria Victor Hugo a respeito? Sabemos que no início o jovem ultramarquista se identificava com a causa da Vendéia. Aos 17 anos, Hugo celebra numa ode dedicada a Chateaubriand os “mártires” que tinham dado seu sangue para lutar contra a república sacrílega instalada em Paris. Mas com

a evolução das suas idéias políticas, o tom de Hugo se modifica. Em 1874, ele publica *Quatre-vingt-treize*, que tem entre os personagens principais um nobre implacável, o Marquês de Lancenac, que mobiliza as simpatias feudais dos camponeses da Vendéia e os arrasta para crimes inomináveis em nome do trono e do altar. Em 1877, Hugo publica a segunda série da *Légende des siècles*, que contém um poema intitulado “Jean Chouan”. Hugo continua admirando o heroísmo dos vendeanos, mas condena sem ambigüidade a sua causa:

Camponeses! Camponeses! Não tínheis razão  
Mas vossa recordação não apequena a França...  
Irmãos, nós todos combatemos; nós queríamos  
O futuro. Vós querieis o passado, negros leões;  
O esforço que nós fazíamos para subir aos píncaros  
Ai de mim, vós o fazíeis para voltar ao abismo...  
Nós, para fechar o inferno, vós para reabrir o túmulo.

Não há dúvida: são elementos para uma reflexão ainda atual sobre os desca-  
minhos do antiuniversalismo, quando ele assume a forma equivocada de uma  
volta a particularismos tradicionais.

Terceiro, há outra maneira de combater o globalismo: é atacá-lo no próprio  
terreno em que ele se manifesta, o terreno internacional. Temos que responder  
aos riscos de nivelamento e subordinação implícitos no globalismo dando um  
salto para frente, em vez de dar um salto para trás. Temos que caminhar, em  
suma, em direção a uma democracia mundial, capaz de fazer-nos participantes  
de todas as decisões que afetam os interesses do gênero humano, em vez de  
continuarmos sendo destinatários passivos de políticas adotadas à nossa reve-  
lia nos grandes centros de poder. É a grande idéia kantiana de uma república  
cosmopolita, a única susceptível de assegurar uma paz perpétua. Assim como  
no plano nacional a única alternativa aceitável ao império é a república, no pla-  
no internacional a única alternativa possível ao império mundial é uma repú-  
blica mundial.

De novo, o caminho foi mostrado por Victor Hugo. A evolução do jovem legitimista de 1820 em direção à república e à democracia é linear, sem nenhum retrocesso. E desde 1848, ele fala em república universal. Em conversa com Lamartine, logo depois da proclamação da República, o poeta das *Méditations poétiques*, chefe do governo provisório, diz que não é possível que um homem como Hugo não seja republicano. Hugo responde que mesmo duvidando da oportunidade da proclamação da república na França, considerava realmente essa forma de governo a mais digna de todas. E diz textualmente: “A república universal é a última palavra do progresso.” Dias depois, termina um discurso improvisado feito quando se plantava uma árvore da Liberdade na Place des Vosges, em frente à sua residência, com um grito veemente, muito aplaudido: “Viva a república universal!” Em 1867, o exilado de Guernesey entrevê o advento de uma grande nação: “Essa nação se chamará a Europa no século XX, e nos séculos seguintes, mais transfigurada ainda, será chamada a humanidade.”

É evidente que para ele essa república só poderá ser democrática. É o que fica óbvio quando ele confronta a república terrorista de 1793, que oprimia os cidadãos através de uma ditadura da virtude, com a república da qual ele se declarava partidário, fundada no respeito aos direitos humanos, e não na guilhotina. E seria uma república social, porque para ele mesmo que não fosse possível abolir o sofrimento humano, a abolição da pobreza era possível e necessária. No Congresso da Paz, em Lausanne, em 1867, Hugo foi mais longe: essa república não seria somente social, seria socialista. “Cidadãos, o socialismo afirma a vida, a república afirma o direito. Um eleva o indivíduo à dignidade de homem, o outro eleva o homem à dignidade de cidadão. Existe acordo mais profundo?”

Utopia? Ele pregou a unificação da Europa, vendo-a como um passo decisivo em direção à república universal, e isso na época era uma quimera. Hoje a Europa unida é uma realidade. É instrutivo saber como ele via, em 1855, os contornos dessa Europa:

O continente seria um só povo; as nacionalidades viveriam sua vida própria nessa vida comum; a Itália pertenceria à Itália, a Polônia pertenceria à Polônia, a Hungria pertenceria à Hungria, a França pertenceria à Europa, e a Europa pertenceria à humanidade. O grupo europeu sendo apenas uma nação, a Alemanha seria para a França, a França seria para a Itália o que hoje a Normandia é para a Picardia e a Picardia para a Lorena; não haveria mais guerra, e portanto não haveria mais exército...Uma moeda continental, única, tendo por ponto de apoio todo o capital europeu e por motor a atividade livre de 200 milhões de pessoas, substituiria e absorveria todas as absurdas variedades monetárias de hoje, efigies de príncipes, figuras da miséria.

Não, não é prudente ridicularizar as previsões de um autor que com 147 anos de antecedência anunciou o advento do Euro. Ele profetizou num extraordinário poema, “Le satyre” (O sátiro), a conquista definitiva da terra, dos mares e dos ares, e anteviu, no final da *Légende des siècles*, não só o triunfo da navegação aérea, como o advento das viagens interestelares: “*Et peut-être voici qu'enfin la traversée / Effrayante, d'un astre à l'autre, est commencée!*” (E eis talvez que enfim a travessia / Aterrorizadora, de um astro ao outro, começou!) Por que não seria ele igualmente exato em sua antevisão de uma república universal, democrática e social?

Mas suponhamos que as grandes premonições do nosso profeta sejam realmente irrealizáveis nas condições atuais. Nesse caso temos que fazer o que os psicanalistas fazem quando um paciente descarta uma interpretação verídica em nome da realidade: se isso acontece, é a realidade que é falsa, e não a interpretação. A realidade repressiva não pode ser usada como tribunal de última instância para refutar um pensamento libertador. Mesmo que Lyotard tenha razão quando decreta a extinção dos grandes ideais iluministas – as chamadas “grandes narrativas” – não é inútil invocá-los, porque sua rejeição pelo mundo moderno diz mais sobre esse mundo que muitos conceitos extraídos da atualidade mais viva. A relevância contemporânea de certas idéias pode estar em sua obsolescência, porque elas testemunham contra um presente que as transformou em anacronismos. Por esse critério, as guerras interétnicas e as agressões



imperialistas que envergonham o segundo aniversário do nosso século não têm o poder de invalidar os sonhos de fraternidade universal de Hugo. É nosso presente que deve ser marcado com ferro em brasa por não ter sabido transformar esses sonhos em realidades históricas.

Quando o século XIX tinha dois anos, o Brasil era uma sociedade escravocrata. O pensamento de Hugo foi usado por nossos abolicionistas para defender a extinção do regime servil. Agora que é nosso século que tem dois anos, que vemos em nosso país? A instituição monstruosa foi formalmente abolida, mas o que Nabuco chamava a “obra da escravidão” sobrevive em toda a sua infâmia: a pobreza abjeta em que vivem largas parcelas da população brasileira, composta em grande parte de descendentes dos antigos escravos. Não seria mal se fôssemos buscar no autor dos *Misérables* a inspiração para erradicar essa terrível seqüela da escravidão.

O *hélas* de Gide pesou durante cem anos sobre Hugo, como uma lápide funerária. Se não corrigirmos as injustiças que nos humilham diante do mundo, é bem possível que a lápide recaia sobre nós – sobre nosso povo, nossa terra, sobre o Brasil, *hélas*.



Deolindo Augusto de Nunes Couto  
Teresina, PI, 11/03/1902  
Rio de Janeiro, RJ, 29/05/1992

# Deolindo Couto: A Academia e a medicina

MURILO MELO FILHO

**D**eolindo Augusto de Nunes Couto foi um piauiense, que nasceu na sua Cidade de Teresina, dia 11 de março de 1902, há cem anos e dois meses, filho de um magistrado, Henrique José Couto e de Maria Nazaré Nunes Couto. E que morreu, aqui no Rio de Janeiro, aos 90 anos de idade, dia 30 de maio de 1992, há dez anos, portanto.

Estudou nos liceus de Teresina e de São Luís do Maranhão, vindo depois para Salvador, onde se matriculou na Faculdade de Medicina, contrariando a vontade do seu pai, que o queria formado em Direito.

Desde os seus tempos de acadêmico na Bahia, já demonstrava uma vocação inata para a Medicina, conquistando a invejável posição de primeiro aluno de sua Turma e transferindo-se depois para o Rio, onde finalmente se formou na Faculdade de Medicina do Estado.

Fundou e dirigiu o Instituto de Neurologia, instalado inicialmente aqui bem perto, na Rua da Glória. Foi médico do Serviço Nacio-

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, durante o Ciclo Centenário de Deolindo Couto, em 7 de maio de 2002. O Acadêmico Murilo Melo Filho é jornalista. Escreveu centenas de reportagens sobre o Brasil, entrevistou personalidades do mundo inteiro e tem vários livros publicados, entre os quais *O modelo brasileiro* e *Testemunho político*.

nal de Doenças Mentais. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* das Universidades Federais da Bahia e do seu Piauí. Foi professor emérito, vice-reitor e reitor da Universidade do Rio de Janeiro. Pertenceu aos Conselhos Federais de Cultura e de Educação, sendo deste último seu presidente.

Elegeu-se membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Nacional de Medicina, à qual presidiu em três biênios descontínuos, além de pertencer a outras instituições científicas no estrangeiro, como membro honorário das Sociedades Espanhola, Francesa, Americana e Argentina de Neurologia, da Multiple Sclerosis Society, e sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Foi delegado brasileiro na World Federation of Neurology e vice-presidente de congressos internacionais em Paris, Lisboa, Bruxelas e Roma.

A medicina foi sempre a sua predestinação, servindo-a com o espírito de cientista e destacando-se desde o início de sua carreira, no viés e na vertente de um admirável renovador.

Em 1944, publicou o livro *Clínica neurológica*. Em 1945, foi o autor de um trabalho sobre *O tremor parksoniano e a via piramidal*. Em 1961, escreveu o livro de crítica *Dois sábios ibéricos* e o livro de ensaios *Vultos e idéias*. Em 1976, publicou *Afrânio Peixoto, professor e homem de ciência*. E em 1980, *Clementino Fraga, o médico*, bem como numerosas conferências, relatórios, artigos e memoriais, publicados aqui e em vários outros países.

Em 1963, esta Academia se reuniu para eleger o sucessor do desembargador e poeta Adelmar Tavares, na Cadeira II. Havia vários candidatos, entre os quais Deolindo Couto, que se candidatava pela segunda vez. No dia 14 de outubro de 1963, logo no primeiro escrutínio, que durou exatamente treze minutos, Deolindo elegeu-se para esta Casa, aqui permanecendo 29 anos. A imprensa deu destaque à eleição, porque um competidor derrotado não se conformou com ela, atacou Deolindo violentamente e, até, logo depois, publicou um livro contra esta Academia.

A Cadeira II tem, como patrono, Fagundes Varela; como fundador, o grande artífice desta ABL, que foi Lúcio de Mendonça; como antecessores,

mais quatro juristas: Pedro Lessa, Eduardo Ramos, João Luís Alves e Ademar Tavares; e como sucessores: o antropólogo Darcy Ribeiro e o economista Celso Furtado, nosso querido confrade.

A solenidade de posse, realizada no dia 4 de dezembro de 1964, contou com a presença do Presidente da República, General Humberto de Alencar Castelo Branco, um cearense conterrâneo de Gustavo Barroso, um descendente de José de Alencar e um parente de Rachel de Queiroz, além dos ministros Luís Viana Filho, acadêmico e chefe do Gabinete Civil da Presidência; Flávio Suplicy, da Educação; Raimundo de Brito, da Saúde, e o Almirante Melo Batista, da Marinha; e também dos embaixadores da França, Paraguai e Portugal.

Em seu discurso de posse, proferido durante 80 minutos, o novo “imortal” começa dizendo: “Desde que aqui fui eleito, senti em mim, como nas redondilhas de Camões”:

[...] lembranças contentes  
 N'alma se representaram;  
 E minhas coisas ausentes  
 Se fizeram tão presentes  
 Como se nunca passaram.

Deolindo acrescenta: “Hoje, venho sentar-me numa poltrona iluminada pelas fulgurações de cultores do Direito e membros de altas cortes judiciárias.” Rejubilava-se depois por verificar que a Academia, sensível à influência das várias correntes do pensamento, elege candidatos das mais diversas áreas culturais: “Nesta prática, que Machado de Assis e Nabuco firmaram desde o princípio, residem a causa principal da nossa grandeza e o elemento fundamental do nosso prestígio.”

Aborda a seguir o entendimento da Medicina com as Letras, referindo-se ao caso do cirurgião e acadêmico francês, Henri Mondor, que nas pausas do seu trabalho, em uma ambulância de guerra, conheceu a grandeza de Mallarmé, iniciando uma exaustiva análise de sua poesia simbolista. E pergunta:

“Por acaso não estão na obra de Camões aspectos originais das doenças de então?

E William Litke, um grande ortopedista inglês, por acaso não encontrou em Shakespeare as anormalidades genéticas, descritas em Ricardo Terceiro?

E a doença de Pickwick, inspirada na rotunda e sonolenta personagem de Charles Dickens?

E a síndrome de Münchhausen, copiada do barão mitômano, que Erich Raspe tão bem descreveu?

E o complexo de *Alice no País das Maravilhas*, em que Charles Dodgson Lewis Carroll, o grande escritor inglês, expôs os distúrbios da personalidade, nos períodos de enxaqueca?

E o bovarismo, que Jules de Gaultier retirou da heroína de Flaubert?

E a epilepsia, referida várias vezes por Dostoievski?”

Deolindo Couto faz a seguir o elogio dos antecessores, começando pelo patrono, Luís Nicolau Fagundes Varela. E comenta os seus traços ciclotímicos, oscilante nas variáveis entre a alegria e a tristeza, numa excitação psicomotora e em sintomas de melancolia, agravados com o alcoolismo, as desventuras e tribulações sentimentais, o nomadismo e a instabilidade do humor, ora amoroso, ora elegíaco, ora patriótico, ora religioso.

Sobrevém seu salvamento num naufrágio do navio em que viajava do Rio para o Recife; a morte de um filho ainda pequenino, de três meses, e a seguir o falecimento da própria e bonita esposa do poeta, que legou ao patrimônio literário do País o “Cântico do Calvário”, um dos mais belos poemas da literatura brasileira. Tudo concorria para o estigma de sua existência, proscrevendo-o do convívio social e fazendo-o procurar no álcool o lenitivo e a própria inspiração – que levaram Sílvio Romero a rotular sua poesia de lirismo báquico. Seus estados oníricos, produzidos pela embriaguez, eram semelhantes aos de Hofmann, Poe, Schiller, Van Gogh e El Greco. Sob o efeito desse onirismo, Fagundes Varela versejava:

Pois bem, seja de vinho,  
No delirar insano,  
Que afogue minhas lágrimas, mesquinho!...

[...]

Mais vinho! Oh! filtro mago!  
 Só tu podes no mundo  
 Mudar os giros do destino vago,  
 E fazer do martírio um doce afago,  
 De uma taça no fundo!  
 (“A diversão”)

[...]

Quero morrer! Este mundo  
 Com seu sarcasmo profundo  
 Manchou-me de lodo e fel!  
 Minha esperança esvaiu-se,  
 Meu talento consumiu-se  
 Dos martírios ao tropel!  
 [...]  
 (“Noturno”)

Angustiado e sofrido, Fagundes Varela preocupou-se com os problemas políticos e sociais brasileiros, sobretudo a Abolição.

Os críticos costumam dizer hoje que ele foi um byroniano pessimista como Álvares de Azevedo; um indianista exaltado como Gonçalves Dias e um poeta social como Castro Alves. Estava participando de um banquete, quando, vítima de uma trombose cerebral, morreu prematuramente, com apenas 34 anos.

Sobre Lúcio de Mendonça, fundador de sua Cadeira, diz Deolindo que “foi um poeta lírico e jornalista combatente; um romancista e crítico; um magistrado e orador; um criador e crente nesta Academia, da qual se fez um pertinaz idealizador”. Foi um menino que aprendeu a ler sem professor, inaugurando-se na poesia com um livro prefaciado por Machado de Assis.

Ingressa na vida forense. Líder republicano, vai aos teatros e à praça pública, defendendo suas idéias, jamais, porém, abandonando sua poesia. E coroa a vida como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Na luta para fundar esta Academia, mobiliza todas as energias, investe contra hesitações e hostilidades e aplica a si mesmo a frase de Victor Hugo: “Escrevia com uma mão e combatia com as duas.”

Já cego e afastado de tudo, e um ano antes de morrer, recebe certo dia de Machado um exemplar do *Memorial de Aires*, recém-publicado. E agradece: “Deixe que lhe beije as mãos criadoras. Este seu será o primeiro livro que vou ler com os olhos de outrem.”



De Pedro Augusto Carneiro Lessa, o segundo ocupante da Cadeira de Deolindo, sabe-se que foi chefe de polícia em Minas, também ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado em 1907 e eleito para esta ABL, em 1910. Formou-se num ambiente positivista e evolucionista, influenciado pelas idéias de Comte e de Spencer. Às suas sessões no Supremo Tribunal Federal acorriam estudantes e profissionais do Direito, para ouvir-lhe a palavra oracular e a sentença justa.

Certo dia, segundo revela Castro Rebello, a consciência abriu-lhe as portas da Fé e ele morreu envolto na pureza das suas convicções.

De acordo com Deolindo, o baiano Eduardo Pires Ramos, um dos seus antecessores, foi um jurista, escritor e político, promotor e catedrático de Legislação Comparada. Na República, foi deputado e senador, tendo no ano de 1900 apresentado um projeto, depois transformado em lei, que reconhecia esta Academia como instituição de utilidade pública. Em 1922, elegeu-se para a Cadeira nº II, mas não chegou a ocupá-la, porque morreu antes.



O ocupante seguinte desta Cadeira foi João Luís Alves, um mineiro nascido em Juiz de Fora e integrante do grupo de Afonso Arinos, Carlos Peixoto e Mendes Pimentel, que ingressou no Ministério Público, passou à Magistratura e, como aconteceu com Lúcio de Mendonça e Pedro Lessa, chegou ao Supremo Tribunal Federal.



À semelhança do nosso prezado confrade Oscar Dias Corrêa, João Luís Alves transitou pelos três Poderes da República – o Judiciário, o Executivo e o Legislativo – porque foi promotor público, juiz municipal e curador de órfãos, transferindo-se para a advocacia e a política, quando se elegeu prefeito da cidade mineira de Campanha; foi, a seguir, deputado estadual e duas vezes deputado federal, além de senador, ministro da Justiça e do Supremo, onde se empossou dia 24 de janeiro de 1925. Em seguida, viajou para a Europa e, meses depois, faleceu em Paris.



Deolindo refere-se então ao seu antecessor direto, o também magistrado Ademar Tavares da Silva Cavalcanti, um pernambucano nascido no Recife (provavelmente, quem sabe?, até um ancestral do nosso confrade Evandro Lins e Silva), que já no seu primeiro mês de vida era transferido com a família para a cidade de Goiana, no interior do Estado, cujos sinos consagraria depois nos seguintes versos:

Sinos de Goiana, que saudade imensa  
Trazem esses sinos ao meu coração.  
Nove igrejas – nove – tocavam sinos:  
Da Igreja da Misericórdia, por defuntos ricos,  
Da Igreja do Rosário, pobre, por um negro irmão.

Ademar Tavares retorna com a família ao Recife e ingressa no Instituto Ginásial Pernambucano, onde mais tarde Múcio Leão e Barbosa Lima Sobrinho iriam encontrar vestígios de sua passagem. Entra depois para a Faculdade de Direito do Recife, cujas Arcadas haviam servido como palco de tribunos famosos, que pregavam a Abolição e a República. No Teatro Santa Isabel, escuta a palavra de Clóvis Beviláqua, “tão mansa quanto sábia”, e ouve a majestosa linguagem de Nabuco, que relembra, em sua última viagem ao Brasil, momentos dramáticos da Abolição.

Em 1910 chega ao Rio, é admitido no Ministério Público e, em 1940, é nomeado desembargador do Tribunal de Apelação do então Distrito Federal, onde lutou para conciliar a sua veia poética com os deveres da magistratura, tentando imitar Raimundo Correia, igualmente como ele, um misto de poeta e de magistrado.

Deolindo lembra ainda que Adelmar Tavares fora, sobretudo, um grande prosador e um excelente trovador.



Coube ao Ministro e Acadêmico Luís Viana Filho saudar o novo imortal. E leu um discurso que havia contado com a importante colaboração de Josué Montello e de Pedro Calmon. Começou fazendo votos para que Deolindo se sentisse inteiramente à vontade na poltrona “imortal” que Monteiro Lobato, nas cartas a Godofredo Rangel, confessou que tanto o assustava. E disse:

“Espero que não vos assusteis. Devo, porém, advertir que a nossa Academia é misteriosa, com segredos pelos quais pagamos um certo preço, pois existem os que não nos aceitam como somos.

As sucessões, nesta Casa, nem sempre têm muita lógica. Um orador sucede a um romancista ou vice-versa. Um poeta toma o lugar de um historiador.

Um médico sucede a um filósofo, um jornalista a um militar, e um esquerdistas a um candidato de direita.”

Já dizia Mário de Alencar: “Afim, não somos uma agremiação de sábios.”

Luís Viana Filho assinalou que jamais inscrevemos em nosso pórtico aquilo que, para afastar os profanos, se inscreveu na Academia de Platão: “Só entra aqui quem for geômetra.” E prosseguiu:

“Graças a isto, alimentamos o orgulho de termos elegido o cientista Osvaldo Cruz e o inventor Santos-Dumont, que certamente aqui não seriam eleitos

se lhes tivéssemos solicitado, como passaporte – e de suas autorias – um volume de poesias ou um romance”.

Neste assunto, a Academia Francesa – nossa matriz e nosso figurino – é muito sábia quando, nos seus quase 400 anos de existência, vem reservando uma cota para os notáveis: o fisiologista Claude Bernard; o químico Marcelin Berthelot; os marechais Foch, Weygand e Villars; o fundador e I<sup>o</sup> presidente, Cardeal Richelieu; mais recentemente, o pesquisador Jacques Cousteau e o cineasta René Clair.

Enquanto isto, a Academia Francesa não teve, entre os seus membros, intelectuais importantes como Molière, Marivaux, Stendhal, Baudelaire, Flaubert, Zola e Balzac.

Mas, segundo informa o nosso Eduardo Portella, ela se penitenciou depois, inaugurando um busto de Molière, no seu teatro, com a seguinte legenda: “Rien ne manque à sa gloire; il manque à la nôtre.”

Victor Hugo foi recusado em três tentativas. Só conseguiu eleger-se na quarta vez. Em compensação, Henri Montherland, um arrepiado ouriço do mundo intelectual francês, foi eleito sem pedir um só voto aos acadêmicos.

Machado e Nabuco, prevendo as incompreensões que desabariam sobre o nosso telhado (e até mesmo para testar a sua solidez), já aconselhavam que deveríamos atrair para cá, também, os expoentes do País.

Talvez por tudo isto sejamos hoje a mais ambicionada instituição cultural do Brasil – e a que dispõe dos maiores índices de credibilidade pública – à qual a pátina do tempo, como queria Nabuco, tem acrescentado: solenidade, tradição e mistério.

Dirigindo-se ao novo Acadêmico, declarou Luís Viana Filho:

“Meu querido Deolindo Couto: fostes o último candidato a receber nesta Casa o voto de Carlos Magalhães de Azeredo, que era o único sobrevivente do quadro de fundadores desta Academia.

É luminoso o caminho pelo qual, partindo de onde nascestes, na Rua da Glória, em Teresina, chegastes até aqui, seguindo a frase de Maurice Barret, para o qual ‘cada um de nós segue a estrada que começa em sua aldeia’.

Foi também aqui, na Ladeira da Glória, que aquele menino do Piauí, nascido numa ruazinha do mesmo nome, iria inaugurar o Instituto de Neurologia, um dos monumentos que tanto glorificaram sua vida.

Passastes pela Vigésima Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, com um grande professor, que se chamava Antônio Austregésilo.

Estivestes no Hospital Salpêtrière, de Paris, onde, certa manhã, o Professor Haguenu vos pediu que examinásseis um doente estranho, sendo depois por ele apresentado: ‘Ici, le Professeur Coutô, qui, ce matin, nos a enseigné, beaucoup’.”

E concluiu Luís Viana Filho:

“Aqui, os vossos admiradores de ontem serão os vossos companheiros de amanhã e de sempre. Lembro uma frase de Catão: ‘As raízes das letras são amargas, mas os seus frutos são doces’.

São estes os frutos que, entre nossas alegrias, estais hoje a recolher. Esperamos que eles vos sejam abundantes. E que possais continuar a colhê-los com a tranqüilidade de quem os semeou, penosamente.

Esses frutos maravilhosos vos pertencem. Eles são feitos de sonho e de ilusão, e, por isto mesmo, imperecíveis.

É esta a recompensa aos homens como vós, que passam pela vida inspirados num ideal de beleza, de ciência e de cultura.”

No dia 21 de agosto de 1964 Deolindo faz sua estréia aqui, como acadêmico, falando sobre o centenário da morte de Antônio Gonçalves Dias. Analisa a figura do poeta como cientista, suas origens raciais, seu tipo físico e sua formação intelectual:

“Gonçalves Dias foi membro do Instituto Histórico e viu-se convidado pelo Imperador Pedro II para importantes missões culturais. Ele foi um verda-

deiro nacionalista, tanto nas letras e na poesia, como no Magistério e na Ciência, através de uma grande obra realizada em apenas 41 anos de vida, cheia de sacrifícios, dissabores e doenças, com um casamento desastroso, uma esposa ciumenta e violenta, num relacionamento tempestuoso, cheio de brigas.

Criou a imagem épica e romântica do índio brasileiro, através de *Os Timbiras*, o *Dicionário da língua tupi*, *Os primeiros cantos*, os *Segundos* e os *Últimos cantos*, dos quais os pontos mais altos foram 'I-Juca Pirama' e 'Canção do exílio'. Nasceu no Maranhão, filho de um português com uma índia mestiça e cafusa, conterrâneo do nosso tão admirado Decano Josué Montello.

Depois, o pai se casou, abandonando a companheira indígena, e levando o menino para ser educado pela madrasta. Aos 13 anos, perdeu o pai; a madrasta, porém, financiou o seu projeto de estudar na Universidade de Coimbra, pela qual se bacharelou em Direito, retornando depois ao Maranhão.”

Segundo Deolindo, Gonçalves Dias atingiu o ápice da poesia nativa graças à sua força dramática e ao seu ritmo exuberante, com um indianismo que misturava o natural e o sobrenatural; o mítico e o lógico; o lendário dos índios e o universal dos cristãos.

Foi um virtuose nas *Sextilhas de Santo Antão* e, com José de Alencar, constituiu a “dobradinha” que libertou a incipiente literatura brasileira do colonialismo português.

Pergunta Deolindo: “Complexado, doente, vítima de muitos recalques e angústias – com um arsenal de tantos fatores contrários – como é que Gonçalves Dias conseguiu produzir uma obra tão fantástica, de tão variada criatividade e de tanto talento poético?”

Em 1862, ele vai à Europa, em busca de melhoras para a saúde já muito frágil e escassa, mas, em seu regresso, dois anos depois, a 3 de novembro de 1864, morre tragicamente no afundamento do navio *Ville de Boulogne*, à vista do litoral maranhense. Retido no camarote, tornou-se a única vítima do naufrágio.



Deolindo Couto foi um homem todo especial: ao mesmo tempo catedrático de Medicina, reitor da Universidade do Rio de Janeiro, presidente da Academia Nacional de Medicina, por três vezes e membro desta ABL, conferencista no Brasil e no Exterior, com viagens anuais à Europa, ainda conseguia manter um consultório, onde diariamente atendia a dezenas de clientes.

Mas não eram doentes do estômago, do fígado, dos ossos, dos pulmões ou dos rins, mas sim doentes da alma, da cabeça, do espírito, dos nervos e da psiquê, necessitados de tratamentos mais delicados, mais longos e mais trabalhosos.

Pois bem. Ao final do dia, naturalmente estressado, ele fechava o consultório e, em casa, refugiava-se em Camões, Camilo, Bilac, Euclides, Machado, Fagundes Varela e Gonçalves Dias.

Conseguiu a façanha de ser, simultaneamente, um grande médico e um admirável intelectual.

Deolindo foi também um pioneiro de grandes avanços na Neurologia brasileira, com novas e revolucionárias técnicas e procedimentos. Desenvolveu a angiografia cerebral, permitindo revelar radiograficamente a circulação do sangue no cérebro, após a injeção do contraste na artéria carótida. Introduziu a lobotomia pré-frontal, um processo cirúrgico muito eficiente no tratamento da paranóia e da esquizofrenia.

Josué Montello contou-me recentemente que, por volta de 1974, acordou certa noite sobressaltado com uma crise de labirintite. Tinha a sensação de estar a bordo de um navio, ondeante, em alto mar. Com o labirinto e o mundo a rodarem em volta de si, Josué recorreu a Deolindo, que facilmente lhe receitou alguns comprimidos, devolvendo-o à terra firme.

Certa vez, Deolindo recebeu, em seu consultório, um cliente com um caso complicado: tratava-se simplesmente de um marido traído e que chorava copiosamente a sua desventura conjugal. Depois de receitar-lhe um calmante, levou-o à porta e lhe disse, à guisa de consolo:

– Não se preocupe, meu filho, porque uma das poucas pessoas honestas na vida é mesmo a mãe da gente.

Numa quinta-feira, durante um dos nossos chás, Osvaldo Orico estava sufocado com um acesso de tosse, quando Josué Montello lhe deu uma pastilha de hortelã. Deolindo ia chegando, assistiu à cena e advertiu:

– Cuidado, Josué. Você pode ser processado por exercício ilegal da Medicina.

Ao aceitar outra pastilha, dada também por Josué, Deolindo acrescentou:

– E eu vou terminar depondo no processo, para testemunhar que também fui medicado por você.

Acadêmicos seus contemporâneos ressaltam hoje que, sob a capa de uma aparente mansuetude e tranqüilidade, se escondia um temperamento trepidante e inquieto, sempre apressado, com tiques e cacoetes nervosos.

Apoiando sua candidatura à presidência do Conselho Federal de Educação, Josué Montello foi pedir o voto ao Conselheiro Dom Helder Câmara, que ponderou:

– Mas Deolindo se mexe demais e tem um tique de cabeça muito nervoso.

Josué reagiu:

– Pois eu ainda hoje vim de Copacabana, como seu carona, ele no volante e nada nos aconteceu.

E Dom Helder:

– É, Josué, você tem o corpo bem fechado e um santo muito forte.

Na presidência do Conselho Federal de Educação, Deolindo destacou-se como um homem capaz e enérgico. Havia um conselheiro muito omisso, que quando comparecia, era em rápidos minutos, permanecendo de pé e bem próximo da saída. Numa dessas poucas freqüências, Deolindo aproveitou-se dela:

– Colocarei agora este parecer em votação, velozmente, para usufruir da presença do nosso Conselheiro, tão arisco e tão fugaz.

Deolindo foi, ainda, um discípulo da medicina judaica de Romberg e da medicina francesa de Jean-Martin Charcot, mestre de Freud e da patologia nervosa, com a definição dos primeiros sintomas da histeria. (Ficaram famosas as aulas de Charcot no Hospital Salpêtrière. E algumas doenças hoje trazem o seu nome.)

Deolindo tinha também uma especial admiração por mais dois estrangeiros: um era Maurice Godeket, médico e literato francês, que aos 75 anos já se considerava um excedente da vida; e o segundo era Antônio Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, o grande cirurgião português, que foi depois deputado, embaixador em Madri, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, deixando mais de trezentas obras e recebendo, em 1939, o Prêmio Nobel de Medicina.

Deolindo foi igualmente um médico e um cientista atento e antenado aos solavancos modernizadores e aos cânones de sua profissão.

Dizem os Acadêmicos Antonio Olinto e Carlos Heitor Cony que nele se distinguia justamente esta sua competência profissional, como neurologista, misturada às preocupações literárias, como intelectual. Revelava sempre uma cultura-surpresa para todos quantos o viam apenas como médico. E afirmam os confrades Marcos Almir Madeira e Sergio Corrêa da Costa que jamais alguém o consultou sobre uma dúvida nas letras que não saísse com uma solução e uma resposta certas. Dominava os horizontes culturais com um espírito de ampla sabedoria. Era um esplêndido expositor, com controle absoluto sobre a seqüência do seu pensamento: ia sacando as citações numa ordem impecável, como se houvesse gavetas em seu cérebro privilegiado.

Ao falar nesta Casa, a todos surpreendia com verdadeiras aulas de erudição, nas expressões e imagens de que se utilizava e nas invocações e referências que enriqueciam seus textos. Era um senhor absoluto e dominador da palavra escrita e falada, que manejava como um exímio mágico e maestro, na orquestração e regência de suas frases. Fetichista da palavra, tinha por ela verdadeira obsessão, com o bom gosto de construir uma oração bonita e correta.

Geraldo França de Lima – grato pelos votos que dele recebeu – afirma que seus discursos eram límpidos e fluentes. E eu acrescento que eles não tinham um adjetivo a mais e um advérbio a menos, que transcorriam, escorregadios, como um rio no seu talvegue, a deslizar de sua nascente até o estuário no oceano.



Em sua vida, combinou maravilhosamente a arte de medicar com a magia de escrever, com o brilho próprio de um homem que, oriundo das humildes terras do seu Piauí, dedicara toda a sua vida à medicina e às literaturas brasileira, portuguesa e universal.

Camiliano fanático, chegou a possuir uma das maiores coleções bibliográficas sobre Camilo Castelo Branco, do qual costumava dizer:

Órfão muito moço, tentou, como eu, estudar Medicina. Mas, diferente de mim, estudou Direito e foi seminarista na Cidade do Porto, sendo, depois, um jovem atormentado e boêmio, nos mundéus e armadilhas de muitas aventuras sentimentais, entre as quais Ana Plácido, com quem passou a viver quando já tinha 38 anos de idade. Esteve em vários empregos, sempre mal remunerado.

Como jornalista, viu desabrochar todo o seu vigor de literato, sendo um dos mais versáteis escritores de Portugal: escrevia artigos sobre os mais diversos assuntos, e, não raro, sobre mais de um, por dia.

Entre 1851 e 1890, ao longo de quase 40 anos, Camilo escreveu mais de duzentas e sessenta obras, com a média superior a 6 por ano, num tempo em que eram redigidas à mão, sem máquinas datilográficas ou computadores.

E quando morreu, deixou publicados vários romances, entre os quais *Anátema*, o primeiro deles, além de uma massa enorme de textos inéditos: comédias, folhetins, poesias, ensaios, prefácios, traduções e cartas – todo esse material escrito com assinatura própria ou pseudônimos, como Manoel Coco, Saragoçano, A.E.I.O.U., Árqui-Zero e Anastácio das Lombrigas, numa das mais prolíficas e fecundas obras da literatura lusitana.

Apesar de toda essa fecundidade, Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco não permitiu que ela prejudicasse a sua beleza idiomática e a dimensão do seu vernáculo, que o transformaram numa das maiores expressões como mestre da língua portuguesa.

Face a tudo isto, por ele eram enormes a veneração e o respeito de Deolindo.



Existe geralmente nos médicos, como existiu em Deolindo, uma atração pelas inquietações literárias. São mestres do bisturi, das seringas, das receitas, das radiografias, dos laudos e dos estetoscópios, mas também amantes da literatura, que nos interregnos de suas atividades profissionais encontram refúgio, bálsamo e refrigério num romance, num ensaio ou num poema.

Nesta Academia, Deolindo prosseguiu na linhagem dos magníficos médicos e cientistas, alguns dos quais por aqui haviam passado antes dele, e outros foram aqui seus contemporâneos, como os que se seguem:

Primeiro, Francisco de Castro, baiano, segundo ocupante da Cadeira 13, professor de Clínica Médica e autor de *Harmonias errantes*, um livro de poesias.

Segundo, Osvaldo Cruz, da Cadeira 5, pioneiro da Medicina Experimental, que erradicou a febre amarela no Rio de Janeiro, instituindo a vacina obrigatória, a qual, precisamente às 19 horas do dia 14 de novembro de 1907 (véspera do aniversário da República), provocou uma rebelião na Escola Militar da Praia Vermelha, com 200 alunos marchando para o Catete, sob o comando do General Travassos e do Senador Lauro Sodré, numa baldada tentativa para deporem o Presidente Rodrigues Alves, bisavô aqui do nosso dileto confrade Afonso Arinos de Melo Franco. No último ano de sua vida, Osvaldo Cruz foi prefeito de Petrópolis.

Terceiro, Aloísio de Castro, sucessor de Osvaldo Cruz na Cadeira 5, poeta, prosador e autor de obras musicais, literárias e médicas, como *Semiótica do sistema nervoso* e *Distrofia gênito-glandular*, além de *Caminhos* e *Canto do Senhor*.

Quarto, Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães, obstetra e ginecologista, que deixou mais de 200 títulos publicados, fundou a Pró-Matre, dirigiu a Maternidade do Rio de Janeiro, presidiu esta Academia de 1929 a 1932, elegeu-se para a Constituinte de 34, reelegendo-se em seguida, mas sendo cassado pelo Estado Novo em 37. Foi também um excepcional orador.

Quinto, Miguel Couto, da Cadeira 40, reformou o ensino de Clínica Médica, presidiu durante vários anos a Academia Nacional de Medicina, autor de *Diagnóstico precoce da febre amarela* e *A gangrena gasosa fulminante*. Foi também deputado na Constituinte de 34, morrendo logo no primeiro ano do mandato.

O sexto, Miguel Osório de Almeida, quis ser engenheiro mas terminou médico. Criou a teoria matemática da radioterapia. Representou o Brasil na UNESCO. Aqui, ocupou a Cadeira 22. Foi Doutor *honoris causa* das Universidades de Paris, de Lyon e de Argel. Escreveu o I<sup>o</sup> volume do seu *Tratado de fisiologia* (que deixou incompleto), além do romance *Almas sem abrigo*.

O sétimo, Antônio Austregésilo Rodrigues Lima, pernambucano e mestre de Deolindo, com um renome que ultrapassou as fronteiras do país. Usava o pseudônimo de Antônio Zilo e foi incluído entre os escritores da segunda geração simbolista. Cultivou vários gêneros literários. Autor de *Conceito clínico das psico-neuroses* e mais dois livros de prosa poética, com os títulos de *Manchas* e *Novas manchas*.

O oitavo, Clementino da Rocha Fraga, baiano, da Cadeira 36, representou o Brasil no XVII Congresso Internacional de Medicina, em Londres. Pertenceu às Academias de Medicina e de Letras, sendo em ambas colega de Deolindo. Publicou *Fronteiras da tuberculose*, além de livros sobre Osvaldo Cruz e Afonso Celso.

O nono, Júlio Afrânio Peixoto, também baiano, doutorou-se com a tese *Epilepsia e crime*. Foi diretor do Instituto Médico-Legal. Elegeu-se para a Academia Nacional de Medicina e para esta ABL, da qual foi presidente em 1923, recebendo do governo francês o Petit Trianon, edifício construído para ser o pavilhão da França no centenário da nossa Independência, situado neste endereço da Av. Presidente Wilson, 203. Afrânio escreveu os romances *A Esfinge*, com grande sucesso, *Maria Bonita*, *Fruto do mar*, *Sinhazinha*, *As razões do coração* e *Uma mulher como as outras*, tendo sempre as mulheres como principais atrizes e agentes na trama e na urdidura dos seus enredos. Foi deputado federal pela Bahia, de 1926 a 1930.

Décimo, João Guimarães Rosa diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas e durante dois anos clinicou em Itaúna. De regresso a Belo Horizonte, atuou como médico voluntário junto às tropas que combatiam o movimento constitucionalista de São Paulo, ingressando poucos meses depois na Força Pública de Minas, como capitão-médico. Entrou depois na carreira diplomática, servindo em Hamburgo, Baden-Baden, Bogotá e Paris.

Nomeado Ministro de Primeira Classe, chefiou o Departamento de Fronteiras do Itamaraty. Recebeu o Prêmio Machado de Assis desta Academia, pelo conjunto de sua obra. Em 1937, havia estreado com *Sagarana*, uma coleção de contos. Publicou depois o livro de novelas *Corpo de baile*, o romance *Grande sertão: veredas*, mais dois livros de contos, *Primeiras estórias* e *Tutaméia*, além de uma reportagem poética, *O vaqueiro Mariano*. Foi um inovador vocabular, com sua linguagem regionalista. Elegeu-se para a Cadeira 2 desta Academia em 1963, mas só se empossou quatro anos depois, dia 17 de novembro de 1967, vindo a falecer três dias depois.

Décimo primeiro, João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior, docente de Clínica Médica e presidente da Políclinica Geral do Rio de Janeiro, tendo publicado: *Biometria na educação* e *Biotipologia pedagógica*, além de dois livros de contos: *Matupá* e *Puçanga*, depois reunidos em *Histórias da Amazônia*, além do ensaio *A doença de Machado de Assis*. Sempre convivendo com Deolindo, pertenceu à Academia Nacional de Medicina e a esta ABL, da qual foi presidente no biênio 1956-57.

Décimo segundo, Maurício Campos de Medeiros, da Cadeira 38, que se especializou em Psiquiatria, freqüentando cursos sobre o sistema nervoso em Paris e Viena. É autor de *Psicoterapia e suas modalidades*, *Aspectos da psicologia infantil* e *O inconsciente diabólico*, além dos livros *Segredo conjugal*, *Rússia* e *Folhas secas*. Ministro da Saúde nos governos Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek, Maurício de Medeiros foi, nesta Casa, contemporâneo de Deolindo. Morreu tragicamente, aqui bem perto da ABL, atropelado por um automóvel oficial, que conduzia o Ministro e Acadêmico Luís Viana Filho.

Décimo terceiro, Antônio da Silva Melo fez cursos de Clínica Médica na Suíça e na Alemanha. Seus livros extrapolaram os limites da Medicina, para alcançar as fronteiras da antropologia, da moral e da filosofia. Publicou *Alimentação no Brasil*, *Religião: prós e contras* e *Estudos sobre o negro*. Empossou-se na Cadeira 19, convivendo nesta ABL com Deolindo Couto.

Décimo quarto, Carlos Chagas Filho (o único deles todos que aqui conheci pessoalmente) organizou o Instituto de Biofísica. Foi presidente da Academia

Brasileira de Ciências e da Academia Pontifícia, além de embaixador do Brasil na UNESCO. Durante vários anos ocupou a Cadeira número 9, convivendo também aqui com Deolindo.

Além destes 14 médicos e cientistas, tivemos também Ivan Lins e Afrânio Coutinho, confrades de Deolindo e diplomados em Medicina, mas que não exerceram a profissão, um, atraído pelo positivismo e outro pela crítica literária.

Temos ainda o nosso estimado Ivo Pitanguy, que aqui conviveu com Deolindo, sendo hoje um dos maiores nomes da cirurgia plástica em todo o mundo e que estará participando deste ciclo de palestras.

(Cada um deles, com biografias tão ricas, estaria a merecer uma palestra à parte, que seguramente será feita no seu devido tempo.)



No dia 9 de abril de 1992, há dez anos portanto, esta Academia comemorou o nonagésimo aniversário de Deolindo Couto.

Falaram diversos acadêmicos, entre os quais Lêdo Ivo e Alberto Venancio Filho, unânimes em reconhecer as imensas qualidades humanas do homenageado, que, segundo Arnaldo Niskier e Tarcísio Padilha, era uma figura patriarcal, o papa de toda uma geração de médicos, o excelso acadêmico, já então pertencente a uma limitada grei de nonagenários.

Adoentado e não podendo comparecer a essa homenagem do dia 9 de abril, Deolindo veio à sessão seguinte e nela agradeceu os discursos da semana anterior:

Eu não pensei que ainda podia ser alvo das eloqüentes palavras dos meus companheiros. Estou nesta Academia há quase trinta anos. Quando aqui entrei, fiz uma profissão de fé e, nela, como exórdio, declarei que era um médico e nada mais do que isso.

Quando medito sobre minha carreira profissional, acho que o destino me foi excessivamente pródigo, porque, nas rotas e veredas que percorri, para levar-me aonde a vida me conduzia, tive alguns triunfos e muitas compensações.

Estou entrando na faixa etária dos 90 anos, onde encontro, já instalados, três outros colegas de velhice: Abar Renault, Austregésilo de Athayde e Barbosa Lima Sobrinho.

Quero dizer-lhes apenas, imitando aquela anciã, personagem de Machado, que, nesta Casa, pretendo viver, no mínimo, mais 20 anos.

(Mal sabia Deolindo que estava falando aqui pela última vez e fazendo as suas despedidas, pois, atingido por uma parada cardíaca, viveria apenas mais dois meses.)

Assim foi em vida o acadêmico e o médico Deolindo Augusto de Nunes Couto, cujo centenário de nascimento foi celebrado recentemente.

Carlos Nejar afirmou certa vez que poderia repetir Camões e dizer: “Deolindo viveu, morreu e partiu, primeiro.”

Ao fim dos seus 90 anos, parafraseando Afrânio Peixoto e Pirandello – segundo o qual “La vita si vive e si scrive” – na sepultura de Deolindo Couto poderia ter sido gravado um curto epitáfio que ele, aliás, em vida, sugeriu: “Estudou, ensinou, procurou curar e tudo leu. Nada mais lhe aconteceu.”

# Deolindo Couto: Ciência e humanismo

CELSO BARROS FILHO

## ~ I. A história numa visão poética

**N**a passagem do centenário de Cristino Castello Branco, amigo e conterrâneo de Deolindo Couto, afirmávamos como orador da sessão solene promovida pela Academia Piauiense de Letras, em sua memória:

Quando, num centenário, apelamos para a contingência do tempo, circunscrevendo a homenagem a um acontecimento, em torno de um grande homem, não é propriamente o tempo que estamos contando, é a eternidade do espírito que estamos vivendo. É necessário que o espaço e o tempo sejam iluminados pela presença de alguém que se colocou acima deles, os transcendeu e sublimou, para podermos então dizer, com Emerson: “O tempo e o espaço são apenas cores fisiológicas que a vista elabora. Mas a alma é luz. Onde ela está é dia. Onde ela esteve é noite.”

Um século, na perspectiva da vida de um homem, ou na existência de uma instituição, nos dá o sentido do que é real e simbólico, do

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, em 14 de maio de 2002, durante o ciclo em homenagem ao centenário do nascimento de Deolindo Couto. Celso Barros Coelho Filho, professor titular de Direito Civil na Universidade Federal do Piauí e presidente da Academia Piauiense de Letras, é autor de vasta bibliografia na área do direito, política, sociologia e história.

transitório e do definitivo, do que é essencial e acidental, do que explica o homem na sua transcendência e do que o projeta na sua individualidade.

Goethe, na sua genial intuição, via na História a “misteriosa oficina de Deus”, e é nessa oficina que os grandes espíritos forjam o seu saber, revelam a sua grandeza, sem perder, em certas circunstâncias, a idéia da tragédia que a alguns envolve profundamente, nela encontrando, por vezes, a fuga às suas paixões ou a explicação do trânsito da mortalidade para a imortalidade.

Esta Academia guarda com respeito e orgulho o eco de muitas vozes imortais que aqui vieram atraídas pela chama que ilumina o seu cenário, de tanta riqueza espiritual, de permanente devoção aos valores culturais, seu amor ao passado e sua confiança na construção do futuro. É aquela Academia dividida ao meio, como dizia Joaquim Nabuco, na sua sessão inaugural, dividida entre os que vão e os que vêm chegando.

São dois momentos diferentes, momentos para nós visíveis, um alongando-se no tempo pretérito, para nos colocar na perspectiva dos que se foram, e o outro, no futuro, na expectativa dos que ainda virão.

Aí temos a unidade do espírito acadêmico que dá o sentido da imortalidade de que todos vós, acadêmicos, desfrutais.

Também aqui e agora recolhemos uma dessas vozes distantes que explica de certa forma este centenário.

Lembro uma das vozes que a tragédia abafou, a tragédia em que sucumbiu Stefan Zweig. Ao agradecer ele, neste recinto, a saudação que lhe fez a Academia, na palavra de Múcio Leão, em janeiro de 1966, não foi à Academia que se dirigiu. Foi ao Brasil. É que, na Academia, via a consagração do espírito nacional, o mesmo espírito que a animou desde os primeiros momentos e que Machado de Assis tão bem expressou ao manifestar o desejo de que fosse missão da Academia “conservar, no meio da federação política, a unidade literária”. E essa unidade refletia-se não num desejo vago e artificial, mas no sentimento de amor à língua nacional, que é o nosso patrimônio comum e inviolável, a marcar, numa direção firme, os destinos e as conquistas do nosso povo.



Não passou despercebido ao pensador austríaco, naquela oportunidade, esse traço definidor da alma nacional, na referência às raízes latinas de nossa língua, verdadeiro contraste – dizia ele – entre um povo novo e jovem, que habilmente usa como instrumento “uma língua velha, experimentada e amadurecida pela tradição, numa mistura que tanto nos enriquece”. E exortava falando aos acadêmicos de então: “Não precisais forjar a arma com que conquistareis o mundo espiritual, mas dareis a essa arma novo impulso e nova durabilidade.”

Tal louvor de um estrangeiro ao nosso idioma, muito do agrado de uma academia de letras, estava na mesma linha daquela veneração que Olavo Bilac exprimira em belíssimo soneto e que neste mesmo recinto realçava, na sua prosa ática, ao saudar um companheiro que chegava: “A língua que trabalhais não veio até vós, recebendo enxurradas em desvãos de matas suspeitas; veio de longe, sim, mas por frescos e límpidos álveos, aceitando afluências de águas transparentes, enriquecendo-se com o tributo de mananciais bem batidos, e guardando a clareza e a simplicidade nativas. É velha e viajada, mas legítima: e por isso mesmo preciosa, como os vinhos velhos e os velhos livros.”

Sob o signo dessa tradição, que a Academia tanto preza e venera, é que encontramos o fio da história na sua visão poética, a respeito da qual o mesmo Stefan Zweig escreveu uma das mais belas páginas, mostrando que “o seu desfecho não se pode adivinhar de antemão, pois é rica demais para repetir-se e variadíssima para deixar-se calcular”. E prossegue: “Ela maneja os mais elevados artificios do verdadeiro poeta que, quando modela um poema ou uma tragédia, deixa o espectador até o último instante na obscuridade quanto ao desfecho que torna realidade o mais inverossímil e em que cada esperança torna a surpreender e a exceder.”

E, voltando-se para essa história, contempla os seus contornos para dizer: “Só ela é livre, e da liberdade faz uso restrito e sábio.” E a todos exorta: “Tenhamos, pois, mais respeito por essa intangível poetisa! Será eternamente nossa mestra, nosso exemplo inatingível.”

Essa é a história que ilumina o passado desta Academia. De Machado de Assis, um dos fundadores e seu primeiro presidente, até o presidente atual,

Alberto da Costa e Silva, o que presenciamos e divisamos é a constante presença dessa mestra, mestra da liberdade criadora, à qual não é estranha “modalidade alguma da técnica e da arte” e à qual também “todos os estilos lhe são familiares”.

Num espírito como Deolindo Couto era bem vivo e profundo o sentimento que devotava a essa mestra, a história desta Academia, em que se insere a data comemorativa deste centenário, com o qual tributamos o preito de admiração a um homem para quem “a procura da Sapiência era o máximo conforto da vida”.

## ~ II. Confissão de humildade

Em discurso na Academia Nacional de Medicina, Deolindo Couto, falando de si mesmo, se apresentava como “um humilde servo da Medicina”. Aí está uma confissão de humildade a revelar nele um espírito superior, submisso às exigências éticas da profissão, para ele impostas não como convenção de um mero dever formal, mas como emanações da lei, a que rege o nosso próprio ser.

Se nisso se resumisse o seu apostolado, teríamos, sem dúvida, apenas um expoente da Medicina, um notável mestre que tanto ilustrou a cátedra, um estudioso a produzir obras científicas que o projetaram internacionalmente, ensinando nos grandes centros em que a ciência médica tanto avançou, desde a formação da “*Civitas* hipocrática”, por ele lembrada naquele mesmo discurso como “a mais famosa escola médica da Antiguidade, tornada célebre porque ali se caldearam todas as correntes do pensamento, providas de todas as partes, do Oriente às regiões nórdicas e consubstanciadas em livros que asombrom ainda hoje a generalidade dos historiadores”.

Essas correntes do pensamento são uma herança da *Paideia* grega, já que a Medicina, como nos mostra Werner Jaeger no seu livro notável, se enquadra perfeitamente dentro da antropologia filosófica de Platão e, por isso, “concentrando-se num terreno parcial da existência humana, o do corpo, alcança co-

nhcimentos de decisiva importância para a composição filosófica de uma nova imagem da natureza humana e, portanto, para uma mais perfeita formação do homem”.

Esse terreno Deolindo Couto o palmilhou em toda a sua extensão, sempre à procura dessa composição filosófica, que o levou, de um lado, às investigações científicas e, do outro, ao estudo da natureza humana, para tornar-se também um humanista.

Os que sobre ele se têm pronunciado, em momentos solenes como este, não deixam de ressaltar essa dupla vertente de sua personalidade, a traduzir uma vocação para o estudo da ciência médica e também para o cultivo das belas letras.

A Academia Brasileira de Letras, que o acolheu no seu seio, levou em conta essa formação intelectual, vinculando-o, portanto, como salientou o Acadêmico Josué Montello, em artigo em sua homenagem, “à estirpe dos grandes médicos que souberam ser, na instituição criada por Machado de Assis, exemplos superiores da concordância da arte de escrever com a arte de curar”.

Não seria Deolindo Couto um mestre da Medicina e um cultor das letras se não tivesse a mente moldada à contemplação do lado espiritual do homem, onde se revela o ser sensível, o artista, com a capacidade de exercitar o talento pelo lado da emoção e fortalecer a vontade na busca do seu ideal.

Também aqui Deolindo Couto é o homem superior, que sabe viver na plenitude do seu ser moral e intelectual, que o tempo só faz engrandecer, pois ele mesmo sente quão poderosa é sua influência. Lembre-se passagem do discurso pronunciado na inauguração da sala das congregações do Centro de Ciências Médicas da Saúde do Rio de Janeiro, cujo trecho relembramos:

Não se apagam em minha retentiva os sítios e os espíritos que os povoaram. Do vestíbulo amplo aos jardins internos, das galerias adornadas com as efígies dos que ali doutrinam às largas escadarias, dos laboratórios aos anfiteatros, da nobre sala de diretoria à congregação, tudo passeia cinematograficamente na memória de quem ali deixou tantas horas álacres de sua mocidade.

### ~ III. Sinais da vocação

Chegamos aqui ao ponto culminante de onde é mais fácil contemplar a figura de Deolindo Couto. Contemplá-la após cem anos em que nascia naquela pequena cidade do começo do século, Teresina, no Estado do Piauí.

De lá vim como representante da Academia Piauiense de Letras, para associar o nome do Piauí a esta homenagem, nesta tarefa difícil e enriquecedora, que é aproximar o regional e o nacional, de que seja possível formar o quadro de uma visão universal. O regional, que é mais uma emanção da natureza e o nacional, que se projeta mais como uma conquista da inteligência. Àquele somos ligados pelo nascimento, sem a consciência do que iremos ser ou fazer. Este, mais o resultado de uma obediência à lei da vida a que nos submetemos ao nascer e de onde se irradia a fé que nos impulsiona para as conquistas futuras.

Já sentindo, desde a meninice, o fascínio dos grandes vãos ou, como ele próprio diz, “a sensação de que avulta o lauréu com que o destino nos galardoa”, assumiu desde então aquela atitude “carlyleana” de olhar os grandes homens para neles ganhar alguma coisa”, como salientou no seu discurso de posse na Academia Nacional de Medicina. E ganhou muito, primeiro no aconchego familiar, com a meninice e adolescência norteadas pelo próprio pai, cuja figura austera e sábia ele relembrou naquela oportunidade como “homem da lei, magistrado e professor de Direito, detentor de todas as honrarias da província e hoje somente dono da serenidade de espírito que, como um halo divino, envolve os que vivem na preocupação obsedante da justiça”.

É sob a inspiração desse primeiro protótipo, na elevação do amor e da gratidão ao pai, que ele nos fala dessa primeira quadra da vida, onde já se formam bem nítidos os sinais de sua vocação profissional.

Relembra ele:

Os primeiros tempos da vida correram-se placidamente numa cidade do interior nordestino e lá recebi, ministrada por aquele a instrução primária e parte da secundária.

Surgiu-me o pendor profissional naquele recanto, onde não havia senão um velho médico, beatificado pela gratidão de todos, que, sem exceção, eram seus clientes e, sem discrepância, gratuitos. Lembro-me de que, certa vez, me caiu sob os olhos um periódico ilustrado da Capital da República e diante dele fiquei embevecido durante longos minutos, a admirar um grupo de estudantes vestidos nos seus aventais brancos, ao lado do inconfundível na sua barbicha de então: este era Austregésilo. Tenho a impressão de que, naquele instante, escolhia minha profissão e elegi o meu futuro orientador. Realmente, quando, anos depois, cheguei ao Rio, estava o eminente professor no fastígio de sua fama e dele pude haver ensinamentos que me foram decisivos.

Esse o seu primeiro herói carlyleano, a que outros se seguiriam, criando estímulos, orientando a vocação profissional, aclarando o roteiro de uma vida voltada sobretudo para o estudo do homem e para o amor à ciência, com a distinção fundamental entre o puro saber empírico, separado do puro saber científico, para chegar, num momento de conciliação e fusão, ao saber sintético, que é o saber filosófico.

E nem se diga que a Medicina prescinde deste saber. E se nos faltassem argumentos para demonstrá-lo, bastaria que recorrêssemos a um filósofo da estirpe de Descartes, cuja obra se apega à lógica para chegar à antropologia, com a preocupação de revelar “um completo saber de todas as coisas que o homem pode conhecer não só para ter uma regra em sua vida, como para a conservação da saúde e a invenção de todas as artes”.

A síntese programática da obra cartesiana contempla a Medicina como uma de suas partes. É o que ressalta do seguinte tópico dos seus *Principia*: “Toda filosofia é, assim, como uma árvore, cujas raízes são a metafísica, o tronco é a Física e os ramos que saem desse tronco são as outras ciências que se reduzem a três, a saber: a Medicina, a Mecânica e a Moral; considero a Moral como a mais profunda e mais perfeita pois, pressupondo um conhecimento integral das outras ciências, é o último grau da sabedoria.”

A formação humanística de Deolindo Couto, humanismo mais próximo da antropologia de Descartes do que da fabulação exemplar de Erasmo ou da

utopista de Thomas Morus, levou-o à compreensão da Medicina desde o período de renovação com Hipócrates, passando por Galeno e Aristóteles, até as mais recentes descobertas de Claude Bernard, Morgagni e Pasteur. Ouça-se esse trecho do seu citado discurso:

Deve-se a fama de Hipócrates, homem acima de tudo sensato, a ter rompido com a magia e os bruxedos, a dramaturgia e os exorcismos, para firmar a necessidade de uma orientação objetiva dos fenômenos mórbidos. Do grego genial surgiu a Medicina científica, da astrologia proveio a corte, felizmente ainda considerável, dos exploradores e inconscientes. Pasteur é outro marco na história da humanidade, porque nunca respondeu aos teóricos, que se lhe opunham, com frases patéticas e argumentos escusos, senão com os seus tubos de cultura e suas experiências de vacinação.

Em nome da ciência condena a charlatanice. Em nome da verdade científica considera construtiva a crítica feita “por pessoas de boa fé ou por homens de gênio”. E daí dizer, numa demonstração do vasto conhecimento da literatura clássica: “Ninguém negará a Rabelais, no século XVI, o importante papel da evolução da Medicina, como ninguém o fará em relação a Molière no século XVII, porque as suas tremendas sátiras libertavam o pensamento oprimido dos pesquisadores, incapazes de propugnar suas idéias, pelo classicismo ou pelo preconceito das escolas oficiais da época.”

Com essa bagagem de cientista e de humanista, lançou-se Deolindo Couto à conquista da cátedra na Faculdade Nacional de Medicina. Esse o primeiro e elevado degrau de onde partiu para novas conquistas, em que podia dizer, lembrando o Discurso do Método de Descartes: “Eu tinha sempre um extremo desejo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro em minhas noções e caminhar com segurança nessa vida.” Esse é o desejo do cientista, do filósofo, dos homens que vivem e trabalham em função dos superiores desígnios do espírito, em busca da glória verdadeira, não para satisfazer ambições ou egoísmos, mas para dar à ciência o relevo com que torna mais compreensiva e digna a existência humana.

Os títulos que conquistou, autênticos e inúmeros, servem para mostrar a insatisfação do seu espírito na procura do saber, a audácia na conquista da verdade, o sentimento de solidariedade com o ser humano, este por certo o móvel principal de sua afeição à medicina, a que se dedicou como um servo e também como um apóstolo e que reverenciou pelos benefícios trazidos à saúde do corpo e do espírito.

De todas as ciências, nenhuma, como a Medicina, se aproxima tão estreitamente do ser humano, pois, onde há um sofrimento, onde desponta uma dor, onde o corpo ferido ou a alma atormentada buscam o lenitivo adequado ou a presença confortadora, lá está ela presente. O remédio para a dor, seja física ou moral, não vem apenas como fruto da razão humana. O sofrimento leva os homens a apelar para a divindade, na esperança de que também aí encontre o remédio. E à divindade atribuía-se nos tempos antigos a invenção na arte de curar. Fora ela, segundo Ovídio, em suas *Metamorfoses*, uma invenção de Apolo: *Inventum medicinae meum est*. Se dos deuses foi a invenção da medicina, dos homens veio a capacidade de conservá-la para o bem de todos.

#### ~ IV. Medicina e letras

Ao justificar, em seu discurso de posse nesta Academia, a sucessão de Ademar Tavares, destacou o “entendimento da medicina com as letras” e o fez demonstrando o conhecimento de ambas, no passado e no presente. E nos veio com esta indagação:

Poderá, entretanto, um médico, que se confessa esmagado pelo dever de cada hora, falar de um poeta? Não serei o primeiro a fazê-lo e – perdoai-me que assim me exprima – é bem que se introduza na apreciação do artista um elemento de outra esfera.

Nada mais adequado a uma resposta a tal indagação do que o diálogo do *Banquete* de Platão.

Comemorava-se, em reunião festiva, o triunfo da arte teatral de Agáton. Os excessos cometidos no primeiro dia deixaram os convivas cansados e indispostos.

Mas a festa deveria continuar. Foi então que um dos participantes, já agora contando com a presença de Sócrates, propôs que, ao invés de beberem, como no dia anterior, ali ficassem a discutir e que cada um fizesse o seu discurso. E foi um médico, Exímaco, que sugeriu que os discursos tomassem por tema *eros*, o amor. Todos concordaram. E chegando a vez de Exímaco, assim falou: “Vou iniciar o meu discurso pela medicina, a fim de que minha arte seja a primeira a ser louvada.” E dava, em seguida, a razão pela qual se revelava o excelente médico:

Aquele que suscita o aparecimento de amor onde não havia amor, e onde não obstante era necessário, e elimina um amor existente quando pernicioso, esse, inegavelmente, merece o título de excelente médico.

[...]

Procura criar amizade entre os deuses e os homens, porque só ela sabe tudo o que há de santo e de ímpio nas inclinações humanas.

Analisando o discurso de Exímaco, observa Jaeger que, na sua intervenção, o médico fez do *eros* uma potência alegórica tão universal que a sua substância corre o risco de desaparecer no seio do geral.

O que fez Deolindo Couto nesta Academia, ao substituir um poeta e falar de poetas com brilho e propriedade, foi elevar o seu discurso, nesta parte, a uma potência alegórica de conteúdo universal, como fazem os poetas no cultivo dessa amizade entre os deuses e os homens para descobrirem o que há de santo e de ímpio nas inclinações humanas.



Ao comemorarmos o centenário de Deolindo Couto, o ponto de partida é a Rua da Glória, em Teresina, onde nasceu no dia 11 de abril de 1902. Foi caminhando por essa rua, nos dias longínquos da infância que chegou até os umbrais desta Academia, aberta de par em par para recebê-lo, numa festa que Luís Viana Filho, ao saudá-lo, acreditou ser a festa dos seus sonhos. E assim falou:



Por isso, na noite em que festivamente vos recebemos na Casa de Machado de Assis, culminação de toda uma vida gloriosa consagrada à cultura, é-me grato acentuar que a glória tem sido, na ordem geográfica e no plano do espírito, o ambiente natural e o termo de vossas jornadas, como se a ruazinha de Teresina, que vos acolheu quando chegastes ao mundo, tivesse verdadeiramente o simbolismo daquela estrela cadente que riscou o céu no instante do nascimento de Liszt.

Essa festa agora se renova, não mais sob a impressão de sua presença física, mas da presença espiritual, nesse simbolismo em que a forma efêmera cede lugar à forma eterna, na qual se convertem as realizações da inteligência e do saber.

Não fosse assim, impossível seria contarmos, ao nosso lado, com a presença de Deolindo Couto, projetada em sua condição de professor, cientista e de homem de letras.

## ~ V. Ascensão profissional

Atraído para a Medicina, nela encontrou a plenitude de sua realização pessoal. A cátedra marcou o encontro com as novas gerações, no convívio das quais, por mais de quarenta anos, aprimorou os conhecimentos científicos e cultivou a bondade do coração. Nisso seguiu o roteiro traçado, com sabedoria, por um de seus mestres, Miguel Couto, também luminar desta Academia, da estirpe dos grandes médicos que enriqueceram os seus quadros.

Dizia Miguel Couto, numa lição que encantava os jovens do seu tempo e continua sendo atual para os de hoje e de amanhã:

Amai a Ciência, mas notai bem que é no coração que está o segredo do homem e a perfeição de nossa espécie.

Foi no trato diuturno com o sofrimento humano, que aprendi a colocar a bondade acima do conhecimento.

Foi precisamente essa a pauta pela qual Deolindo modelou a vida profissional. Amava a ciência porque lhe conferia segurança na discussão dos temas de sua especialidade e o levava a compreender o universo intelectual em que se elaboraram os conhecimentos na área médica, desde suas origens na cultura helênica. E sempre que discorria sobre qualquer assunto, transformava o saber científico em mensagem de compreensão humana. Tinha o dom da comunicação e fazia da palavra o discurso perfeito, dirigido para o entendimento, despidido de retórica e cheio de sabedoria.

Em discurso de saudação ao sucessor de Deolindo Couto na Cadeira 2 da Academia Piauiense de Letras, o médico Dagoberto Carvalho Júnior destacou sua atividade docente e literária, com as seguintes palavras:

Suas aulas, e foram tantas em espaços escolares, assistenciais, associativos e acadêmicos de que dispôs – testemunham os que tiveram o privilégio de ouvi-las – não ensinavam apenas neurologia ou medicina interna. Transmitiam, também, a didática do vernáculo e da erudição. Vencedor dos primeiros concursos, já em 1942 veio-lhe a consagração – em parte literária – da Academia Nacional de Medicina, que guarda, desde 1829, boa parte da melhor tradição cultural do país, abrigando de cientistas puros a intelectuais médicos. Deolindo Couto satisfez e superou as exigências, ocupando a cadeira que invoca o alto patronato de outro grande piauiense (de Oeiras), Pedro Francisco da Costa Alvarenga. O discurso de posse, circunstancialmente impregnado do patriotismo que o tempo de guerra justificava, extravasa-o sem, no entanto, trair o estilo que já se vinha definindo desde a leitura e o domínio absoluto da obra notável de Camilo Castelo Branco.

Luís Viana Filho, por sua vez, assim se expressa no citado discurso:

As vossas orações e conferências, que formaram e dão vários volumes, têm tudo o que pudicamente ocultáveis no medo – que não nos perdoamos – de trair, com as amenidades do espírito, as exatidões da medicina. Levam todas o cunho da eloquência plasmada na frase escorreita; aligeiram-se na beleza da forma; ganham com a adjetivação rica e relevo literário; compaginam-se entre as antológicas, de que nesta Academia estão

cheios os anais, onde tanto reluziram Aloísio de Castro, Austregésilo, Fernando de Magalhães, Miguel Couto, Miguel Osório de Almeida; e ensinam, e se fazem aplaudir e amar, Clementino Fraga, Silva Melo, Maurício de Medeiros, Peregrino Júnior.

Já é tempo de particularizarmos sua atuação na área médica, e sobretudo no campo de sua especialidade – a neurologia.

O roteiro de sua ascensão profissional começou no Liceu Piauiense, onde fez os exames parcelados exigidos na época, passando, em seguida, ao Liceu Maranhense e daí seguindo para a Bahia, o caminho natural por que haveria de passar, ali cursando o I<sup>o</sup> ano da Faculdade de Medicina. A meta final era o Rio de Janeiro, cujo ambiente cultural lhe acenava para vôos mais altos. Formara-se em 1926 com a apresentação de uma tese, *O clone no pé*, com a qual já demonstrava a sua preferência pelos estudos de neurologia, em que haveria de tornar-se uma das maiores autoridades do país e do exterior.

Chamando-lhe a atenção, no meio acadêmico, um quadro de doutorandos que dizia “Médicos [...] nunca se formam”, sentiu a necessidade de entregar-se diuturnamente ao estudo que desvenda, em muitos pontos, os segredos de sua ciência médica. E indagava, sob a inspiração desse lema: “Não está aí a essência daquilo que hoje se chama a formação contínua do médico?” e que não é apenas um dever destes, mas também um direito dos doentes? “E não está também aí a principal razão de ser das Academias?”

O dever do médico, como imperativo da consciência profissional, e o direito dos doentes, como expressão da dignidade humana, harmonizando-se, assim, a responsabilidade do cientista e o ideal do humanista.

O dever do médico conduzia-o ao recolhimento do gabinete para o estudo aprofundado dos problemas suscitados pela ciência médica. De lá voltava à sala de aula ou ao plenário das conferências nacionais e internacionais para o debate dos temas versados, em tudo conduzindo-se com equilíbrio, que é fruto do saber e com devoção, que é dádiva do espírito. O Cientista e o Humanista se completavam e como tal se revelou em todo o longo período em que pontificou como docente e como catedrático, culminando essa carreira na Faculda-

de Nacional de Medicina, no ensino de Clínica Neurológica. Para colocar-se mais perto dos doentes, pensando as suas feridas e dando-lhes confiança no tratamento clínico, passava das salas de aula ou do recinto dos laboratórios ao ambiente dos hospitais. O seu trabalho aí tornou-se por demais conhecido na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, onde exercera as funções de chefe do serviço clínico, e no Hospital Nacional D. Pedro II.

Sua projeção internacional levou-o a participar de congressos em outros países, como nos informa Pedro Vilarinho Castelo Branco em artigo inserido na publicação “Deolindo Couto, *in memoriam*”:

O brilhantismo de Deolindo Couto fez com que ele alcançasse espaço a nível internacional, principalmente quando presidiu a Delegação Brasileira nos Congressos Internacionais de Neurologia em Paris (1949), Lisboa (1953), Bruxelas (1957) e Roma (1961). Seu vasto currículo evidencia que escolheu o lugar e o caminho certos para quem desejava alcançar notoriedade nacional – o Rio de Janeiro, que era seu espaço de luta e a vitrine ideal.

Aí estão enfileirados vários depoimentos de contemporâneos de Deolindo Couto, no exercício do magistério no Rio de Janeiro, e de algumas figuras de piauienses, com a apresentação do Professor Manuel Paulo Nunes, que teve o cuidado de enumerar outros títulos importantes que exornam a personalidade do homenageado, a saber:

Professor, escritor, cientista, conferencista, membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Nacional de Medicina, da Academia Piauiense de Letras, ex-reitor da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-presidente do Conselho Federal de Educação e membro do Conselho Federal de Cultura, além de outros títulos relevantes, Deolindo Couto a todos ilustrou pela sua competência, pelo seu exemplo de amor à cultura e pelo brilho de sua invulgar inteligência.

Se a atração pela medicina, em Deolindo Couto, aflorou naquele primeiro contato com um modesto médico de província, no interior do Maranhão, o

seu amor pelas letras e pela cultura clássica já foi um incentivo do próprio pai, em cuja biblioteca se alinhavam algumas obras representativas do pensamento filosófico da época, na versão do Positivismo de Comte, do Naturalismo de Heckel e Spencer e nas polêmicas de Tobias Barreto. E não faltavam ali as obras-primas de autores brasileiros e portugueses – os nossos clássicos –, a cuja leitura se entregava com amor e paciência, assimilando o seu estilo, e penetrando os arcanos da vernaculidade.

As correntes de idéias que então surgiram, tendo como ambiente central a Escola do Recife, não abalaram apenas as velhas estruturas do dogmatismo católico ou da escolástica de Santo Tomás. Penetram também as escolas de Medicina, sendo aqui a figura mais notável a do médico e educador Luís Pereira Barreto, nascido no Rio de Janeiro e formado em Bruxelas, que desempenhou, na área médica, o mesmo papel que Tobias Barreto desempenhara na área jurídica. Ambos revolucionários das idéias do seu tempo.

Adepto do positivismo de Augusto Comte, Barreto considerava a lei dos três estados “como a lei que rege a história da medicina”. E segundo o espírito dessa lei, que abolia todo tipo de privilégio e exclusivismo, assumira posição contrária à corrente que defendia a regulamentação do exercício da medicina contra o curandeirismo. E assim argumentava: “Se o curandeirismo é uma ‘chaga social’, é preciso compreender que o seu êxito exprime, entretanto, o próprio estado mental do povo que o consagra. Combater os curandeirismos, fetichistas da medicina, sem perceber a causa que os explica – a ignorância popular – é consagrá-los na clandestinidade.”

Mais do que a defesa de um postulado filosófico, era a observação de um fenômeno social, a explicar os contrastes da realidade do país, na diversidade de sua cultura, na marginalização do nosso povo, no privilégio das elites e no artificialismo de nossa organização institucional.

Tanto nas Faculdades de Direito como nas Faculdades de Medicina – e eram poucas até então – a influência do credo positivista se fez sentir, derivando ainda para o cenário político com o fortalecimento das oligarquias regionais e a instauração do Estado autoritário, com a revolução de 1930.

Ao iniciar Deolindo, na Bahia, o seu curso médico, na década de 20, o ambiente intelectual já era outro, em face das mudanças que se vinham operando na Europa, depois da I Grande Guerra, nos domínios da literatura, da política, da economia, da ciência e da filosofia, com reflexos em nosso meio, já em condições de absorver as novas correntes de idéias que dominavam o cenário internacional.

Uma das particularidades dessas mudanças, no plano do conhecimento científico, foi a autonomia de cada disciplina, de onde se partia para a especialização, libertando-se, portanto, das leis ou dos esquemas abstratos que o positivismo ensinava. Assim, nas Faculdades de Medicina os estudos se voltavam para a produção científica e, entre nós, tal se tornou uma necessidade, pois, como acentua Pedro Vilarinho Castello Branco, “as epidemias de cólera, febre amarela, varíola, entre tantas outras, apontavam o caminho a ser seguido pelos médicos pesquisadores brasileiros”. Entre estes ressalta ele as figuras de Osvaldo Cruz, Adolfo Lutz, Vital Brasil e Carlos Chagas.

Na Bahia, onde iniciara Deolindo seus estudos e passara breve período, destacavam-se as figuras de cientistas como Nina Rodrigues e Juliano Moreira, o primeiro notável pelos seus estudos de etnologia e de Medicina Legal, e o segundo no ramo da psiquiatria, da Escola alemã de Emil Kraepelin. Nesse ambiente, era lembrada ainda a figura de Afrânio Peixoto, luminar desta Academia, tão admirado por Deolindo que chegou a escrever sobre ele um rico ensaio, focalizando sua figura de professor e homem de ciência.

Como sabemos, o Rio de Janeiro e não a Bahia foi o centro das atividades de ambos, Afrânio já professor, quando Deolindo ali chegara para continuar os seus estudos médicos. Merece destaque a confissão lançada naquele livro: “Não recolhi a honra de ser aluno de Afrânio na Faculdade porque, no meu 6<sup>o</sup> ano de curso, o Mestre desempenhava o mandato no Congresso Nacional, e era interinamente substituído por Auzier Bentes. Conservo, porém, dos vários contatos pessoais que mantivemos, imorredouras lembranças.”

O magistério de Deolindo Couto levou-o a ombrear-se com as maiores figuras da Medicina do país, o que o estimulou ainda mais ao estudo, à pesquisa

científica, à elaboração de trabalhos especializados, todos a revelarem não apenas o cientista, mas o intelectual de formação clássica e humanista com justa projeção nos centros médicos do país e do exterior. Entre suas produções científicas destacam-se o *Tremor parkinsoniano e via piramidal* e *Doença de Charcot Marie Tooth*. Fora dessa especialidade escreveu *Vultos e idéias* e *Dois sábios ibéricos*, em que traçou o perfil intelectual de Ramon y Cajal e Egas Moniz.

Nesta Academia ingressou fazendo uma confissão de humildade, que é sinal de nobreza de espírito e de independência intelectual.

Se, como afirma o filósofo John Dewey, “os homens são governados pela memória mais do que pelo pensamento”, porque “a memória não é a recordação dos fatos reais, e sim uma associação, sugestão, fantasia dramática”, explica-se por que Deolindo, ao ingressar nesta Casa, tenha cedido aos apelos da memória, justamente para dar ênfase ao contraste entre a glória daquele dia e a imagem do que ficara do passado distante, a Rua da Glória onde nascera, a primeira escola, o primeiro professor, a casa paterna, o ensino ministrado pelo pai, tudo isso traduzido simbolicamente nas redondilhas de Camões, por ele recitadas:

[...] lembranças contentes  
N'alma se representaram;  
E minhas coisas ausentes  
Se fizeram tão presentes,  
como se nunca passaram.

São essas coisas ausentes, as coisas aqui relembradas, que dão sentido a este centenário, onde memória e pensamento se renovam para tornarem mais vivas as imagens do passado e mais compreensivas as coisas do presente.

Se pudéssemos, neste momento solene, dialogar com Deolindo Couto, ele nosalaria de novo dessas coisas ausentes, e nós, encantados com sua palavra, diríamos que aqui está presente sua terra natal, orgulhosa por vê-lo figurar como membro desta Academia e dela receber os aplausos desta homenagem, em nome da inteligência brasileira.

## ~ Bibliografia

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos*, Tomo I, vol. I (1897-1919); *Discursos acadêmicos*, Tomo VI, vol. XVII.
- COUTO, Deolindo. *Afrânio Peixoto – Professor e homem de ciência*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Cátedra / Instituto Nacional do Livro, 1976.
- DEWEY, John. *A filosofia em reconstrução*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
- HUGO de São Vitor. *Didascálicon da arte de ler*. Petrópolis, Editora Vozes, 2001.
- JAEGER, Werner. *A Paidéia - A formação do homem grego*. Martins Fontes / Ed. da Universidade de Brasília, 1989.
- MARQUES, Jordino. *Descartes e sua concepção de homem*. Petrópolis, Edições Loyola, 1993.
- PLATÃO. *Apologia de Sócrates – Banquete*. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2000.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo, Editora Grijaldo Ltda., 1967.
- ZWEIG, Stefan. *A marcha do tempo*. Obras Completas, vol. VIII. Rio de Janeiro, Ed. Delta S.A.
- VÁRIOS AUTORES. *Deolindo Couto – in memoriam*. Coletânea de artigos Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Teresina, 1996.



# Deolindo Couto: Médico e humanista

IVO PITANGUY

**N**a verdade, senhor Presidente, Embaixador da Costa e Silva, senhor Ivan Junqueira, minhas Senhoras e meus Senhores, ao pedirem para eu dizer estas palavras sobre Deolindo Couto senti que seria minha obrigação trazer para aqueles que não o conheceram um pouco de sua vida e de suas realizações, que foram muitas. Eu diria que Deolindo Couto foi uma figura de médico e humanista.

“O mundo é tão vazio se pensarmos apenas em montanhas, rios e cidades... Mas conhecer alguém que pensa e sente como nós, e que, embora distante, está perto em espírito, isto é o que faz da terra um jardim habitado.”

Conheci o Professor Deolindo Couto durante uma recepção, na antiga Embaixada da Espanha no Rio de Janeiro. Impressionou-me sua elegância natural, sua postura austera, que após alguns momentos de conversa revelou um fino senso de humor. Eu era então um jovem médico e retornava ao Rio de Janeiro, após uma intensa peregrinação pelos Estados Unidos e pela Europa, onde fora especiali-

Conferência  
proferida na  
ABL, durante o  
Ciclo *Centenário  
de Deolindo Couto*,  
no dia 22 de  
maio de 2002.

zar-me em cirurgia plástica. Esta ausência prolongada havia me furtado, até então, a convivência com esse grande cientista.

Através dos anos, pude acompanhar a trajetória do Professor Deolindo Couto como pioneiro da Neurologia brasileira, colocando-o ao lado de grandes vultos da medicina do nosso país, como Miguel Couto, Osvaldo Cruz e Carlos Chagas.

“Quando se vivem os instantes supremos, tudo o que passou aflora suavemente à lembrança, e em tudo, até nos menores contrastes ou coincidências, descobrem-se motivos de encantamento.” Com estas palavras Deolindo Couto iniciou o seu discurso de posse nesta Academia.

Hoje, vivemos momentos de encantamento, ao relembarmos com admiração a figura desse professor, médico e humanista que engrandece a história da medicina e da literatura brasileira.

Deolindo Augusto de Nunes Couto nasceu em Teresina, Piauí, em 1902, filho do desembargador e professor de Direito Henrique Couto e de Maria Raimunda de Nunes Couto, de antiga família de Oeiras, primeira capital do Estado. Sua mãe era descendente do português José Luís da Silva, cirurgião-mor e primeiro médico do Piauí.

Deolindo Couto manteve fortes os laços que o uniam ao seu Estado natal; tinha orgulho de ser piauiense. Orgulho maior sente o Piauí que, entre outras homenagens, perpetuou o seu nome no hospital de Oeiras.

Seu pai, lembrança permanente em sua vida, foi o seu primeiro mestre. Homem culto, dedicava as suas manhãs a ensinar aos cinco filhos e a outras crianças da vizinhança. Nessa época a família morava em Brejo do Anapurus, sertão do Maranhão, onde ele exercia a função de juiz de Direito. Através dele o jovem Deolindo conheceu o fascínio da literatura, que o acompanharia por toda a vida.

Orientado pelo Dr. Henrique Couto, foi aprovado com louvor nos exames preparatórios da época, tanto em Teresina como em São Luís, onde complementaria os seus estudos secundários. Na capital maranhense, o adolescente Deolindo viu-se diante de um intenso movimento estudantil voltado para as

coisas do espírito. Atraído por este instigante mundo novo, filiou-se a duas instituições literárias, participando da fundação de uma delas. Em Salvador, já na Faculdade de Medicina, fez parte de uma sociedade cultural moldada como uma academia, com patronos e cadeiras. Estes seriam os primeiros passos de um caminho profícuo que o levaria, no futuro, até à presidência do Conselho Federal de Cultura.

“A Medicina é muito absorvente”, dizia Deolindo Couto. “Tendes agora o médico que não poderia disfarçar a quase exclusividade de sua condição e nem pretendeu fazê-lo, escravizado como é a uma atividade, no seu egoísmo, dominadora.” Mas a dedicação à Medicina não diminuiu o seu encanto pelas coisas da vida, despertado quando ainda menino, pelos ensinamentos de seu pai.

No seu discurso de membro titular da Academia Nacional de Medicina recorda que sentiu inclinação para a Medicina quando morava em Brejo dos Anapurus, inspirado na figura de um velho médico sertanejo que, perdido naquela localidade, dedicava-se a minorar o sofrimento alheio, creio movido pela compaixão humana, que é o alicerce verdadeiro da Medicina.

No início do século XX o ensino e as pesquisas médicas no Brasil já eram bem estruturados. As faculdades de Medicina localizavam-se no Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Pará. Na Faculdade de Medicina de Salvador, instalada no antigo Colégio dos Jesuítas, considerado o primeiro centro de educação no Brasil, Deolindo Couto iniciou seus estudos em ciências médicas. Anos mais tarde, a Universidade Federal da Bahia o agraciaria com o título de Doutor *honoris causa*.

A vida cultural e efervescente da então capital federal levou Deolindo Couto ao Rio de Janeiro, seduzido pela possibilidade de aperfeiçoamento profissional. Transferiu-se para a antiga Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, graduando-se com brilhantismo em 1926.

Terminada a faculdade, uma de suas alternativas era seguir o mesmo caminho trilhado por outros médicos e retornar para sua terra natal. Deolindo optou por permanecer no Rio de Janeiro, que lhe oferecia as condições ideais para o aprimoramento profissional e a construção de uma carreira acadêmica.

Em 1933, ingressaria no corpo docente da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, onde vai ministrar aulas na cadeira de Clínica Neurológica. No ano seguinte obteve, por concurso, a livre-docência de Clínica Neurológica da Escola de Medicina e Cirurgia. Em 1945, conquistou a cátedra de Neurologia da Faculdade Nacional de Medicina, competindo com três outras proeminentes autoridades em Neurologia de então. Sua tese sobre os efeitos benéficos da cirurgia no tratamento da Doença de Parkinson era pioneira e revolucionária para a época.

Uma particularidade dos grandes homens, além do seu gênio, é de formar escolas: Pitágoras, Sócrates, Platão, Rubens, Rembrandt, tiveram alunos.

O homem de conhecimento sabe que o gênio solitário está fadado ao esquecimento e que para perpetuá-lo deve difundir o seu saber aos mais jovens, mantendo ao mesmo tempo acesa a chama da curiosidade permanente.

Os jovens, ao buscar experiência, trazem consigo, na inquietude de sua mocidade, toda a beleza de um destino a cumprir, e é necessário disponibilidade para o companheirismo e o trabalho conjunto, fatores estimulantes do verdadeiro espírito de universidade que se recicla nas indagações de quem quer saber, dando aos mestres o privilégio da renovação neste confronto diário. Navegam no mesmo barco, e – quem sabe? – novos Ulisses continuam a navegar para não perecer na imobilidade, sempre a procurar o conhecimento como a estrela – no distante azul. Buscar o conhecer é velejar com coragem na rota de cada dia, verdadeira dimensão do porvir.

Deolindo Couto gostava de ensinar. Em suas aulas, muitas vezes, procurava com fatos pitorescos amenizar a aridez do tema, tornando-as agradáveis e nada cansativas. Era um professor enérgico e rigoroso e suavizava suas reprimendas com palavras de incentivo, amizade e carinho. Paraninfo em diversas turmas, seus discursos são lembrados até hoje pela precisão e beleza das palavras.

De sua escola saíram inúmeros futuros professores titulares de Neurologia em diversas universidades do país. Ele não concentrou sua vida profissional somente na sala de aula das universidades. Exerceu a Medicina em hospitais como o Hospital Nacional D. Pedro II e a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, onde foi chefe do Serviço de Clínica Médica.

Nós, que como Deolindo Couto trabalhamos na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, lidamos com pacientes de diferentes núcleos. Aprendemos que o ser humano é um só, que o sofrimento e a alegria são os mesmos, independente de classe social.

Deolindo Couto foi um excelente médico. Sentia profundo respeito e afeição pelo ser humano, afagando suas dores e curando seus males.

Esteve sempre à frente de projetos que engrandeceram a sua especialidade. Levou o nome do Brasil a diversos países do mundo, presidindo delegações brasileiras em congressos internacionais de Neurologia. O pioneirismo e a preocupação em divulgar o conhecimento levaram-no a criar o Instituto de Neurologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, hoje Instituto Deolindo Couto.

Ele organizou neste Instituto um serviço de reabilitação neurológica, sob a supervisão de um médico especializado em Fisiatria, especialidade ainda não reconhecida oficialmente naquela época. Deolindo Couto, quando ocupou a presidência do Conselho Federal de Educação, estabeleceu de forma definitiva as funções do médico fisiatra e do fisioterapeuta – o primeiro prescrevendo e o segundo executando o tratamento. Sua gestão foi profícua, beneficiando e criando inúmeras instituições culturais, entre elas a Universidade Federal do Piauí.

Seu espírito empreendedor o fez idealizar e fundar a Academia Brasileira de Neurologia, da qual foi em vida aclamado seu Patrono. Também foi fundador da *Revista Brasileira de Neurologia*, anteriormente denominada de *Jornal Brasileiro de Neurologia*. Dentre as suas diversas contribuições à literatura científica destacam-se os livros *O tremor parkinsoniano e a via piramidal* e *Doença de Charcot MarieTooth*.

A qualidade e a evolução do ensino universitário muito devem a Deolindo Couto e a Pedro Calmon, seu parceiro na escalada educacional e cultural do país. Ao ocuparem alternadamente, por dezoito anos, os cargos de Vice-Reitor e Reitor da Universidade, do que veio a se constituir a Universidade do Brasil, sedimentaram a moderna estrutura do atual sistema universitário brasileiro.

A elegância, eu acredito ser um estado natural de algumas pessoas, a maneira de se movimentar, de se expressar, de refletir diante do mundo. Ser elegante é ser principalmente ético.

A ética e a extrema elegância sempre estiveram presentes em todas as atividades exercidas por Deolindo.

Seu trabalho na Academia Nacional de Medicina foi tão marcante que os seus pares o elegeram sete vezes para presidi-la.

Ao ingressar naquela Academia, na época presidida por Deolindo Couto, tive o privilégio de ser saudado por seu irmão e meu dileto amigo Bernardo Couto.

Duas honras em um só momento. Concluí meu agradecimento com estas palavras: “Puck, no *Sonho de uma noite de verão*, levou apenas quarenta segundos para enlaçar a Terra. Muitos outros me foram necessários para trazer a esta Casa a mensagem do meu profundo reconhecimento e gratidão por me acolherem com tanta fidalguia.”

Víctor Hugo plantou um carvalho em sua casa e disse: daqui a cem anos ele estará grande, o Papa já não vai existir e “as guerras vão acabar”. O carvalho cresceu, mas o Papa existe e as guerras continuam. Difícil é prever. O importante é viver.

O futuro é a força do que vivemos em nosso presente. Temos que dar importância a cada momento vivido. Ele será o reflexo do que semeamos. Deolindo Couto viveu o seu presente com qualidade, dignidade e abnegação, germinando para as futuras gerações a semente do amor e da dedicação ao ser humano.

Hoje em dia a capacidade do ser humano de pensar é menor que anteriormente. Nesse aspecto, ele empobreceu, mas julga-se mais rico porque é muito mais informado do que os que o precederam. Algumas vezes a informação, porque excessiva e vertiginosa, interfere na percepção e na emoção. O ser humano, na realidade, hoje tem menos reflexão, essa força que alimenta o espírito e ilumina a idéia. Precisa reconquistar em plenitude o sentido humanístico e compreender a vida como um todo, para exercer com inteireza a atividade que escolheu.



Membro titular da Academia Nacional de Medicina e seu presidente em vários biênios descontínuos. Aqui, posse para o biênio 1969-187I, em 14 de julho de 1969. (*Tribuna Médica*, nº 353, agosto 1969)

Deolindo Couto possuía em plenitude o sentido humanístico de compreender a vida como um todo. Pertencia a uma geração que cultuava a fé na ciência e na concretização das idéias, aliando a racionalidade da medicina à sensibilidade da arte literária.

Tinha o conhecimento da palavra, trabalhava-a com a paciência e a maestria de um artesão, até alcançar a perfeição desejada. Sua fluência verbal, riqueza vocabular e erudição, conferiam solidez cultural aos seus discursos e conferências. Era um orador magnífico, cativava a platéia com o seu gestual envolvente, mantendo atento até o espectador sentado no fundo da sala.

A sua admiração primeira e profunda foi Camilo Castelo Branco, inspiração para a palavra exata, o texto conciso e eloqüente.

Sua obra científica e literária reflete o apuro do estudioso incansável e a devoção pela elegância de estilo. Perpetuou a admiração que sentia por Santiago Ramón y Cajal, Egas Moniz e Gonçalves Dias em inspiradas biografias. No livro *Dois sábios ibéricos* presta homenagem a dois expoentes da Neurologia mundial: o espanhol Ramón y Cajal e o português Egas Moniz, ambos detentores do Prêmio Nobel de Medicina.

Este mergulho na vida de Deolindo Couto, apesar de breve face à grandeza de suas realizações, traz-me à memória Stendhal, para quem o amor é uma fonte da qual só podemos beber o que depositamos, e as estrelas que nele brilham são nossos olhos à espreita. Deolindo era movido pela força da motivação, pelo profundo amor por seu semelhante, presente em cada um de seus gestos, como pai de família, médico, professor, homem de letras e político.

Definir o momento exato de uma vocação nem sempre é fácil. Vários são os fatores que influenciam no direcionamento de uma vida. No momento da escolha o nosso espírito está centrado; o nosso ponto de gravidade não permite desvios ou erros – temos que seguir sempre em frente – mas a escolha seria impossível sem o sentido da paixão; ela é o nosso norte que não permite derivas, nos consumindo mas nos fazendo viver. Ela é a nossa chama que ao mesmo tempo representa uma procura infinita. E essa motivação permanente, por que não da alma? mais bonita que o norte? A luz que nos guia nessa procura in-



terna, nos conduz à nossa própria verdade, levando-nos a procurá-la além dos nossos próprios limites, impulsionando o ato de criar. O momento da criação é o momento de integração com o universo. O momento de coesão que nos permite sedimentar idéias e difundi-las.

Breve é o tempo de passagem que nos foi concedido, mas longo será, se valorizarmos cada momento, vivendo-o com intensidade plena.

A felicidade é o encontro da emoção com o intelecto; é partilhar com alegria as experiências vividas.

Deolindo Augusto de Nunes Couto foi um homem feliz.



Genolino Amado e Hermes Lima, que  
o recebeu na ABL, em 14/11/1973.

# O amado Genolino

ARNALDO NISKIER

**G**enolino Amado faz muita falta. A rigor, todos os acadêmicos que nos deixaram, em tempos recentes ou mais distantes, fazem falta ao nosso convívio. Genolino Amado de uma forma especial, pois era um homem educadíssimo, de trato extremamente agradável, e que sofreu bastante nos seus últimos anos de vida. Não saía mais de casa, andando com dificuldade, mas nunca descurando do seu interesse quase paternal pela Academia Brasileira de Letras.

Candidato a uma vaga, fiz-lhe uma visita (depois seguida de outras, por puro prazer) no apartamento do Flamengo. Recebeu-me na sala quase escura, num fim de tarde, para que pudéssemos conversar. A primeira pergunta, longe das preocupações acadêmicas, foi sobre o estado de saúde do nosso América Futebol Club. Não se conformava que o time da Rua Campos Sales estivesse em posição secundária, depois de diversas campanhas vitoriosas, como a conquista do campeonato carioca de 1960.

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, no dia 2 de julho de 2002, abrindo o ciclo em homenagem ao centenário do nascimento de Genolino Amado.

Com os conhecimentos que tinha e a paixão de sempre, atualizei o grande cronista, o que nele despertou a vontade de escrever uma série de trabalhos sobre o seu clube do coração. Depois das notícias, o levantamento de quantos torcedores do América havia na Academia (passados e presentes). E a doce desculpa para me garantir o seu voto: “Precisamos aumentar a torcida do nosso clube na Casa de Machado de Assis.”

Primo de Jorge Amado e irmão de Gilberto Amado, Genolino desenvolveu uma bonita carreira de escritor e teatrólogo, como veremos adiante. Do que aprendi da sua obra, com a qual me identificava, ficou a enorme admiração pela vida de cronista. De 1934 até quase o final da década de 1950 produziu diariamente a “Crônica da Cidade Maravilhosa”, lida todas as manhãs por César Ladeira, no então poderoso microfone da Rádio Mayrink Veiga. De tudo o que recordo, a minha memória registra o texto suave, lírico, direto, que depois iria influenciar outros grandes nomes de escritores brasileiros que se dedicaram igualmente à crônica. Ele foi um pioneiro do gênero de tanto agrado dos nossos leitores, consagrando nomes como Rubem Braga, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Henrique Pongetti, todos colaboradores da Revista *Manchete*. Isso sem contar as inesquecíveis Cecília Meireles e Clarice Lispector, além de Rachel de Queiroz, a rainha delas todas.

## ~ O cronista

O sergipano Genolino Amado faria agora em agosto cem anos. No entanto, as suas palavras e o seu discurso do cotidiano muitas vezes parecem escritos para os dias atuais. De personalidade forte e espírito crítico, a política era um celeiro fértil em suas crônicas, onde demonstrava a capacidade ilimitada de desnudar os fatos. Os retratos daquela época, que magistralmente nos oferecia através de uma linguagem cristalina, não perderam a sua essência, pelo contrário, nos revelam a eternidade dos fatos diante da vida.

Inimitável, no dia-a-dia carioca, suas imagens surpreendem pela ternura, frustração, alegria e sofrimento, nos milhares de aspectos da cidade tumultuada. Às vezes, com um otimismo saudável, com indulgente doçura ou fria malícia.

Do prodigioso exercício de cronista criou páginas, obras importantes, fotomontagens, que resumem uma sociedade e uma época.

Em Itaporanga, onde nasceu, apenas iniciou a sua educação, mas dizia com orgulho: “Sou de Sergipe, minúscula província de um território, mas imensa na contribuição às letras do país. Ninho de filósofos, filólogos, poetas e ficcionistas, historiadores e juristas. Rincão de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Reino de magia em que vivi a infância...”

Genolino formou-se em Direito no Rio de Janeiro, em 1924, e na verdade, pretendia fazer carreira na advocacia. Na sua turma, Hermes Lima, Pedro Calmon e Nestor Duarte. Quando estudante, já nutria forte admiração por Anísio Teixeira, que cursava a mesma faculdade. Considerava-o extraordinário, de singular inteligência e firmeza de caráter, prenúncio de quem se dedicou heroicamente a uma incansável luta, ao grande desafio de democratizar a educação no país.

Mas Genolino Amado desistiu da carreira de advogado. O espírito de um grande comunicador falava mais alto.

Em São Paulo surgiram as primeiras páginas de um novo autor, quando substituiu Menotti Del Picchia na crônica diária do *Correio Paulistano*, onde figurou entre os seus principais redatores. Assinava Geno e mereceu um entusiástico artigo de Agripino Grieco, o que causou grande surpresa, pela índole severa e demolidora do crítico.

Por algum tempo, porém, afastou-se dessa atividade, por ter sido nomeado Chefe da Censura Teatral. Tal acontecimento não o impediu de frequentar a roda de intelectuais, satisfazendo o seu espírito de literato. Convivia na paulicéia com modernistas de destaque, sobretudo Oswald de Andrade, Menotti, Cassiano Ricardo e Cândido Mota Filho. Ligou-se também, nessa fase, a Galvão Coutinho, Brito Broca e Orígenes Lessa.

Dois anos depois, já estava de volta ao jornalismo, em posição de destaque, dirigindo o Suplemento Literário do *Diário de São Paulo* e publicando diariamente crônicas no *Diário da Noite*. Iniciou nessa mesma época a sua colaboração na Rádio Record, atendendo a um convite de César Ladeira, seu jovem colega de redação, que se transformara de repente em locutor.

Ao voltar para o Rio, em 1933, escreveu para a Rádio Mayrink Veiga as “Crônicas da Cidade Maravilhosa”, na interpretação de César Ladeira. O sucesso foi tão grande que inspirou André Filho a compor a famosa marcha que se tornaria o hino da então Guanabara. Aí está a origem de “Cidade Maravilhosa”.

Recordar Genolino Amado é abrir uma página relevante da cultura brasileira. Suas crônicas, seus ensaios, são preciosos legados à literatura do nosso país. Vale acrescentar que suas crônicas diárias, transmitidas pelo extraordinário veículo de comunicação que é o rádio, chegavam a milhares de ouvintes. Um público cativo que saboreava mensagens da inquieta cidade do Rio de Janeiro. Acredito que boa parte dele deixasse um pouco de lado o que estava fazendo, para, naquele momento, absorvê-las plenamente.

Nessa mesma emissora também apresentou por um bom tempo a “Biblioteca do Ar”, que obteve dois prêmios como o melhor programa cultural do rádio brasileiro.

Muito absorvido pela imprensa, seu primeiro livro, *Vozes do mundo*, foi publicado somente em 1937. Nele, estudou grandes figuras das letras estrangeiras. Uma estréia feliz, reunindo ensaios e crônicas.

## ~ Um educador

A história da Academia registra, enfaticamente, a presença de um grande número de educadores, personalidades que contribuíram para a nossa história, como Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco (autor do célebre *Um estadista do Império*), José Honório Rodrigues, Osvaldo Cruz, Pedro Lessa, Rui Barbosa, Oliveira Lima, Rocha Pombo, João Ribeiro, Miguel Couto, Laudelino Freire,

Vitor Viana, Marques Xavier, Clóvis Beviláqua, Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia (com a obra sobre a história das pesquisas científicas no Brasil), Oliveira Viana, Roquette-Pinto (introdutor do rádio educativo em nosso país), Alfonso Taunay, Viriato Correia (professor de arte dramática), Gilberto Amado, Silva Melo, Joracy Camargo, Hermes Lima, Paulo Carneiro (com as pesquisas sobre *curare*), Peregrino Júnior, Alceu Amoroso Lima, Raimundo Magalhães, Pedro Calmon, Luís Viana Filho, Ciro dos Anjos, Mário Palmério, Deolindo Couto, Afonso Arinos de Melo Franco, Austregésilo de Athayde, o grande mestre dos direitos humanos universais, Darcy Ribeiro, D. Marcos Barbosa (com as suas crônicas educativas de rádio) e, também, Genolino Amado.

Em 1933, no Rio de Janeiro, para onde voltou, Genolino dedicou-se ao magistério: foi professor de curso secundário da então Prefeitura do Distrito Federal. Era tempo de reforma na Instrução Pública, realizada por Anísio Teixeira. Genolino trabalhava paralelamente a seu irmão Gildásio Amado, que era do Ministério da Educação e Cultura, na época, e que foi o criador dos Ginásios Orientados para o Trabalho – GOT, uma iniciativa formidável para a época, e seria ainda hoje se nós não padecêssemos perversamente desse mal incurável da educação brasileira que é a descontinuidade.

Sua carreira de magistério estendeu-se ao nível superior. Foi um dos mestres que iniciaram o curso de Jornalismo na Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1971 publicou a obra *O reino perdido*, que relata a época de sua vivência como educador.

## ~ Um literato

Das crônicas aparentemente despreziosas, Genolino Amado conquistou o seu lugar na história da nossa literatura. Conversando outro dia com Eduardo Portella, exatamente para ter a noção do crítico, para ter a noção do que representou Genolino na nossa literatura, ele confirmou esse julgamento generoso a respeito da qualidade do seu trabalho. Como bem disse Mário de

Andrade, um dos primeiros a reconhecê-lo como literato, ele é uma figura que se inclui entre as personalidades salientes da literatura nacional.

Suas crônicas reunidas nos oferecem obras preciosas, nos revelando o quanto é difícil escrever de maneira fácil. O cronista, na realidade, não pode demonstrar uma erudição profunda. A sua narrativa deve ser leve e clara como as águas mansas de um lago. Algumas digressões, sem comprometer o seu alto nível.

Sua literatura sofreu a influência de uma época tumultuada. A Guerra Civil Espanhola, a terrível ascensão do nazifascismo, Hitler pressionando, chantageando os governos parlamentaristas da Inglaterra e da França. No Oriente, os japoneses na invasão da China. No Brasil, a malograda revolta de 1935. O integralismo a crescer, a implantação do Estado Novo em 37.

Em *Um olhar sobre a vida*, dedicado à memória do seu irmão Gilberto Amado, escrito entre 1939 e 1942, ele mescla ensaios e crônicas, abrangendo uma época que, segundo ele, lhe inspirava saudade do mundo, do Brasil, do Rio e dele próprio. Mais precisamente do Rio, do poente de uma *belle époque*, dos jogos nos cassinos, dos cafés e cabarés na Lapa malandra, das morosas, mas gostosas viagens de bonde, da areia deserta do Leblon.

Com esse espírito saudoso, Genolino Amado reeditou, muitos anos depois, essa jóia da literatura. Livro raro, que tenho o privilégio de possuir. Estava, então, com 70 anos de idade. Com algumas modificações e cortes, teve a aspiração de interessar os leitores em aspectos de um Brasil que teria mudado muito pouco. Um depoimento que corresponde às impressões e emoções de um povo no mencionado período.

A reedição de *Um olhar sobre a vida* é um testemunho do que pensou, sentiu e escreveu em fase agitada da vida nacional e internacional um jornalista aos 35 anos, no início da maturidade. São emoções de uma época em que até nas comédias irrompia o drama de viver.

Estamos em meio à euforia do Pentacampeonato. Uma crônica de Genolino Amado, adaptada, pode ser aqui resgatada:



Os nossos heróis do futebol, triunfantes, vêm do estrangeiro e desfilam em carros abertos. Na Avenida, no Russel, no Flamengo, que povaréu ansioso, expectante! De súbito, a explosão dos aplausos. Delírio, frenesi, nos velhos, nos moços e nas crianças.

Empolgo-me com a multidão que aplaude. Se aplaude bem ou mal foi assunto que só depois considere. Nesta hora não tem importância. Multidão vale por si mesma, independente de qualquer juízo. É tal qual o oceano, a floresta, o fogo, a ventania, os elementos da natureza.

Se o homem costuma ser humorístico, a multidão é patética, sempre. Nem há multidões fúteis e multidões sábias. A multidão que parece desnordeada, sem destino, encontra de repente o rumo da História. A multidão brinca hoje nas ruas e amanhã talvez levante barricadas.

Ao pensar nisso, levo a sério a fremente massa humana que aclama os campeões do esporte. É um erro pueril supor que vem da ignorância ou da ingenuidade a paixão popular pelos mestres da bola.

Uso dizer que, na maioria das vezes, o torcedor vai ao estádio sob influxo de razões que ele próprio desconhece, mas que atuam no seu subconsciente. Aí se encontram recalçados o desejo de admirar alguém ou alguma coisa e o anseio de exprimir impressões pessoais, rebater ou aceitar as dos outros, ser pró ou contra, livremente, gostosamente.

*Ora, o futebol é tão elementar que as elites pensantes o deixam à margem de suas impiedosas dissecações desacreditadoras.*

Roosevelt pôde não convencer como um líder de uma grande democracia, mas um goleiro convence de imediato ao defender um pênalti. A força moral e o gênio político de um ditador podem ser meras imposturas da propaganda, mas os dribles bem feitos de um centroavante são evidências irrecusáveis. Um plano de governo pode não dar certo, porém um pontapé na bola demonstra instantaneamente a sua exatidão ao marcar o gol.

Resta algo que resiste às abafantes restrições. É o esporte, é sobretudo o futebol, cheio de incidentes sensacionais, de situações imprevistas, permitindo que na arquibancada ou na geral o povo julgue, comente, aprove ou desaprove a exibição dos contendores. E o povo não se acanha de proceder assim porque se considera apto a fazê-lo.

## ~ O ensaísta

Dentre os ensaios de Genolino Amado, que inclui Luiz Pirandello, Emil Ludwic, destaca-se Bernard Shaw, que, segundo ele, era um moço sem fé – só nele mesmo –, que estudou com afinco e iniciou a vida literária aos 30 anos, após a sua frustração como novelista. “Sem fé, mas se tivesse um Deus, não precisaria de imagens, nem de liturgias, nem de incenso, nem de procissões.”

Segundo Genolino Amado, um destruidor! – mas que poucos procuram ver que destruir em Bernard Shaw assinala o começo da construção. Que em todas as suas peças a arte do dramaturgo se exercita de maneira contraditória, cultivando a sua alma de militante reformador. Quando não constrói, reforma. Um gênio!

E Genolino estabelecia sempre um parâmetro entre a literatura brasileira e a estrangeira.

Ainda em *Um olhar sobre a vida*, numa das crônicas, queixou-se que o Rio de Janeiro “é uma capital com pouquíssimas figuras de romance. Um deserto, em relação a Paris, onde Balzac constitui multidão. Da mesma forma é um deserto perto de Londres, onde Dickens acrescentou um povo imaginário. Só vemos aqui Capitu, Policarpo Quaresma... e quem mais? O Rio desdobrou-se, estendeu-se nos bairros, ganhou população de sobra, porém na literatura continua com a mesma escassez demográfica do tempo de Machado, Aluísio e Lima Barreto.” E acrescenta: “Romance é produto da cidade. O campo é, especialmente, inspirador de poesia. O Rio quer romantismo.”

Se vivo estivesse, Genolino certamente mudaria de opinião. Acrescentaria aos nomes citados pelo menos o do Acadêmico Carlos Heitor Cony, cujo romance urbano, tipicamente carioca, faz tanto sucesso.

Reportando-se à História do Brasil, Genolino, na crônica “O mal dos homens bons”, explora a concepção brasileira de bondade:

Gostaria de ver estudado por sociólogos e psicólogos um fenômeno da vida nacional que poucas pessoas observam. E, se o observam, não lhe atribuem importância nem significação. Crêem que é só um curioso, mas inofensivo erro de julgamento. Contudo, para mim o erro é sério, bem sério, porque embota o senso moral, conduz à negação do verdadeiro valor e à consagração das mediocridades espertas.

Refiro-me à paradoxal concepção brasileira da bondade. Considera-se virtude admirabilíssima o dom de se estar de bem com toda a gente. A quem mais se aprecia não é o generoso que beneficiou a muitos e sim o conveniente que a ninguém deu motivo de queixa.

[...]

No Império, ser homem bom se resumia a não ser muito cruel com os escravos. Não era combater a escravidão. Os versejadores gentis, no exemplo típico de Maciel Monteiro, recitavam nos saraus enquanto o jovem Castro Alves compunha versos de fogo para fulminar o cativo e Patrocínio fremia de eloquência na luta pela Abolição.

Os grandes homens do Brasil podem equiparar-se aos melhores homens do mundo, porém jamais tiveram a bondadezinha aparente que agora se apregoa como indicativa do caráter nacional. Fossem “bons”, os Inconfidentes não pensariam em conspirar contra o poder da Metrópole, evitando dores de cabeça à rainha D. Maria, já bem avariada do juízo. Fosse bom homem, José Bonifácio continuaria a colher o doce fruto das sinecuras que lhe dera a coroa lusitana. E, em atenção ao gordo e afável D. João VI, do qual não tinha pessoalmente nenhum motivo de queixa, desistiria de libertar a pátria, pois a Independência lhe impôs a maldade gloriosa de não ter fraqueza de coração quando era preciso criar o Brasil.

Pois que Deus abençoe os nossos malcriados! Deles o Brasil precisou sempre e foi com eles que se engrandeceu. Má criação aí significa firmeza nas convicções e gosto de advogar a causa justa. E essa má criação não foi só de Alencar, de José Bonifácio, de Patrocínio, de Castro Alves. Tiveram-na todos os nossos homens de bem, dos gloriosos aos obscuros.

De que o Brasil não necessita é de homens amáveis, distintos, conciliatórios por programa, que não defendem o bem e toleram o mal.

Dentre as suas outras obras podemos destacar *Vozes do mundo*, ensaios, publicada em 1937; *Os inocentes do Leblon*, em 1946 – este deu título a um bloco carnavalesco de primeira ordem – e *Pássaro ferido*, em 1948.

Em *Vozes do mundo*, onde focaliza grandes nomes estrangeiros, analisa intensamente Stefan Zweig, sua obra e a razão da sua excepcional celebridade. Considera-o essencialmente útil e agradável. Admira no autor o companheirismo:

Feito para viver ao nosso lado, cheio de encanto na conversa, ótimo contador de histórias, sabe muita coisa e diz tudo muito bem, com certa graça melancólica. Para apreciá-lo, no seu justo valor de artista é preciso de novo trazê-lo para perto, situando-o na esfera dos homens inteligentes.

[...]

Se a arte do escritor revela tanto interesse pela vida, a sua própria vida quase não aparece na sua arte. Só os artistas de gênio operam o prodígio de condensar dentro de cada indivíduo a sorte das multidões, dentro de cada história humana, toda a história universal.

Genolino não o achava um gênio, mas o admirava pela capacidade que tinha de aprofundar pormenores sem, contudo, visualizar o todo. Privilégio de um grande artista.

Deliciei-me ao ler as crônicas de *Os inocentes do Leblon*. Falam de imagens de rua, esporte, das mudanças da cidade, até de gramática. Uma delas chamou-me a atenção: “Palavras em perigo:

... as histórias infantis erram sempre quando falam de Sésamo, como de uma palavra mágica. Porque a verdade é que todas as palavras são mágicas. Todas possuem um misterioso encantamento e abrem a porta de maravilhosos tesouros. O dicionário é um reino de fadas. Mas, para que uma palavra exerça a sua influência fascinante precisamos guardá-la com toda a força do coração, respeitando-lhe o valor que tem dentro da vida, trazendo-a mais no pensamento do que na boca.

O livro reúne a primeira série de “Crônicas do Rio”, publicadas na imprensa diária, de julho de 1943 a abril de 1944.

Em *Pássaro ferido*, publicado logo após, com a mesma qualidade literária, tem-se um encontro marcado com praças do Rio de Janeiro, bondes e “camelôs”. Fala de José de Alencar, de Iracema e de *O Guarani*; fala de Clóvis Beviláqua e de Raimundo Correia. Relendo-o agora, não pude deixar de sorrir, ao verificar na crônica “O Mestre de Humanidades” que os problemas educacionais de 1944 são os mesmos de hoje:

Encontro agora freqüentemente nos jornais artigos em que se encarece a necessidade nacional de promover-se a perfeita formação pedagógica do professor secundário... Traçam-se programas, estabelecem-se normas e processos didáticos sem levar em conta muitas vezes o que teria de ser debatido, antes de mais nada, pois diz bem perto com a própria condição humana do professor, isto é, as longas horas de trabalho para o ganho paupérrimo.

Em suas críticas literárias, Genolino queixava-se da falta de personagens atuais. A sociedade moderna apenas evocava a imagem romântica da Moreninha, que era de outra época, mas renascia em flor ao fim de um século. Para ele isso constituía uma derrota da literatura. Um deserto de mulheres, o romance nacional. Além da imagem romântica de Macedo, apenas a Capitu, do mestre Machado, a Ceci e a Iracema do grande José de Alencar.

Imaginava que extraordinário tema de romance não seria o drama da sociedade brasileira, a moça moderna que trabalha em escritórios e repartições, dona do seu destino, que lê Freud e discute a guerra. E concluiu: “Enamora-mo-nos da moça antiga porque a moça moderna ainda não refletiu a sua imagem nas páginas da literatura.”

Em relação ao nosso idioma, dá um recado a Portugal: “Que ele procure conter nos moldes da tradição o idioma dos seus marujos e dos seus frades ainda se compreende. Mas o Brasil tem igualmente o direito de criar uma nova linguagem para a sua própria expressão. Devemos adaptar o vernáculo às condições da existência e da sensibilidade moderna.” Como gostaria o nosso saudoso Afrânio Coutinho de ouvir, lida por um amigo dele, e admirador, esse pensamento de quem com ele conviveu aqui nesta Casa.

Seu trabalho literário não parou por aí. Escreveu, além de *O reino perdido* (Memórias), *Um menino sergipano*, já em 1977 (seu segundo livro de memórias). Ao mesmo tempo, traduziu romances e peças de teatro, como *A Cidadela*, de A.J. Cronin, *A vida errante*, de Jack London, *Zadig*, de Voltaire, entre outras.

Genolino Amado também estreou como autor teatral em 1946 com a comédia *Avatar*, não só representada no Brasil como no estrangeiro. Esse trabalho foi adotado na Academia Militar de West Point como livro de leitura para os cadetes. Sua segunda peça, *Dona do mundo*, foi apresentada em 1948, merecendo a medalha de ouro da Associação Brasileira de Críticos Teatrais.

Em 1954 mais uma vez afastou-se das atividades literárias. Exerceu, no último governo de Getúlio Vargas, o cargo de Diretor da Agência Nacional. A seguir, foi nomeado Procurador do Estado da Guanabara, concentrando-se por longo tempo nas letras jurídicas.

Mas Genolino Amado, como não poderia deixar de ser, retornou à literatura em 1971. Logo após a publicação de *O reino perdido*, obra sobre seu trabalho de professor, publicada nesse mesmo ano, candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, atendendo ao apelo de vários membros da Instituição.

Foi recebido em data que muito lhe dizia ao coração: 14 de novembro, dia em que seu pai Melchisedeck Amado nasceu. Para Genolino, um herói, sempre lutando para conseguir recursos econômicos necessários ao conforto do lar, alimentação e educação dos filhos.

Na ABL foi um confrade atuante e presente, antes de adoecer, até que em 1989 ele foi roubado do nosso convívio, deixando, na Casa de Machado de Assis, um sentimento permanente de saudade.

# Genolino e a tradição da crônica

ANTONIO OLINTO

Senhor Presidente Alberto da Costa e Silva, senhora Acadêmica Nélida Piñon, senhores Acadêmicos, meus Senhores e minhas Senhoras. Vou falar sobre “Genolino Amado e a tradição da crônica”.

Meus amigos, vivemos sob o império do tempo, que talvez devesse sempre estar escrito com T maiúsculo. Não só escrito, mas também dito, pondo-se uma ênfase na pronúncia da palavra de tal modo que se entenda logo que falamos de coisa muito séria. A palavra grega *cronus* ficou na memória dos povos e serviu de base a discursos e conceitos de toda ordem. A invenção de Gutenberg de tipos móveis capazes de imprimir sobre uma folha de papel mudou o mundo. Multiplicaram-se então as crônicas, a descrição de feitos e acontecimentos, que se tornaram comuns e são base de pesquisas feitas em todo mundo.

Quando escrevi meu livro *Alcácer-Quibir*, li e reli as crônicas portuguesas, principalmente as de Gomes Eanes Urara, a *Crônica da Guiné*,

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, no dia 9/7/2002, durante o ciclo de conferências em homenagem ao centenário do nascimento de Genolino Amado.

a *Crônica da tomada de Ceuta*, além de outras narrativas, como a *Crônica do Dom Henrique*, a de Dom Duarte, a do Infante Santo, a de Afonso V e a de *Dom Sebastião em terras d'África*, que era o assunto que mais me interessava. Até os naufrágios de navios portugueses – que foram muitos – serviram de matéria em *Relações impressas em Lisboa*. “Relações”, como sabem, era uma palavra que se dizia para dizer “Informação”, “Relatório”, quase que reportagem. As Relações reportavam um grande acontecimento. E essas Relações, impressas em Lisboa, preservadas nos arquivos portugueses, mais tarde levaram Fernando Pessoa a colocar em seus versos: “O sal das lágrimas de Portugal / era o sal de mar.” Esse mar e o sal de mar que vinha das lágrimas dos portugueses apareceram como uma verdade na poesia.

Os vinte relatos de naufrágios publicados em português entre a segunda metade do século XVI – quando os portugueses povoavam o Brasil – e o final do século XVII, são crônicas de reportagem do melhor jornalismo. Às vezes o cronista posterior a Gutenberg provocava o aparecimento de folhas de jornais com notícias e idéias.

A mim me parece que Montaigne é o antecessor dos cronistas dos séculos posteriores. A palavra “ensaio” por ele adotada muitas vezes está próxima da crônica. Era um moralista, no bom sentido que se atribui aos que analisam o comportamento das gentes. Quando chegou ao ápice da sua vida e da sua obra, declarou-se “inteiramente desprovido de qualquer assunto específico, atitude a que o cronista busca, em geral, ater-se no percorrer o mundo circundante com olhos analíticos, devotado ao devaneio, à meditação e à análise”. Com isso podia Montaigne estar descrevendo um modo de o jornalista se aproximar da realidade.

Com os tipos móveis de Gutenberg, era natural que surgisse essa coisa poderosa na formação de idéias, desejos, atos, decisões, escolhas – o jornal.

O que vem a ser o jornal? Em meu livro *Jornalismo e literatura* tentei entrar no assunto. Chamei-o de literatura também sugerindo que “o jornalismo é a literatura sob pressão”, principalmente duas pressões: a pressão do tempo e a pressão do espaço. A pressão do tempo, já que o artigo, a reportagem, a notí-



cia, seja o que for destinado a sair no jornal, deverá ser feito hoje para ser publicado amanhã ou depois, num dia certo. A pressão do espaço, porque ocupará um espaço também determinado na página impressa do jornal.

O jornal é um periódico, que é como os portugueses costumam chamá-lo, isto é, aparece dentro de períodos certos, todo dia – que é o sentido literal da palavra “jornal” – ou toda semana, toda quinzena, todo mês. E aí está de novo o Tempo – com T maiúsculo – nominando as fases de aparecimento da folha, da revista, da relação, do relatório, seja o que for o veículo que se use, de tempos em tempos.

Muitos de nós já nos indagamos dos motivos de termos no Brasil tantos e tão bons cronistas. O maior de nossos escritores – mestre no romance, no conto e na poesia, Machado de Assis – dedicou-se também à crônica profissionalmente, com segurança, obedecendo à natureza do *métier* – porque todo *métier* tem a sua natureza – e com isto registrou com perfeição o final do Segundo Império e os primeiros decênios da República no Brasil. Executou os mais diversos tipos de crônicas, foi romântico, professoral, cômico, elucidativo; analisou a política do Tempo (com T maiúsculo), falou em obras públicas, fez comentários sobre sessões do Legislativo, contou anedotas, comoveu seus leitores, foi a seu modo formador de opiniões, comentou assuntos internacionais, analisou figuras da política brasileira, falou de moda e de modos. E o que se sabe do Brasil, entre meados do século XIX e o ano de 1908, é também devido às palavras com que Machado vestiu seu país e seu tempo.

Na mesma época outros escritores expressavam-se por meio da crônica. Raul Pompéia escreveu do Rio uma série de crônicas para o *Jornal de Juiz de Fora* e José do Patrocínio, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Lima Barreto, Pardal Mallet – uns mais, outros menos – assumiam a crônica, permanente ou circunstancial, como elemento importante no difundir idéias e mostrar como funcionava, ou não funcionava, o país.

Depois de Machado de Assis o escritor a ter sido um cronista eminentemente carioca foi João do Rio, cujo livro *A alma encantada das ruas* postou-se como ápice no gênero crônica entre nós.

Em seguida foi a vez de Humberto de Campos ocupar o trono da crônica. Poucos escritores tiveram em vida a popularidade de Humberto de Campos. Ao morrer, em 1934, deixou muitos volumes de crônicas, vendidos em todo o Brasil. Durante minha infância e juventude eram livros comentados e citados, com grande alegria da editora que deles detinha os direitos.

A partir da Semana de Arte Moderna – com o desenvolvimento da indústria do conhecimento, que existe essa indústria no Brasil, jornais mais bem organizados, magras impressoras se renovam, primeiro de vinte em vinte anos, depois de dez em dez e, mais tarde, com a informática, até submetidas a pausas mais curtas – o cronista se tornou um personagem importante na imprensa brasileira. Praticamente todos os escritores de algum nome, poetas e prosadores, passaram a escrever crônicas para jornais e revistas.

Como cronista puro, dono de seu instrumento e de sua linguagem poética, destacou-se na literatura brasileira o nome de Rubem Braga. Desde que, morando ainda em Belo Horizonte e muito jovem, começou a escrever, viu-se que ali se achava um escritor que escolhera o seu gênero e a ele daria o melhor de si mesmo.

Seguiram também esse caminho Rachel de Queiroz, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes, Clarice Lispector, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, que, entre muitos outros, prestaram a sua obediência ao pedaço de papel de que é feito o jornal. No meio desse grupo extraordinário de cronistas situou-se Genolino Amado. Diferente de todos, pelo seu estilo e pelo seu veículo.

Vindo jovem de Sergipe (seu livro de memórias *Um menino sergipano* é um trabalho que obriga um grande lirismo, levanta um tempo da maior significação na vida brasileira), passou Genolino Amado por vários jornais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, antes de se fixar numa atividade de que foi pioneiro – a de cronista radiofônico.

Passou a escrever textos que seriam ouvidos, e não lidos. Teve de criar um estilo que fizesse o ouvinte fixar-se no que ouvia, dando às palavras do locutor a maior atenção. No caso, o locutor era, na maioria das vezes, César Ladeira, que, descoberto em São Paulo, onde entusiasmou os combatentes da Revolta

Constitucionalista de 1932, veio depois para o Rio de Janeiro, onde pontificou na Rádio Mayrink Veiga.

Em tudo de acordo com o meio de veiculação de suas crônicas, escrevia Genolino Amado num estilo direto, substantivo, ao mesmo tempo e que se colocava como intérprete de toda a cidade. Por isso mesmo seu programa tinha o nome de “Crônica da Cidade Maravilhosa”, o que levou o compositor André Filho a compor sua marcha, hoje hino oficial do Rio de Janeiro.

O que Genolino Amado escrevia era exatamente o que aparecia, sempre, na folha de rosto de seus livros: Crônicas do Rio. Era o Rio de Janeiro dos anos 30 e 40, indo até o fim dos 50. Era, enfim, o Rio de Janeiro pré-Brasília.

Ler agora as crônicas de Genolino – e aconselho a todos que as releiam, pois são de uma categoria literária que não morre – é conhecer um Rio de Janeiro imortal. Inclusive porque, lendo-as, descobrimos que o Rio não mudou tanto assim. Há mais violência?, mais população? Sim. Carros demais nas ruas? Sim. Há filas maiores? Há. Mas ficou um certo espírito, um modo de ser que foi assunto de Genolino em muitas de suas crônicas. O Rio conservou um jeito de olhar o mundo e o considerar, de ser parte dele e atingir com isto um bem-estar que se aproxima da felicidade.

Dentre suas crônicas, uma há que revela não só o lirismo do seu estilo mas também o sentido poético de um escritor que compreende os sentimentos de um poeta. É a crônica chamada “O amor do velho Raimundo”, apresentada por César Ladeira em novembro de 1944 e publicada mais tarde no livro *Um pássaro ferido*. Como falar de um autor sem lhe dar um texto que o mostre exatamente como era? Este é o texto:

## ~ O amor do velho Raimundo

Homem de vida simples e discreta, incapaz de abrir o coração em mesas de café, como era costume na boêmia sentimental da época, Raimundo Correia deixou passar em branca nuvem a história de seus amores. Sabe-se, todavia, que uma grande paixão existiu na alma do poeta. Inspirou-a um humílimo pé

de sabugueiro, plantado no quintal da sua casa, a debruçar-se florido sobre a janela do aposento em que, nas longas horas da noite, a inspiração visitava o bom juiz, obrigando-o a trocar os autos pelas rimas.

Em ligeira página, conta Afrânio Peixoto esse estranho idílio. Foi um enamoramento que os anos, os cuidados e a própria glória do artista não puderam amortecer. Encantava-o sempre a doce árvore, a cuja sombra compunha sonetos. Como um colegial aos primeiros ardores românticos da adolescência, palpitava entre os sustos e as alegrias daquela ternura, daquele constante bem-querer. Cada nova floração era uma festa. Reencontrá-la, rumorosa de cantos na manhã recente, consolava-o de todas as tristezas. Dentro dele também gorjeavam todos os pássaros da terra, só de vê-la feliz, sorrindo ao sol. Muitas sentenças misericordiosas deve ter sugerido ao lírico magistrado aquele pé de sabugueiro, na piedade que ao peito dos homens traz o amor contente.

Mas, certa vez, quase que Raimundo Correia enlouqueceu de tanta angústia. A árvore adoecera. Ia perdendo a seiva, tombavam-lhe as folhas, pareciam braços descarnados os galhos secos, as próprias aves fugiam daquela decadente imagem da flora. Em desespero o poeta foi até ao absurdo pitoresco de procurar um médico, para que receitasse a coitada. Para salvá-la, não confiando mais em ninguém, estudou botânica e jardinagem, valeu-se de toda espécie de adubos, inventou audaciosas terapêuticas, e afinal, como alguém que visse renascer a noiva agonizante, acompanhou com infinito carinho a convalescença da sua bela amada.

Essa curiosa anedota de nossa vida literária voltou-me à lembrança quando eu vim a saber que ontem se inaugurou a herma de Raimundo Correia no Passeio Público, onde já são mais os bustos do que as árvores. Entretanto, como ainda restam ali algumas de esplêndido aspecto, receio muito que a alma do sonetista, presente em sua pequenina estátua, chegue um dia a enamorar-se outra vez. Pois não creio que seja uma paixão venturosa. Pelo contrário, dela podem resultar sofrimentos e amarguras sem conta. Até já sinto pena do suavíssimo Raimundo.

Porque é velho hábito nosso sacrificar a arborização nos mais lindos parques. O próprio Passeio Público oferece a tal respeito o melhor exemplo. E quem ousará garantir que ainda não voltará a ser mutilado?

Penso nesta hipótese e me inquieto. É bem possível que um machado municipal decepe, amanhã ou depois, a árvore escolhida pelo poeta para outra afeição ingênua. Que será do seu amor nesta cidade onde tão pouco se ama o que há de mais amável em toda a natureza?



Imaginem esta crônica lida por César Ladeira, às oito horas da noite do Rio de Janeiro naquele tempo.

Diante de um escrito como este, vê-se que Genolino Amado escolheu bem o gênero em que abrigava a sua mensagem para os tempos de então. Era a época do rádio, a época de “Nós somos as cantoras do rádio”, que durou até fins da década de 40, quando a televisão se impunha nos Estados Unidos e na Europa.

Em viagem que fiz à Suécia em 1950, há mais de meio século, passei na volta uma semana em Londres e foi então que vi o meu primeiro programa de TV. Estive na BBC com um brasileiro que lá trabalhara e assisti à filmagem de uma história popular, que era o sucesso da época na Inglaterra.

Eu me pergunto: que tipo de literatura, de um homem só falando, foi mantido na televisão? O mais próximo que temos da crônica viva é a presença de Arnaldo Jabor no final do “Jornal Nacional”, e o que só acontece esporadicamente. Creio, contudo, que o tempo – com *t* minúsculo ou maiúsculo – não destrói o que está feito, ou melhor, o que foi feito em espírito de verdade.

O período em que o rádio predominou em nossa terra continua conosco; às vezes arquivado, quando a memória enfraquece; arquivado em imagens, discos, principalmente arquivado nesse objeto maravilhoso, o livro, neste que temas crônicas de Genolino Amado, indestrutíveis, coladas em páginas escritas e vincadas na memória do Brasil.

Genolino Amado foi um belo momento da crônica brasileira, um momento que não podemos esquecer, pois “país sem memória está morto e não sabe”.



# Genolino Amado e a crônica literária

CARLOS HEITOR CONY

Senhor Presidente Alberto da Costa e Silva, senhor coordenador Evanildo Bechara, senhoras Acadêmicas Lygia Fagundes Telles e Nélida Piñon, senhores Acadêmicos, Senhoras e Senhores.

Os antigos recomendavam que fôssemos breves, para poder agradecer. *Esto brevis et placebis*. Eu vou ser breve mas não vou agradecer – tenho certeza disso – porque não tive tempo de preparar um texto melhor. De qualquer maneira o assunto me diz muito respeito, porque se trata de Genolino Amado, uma figura que admiro – à distância, porque não fui amigo dele, pessoal, fui mais ligado ao Gilberto Amado. Mas o jornalismo literário e a crônica, bem ou mal, são as duas vertentes que segui. Eduquei minhas filhas e eu próprio sobrevivi até hoje graças, em parte, ao jornalismo e, em parte, à literatura. De maneira que tenho uma certa afinidade, pelo menos com o assunto.

Para definir o jornalismo literário, vamos começar pelo substantivo, que é jornalismo. O que é o jornal? Antonio Olinto definiu muito bem, na conferência passada, que o jornal é um periódico, aquilo

Conferência proferida na ABL, no dia 16/7/2002, encerrando o ciclo de conferências em homenagem ao centenário do nascimento de Genolino Amado.

que é feito de período em período. Por mais que pareça incrível, Franz Kafka – que nunca foi realmente um jornalista, nem colaborou profundamente na imprensa – tem, no meu entender, a imagem mais perfeita sobre o jornalismo, que ele compara com um trem, porque o trem sai todo dia, num determinado horário, vazio ou cheio, e de uma determinada plataforma. Tem que sair e tem que chegar, seguramente, no seu destino. Se estiver cheio, tudo bem para a empresa. Se estiver vazio, ou com muitos lugares vazios, é prejuízo, porque o trem tem que sair com aqueles lugares vazios. Sem dúvida, em alguns países subdesenvolvidos, espera-se o trem encher, mas então seria mais uma espécie de pau-de-arara. Nos países civilizados, pelo menos na Praga de Franz Kafka, os trens saíam realmente na hora, muitas vezes com os lugares vazios.

O jornal é como um trem, dizia Kafka. Por quê? Porque tem que sair em determinado dia, ou todos os dias, mas com uma diferença básica: mesmo não tendo assunto, ele não pode sair vazio. Ele tem que encher aquelas páginas todas. Seja com anúncios, seja com qualquer assunto, inclusive com crônicas, embora a finalidade do jornal não seja exatamente esta. A prioridade do jornal é basicamente para as informações, as notícias. Mas as notícias têm um pouco, assim, de ridículo. Eu, que sou jornalista há muito tempo, defino a notícia com uma passagem de Eça de Queirós que gosto muito de citar, do personagem Jacinto de Tormes falando a José Fernandes, que veio da província. Estavam no palacete 202 do Champs Elisées e Jacinto mostrava-lhe as maravilhas todas: água embutida, ar refrigerado naquela época. De repente, começa a surgir alguma coisa dentro do gabinete. Zé Fernandes se assusta: – O que é isto? Jacinto ri: – Isto é um pneumástico. “Pneumástico” é uma espécie de ancestral do e-mail, um tubo subterrâneo que mandava uma espécie de lata de coca-cola, dentro da qual vinham mensagens. Então vinham telegramas com notícias. Jacinto tranqüilizou o amigo, abriu a lata e tinha um telegrama: a fragata tal acaba de chegar ao porto tal. E Zé Fernandes pergunta: – Ah, sim? A tua mãe vem nele? Jacinto responde: – Não, não vem. E Fernandes continua: – Mas vem alguma coisa para você? – Não, não vem nada. – Mas, por que você recebeu isto? Jacinto responde: – Não é nada, é uma notícia.



O jornal é isto. Ele procura ser uma notícia. Agora, evidentemente, ao contrário dos trens, não pode sair vazio. E para encher um jornal há uma porção de coisas. Aí, então, entrou a necessidade de fazer com que o produto, que no início era apenas uma notícia, seja uma crônica. Volto mais uma vez a Antonio Olinto, que falou sobre a crônica nos séculos XVI e XVII, quando a crônica era, digamos assim, um gênero-bonde, um gênero-ônibus, onde tudo cabia com o nome de crônica. Hoje, a crônica ficou sendo uma outra coisa. É um produto. Esta é uma opinião minha, que vivo da crônica – então não é uma restrição a Genolino Amado, nem aos cronistas presentes, porque todos nós aqui já cometemos este crime de escrever eventualmente uma crônica –, mas a crônica não deixa de ser um gênero de subliteratura e de subjornalismo.

Por quê? Porque ela é muito condicionada, é muito datada. Ela precisa ser datada. Dirão alguns: – Não! Há crônicas admiráveis, de Machado de Assis... Mas eu pergunto: – Se Machado de Assis não tivesse escrito os grandes romances dele, aquela série final de romances, *Dom Casmurro*, *Memórias póstumas, Quincas Borba*, que é o meu preferido, o que seria ele como cronista? Seria um João do Rio melhorado, um Humberto de Campos mais consistente, mas não seria o Machado de Assis que nós admiramos.

Agora, todos os jornais, não só no Brasil mas no mundo todo, publicaram textos literários. Não podemos esquecer, por exemplo, que foi no jornal que Manuel Joaquim de Almeida publicou as *Memórias de um sargento de milícias*, foi num jornal que saiu *O Guarani*. Josué Montello conta, num dos seus Diários, que no Maranhão as pessoas esperavam o jornal na estação para poderem ler os capítulos que iam saindo do *Guarani*. Seria, então, um jornalismo literário? Não, não era jornalismo literário. Eram trechos de romance publicados em jornal, e não crônica propriamente dita, tal como hoje nós entendemos. A crônica hoje, tal como a fazemos, é um gênero metade jornalismo e metade literatura. Fica no meio-termo – o que não deixa de ser um pouco suspeito.

O jornal precisa basicamente de uma notícia. Nos tempos em que não havia imprensa, antes de Gutemberg, havia necessidade de as notícias serem transmitidas, havia os arautos, havia os tambores, havia os índios que faziam aquelas

fumaças, havia muitas maneiras de comunicação. Com os tipos móveis de Gutemberg, a comunicação ficou mais fácil. Mas ainda assim os primeiros jornais eram apenas noticiosos, ou seja, não tinham a preocupação de serem fonte de lazer. Transmitiam a notícia pura e simples, aquele fósforo que risca, ilumina e apaga-se – aliás, esta é uma comparação de Guimarães Rosa. Ele diz que a anedota e a crônica, em si, são como o fósforo que se acende, ilumina e apaga-se, e não pode ser usado uma segunda vez. No dia seguinte o jornal não serve nem para embrulhar peixe, porque hoje em dia a Saúde Pública proíbe. Antigamente juntávamos jornais e íamos vender no açougue, e o açougueiro embrulhava a carne com jornal – eu mesmo vendia muito. Meu pai era assinante de jornais, eu juntava e vendia, fiz muita economia com os jornais que vendia em açougues. Hoje não se pode fazer isso mais.

Vou dar um pulo, agora, temerário: pode-se dizer que as famosas teses que Lutero afixou às portas da catedral de Witenberg, em 1517, rompendo com o papado, não deixam de ser um pasquim, no sentido em que o *pasquino* italiano o fazia, ou seja, davam uma notícia. Lutero voltou de Roma escandalizado com os pregadores que vendiam indulgências, afixou suas teses na catedral de Witenberg, e isso marcou o início da Reforma. Ou seja, o início do mundo moderno foi uma notícia que se espalhou – o que contradiz um pouco Eça de Queirós. Roma tomou conhecimento da notícia de Lutero, evidentemente, e o que veio depois nós conhecemos através da História.

Então, a notícia é muito importante. Mas as próprias notícias são poucas. Um jornal não pode viver só de notícias, notícias frescas, notícias importantes – como foi a de Lutero, que mudou o mundo. Mas nem todos os dias os jornais têm notícias que mudam o mundo, nem notícias que não mudam nada, mas os jornais são obrigados a sair. Então começaram a aparecer espaços vazios, espaços ociosos dentro do jornal, que foram preenchidos com ilustrações, quadrinhos. E escritores – dentre os quais nem todos tinham capacidade para escrever romances – como Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar, Coelho Neto, publicaram seus primeiros livros nos jornais. Os que não tinham capacidade para escrever romances começaram a apelar para textos menores.

Naquele tempo via-se o jornalista como um escritor frustrado, mesmo os bem-sucedidos. Aí eu volto para Lima Barreto, que tentou um emprego estável no jornal e não conseguiu. Então escreveu as *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, que é um retrato fabuloso do jornalismo daquela época, e que não é muito diferente do jornalismo de hoje. Quem lê o livro de Lima Barreto sabe exatamente o que está se passando na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, da *Folha*, do *Jornal do Brasil*, do *Globo*, porque, na verdade, nada mudou. Mudaram as coisas datadas, e o que não é datado ainda é atual.

O jornalista, como escritor frustrado, começou então a fazer “preciosidades”. Nós podemos citar, nesse caso, o próprio João do Rio – não quero com isso dizer que João do Rio seja um escritor frustrado. Ele é considerado um cronista, o que me parece um erro, porque os grandes livros de João do Rio não são crônicas, são reportagens, muito bem feitas por sinal. *A alma encantadora das ruas* é uma reportagem, não é uma crônica.

A reportagem pioneira, no meu entender, seria a de Raul Pompéia. João do Rio não chegou a escrever nenhum grande romance, enquanto Raul Pompéia escreveu o grande romance que é *O Ateneu*, considerado um dos cinco maiores romances brasileiros. Raul Pompéia fez a melhor reportagem publicada no Brasil, que foi “A última noite do Imperador”, quando o Imperador sai de São Cristóvão, toma a fragata e vai para a Europa. É um texto que figurava nas antigas antologias, de Carlos de Laet, de Fausto Barreto. Volta e meia eu releio esse texto, porque não só é muito bem escrito, mas é uma lição de reportagem. E Raul Pompéia não era um repórter, no sentido moderno da palavra, ele era basicamente um romancista. “A última corrida de touros de Salvaterra”, do português Rabelo, é uma outra reportagem. Eventualmente, esses jornalistas-cronistas faziam boas reportagens. Não há dúvida nenhuma que tais reportagens ficaram, mas não eram crônicas, eram reportagens. Eu considero João do Rio, basicamente, um repórter, genial, talvez o melhor de sua época.

Um cronista mesmo, como hoje o temos, no Brasil, seria Humberto de Campos, que foi citado tanto pelo Arnaldo Niskier quanto pelo Antonio Olinto. Humberto de Campos teve uma popularidade que nenhum outro es-

critor teve. Quando ele morreu, em 1934, o comércio do Rio de Janeiro fechou. Por quê? Porque todo mundo se interessava por ele. Ele tinha uma empatia com o público, além de escrever muito bem. Mas ficou como um escritor eminentemente datado, embora tenha algumas crônicas maravilhosas, de que a gente gosta até hoje, sobretudo no seu livro de Memórias. Ficou datado e hoje não se publica mais. A editora inglesa W.M. Jackson, que editava enciclopédias, veio para o Brasil apenas para publicar Humberto de Campos, aquelas Obras Completas que, naquele tempo, todo mundo comprava. Entrava-se em qualquer casa, na Paraíba, no Piauí, e tinha lá a coleção completa das obras de Humberto de Campos. Ele tinha uma popularidade como nenhum outro escritor teve, em vida, porque escrevia crônicas, que agora são vazias.

Agora, então, podemos voltar àquele princípio, que a crônica em si é um gênero de sublitteratura e um gênero de subjornalismo. Ainda voltando para o jornal – parece que eu, como jornalista, estou cuspidno no prato onde comi – falei há pouco que o documento que formalizou o mundo moderno foi uma notícia feita pelo Lutero, que ele afixou na porta da catedral de Wittenberg, que marcou o início da Reforma. Mas não foi um jornal, era um desabafo pessoal de um monge agostiniano que se revoltou contra Roma e resolveu fazer uma reforma.

No caso do jornalismo propriamente dito, eu diria, e sempre digo isso em palestras que faço em faculdades, dou como maior exemplo da expressão jornalística o texto do “J'accuse”, de Émile Zola. Quando estourou o caso Dreyfus, Zola já era um grande escritor, que muitos consideravam igual a Balzac, embora não o seja, tecnicamente. A série *Os Rougon-Macquart* é importante, mas não tem a grandeza da *Comédia humana*. Nem por isso Zola deixa de ser um grande escritor. Por ocasião de sua morte, Victor Hugo fez um famoso discurso, reconhecendo que ali morria um monumento da consciência humana. E não foi por causa da obra literária, mas por sua atuação no caso Dreyfus.

Quem encomendou o texto do “J'accuse”? Clemenceau, deputado que mais tarde seria Presidente do Conselho. Zola, que já tinha escrito praticamente 90 por cento de sua obra, não era um jornalista. Era um autor consumado e vivia sua decadência como romancista. Mas ele mandou para o jornal um texto inti-

tulado “Lettre à Monsieur Félix Fauré, Président de la République”. Clemenceau leu a carta, ficou entusiasmado, mas achou que o título estava errado. E disse a Zola que o título seria “J’accuse”, expressão que estava na parte final da carta. Qualquer redator, qualquer pessoa que tem um mínimo de vivência de jornal compreenderia que ali estava o título do artigo que mudaria o destino de Dreyfus e a própria história da França. É uma sucessão de parágrafos que assim começam:

“Acuso o tenente-coronel du Paty de Clam de ter sido o forjador diabólico do erro judiciário, [...].

Acuso o general Mercier de se haver tornado cúmplice, [...].

Acuso o general Billot de ter tido entre as mãos as provas incontestáveis da inocência de Dreyfus [...].

Acuso o general de Boisdeffre e o general Gonse de terem se tornado cúmplices do mesmo crime, [...].

Acuso o general de Pellieux e o comandante Ravary de terem procedido a uma investigação criminosa. [...].

Acuso três peritos das caligrafias, os srs. Belhomme, Varinard e Couard de terem apresentado laudos falsos e fraudulentos, [...].

Acuso o Departamento de Guerra de ter empreendido pela imprensa, especialmente no *Éclair* e no *Écho de Paris*, uma campanha abominável [...].

Finalmente, acuso o Primeiro Conselho da Guerra de ter violado o direito ao condenar um acusado com base em documento secreto, [...].”

É evidente que aqui está o título do artigo. Zola, como não era jornalista, não o percebeu, mas Clemenceau, que era também jornalista, sentiu e colocou “J’accuse” como título. Vê-se então que o jornalismo, apesar de todas as restrições que se possam fazer a ele, tem seus momentos, tem sua oportunidade.



Falemos então sobre o que seria a primeira parte, sobre Genolino Amado — até aqui falei sobre o jornalismo literário. Genolino Amado foi um jornalista?

foi um escritor? Eu diria que foi um escritor e um jornalista, e sobretudo um cronista e tradutor. Ele começou traduzindo autores ingleses. Até alguns anos antes, desde Machado de Assis, prevaleciam as traduções de autores franceses. Mas Genolino Amado, ainda moço, tinha idéia da importância da literatura inglesa, como cultura e como mercado – não no sentido pejorativo, mas no sentido de comunicação. Ele era um comunicador. Não havia essa palavra naquela época, mas se tivéssemos que definir, hoje, tecnicamente Genolino Amado, ver-se-á que ele foi um grande comunicador. Não foi à toa que ele traduziu a peça *Chuva*, de Sumerset Maughan, traduziu *A cidadela*, de Cronin – leitura obrigatória para nossa geração. Sua capacidade de traduzir foi tão grande que quando José Olympio precisava traduzir as memórias de Chaplin, *História de minha vida*, um livro de mais de 600 páginas, no prazo de uma semana – por exigência da editora norte-americana –, ele chamou uma equipe de tradutores: Rachel de Queiroz, que traduziu os capítulos I a 7, Magalhães Júnior, que traduziu os capítulos 8 a 16, e Genolino, do capítulo 17 a 47. Ou seja, ele traduziu 30 capítulos no mesmo período em que Rachel traduziu sete e Magalhães Júnior oito capítulos. Não quero com isso dizer que não sejam grandes tradutores, mas apenas mostrar a força de trabalho de Genolino.

Dirão que foi um trabalho de tradutor, não de escritor. Mas é de escritor, sim, um escritor que não pôde se realizar porque aceitou sofrer à sombra do irmão e a ele se dedicou. Era Genolino que datilografava os originais de Gilberto Amado. Sem fazer nenhuma restrição a Gilberto Amado, todos nós sabemos o quanto ele era vaidoso, como ele era cioso da sua glória. Genolino se colocou a serviço da glória do irmão e com isso ele se prejudicou bastante. Mas mesmo assim, deixou o seu recado.

Tanto ele foi um bom comunicador que, quando começou a surgir a era do rádio, uma comunicação mais imediata que a da imprensa, ele foi um dos primeiros, se não o primeiro escritor consumado, definido e reconhecido que foi para o rádio fazer crônicas. E o público ouvia essas crônicas lidas. Eu tinha uma tia-avó, minha madrinha, que ouvia Genolino Amado pela voz do locutor César Ladeira. Quando este, certo dia, estava fazendo um reclame, ela estra-

nhou e disse: — Mas esta voz tão bonita anunciando pílulas do Dr. Ross!, porque ela estava acostumada a ouvir César Ladeira lendo as crônicas de Genolino Amado. Então ela ficou irritada, porque tinha uma fidelidade ao conteúdo do que o César Ladeira lia.

Genolino Amado continuou também escrevendo livros, alguns importantes. Teve uma vida funcional intensa, foi diretor da Censura — mas isso não quer dizer nada, porque ele não foi absolutamente um truculento, não foi diretor do DIP, e sim da Agência Nacional já na época constitucional de Getúlio Vargas. Não pertenceu, portanto, àquele famigerado time de Amílcar de Menezes. Não se tem conhecimento de nenhuma truculência praticada pelo Genolino Amado.

Já mencionei que ele foi sacrificado pela sombra de Gilberto Amado, mas o foi em termos, porque ele próprio se submeteu a isso. Se tivesse que salvar um original de Gilberto ou um dele, ele sacrificaria o dele próprio, porque ele tinha uma admiração muito grande pelo irmão. O que fez muito mal ao Gilberto, porque acreditou muito nessa admiração.

Ainda assim Genolino tem uma obra vasta, que não foi devidamente estudada. Teve esse poder de comunicação muito grande na época. Agora, há um detalhe que acho muito simpático, que merece talvez um estudo ou mesmo até uma ficção em torno disso: ele não se chamaria Genolino, mas Geno. Os pais de Genolino, nascido no Sergipe, deram o nome de Genoline à primeira filha, e ela morreu criança. Depois, quando nasceu o filho, deram-lhe o nome de Genolino, de uma certa forma transferindo para ele a filha que havia morrido. Ele, evidentemente, tomou conhecimento desse fato, tanto que nas primeiras crônicas que escreveu adotou o pseudônimo de Geno, levado por Menotti del Picchia para o *Diário de São Paulo*.

No fim da vida dele, já adentrado nos seus setenta anos, como acontece com os escritores em geral, quis escrever alguma coisa de si mesmo. Ele escreveu, então, dois livros de memórias: *O reino perdido* e *Um menino sergipano*. Num deles, tem um texto antológico. Somente no fim da vida ele descobriu que as personagens mais constantes da vida dele eram meninas. Ele escreveu sobre Stefan

Zweig, sobre autores ingleses e americanos que eram completamente desconhecidos aqui, mas quando escrevia seus romances tinha um *leit motiv*, uma obsessão por meninas. Só no fim da vida ele entendeu o motivo disso.

Essa influência das meninas na obra dele só foi percebida por imposição do memorialista, quando mergulhou dentro de si mesmo. Só então ele se deu conta de que passara quase a vida toda sem compreender por que, em suas crônicas de jornal e de rádio havia um tema recorrente: o de meninas brincando de roda ou de boneca, meninas chorando, meninas sofridas, meninas atropeladas, meninas do Rio, meninas comparadas às de Itaporanga, Aracaju. Meninas, meninas, sempre meninas. Para ele, essa descoberta foi uma espécie de revelação de que, no fundo, ele passou a vida buscando a irmã nas meninas olhadas ou imaginadas.

Este texto – que é meu, mas acho muito bonito – define bem a sensibilidade de Genolino Amado.

Como eu prometi ser breve, e prometi não agradar, vou terminar aqui mesmo, agradecendo a atenção de vocês.



90<sup>o</sup> ANIVERSÁRIO DE  
EVANDRO LINS E SILVA

As fotos aqui publicadas são da exposição “Evandro Lins e Silva: um defensor da liberdade – 90 anos”, organizada pelo Centro de Memória da ABL, sob coordenação de Irene Rodrigo Octavio Moutinho e execução de Anselmo Maciel Filho – jul.-nov./2002.



Evandro Lins e Silva, com  
a beca de advogado.

## ALBERTO VENANCIO FILHO

**P**ernambucano de origem, mas nascido no Piauí por força da profissão do pai juiz itinerante, casado com ilustre dama catarinense D. Maria Luisa Konder, foi no Recife que iniciou os estudos de Humanidades, para concluí-los no Rio de Janeiro, cidade que o acolheu prazerosamente e onde veio a exercer atividade profissional com brilho e projeção.

Melhor do que essas palavras, a pena de escritor elegante descreveu o início de vida: “Parodiando Miguel Torga, quando recebeu o Prêmio Luís de Camões, também posso dizer-vos – uma vida longa dá para tudo. Para nascer por sucesso imprevisto, nos longes do Piauí, na Ilha de Santa Isabel, no delta do rio Parnaíba, em casa tosca e modesta, que consegui identificar cinqüenta e sete anos depois, quando lá voltei, como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Para varar o Maranhão, de ponta a ponta, com o pai juiz, em travessias de remotas lembranças, guardo como odisséias uma delas, um percurso de cem léguas em lombo de cavalo, a maleita endêmica a minar a saúde da família.”

Palavras pronunciadas na Mesa-redonda em homenagem aos 90 anos do Acadêmico Evandro Lins e Silva, na Academia Brasileira de Letras, no dia 18 de julho de 2002.

Do curso de Humanidades do Ginásio Pernambucano, concluído no Colégio Pedro II, guardou a melhor lembrança de sábios professores humanistas, que exercitavam o bom magistério.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1932, “período tumultuado, com a revolução de 1930 de permeio, passando por decreto e sem exames, em curso deficientíssimo, reduzido a quatro anos por uma reforma de ensino, raras aulas freqüentadas”, sem nunca ter assistido a uma aula de Direito Penal. Como a maioria dos bacharéis em direito, um autodidata, a cultura jurídica alcançada nos estudos isolados e nos contatos com colegas e amigos.

A advocacia criminal tornar-se-ia a sua paixão, ao assistir ainda estudante um julgamento rumoroso. O magnetismo do espetáculo o atraiu como um ímã, prendeu o estudante de direito ao júri, de onde não saiu mais, senão para desempenho eventual de cargos públicos.

Atuou a partir de 1936 na defesa de presos políticos, nos processos do Tribunal de Segurança Nacional. Jovem, ombreou com os grandes luminares da época, entre as quais é dever ressaltar a figura de Sobral Pinto, valente e desassombrado, arrostando pressões de toda ordem, católico praticante mas aceitando o mandato para defesa de líderes comunistas, e que, em momento de violência extrema, chegou a solicitar ao Tribunal a aplicação a seus constituintes da lei de proteção aos animais.

Trabalhou com denodo e destemor naquele tribunal de exceção, página nefanda da vida judiciária brasileira, onde a lei era posta de lado para atender aos interesses das autoridades. Relatava as declarações daquele procurador que timbrava em afirmar: “No Tribunal todos recebem pressões do governo, menos ele.” E diante da surpresa geral pelo funcionário servil, respondeu: “Porque adivinho o que o governo quer, e me antecipo em executar.”

Ao entregar, certa vez, memorial a um dos juízes, em processo de banqueiro acusado do crime de usura, ouviu o comentário: “Dr. Evandro, onze generais da ativa já me pediram por essa pessoa.” Felizmente, a vida do tribunal foi curta e foi extinto com a redemocratização.

Essa carreira prosseguiu vitoriosa, passando a constituir um dos expoentes do foro. Ponto alto nessa trajetória foi o processo do *impeachment* do Presidente Fernando Collor, recebendo o mandato do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcelo Lavenère Machado, e do presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o nosso saudoso confrade Barbosa Lima Sobrinho, e auxiliado pelo Professor Fábio Konder Comparato, que nos honra com a sua presença. Com entusiasmo de um jovem, lançou-se à batalha com denodo e dedicação, alcançando notória e merecida repercussão, possibilitada pelos recursos da televisão, que o tornou figura popular em todo o país. Era agradável andar em sua companhia pelo centro da cidade, e ver aproximarem-se populares, pessoas modestas que vinham transmitir abraços e congratulações.

Desse episódio, comentou ao recebê-lo nesta Casa o decano Josué Montello: “Ficastes fiel, como orador, a uma forma de eloquência que sempre soube encontrar, nos momentos exatos, a veemência do patriota indignado, como quando assomastes à tribuna do Senado para vos baterdes contra o político que havia desencantado a nação. Nessa oportunidade, o vosso verdadeiro constituinte tinha este nome coletivo: o Povo Brasileiro.”

Assim, no jubileu profissional em 1991, em que se congregaram as instituições de advogados, promotores, juízes e tribunais de júri, pode o procurador Everardo Moreira Lima dizer: “Não se pode falar de Evandro Lins e Silva sem falar do júri porque ele é parte de sua história.” E na mesma ocasião, o advogado Antônio Evaristo de Moraes Filho acrescentava: “Múltipla vem sendo a atividade de Evandro neste meio século de labor fecundo. Mas, sem dúvida, foi aqui no júri que passou a maior parte destes anos e foi daqui do júri que o vieram buscar para levá-lo a outros patamares, o que constitui motivo de orgulho de todos nós, seus companheiros ou discípulos de advocacia criminal.”

Entre as inúmeras qualidades que ornaram o seu espírito, há uma que merece particular destaque: a capacidade de admirar, admirar os mais velhos, admirar os colegas de profissão com respeito e veneração. Nas conversas não há quem não se recorde ao cabo de poucos minutos das referências a Evaristo de Moraes, pai, e a Mário Bulhões Pedreira. Do primeiro disse que “não foi apenas o

advogado, foi o historiador, o sociólogo, o ensaísta, o precursor e o autor de nossa legislação trabalhista nos seus primórdios. Foi o grande mestre da tribuna do júri e pode ser comparado, sem favor, aos mais notáveis advogados de todo o mundo”.

Quanto a Mário Bulhões Pedreira, disse ser ele “legítimo sucessor de Evaristo de Moraes, foi o maior orador de que já ouvi falar. Alçava o vôo e mantinha o discurso em nível alto, sem fazer concessões à vulgaridade, do princípio ao fim, numa linguagem pura e castiça, influenciada pela leitura dos clássicos, que lhe eram familiares”. Ouvi de Sebastião Soler, o notável penalista argentino, a mesma opinião: “Ele nunca ouvira tribuno igual.”

Por ocasião do centenário do Professor Edgardo de Castro Rebelo, nosso mestre e o grande professor de direito de várias gerações, traçou perfil exato, parecendo mesmo que estávamos vendo entre nós o notável jurista:

Não sei porque, sempre que me lembro de Edgardo de Castro Rebelo, vejo-o como se ele estivesse vivo, presente, vibrante, rodeado de amigos e discípulos, contando estórias, historiando fatos, ensinando a compreender o mundo. Dono de uma cultura enciclopédica, prosa encantadora, carregada de sabedoria e de pitadas de sarcasmo, era fascinante o seu convívio.

Não seria hiperbólico, exagerado, ao dizer que Castro Rebelo tinha amor físico aos livros, mas ele também sabia o seu conteúdo, os seus trechos de difícil compreensão, e dele ouvimos escolhos inexcusáveis, das obras de filosofia, de gramática, de direito, de literatura.

A vida de cada um de nós se exerce muito ao acaso, a peripécia de que falava com frequência San Tiago Dantas. Uma peripécia na sua vida foi o afastamento das atividades de advogado para exercer funções no Poder Executivo e depois ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Certo dia recebeu em seu escritório a visita de um emissário do Vice-presidente João Goulart, que em viagem oficial à China desejava organizar comitiva de pessoas representativas da vida brasileira. Hesitou em aceitar o

convite, mas sua mulher lhe fez ver que era a única oportunidade de conhecer o outro lado do mundo.

Estava na China quando da renúncia de Jânio Quadros e de volta ao Brasil resistiu muito em ocupar a Procuradoria-Geral da República, com prejuízos à banca então florescente, mas o Presidente fez-lhe ver que não era um convite de amigo, mas o pedido do Presidente para servir ao governo.

Fato semelhante ocorreu quando Pedro Lessa, convidado pelo Presidente Afonso Pena para ingressar no Supremo Tribunal Federal, alegou escusas de vária ordem: O Presidente Afonso Pena então disse: “Eu cumpri meu dever escolhendo o Sr., o Sr. cumpra o seu dever.” E ambos aceitaram o convite.

Confidenciou certa vez que o Presidente João Goulart constantemente o chamava, entregando minutas de discursos, exposições de motivos e outros documentos com a expressão: “Evandro, enxuga!” Realmente a concisão é a marca do estilo de Evandro Lins e Silva. Poderia confirmar de ciência própria a reflexão do Presidente da República com episódio ocorrido na Conferência de Advogados em Manaus no ano de 1980.

O então Presidente do Conselho Federal da Ordem, Eduardo Seabra Fagundes, encomendara a feitura de um pronunciamento como texto de encerramento da Conferência. O trabalho preliminar precisava ser revisto para representar com firmeza a posição da Ordem naquele delicado momento de restabelecimento do estado de direito. Designou então comissão de revisão e o grupo, num apertado apartamento de hotel, começou a conversar sobre assuntos gerais e, logo em seguida, disse Evandro que iria se colocar a um canto do apartamento, para fazer a revisão solicitada e que a apresentaria em seguida. O grupo continuou conversando, às vezes em voz alta e muitas vezes fazendo acutiladas no revisor, que se mostrava absorto sem se distrair. Após cerca de hora e meia, deu nova versão do documento afirmativo, de precisão absoluta, argumentação inexcedível, e dentro de puro português castiço.

Outra peripécia se refere à sua candidatura a esta Casa. Evandro Lins e Silva se encontrava inteiramente absorvido na banca de advogado, e veio me honrar quando pronunciei em 1997, ano do centenário, conferência sobre “Os Juris-

tas e a Academia”. Após a conferência, sucederam várias perguntas, e à referente à pena de morte declarei que não me encontrava habilitado a dar resposta, quando se encontrava na platéia um grande especialista que deveria estar entre nós. Em resposta sucinta Evandro Lins e Silva esgotou a matéria e ao terminar foi saudado com uma expressiva salva de palmas. Estávamos no dia 22 de setembro de 1997 e em 16 de abril de 1998 era eleito para a Cadeira nº I, sucedendo a Bernardo Élis.

Disse Evandro Lins e Silva ao se empossar nesta Casa:

Subi em todas as tribunas do Poder Judiciário. Foi o meu cotidiano durante mais de meio século. Nessas andanças, para dar uma notícia de sua abrangência, posso dizer-vos: fui do marítimo ao canônico. Sim, um acidente no mar e uma anulação de casamento religioso. Falei desde a mais modesta pretória até a Corte Suprema. Falei perante o Senado e em Comissões Parlamentares de Inquérito. Falei no odioso Tribunal de Segurança Nacional, no Tribunal de Justiça Esportiva e até em alguns comícios. Falei vezes sem conta no Tribunal do Júri e falei em julgamento fictício de uma figura dramática da literatura.

A sua atuação no Supremo Tribunal Federal foi de destaque. Especialista no direito penal, julgou-se que não ficaria a vontade em julgar outras matérias de direito. Mas também se revelou julgador sábio e consciencioso em todos os ramos.

O nosso confrade Hermes Lima assim se expressou:

O Ministro Evandro Lins e Silva veio da advocacia criminal, de que foi um dos expoentes justamente consagrados e, passando brilhantemente pela Procuradoria-Geral da República, revelou-se um juiz notável por seu saber, por suas qualidades morais e por uma invulgar capacidade de trabalho.

A passagem no Supremo Tribunal Federal iria encerrar-se após a edição do Ato Institucional nº 5 com a aposentadoria dos Ministros Victor Nunes Leal,



Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. Sobre esse assunto Evandro Lins e Silva sempre disse que “a História julgará esse fato”.

Na sessão de 5 de fevereiro de 1969, primeira sessão após a aposentadoria, o Presidente do Supremo Tribunal, Ministro Luís Gallotti, declarou:

Os Ministros Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva foram aposentados pelo governo da revolução porque considerados incompatíveis com ela. Os atos de aposentadoria, por dispositivo expresso do Ato nº 5, estão excluídos da apreciação judicial. Isso não nos inibe, entretanto, de render a homenagem devida aos méritos de suas excelências, que dignamente exerceram a judicatura e não foram daqui afastados por qualquer motivo que lhes atinja a honra de magistrados, pois nenhum de tal natureza foi sequer apontado.

Parece-me que do exame de seus trabalhos profissionais, de *A defesa tem a palavra*, *Arca de guardados*, discursos e memórias, monografias e artigos, a característica marcante da tendência intelectual é o memorialismo e vem se dedicando ao levantamento dos júris que assistiu e dos vultos da profissão com que conviveu ao longo dos anos. Em 1980, no avião que nos conduzia a Manaus para a Conferência dos Advogados, tive as primícias da leitura de dois capítulos referentes a dois acadêmicos. O processo da morte de Euclides da Cunha e o processo de Gilberto Amado. São estudos primorosos em que, com absoluta imparcialidade, estão reunidos os fatos principais dos processos, falando como árbitro, sem tomar partido pela defesa ou pela acusação.

Num dia de maio de 1992, em Paris, no restaurante de Place de l’Odeon, assinou, a meu pedido, com o testemunho de minha mulher, o compromisso de concluir esse volume de memórias. O prazo fixado escoou, mas foi publicado em 1977 o *Salão dos passos perdidos*, depoimento extraordinário sobre uma grande vida, que está necessitando os volumes posteriores.

No livro *A defesa tem a palavra* estão rememorados os episódios mais marcantes da sua passagem pela tribuna forense. Em *Arca de guardados – Vultos e momentos nos caminhos da vida*, estão reunidos discursos, prefácios e pronunciamentos.

Um observador desavisado poderia indagar como com esses títulos veio Evandro Lins e Silva a pertencer à Academia Brasileira de Letras. A resposta está em que o advogado criminalista é um cultor de boas letras, sempre se abeberou nos melhores autores, e usou exemplos da melhor literatura na defesa dos seus clientes. No júri de estréia, defendendo o réu com o nome de Otelo que matara a amante, comentou: “Concentrei-me em casa e passei a ler tudo que encontrei sobre crime passional. Li a tragédia de Shakespeare, a paixão obsessiva, o ciúme mórbido de Otelo, levando-o ao assassinato de Desdêmona.” Nas vésperas do famoso julgamento de Doca Street, na solidão de Cabo Frio, releu *A servidão humana*, de Somerset Maugham, para sentir as angústias de Philip, sofrendo pelo amor da insensível Mildred, e “medindo a extensão do martírio do apaixonado repellido pela mulher amada”. Diz ele mais adiante: “Folheei João Cabral de Melo Neto – Um rio sempre espera um mais vasto e ancho mar”, e Casimiro de Abreu, poeta de Barra de São João, cidade vizinha de Cabo Frio – “Todos cantam sua terra.”

Ao pronunciar discurso nas comemorações do jubileu profissional, afirmou:

No Juízo Final hei de ser julgado pelo que fiz e pelo que deixei de fazer. Quero reivindicar desde agora o direito de defesa, que Deus não me negará. Nunca adotei nem admiti posições radicais, sempre me identifiquei com o sofrimento alheio e estive ao lado dos fracos e perseguidos. Jamais vacilei na defesa dos direitos da pessoa humana. Quero, na corte celestial, explicar e pedir compreensão para os meus pecados. Peço ao Criador que me dê duas horas e o resto esta tribuna me ensinou como fazer...

Esta data está remota e longínqua e assim só cabe repetir as palavras do nosso confrade Padre Fernando Bastos de Ávila pela homília da missa comemorativa dos noventa anos, que essas homenagens de hoje e as várias outras são apenas a preparação do centenário em vida de Evandro Lins e Silva.

AFONSO ARINOS, FILHO

Não é fácil a tarefa de resumir, ainda que em poucos minutos, qualquer face de uma figura poliédrica como Evandro Lins e Silva, nas suas nove décadas de uma vida inatacável, toda dedicada à justiça, ao direito e aos interesses maiores e mais legítimos do país.

Como, de minha parte e noutra patamar, modesto, nunca fiz outra coisa fora do serviço público, tanto no Executivo quanto no Legislativo, imaginei estar mais de acordo com as minhas próprias inclinações traçar um breve esboço da atividade do homem de estado Evandro Lins.

Essa atuação começou quando, em 1961, ele foi surpreendido por convite do então vice-presidente da República, João Goulart, a fim de acompanhá-lo em visita à República Popular da China, com que não mantínhamos, na época, relações diplomáticas. Cabe salientar aqui, aliás, que todos os encargos executivos a serem preenchidos por Evandro apanharam-no de surpresa. Ele nunca pleiteou qual-

Alocução na  
Academia  
Brasileira de  
Letras, em  
18.7.2002, em  
homenagem ao  
90 anos do  
Acadêmico  
Evandro Lins e  
Silva.

quer deles, e exerceu-os em estado de absoluta consciência cívica, sempre devotado à ética e ao bem comum que resultaria dos seus atos. O insólito de tal postura dispensa quaisquer comentários ulteriores.

A viagem ao oriente comunista começou por Moscou (com que também não tínhamos, ainda, relações diplomáticas), onde a delegação brasileira manteve breve encontro com Kruschev e Brezhnev.

Em Pequim, recebidos por Chen Y-ii, ministro das Relações Exteriores, os principais encontros dos brasileiros deram-se com Mao Tse-tung e o chefe do governo, Chou En-lai. As reivindicações primordiais dos chineses visavam o apoio do Brasil ao ingresso da República Popular nas Nações Unidas (onde o lugar da China no Conselho de Segurança era ocupado pela República da China, cujo governo, derrotado na guerra civil, buscara refúgio na ilha de Formosa, ou Taiwan). Havia também grande interesse chinês no desenvolvimento do intercâmbio comercial entre os dois países, e, se possível, que eles entabulassem relações diplomáticas.

A questão de quem ocuparia o assento chinês nas Nações Unidas merece uma breve explicação complementar. Tratava-se de um problema de credenciais. E os Estados Unidos pressionavam os estados-membros da ONU sob sua influência a reconhecer as credenciais apresentadas pela delegação da República da China, sediada em Taiwan, como representando a totalidade dos chineses, e não as da República Popular da China, continental, que fora indicada como um dos membros do Conselho de Segurança ao fim da Segunda Guerra Mundial. É mais ou menos como se um governo central brasileiro, derrubado por uma revolução, se estabelecesse na ilha de Marajó, e, durante décadas, as Nações Unidas aceitassem a ficção de que Marajó era o Brasil.

Durante a visita, Evandro fez duas observações que merecem ser destacadas. A primeira, relativa à sua experiência de causídico. Ele notou que, lá, praticamente, inexistia o contraditório entre premissa acusatória e a antítese defensiva, com o juiz prolatando a sentença, ou síntese, do processo. Os advogados não defendiam interesses particulares, mas os coletivos. A outra foi a de um país com mais de um bilhão de habitantes a viver do esforço da sua população.

Desde que esse trabalho se aperfeiçoasse paulatinamente, através do progresso educacional e tecnológico, a China estaria, a seu ver, naturalmente destinada a tornar-se, com o tempo, a primeira nação do mundo.

Em Pequim, Evandro Lins conheceu e apreciou o diplomata excepcional que foi João Augusto de Araújo Castro. O meu saudoso companheiro nas embaixadas em Roma e Washington encontrava-se, então, lotado em Tóquio, e viria a ser, mais tarde, secretário-geral do chanceler Evandro Lins e Silva no Itamarati, e seu sucessor como ministro das Relações Exteriores.

É sabido como a renúncia do presidente Jânio Quadros apanhou João Goulart de surpresa, fora do Brasil. Não cabe lembrar aqui as peripécias do seu regresso, suas dificuldades para assumir a presidência, a ameaça de guerra civil, a solução parlamentarista – para a qual tiveram papel de primeiro plano, nas Forças Armadas, o general Osvaldo Cordeiro de Farias, e, no Congresso, Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Nelson Carneiro.

Empossado no cargo, Goulart convidou Evandro Lins para ocupar a Procuradoria-Geral da República. Evandro relutou muito, pelos prejuízos que as novas funções acarretariam à sua banca de advogado, mas, por fim, sentiu-se no dever de aceitar. Então, tornou-se conselheiro muito próximo do presidente, que depositava grande confiança na sua lealdade, critério e integridade nunca desmentidos.

A inconformidade de João Goulart com o papel que lhe caberia no novo sistema de governo patenteou-se desde o início. Ele só fez sabotá-lo desde que chegou à presidência. E obteve, afinal, o desejado plebiscito que traria de volta o presidencialismo, estimulado pelo apoio de Juscelino Kubitschek e Magalhães Pinto, adversários em Minas Gerais e nos partidos respectivos, mas solidários na ambição, que ambos nutriam, de vir a sucedê-lo.

Com a volta do sistema presidencial, Evandro Lins foi convidado a assumir a chefia da Casa Civil da Presidência da República. De pouca importância durante o regime de gabinete, o cargo voltou a centralizar toda a administração federal. Evandro trabalhou ali como um forçado, pelejando para manter a ética no desempenho do serviço público. E pôde observar que, dentre os políticos,

nenhum o procurava a fim de apresentar soluções para os graves problemas nacionais. Problemas que permanecem até hoje, talvez por motivos análogos. Traziam, no máximo, pleitos regionais, e, com maior frequência, interesses pessoais em busca de atendimento e proteção.

Na época, seu testemunho sobre a postura de João Goulart é que este se voltava para a consecução política das reformas de base, com as quais se comprometera, e aborrecia-o ocupar-se com as tarefas burocráticas de governo, inerentes, entretanto, ao presidencialismo.

De junho a agosto de 1963, Evandro Lins e Silva foi o ministro das Relações Exteriores do Brasil, e recebeu, do presidente da República, total autonomia para o exercício das suas novas funções. Lá, deu plena continuidade à diplomacia independente iniciada por Afonso Arinos, que se caracterizava pela rejeição de alianças externas automáticas, em troca da atenção prioritária conferida aos interesses nacionais. Esta postura, que hoje parece óbvia, encontrou, naquela época, tamanhas resistências que serviu de pretexto (parcial, pois houve motivações outras, e diversas nos dois casos) tanto para a renúncia desastrosa de Jânio Quadros quanto para o golpe de Estado que nos valeu vinte e um anos de regime autoritário. Aquela política externa teve prosseguimento com San Tiago Dantas, de novo com Afonso Arinos e com Hermes Lima. Seu último representante, antes da instauração da ditadura militar em 1964, foi Araújo Castro.

Quando chefiava o Itamarati, Evandro representou o Brasil na posse do presidente Belaunde Terry, do Peru, e na coroação do papa Paulo VI, no Vaticano. Nesta ocasião, acompanhando o presidente João Goulart, aproveitou o ensejo para encontrar-se, na Embaixada dos Estados Unidos em Roma, com o presidente John Kennedy. O pleito brasileiro era reescalonar a dívida externa, então, como agora, obstáculo permanente ao desenvolvimento econômico sustentado do nosso país.

No Brasil, Evandro Lins manteve diálogo delicado com o embaixador americano, Lincoln Gordon, insatisfeito com declarações contrárias à Aliança para o Progresso, de iniciativa do presidente Kennedy, que haviam sido formuladas

pelos ministros Paulo de Tarso e Almino Afonso, da Educação e do Trabalho. Evandro alegou ao representante estadunidense que, no Brasil, as opiniões se exprimiam livremente, porém as posições do governo em matéria de política externa eram as definidas pelo presidente da República e pelo ministro do Exterior. E aproveitou para reclamar de taxações injustas sobre a venda de produtos brasileiros, queixa que, até hoje, permanece válida.

Coube, também, a Evandro Lins instruir a Delegação do Brasil junto às Nações Unidas para que votasse a favor da descolonização das chamadas províncias ultramarinas portuguesas na Comissão de Territórios Não-Autônomos. Ali, o representante do Brasil era o saudoso Antônio Houaiss. E tal voto, dado em discurso emocionado, mas no estrito cumprimento de instruções recebidas da Secretaria de Estado, custaria a Houaiss o exercício da sua profissão de diplomata, cassado pelo regime militar. A nossa diplomacia perdeu, com isso, um servidor de exceção, mas saíram ganhando a cultura brasileira, a língua portuguesa e esta Academia.

Em agosto de 1963, o Governo Goulart já rolava pelo despenhadeiro da demagogia e do descrédito. Evandro Lins, o íntegro chanceler, entrosava-se admiravelmente com outra das últimas cariátides daquela República democrática que desmoronava, o ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, sobretudo no terreno do comércio exterior. Quando percebeu que se preparava a defenestração do colega e amigo, julgou também chegada a sua hora. Aproveitou a vaga que se abria no Supremo Tribunal Federal com a morte do ministro Ari Franco e se mudou com armas e bagagens para o Judiciário, de onde o arbítrio viria, também, a excluí-lo. Mais tarde, teve a glória de expulsar o vendilhão do templo. Mas estas já são outras histórias do homem público e cidadão privado exemplar que é Evandro Lins e Silva.



Comemoração do jubileu  
profissional no I Tribunal  
do Júri. Pronuncia o discurso  
“A pátina do tempo”.  
Março de 1982.





## DEPOIMENTO

### RAYMUNDO FAORO

**E**xcelentíssimo Senhor Presidente Embaixador Alberto da Costa e Silva, senhores Acadêmicos, senhor Acadêmico deca- no Josué Montello, minhas Senhoras e meus Senhores.

Eu não preparei, como os oradores que me antecederam, um discurso escrito. Vou apenas comentar algumas passagens da vida de Evandro – algumas, porque o nosso tempo aqui não permitiria que fôssemos mais longe.

Martín Fierro dizia que “o diabo sabe muito porque é diabo; mas sabe ainda muito mais porque é velho”. Acredito que, sem que Evan- dro possa se melindrar, devo dizer que há na vida de Evandro uma súmula de três grande acontecimentos – infelizmente nem todos be- néficos para a nacionalidade.

Primeiro, a Revolução de 30, que o encontrou repórter de jornal. A sua observação sobre a Revolução de 30 se limita ao aspecto da comoção popular, inclusive uma comoção popular onde houve tiros e provavelmente mortes. Mas o que é importante, na década de 30, é

Palavras proferidas na Mesa-redonda em homenagem aos 90 anos do Acadêmico Evandro Lins e Silva, na Academia Brasileira de Letras, no dia 18 de julho de 2002.

que Evandro vai se tornar um advogado criminal. E, como assinalaram os dois oradores que me precederam, tem a fortuna de encontrar um réu com o nome de Otelo. E a melhor fortuna ainda de ser aquele um crime passional. Imaginem os senhores o espetáculo que deve ter sido esse júri, dirigido por um rábula inteligente, mas veemente, em defesa de Otelo. Eu imagino que, claro, Shakespeare foi lido e relido pela defesa e pela acusação. Lembro-me de um júri – eu estava na faculdade ainda, e o júri, para mim, sempre foi um grande espetáculo, como o foi para Lygia Fagundes Telles, e ambos, em lugares diferentes, éramos viciados em ver o júri – em que era julgada uma mulher que tinha matado os filhos. Eu não fiquei sabendo de nada, das circunstâncias da mulher ré que matara os filhos, mas fiquei sabendo muito de Medéia, que ocupou o júri de cima a baixo. Então, foi feita a acusação e foi feita a defesa de Medéia, dentro de todos os parâmetros da tragédia. Esse, para nós, era o júri-espetáculo, júri que não foi o de Evandro.

O ano 1937, que para o advogado Evandro começa em 36, com a criação do Tribunal de Segurança Nacional, é um outro grande momento da vida de Evandro e um grande triste momento da vida do Brasil. Não há nada que possa justificar a criação de um tribunal de exceção, nada! O Tribunal de Segurança Nacional era um tribunal de exceção, criado para a punição de crimes que eventualmente já se tinham praticado. Isso feria a norma básica de Direito Penal, que o acusado tenha sido furtado do seu juízo natural. Mas, mesmo assim, a técnica de imputar a competência do tribunal seria absolutamente inútil. O que importava – embora num tribunal não aceitado por nenhuma norma e nenhum princípio constitucional – era defender o réu que estava submetido ao seu patrocínio, ainda que sabendo o defensor, e sabendo o réu, que aquele julgamento era um julgamento viciado, um julgamento feito para puni-lo.

O período 1936-37 vai revelar-me um aspecto político importante, aliás de 35 a 38: dois movimentos políticos que causaram pressão na vida nacional – a Aliança Nacional Libertadora, em 35, e o Partido Integralista, em 38 – se isolam em suas lideranças, desligam-se das suas bases, para praticar um ato supostamente revolucionário, que acabou sendo, em ambos os casos, um

*putsch*, uma ação de cúpula sem nenhuma repercussão, sem nenhuma ligação com a base.

Infelizmente, Evandro e eu – eu na presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, ele conselheiro – vimos e apreciamos casos, já de 1967-68, de jovens idealistas que supunham que, praticando um ato, a revolução vinha por conta própria. Jovens idealistas foram mortos e torturados porque um remoto senhor francês criou a teoria do foquismo, teoria que também vitimou Che Guevara, a de praticar um ato espetacular, um ato relevante, para que atrás daquele ato viesse povo. Evidentemente isso não aconteceu e, se houve isolamento desses jovens, um isolamento das lideranças do Partido Comunista e do Partido Integralista, nada justifica a repressão feita contra eles, sobretudo a repressão que atinge profundamente a dignidade do repressor e a dignidade do réu. Eu me refiro à tortura, que parece no regime de 37 não ter sido geral, não foi sistemática – essa observação é do próprio Evandro Lins e Silva – e de 1964 em diante, sobretudo contra os jovens, a repressão se resumia na tortura. Esta também é uma tese infelizmente sustentada por presidentes da República, a de que a tortura seria necessária para dismantelar, rapidamente, a ação revolucionária.

Deve-se lembrar que Montaigne, ainda no século XVI, muito antes, portanto, de Beccaria, condenava a tortura e tocava exatamente nesse ponto que foi, mais tarde e recentemente, justificado como válido, exatamente pela sua eficiência. Montaigne já observava que, na tortura, que no século XVI ainda era viva em muitas partes da Europa, sobretudo em Portugal, e era viva até dentro do processo jurídico – submetia-se o réu à tortura para que se verificasse se ele estava falando a verdade ou não. E às vezes o réu pedia para ser torturado, porque esta era uma prova. Mas Montaigne já tocava neste aspecto: “Sob tortura eu, Montaigne, confesso desde logo o que os meus acusadores eventuais querem que eu confesse.” E assinava a declaração. Este exatamente é o ponto mais grave da tortura.

Mas, deve-se notar nesses três grande momentos da vida de Evandro, que são três grande momentos da História brasileira, que o crime que o advogado defendia na década de 30 não era o mesmo crime que vai acontecer, depois, na

década de 40 e o crime que acontecerá na década de 80 e 90. Os crimes mais espetaculares, que mais viva impressão causaram na sociedade nesse período eram crimes passionais, eram crimes de sedução, que é um crime hoje inscrito no Código Penal, mas letra morta. O próprio Néelson Hungria, um dos autores do Código Penal, já fala que o crime de sedução supunha uma inocência que em geral existia: a inocência da jovem seduzida.

O que eu queria observar é que, nesse crime passional que predominava nos foros, o que estava em causa era o tipo de sociedade, era o patriarcalismo, que supunha que o homem teria legítima ação para matar a mulher, para matar a amante. Quando falo em patriarcalismo, não quero dizer que a sociedade tenha sido patriarcal no sentido político, como supuseram Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Quando, na Inglaterra, no século XVII, se lançou a tese patriarcalista para defender a legitimidade da dinastia Stuart, quem embargou essa teoria de que os reis são sucessores de Adão foi Locke, que observou que a autoridade não nasce daí, a autoridade nasce de um contrato. Obviamente não um contrato que se faz em praça pública, mas um contrato que está incito no fato da tolerância, do fato da aceitação da autoridade.

No meu livro, modestamente impugnando esses dois grande mestres, entendo que o patriarcalismo existiu, não politicamente mas socialmente na vida familiar. O patriarcalismo é que alimentava esse tipo de crime.

Acredito que a Academia não é de todo inocente nesse tipo de crime. Lembre-se que o crime de que mais se falou no começo do século foi o crime contra Euclides da Cunha e de Euclides da Cunha. Ele sai de casa, um homem incapaz de manejar uma arma, e vai se bater com o campeão de tiro do Rio de Janeiro. Erra o tiro e sai. Quando é chamado de canalha, volta – aí já em defesa da sua honra. E ao reagir foi morto. Esse foi um crime passional por excelência.

Nesse tempo e nesse tipo de crime, caberia a assertiva: *cherchez la femme!*, o que hoje é um absurdo. Hoje se diria: *cherchez l'argent!* Vejam onde o dinheiro está. Se desaparece o patriarcalismo, também desaparece essa evidência – evidência em

sentido próprio, não de prova – de que esses crimes todos tinham a presença de uma mulher.

Outro fato que também diz respeito a esta Academia, também ocorrido com acadêmico, foi a morte cometida por Gilberto Amado a um poeta. Contou-me Evandro como, nesse confronto aparentemente de duas vaidades, de duas imensas vaidades, entra a mulher. Diante da provocação de Aníbal Teófilo, Gilberto Amado preferiu não responder. Mas ao lado dele, um machista – como se diria hoje – lhe diz: “Mas você não vai reagir?” Gilberto só reagiu porque estava ao lado de sua mulher. Não quis que a sua mulher tivesse dele a impressão de um covarde. E aí se deu o crime.

Acredito que nos dois casos a Academia ainda tem alguma coisa, embora indiretamente, a ver com a defesa. Ambos os casos foram defendidos por Evaristo de Moraes, pai do nosso querido Evaristo, nosso companheiro de Academia.

Em 1936, 37, já existe o fato político do patriarcalismo superado, o fato político da não aceitação da autoridade, porque essa autoridade seria ilegítima, como seria de 1964 em diante. Evandro Lins e Silva também se destaca por um aspecto que às vezes é confundido com solidariedade. Foi ele o defensor dos mais vistosos supostamente peculatórios da República. Ele foi advogado de Lupion, de Ademar de Barros, de Jaffé. Por que homens que tiveram tanta presença na política brasileira e pertenciam, de certa maneira, ao que eu chamo o estamento, ou seja, a elite? Esses foram acusados. Antes deles praticamente não havia acusação para os grandes da República. Houve uma acusação célebre contra Epiácio Pessoa – o famoso caso do colar. Para se confirmar que nós pensamos e escrevemos as coisas que na França já se fizeram, se reproduziu aqui o colar da rainha, um colar que supostamente teria abalado o reino de Luís XVIII. Mas Epiácio Pessoa não reagiu ao crime de calúnia, esperou que findasse o seu mandato para só aí levar o processo adiante. Ele entendia que, embora gravemente sendo agredido na sua honra, não podia iniciar um processo em que provavelmente os tribunais seriam a ele submissos, com muitos magistrados por ele nomeados, ou os tribunais manifestassem um respeito desigual, desiguando o réu do acusador.

Mas, por que esses homens aparecem de maneira tão evidente no regime da Constituição de 1946? E por que nunca se fez isso? Porque esse é um momento em que a cidadania aflora na vida brasileira. A cidadania aflora exatamente desconfiando dos seus líderes. O exercício da cidadania não é outra coisa senão a desconfiança do cidadão contra o poder. Esta era uma reflexão de Jefferson: a democracia é o regime da desconfiança. Tanto é de desconfiança que, no Brasil, de quatro em quatro anos, nós vamos às urnas para confirmar ou rejeitar os deputados. De quatro em quatro anos, vamos às urnas para renovar ou reeleger o governador e o presidente da República.

Nesse momento a cidadania aflora e traz ao debate homens que supostamente tivessem praticado abusos na sua grandeza. Aliás, a cidadania, tão ausente da vida política no Brasil, está presente em momentos excepcionais, em momentos transitórios, como foi, por exemplo, a Revolta da Vacina, quando o Rio de Janeiro ficou três dias na mão dos rebeldes; como foi a chegada de Vargas ao poder. De onde viriam aquelas multidões, aquele mar de gente que vai receber Vargas no cais do porto para a leitura de sua plataforma na Esplanada do Castelo? De onde viria aquela multidão, que, aliás, já tinha aparecido na campanha presidencial de Rui Barbosa e, depois, de Nilo Peçanha? Esse mar de gente era uma manifestação esporádica, descontínua, da cidadania.

A mesma cidadania que vai encontrar Evandro, aí já em conjunto com o grande advogado e grande autor de direito Fábio Comparato, exercendo um mandato mais dessa cidadania do que da Ordem dos Advogados, ou da Associação Brasileira de Imprensa. Aquele momento em que a juventude, os carapintadas, os homens maduros, toda a nação se revolta contra os abusos do Presidente da República. Esse momento é um grande momento da cidadania e novamente Evandro é chamado para promover, no Senado federal, a acusação a Fernando Collor, que conspirou a vida política brasileira num grau que nenhum outro governante tivesse antes dele conspirado.

Na perspectiva de hoje, o “mar de lama” de que falava Getúlio Vargas é uma coisa absolutamente inocente, porque Fernando Collor, que aliás já assumiu demonstrando que o povo não existia, assumiu nessa presunção, pratican-

do um ato absolutamente incrível de tomar, confiscar, embora transitoriamente – mas na devolução devolveu menos do que tirou – a poupança dos brasileiros. Ninguém, naquele momento, foi ao juiz, foi ao Supremo Tribunal Federal para dizer que aquele ato era inaceitável. Ninguém naquele momento saiu à rua, como saiu recentemente o povo argentino, que saiu e está na rua para reivindicar o seu direito de obter, politicamente, juridicamente, pelos tribunais, a reconstituição da sua economia.

Nesse particular, só resta admiração pelo povo argentino e um espanto diante da passividade, que não é excepcional, do povo brasileiro.

Eu teria muitas coisas ainda a falar. Por exemplo, a repressão de 1937 foi a mesma de 64? No fundo toda repressão é a mesma, de um mesmo estofa, mas a de 37 não tocava em certas figuras. De 64 em diante todo mundo passou a ser suspeito. E em 64 muitos dos nossos homens públicos, para continuarem na vida pública, embora sem aceitar o tipo de governo, tiveram aquela mesma conduta que o escritor Melville traçou numa novela curta chamada *Benito Sereno*. Benito Sereno era um comandante de navio que sai de um porto do Pacífico para levar adiante uma carga de escravos. Logo que ele partiu houve uma rebelião de escravos que eliminaram todos os outros passageiros e, depois de prender os oficiais, fizeram a seguinte pergunta: quem vai guiar esse navio daqui por diante, se nós nada entendemos de náutica? Reunidos deliberaram deixar vivas três ou quatro pessoas, inclusive o comandante Benito Sereno. Como chegar a um porto se apresentando um revoltoso e não o comandante do navio?

Quando Benito Sereno chegava a um porto, ao lado dele ficava um escravo e esse escravo se dizia o secretário, ficava o outro dizendo que era o seu barbeiro, e assim conseguiram enganar em diversos portos. Até que Benito Sereno faz uma reflexão: eles vão me matar mesmo. Então, no próximo porto eu vou revelar isso. Atirou-se no mar, os outros navios ancorados perceberam que era um motim e, violentamente, sufocaram esse motim.

Essa posição de Benito Sereno é às vezes tomada num tipo de ditadura como foi esta, mas sobretudo numa ditadura totalitária – que eu acho que não

foi o caso brasileiro – como uma troca, às vezes para salvar a sua vida, para continuar vivo, essa troca, esse negócio é feito. É uma troca à Benito Sereno.

Na Alemanha, foi evocada essa novela por Karl Schmidt, que estava profundamente envolvido com o nazismo, porém não com o nazismo repressivo. Ele tinha dado dois pareceres como advogado sobre questões que os nazistas lhe perguntaram. Primeiro, a intervenção da Prússia – ele achou legal; segundo, as leis raciais – ele achou que não ofendiam a Constituição. Pois bem, esses fatos o levaram ao tribunal de Nüremberg, depois da guerra. O seu acusador era o mais habilitado, o mais capaz de seus discípulos, que fez uma acusação absolutamente tenaz, e Karl Schmidt se salvou alegando esse argumento: “Eu não dei parecer nenhum, eu salvei minha vida.” Esta mesma expressão eu ouvi de um ministro no Brasil, que me disse: “Eu não cassei ninguém, eu salvei minha posição.”

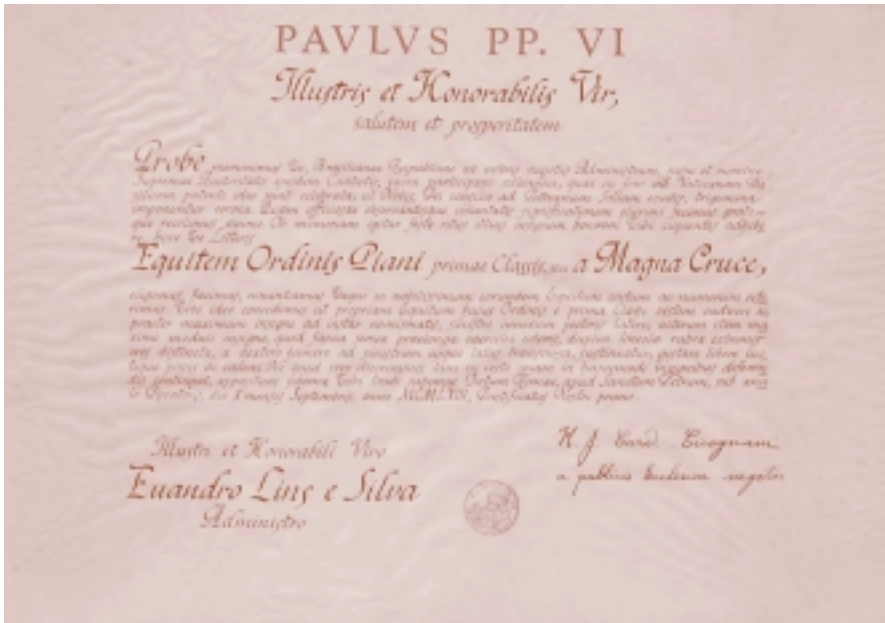
O assunto Evandro, o assunto dos temas que ele abordou, a vida que passou, é absolutamente inesgotável. Um ponto que foi tocado pelo Professor Fábio Comparato, curioso, é a abundância de estilo forense que se passa em certo momento da vida do júri. Eu aí não posso dizer nada sobre o júri do Rio de Janeiro, que eu só conheço pelas referências lidas. E suponho que o júri daqui tivesse sido sóbrio, não tivesse incorrido naquelas grandiloqüências que eu vi em Porto Alegre. Lembro-me de que havia um advogado famoso, que era famoso por ser advogado e mais famoso ainda pelas suas, como lá se dizia, “tiradas” – eu não sei se essa expressão é um regionalismo ou não. Por exemplo, “o promotor hesitou”: “– Esta aí, o gigante tropeça num grão de areia!” Uma vez, numa rinha de galos, o seu galo fica cego, e ele brada: “– Agora, Camões, escreve agora a tua epopéia!” Era esse mais ou menos o estilo antigo, que queria mais comover do que persuadir.

Creio que as leis penais anteriores ao Código de 1940 favoreciam esse tipo de apelo à emoção, porque a grande defesa sempre trazia a perturbação dos sentidos e da inteligência que absolviam os réus. No Código de 40, já esse sentimentalismo foi cortado. E aí passou a ser uma exigência não só de bom gosto, mas uma exigência de eficácia: que o defensor provasse, por meio dos recursos legais, por meio do apoio que receberia da psiquiatria, a inocência do réu.



Uma vez encontrei um advogado de júri, já obsoleto mas muito festejado por estudantes de Porto Alegre porque era homem de grandes “tiradas”. Encontrei-o com um livro embaixo do braço. Era Sófocles, *Tragédias de Sófocles*, em francês. Então eu disse – Mas, o quê?! você lendo Sófocles? e ele responde: “– Li, sem proveito. Porque só tirei duas expressões para o júri. O resto não vale nada.” Ele estava vendo o aspecto meramente da comoção.

Vou ficar por aqui, porque me foram dados vinte minutos e suponho tê-los transgredido.





FÁBIO KONDER COMPARATO

Não esperem de mim nenhuma objetividade. As pessoas que mais admiramos e amamos, como é o caso para mim do querido tio Evandro, vivem dentro de nós, fazem parte, por assim dizer, de nosso mundo interior. Não se pode, portanto, apreciá-las com o devido distanciamento crítico.

Dando largas, pois, à minha visão necessariamente afetiva da personalidade de Evandro Lins e Silva em sua qualidade de membro da Academia Brasileira de Letras, é meu propósito mostrar como ele realizou, plenamente, o modelo do bom orador ou retórico, descrito pelos grandes autores da antiguidade clássica.

Na civilização greco-romana, a arte oratória compreendia duas espécies: a judicial ou forense e a deliberativa ou política. É o que o sofista Górgias esclarece a Sócrates, quando este lhe pergunta sobre que objeto versa a retórica, e ele responde: “É a arte de falar diante dos tribunais e diante das assembléias deliberativas” (Platão, *Górgias* 454 b). Embora diferentes quanto aos seus objetivos práticos, ambas

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, no dia 18 de julho de 2002, na sessão pública em homenagem aos 90 anos do Acadêmico Evandro Lins e Silva.

Fábio Konder Comparato é Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra, Doutor em Direito da Universidade de Paris e Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

essas modalidades compartilhavam, contudo, a mesma comunhão de gênero como técnicas de persuasão, e eram em geral cultivadas pelas mesmas pessoas.

Vale recordar, a esse respeito, que a sofística foi fundada em Atenas como escola de formação política, por grandes advogados que se haviam destacado na Sicília (Magna Grécia) como defensores de réus políticos em vários processos judiciais. Apresentavam-se os sofistas como capazes de convencer qualquer auditório sobre a verdade de teses que podiam ser defendidas em qualquer campo do saber, sem nenhum compromisso com a verdade; e mereceram, com isso, a crítica devastadora de Sócrates. Foi, assim, da crítica socrática à arte oratória dos sofistas que nasceu a filosofia.

Já se vê por aí a íntima ligação estabelecida, desde as origens, entre a atividade forense e a militância política, ambas apoiadas numa larga visão de mundo. No *De Oratore* de Cícero (I, 201), o personagem Crasso sustenta que, “quando se trata de causas de interesse geral, diante dos tribunais, nas assembléias do povo ou perante o Senado, é indispensável que as tradições, a autoridade do direito público e a ciência da administração do Estado sirvam como materiais sempre à disposição do orador”.

Pois é este permanente conúbio entre a arte da persuasão judicial e a pública defesa de fortes convicções políticas que encontramos na longa vida profissional, ainda não concluída, graças a Deus, de Evandro Lins e Silva.

Recordemos que a sua paixão pelo júri irrompeu definitivamente ao assistir, como repórter, ao julgamento do deputado Ildelfonso Simões Lopes, ardoroso defensor da candidatura Getúlio Vargas à Presidência da República. No dia 26 de dezembro de 1929, no recinto da Câmara dos Deputados, em alegada legítima defesa de seu filho, Luís Simões Lopes, ele matou o deputado pernambucano Manuel Francisco de Sousa Filho, partidário do candidato situacionista, Júlio Prestes.

Alguns anos depois, sobrevivendo a revolta comunista de 1935 e tendo sido criado o nefando Tribunal de Segurança Nacional, Evandro defendeu sem honorários e, por isso mesmo, com redobrada honra (*honor*), mais de um milhar de presos, que se situavam tanto à esquerda como à direita do espectro político.

Deposto Getúlio em 1945, encontramos Evandro, desde logo, entre os fundadores da União Democrática Nacional e da Esquerda Democrática, depois transformada no Partido Socialista Brasileiro.

Durante a nossa 4ª República, foi advogado de defesa em vários processos de acentuada conotação política, em que foram réus Samuel Wainer, Ricardo Jafet, o deputado Euvaldo Lodi, o General Ângelo Mendes de Moraes e também Milena Mandarino Firpo, esta acusada de haver mandado assassinar o marido, à época Vice-Governador do Estado de Sergipe.

Em 1955, juntamente com Sobral Pinto e Victor Nunes Leal, Evandro criou a Liga da Legalidade, para defender a posse do Presidente eleito Juscelino Kubitschek, ameaçada pela campanha golpista liderada por Carlos Lacerda. Pois quis o destino que, empossado Juscelino, com a rebelião de Aragarças Evandro fosse designado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para fazer a defesa de um dos insurretos, o advogado Luís Mendes de Moraes.

Durante o Governo João Goulart, deixa a advocacia para exercer as elevadas funções jurídico-políticas de Procurador-Geral da República, Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Ministro das Relações Exteriores.

Nomeado para o Supremo Tribunal Federal pouco meses antes do golpe militar de 1964, marcou sua atuação de magistrado pelo desassombro com que soube enfrentar os poderosos do momento, concedendo *habeas corpus* para vários perseguidos políticos, notadamente o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes.

Por fim, como coroamento dessa santa aliança entre a advocacia e a pública defesa de convicções políticas, Evandro soube levantar-se para defender a dignidade do povo brasileiro, perante o Senado e o Supremo Tribunal Federal, no processo de afastamento de Fernando Collor de Mello da Presidência da República. Não atuou como acusador, mas sim como defensor da dignidade do povo brasileiro.

Mas como definir os objetivos da arte oratória? Cícero (*De Oratores* II, 114 ss.) atribuiu-lhe três funções: *probare, conciliare, movere*.

No tocante à primeira delas, a demonstração probatória, o mesmo Cícero assinala que o bom advogado deve saber explicar, em linguagem acessível ao entendimento dos julgadores, as mais complicadas teorias (*idem*, I, 59 ss.). A advertência é compreensível, quando se atenta para o fato de que os juízes, no processo judicial da Roma republicana, eram sempre cidadãos leigos, limitando-se o pretor a dirigir o procedimento, analogamente ao que faz, entre nós, o juiz presidente do tribunal do júri.

Ora, em sua estréia no júri, ao fazer a defesa do réu Otelio, predestinado pelo nome a matar a amante num surto patológico de ciúme, o jovem Evandro, na audácia dos seus 19 anos, não hesitou em explicar aos jurados a teoria de Kretschmer, recém-divulgada à época, sobre os ciclotímicos e os esquizotímicos. No famoso caso do *Marcha-à-Ré*, em Belo Horizonte, a absolvição foi obtida com a demonstração científica da insustentabilidade da denúncia, levando-se em conta o tempo de coagulação do sangue humano. Isto, sem falar em sua atuação como advogado dativo de um modesto motorista de caminhão, acusado de furto de vinho. Lembrando-se, então, das lições de física que recebera no Colégio Pedro II do ilustre Professor Francisco Venancio Filho, pai do Acadêmico Alberto Venancio Filho, Evandro convenceu o juiz da inani- dade da acusação, ao demonstrar que o líquido não poderia haver jorrado da pipa, que continha um só furo lateral.

Já no tocante à tarefa de persuasão (o *conciliare* de Cícero), é importante lembrar o que salientou Aristóteles, em seu tratado de retórica (I, 1356 a, 10-15). A autoridade moral do orador, diz ele, é em si mesma a principal prova da justiça da causa defendida. Ora, desde os primeiros anos de advocacia, Evandro Lins e Silva construiu uma sólida reputação de integridade pessoal e profissional, que lhe valeu, em todas as ocasiões, o respeito e a confiança de juízes, jurados e assembléias deliberativas. É o esplendor daquela *audivitas*, que a tradição romana sempre considerou uma qualidade inerente à personalidade e não mero atributo da função exercida.

Por fim, completando a tríade funcional da retórica, deve o bom orador, segundo Cícero, comover o auditório, para melhor ganhar a sua adesão.

Aristóteles assim não entendia, porém. Reduzindo a técnica da argumentação ao encadeamento lógico de entimemas, considerava uma aberração que o advogado suscitasse no juiz sentimentos de ódio ou de compaixão, pois, disse Aristóteles repetindo um lugar-comum da época, tal seria equivalente a torcer a régua com a qual se deve medir um objeto (*Retórica* I, 1354 b, 20-30). Para Cícero, ao contrário, o advogado deve sempre esforçar-se por conciliar a benevolência dos juízes, suscitando neles todas as emoções úteis à causa defendida (*De Oratore* II, 114 *in fine*).

Nesse capítulo, Evandro Lins e Silva jamais precisou utilizar, nas causas que assumiu, sentimentos de empréstimo, afetações de ator teatral. Toda a sua atividade judicial ou política foi marcada pela alternância de compaixão e de indignação, que lhe brotavam naturalmente da alma. A compaixão solidária com o cliente, aquela simpatia no sentido etimológico do termo, ou seja, a natural disposição a partilhar o sofrimento de outrem, sempre foi, como ele próprio reconhece em seu depoimento ao CPDOC, “o norte, o caminho, o rumo” de sua vida. Nesse sentido, sem nunca lançar mão de atitudes dramáticas, radicalmente contrárias à sua índole reservada de velho nordestino, ele bem que encarna, a meus olhos, a figura daquele grande advogado francês, sempre lembrado pela minha querida tia Musa, e que, nas sessões de julgamento, fazia questão de recobrir com a sua beca a cabeça do cliente, toda vez que este era mais duramente golpeado pelo acusador.

Quanto ao sentimento de indignação, Evandro manifesta-o com frequência em suas apreciações da vida política, sobretudo diante dos constantes episódios de abuso de poder entre nós, com a desmoralização das funções públicas, como ocorreu durante o processo de *impeachment* de Fernando Collor.

Outro assunto que mereceu dos clássicos uma constante atenção foi a qualidade do estilo oratório.

Cícero, fiel ao seu ritmo ternário de pensamento, destacou como virtudes da boa oratória a correção da linguagem, a clareza e precisão das idéias, a elegância na elocução (*De Oratore* III, 37 ss.).

Pode-se dizer que, dessas três qualidades do estilo forense, ou político, a mais importante e, paradoxalmente, a menos prezada entre nós, é a clareza e precisão das idéias. Nos arrazoados escritos, predomina aquele linguajar dito “de boca de foro”, recheado de expressões latinas mal compreendidas ou de arcaísmos de mau gosto, numa triste paródia do modelo tido como próprio de Rui Barbosa. Nas sustentações orais, dificilmente conseguimos resistir à velha tradição nacional de usar da palavra como puro instrumento de prazer estético, ou como mera atração lúdica. Em ambos os casos, a palavra é desprezada como expressão da racionalidade argumentativa.

Evandro Lins e Silva, ainda aí, seguiu rigorosamente os ensinamentos clássicos. A sua preferência marcada sempre foi pela clareza e precisão nas idéias, mesmo quando, no teatro do júri, é obrigado a sustentar a atenção do conselho de sentença durante horas a fio e noite adentro. Sempre lhe pareceu que os argumentos de fácil compreensão, até mesmo pelo leigo em direito, são mais convincentes do que as proezas declamatórias. E daí o seu velho costume de procurar, mesmo no processo eminentemente oral do tribunal do júri, reduzir a summa de sua argumentação a escrito, por meio de memoriais entregues aos jurados. E eu tenho a absoluta certeza que Evandro preparou por escrito uma resposta aos nossos modestos discursos de hoje.

Tal não significa, porém, dizer que o estilo oratório, como sustentou Aristóteles, deve ser depurado de qualquer sentimento e fundar-se unicamente nos rigores formais da Lógica. Nos assuntos humanos, como advertiu Pascal, devemos nos deixar guiar não pelo *esprit de géométrie*, mas pelo *esprit de finesse*. E este se adquire, como Evandro bem acentuou em seu depoimento ao CPDOC, pela constante leitura dos grandes romancistas, daqueles que, melhor do que qualquer psicanalista, sabem desvendar intuitivamente a extrema complexidade da alma humana. O verdadeiro jurisprudente é um especialista em humanidade.

Uma razão a mais para celebrar o acerto desta Academia, ao fazer desse excepcional advogado um membro de sua augusta companhia.



# Homenagem pelos meus 90 anos

EVANDRO LINS E SILVA

Senhor Presidente Alberto da Costa e Silva;

Senhores componentes da Mesa-redonda, Acadêmicos Alberto Venancio Filho, Raymundo Faoro, Affonso Arinos e Professor Fábio Konder Comparato;

Senhores Acadêmicos, minhas Senhoras e meus Senhores.

Discurso  
proferido na  
Academia  
Brasileira de  
Letras, na  
Mesa-redonda  
realizada no dia  
18 de julho de  
2002.

Seria falsa modéstia dizer que não sinto uma ponta de orgulho, um especial enlevo ao receber esta tocante homenagem da Academia Brasileira de Letras, em comemoração aos noventa janeiros deste seu encantado integrante. Recebo-a desvanecido, com indizível aprazimento, como um afago, um mimo, uma manifestação carinhosa de afeto, para marcar festivamente a longevidade do companheiro, com as galas de uma sessão solene e com a mostra, em belos painéis, de momentos de sua vida. Compreendo e agradeço a delica-

deza do gesto, que tão fundo atinge a minha sensibilidade, tendo-o como uma regalia que se oferta aos mais velhos membros das corporações de credos, de letras, de artes ou profissionais. São afáveis essas prioridades e galanterias, protocolares ou espontâneas, concedidas aos decanos, no sentido abrangedor do mais antigo e dos mais idosos componentes de uma assembléia ou agremiação. Aqui, em nosso cenáculo, o mais antigo é o nosso mestre Josué Montello, e a ele cabe o decanato da Instituição, posto que encarna também por merecimento, maior conhecedor e historiador dos feitos e glórias da Casa de Machado de Assis, à qual empresta seu estro, dedica sua inspiração criadora, acompanha seus passos e dá seu amor apaixonado, há muito tempo, com as bodas de ouro à vista. Peço-lhe emprestado o título, momentaneamente, como mais idoso – decano virtual num átimo.



Como é curial, nada posso dizer contra a velhice, contra ela não uso qualquer forma de cilício, e, sim, os bálsamos do espírito que a tornam leve, serena e previdente. Comemorando o centenário do nosso sempre lembrado Barbosa Lima Sobrinho, no PEN Club, juntamente com o querido presidente Marcos Almir Madeira e o ilustre jornalista Cícero Sandroni, de cuja festa há um livreto prefaciado por Antonio Candido (um dos homens de letras das minhas preferências), citei o clássico diálogo de Marco Túlio Cícero, intitulado “Catão Maior ou da Velhice”. O elogio da vida longa aí está quando se pergunta: “a que fim se disse tantas coisas e louvores a Quinto Fábio Máximo”, e se respondeu: “disse-o em verdade para que vísseis que seria mal dito se disséssemos tal velhice ser pesada, nem triste”, pelos seus feitos e triunfos nas guerras da terra e do mar... “também a idade passada, quieta e virtuosamente, é alegre e doce” [...] “Platão, escrevendo e estudando sempre, morreu de oitenta e um anos” [...] “e de Sócrates que de noventa e quatro anos escreveu um livro... e depois de o ter escrito viveu cinco anos; cujo mestre Leontino Gorgias viveu cento e sete anos e nunca deixou de ensinar

e de estudar, o qual perguntado para que queria viver tanto, respondeu: porque não tenho coisa nenhuma de que possa acusar a velhice. Gentil resposta e digna de um homem tão sabedor” [...] “os grandes feitos não somente se fazem com a força e destreza do corpo, mas ainda com o conselho e autoridade e juízo, das quais coisas a velhice não tão somente nunca é privada, mas antes mui abundantemente acompanhada e ornada”.

“Como, e se este homem que já vivera cem anos, tivera a velhice por má? ou pesara-lhe com ela? Certo é que se não aproveitaria de correr ou saltar, ou de lançar longe uma lança, nem de ferir com uma espada de perto, mas de conselho, razão e juízo, as quais coisas se não houvesse nos velhos, não chamariam os nossos antepassados ao senado sumo e grande conselho.” Estou fazendo a defesa da velhice, a defesa em causa própria.

Objeta-se que nos velhos desfalece a memória.

Responde o autor: “É verdade, se não a exercitarem, ou se forem de natureza desmemoriada.”

Com ela procuro manter um pacto de não beligerância... Não a apressorem a ajuda. Para afastá-la, de modo ladino, há as mezinhas de chás milagreiros, na esperança de lhe tolher ou reduzir a marcha... Fica a ilusão de que ela não desconfie da esperteza... Resta a sensação psicológica, talvez propositada, paradoxalmente, de que as infusões tornam a velhice menos amarga e sem achaques. Fernando Pessoa não quis dizer que todo velho, como o poeta, também é um fingidor: “finge tão completamente – que chega a sentir que é dor – a dor que deveras sente.” (Deixemos de lado as gabolices dos velhos...)

O nosso caro presidente Alberto da Costa e Silva pôs à prova sua arte diplomática e, em ato de fina cortesia, requintou na escolha dos componentes da mesa-redonda em que sou o personagem na berlinda, o alvo dos comentários de seus participantes. Indicou três acadêmicos da minha mais extremada afeição [e na hora de substituir um(a) impossibilitada de comparecer], colocou em seu lugar um amigo hereditário, por seu pai, e também por toda a sua família, a que estou ligado, de longa data, por laços indeléveis, e, finalmente, o único não

acadêmico, notável professor paulista, é meu sobrinho e foi meu secretário jurídico no Supremo Tribunal Federal.

É realmente não haver testemunhas mais suspeitas! Neste processo simbólico, em que estou sendo julgado, quando o advogado me pediu o nome das testemunhas de defesa, não hesitaria na resposta:

Raymundo Faoro, que foi meu *battonier*, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, no tempo em que fui conselheiro federal de nossa corporação, tão amigo que aprovou a indicação de meu nome para saudá-lo na sua posse nesta Academia.

Alberto Venancio Filho, o mais atuante responsável pela minha candidatura para ocupar a cadeira em que me assento nesta Casa, glória que não estava entre as aspirações que poderia normalmente alimentar, no curso de minha carreira, feliz como ela possa ter sido, de advogado e professor de direito, em curso de doutorado, e no exercício de cargos eminentes na vida pública do país. Ao seu estímulo formulei o pedido de inscrição.

Affonso Arinos de Mello Franco, tantas são as nossas relações familiares, tive a honra de condecorar seu pai, também acadêmico, quando exerci o cargo de ministro das Relações Exteriores, fui advogado de seu tio Virgílio quando arbitrariamente preso com Austregésilo de Ataíde, Adauto Lúcio Cardoso, Dario de Almeida Magalhães e Rafael Correa de Oliveira, na ditadura do Estado Novo; seu tio José Thomaz Nabuco foi um dos colegas mais próximos na advocacia e atuamos juntos em diversas e importantes causas; Carlos Chagas Filho, também acadêmico, seu tio, foi dos meus grandes amigos... Paremos por aqui que a família é grande e a todos quero bem como se meus parentes fossem.

Finalmente, Fábio Konder Comparato, o grande jurista, que conheci menino. Sua mãe era irmã de minha mulher. A ele quero como a meus filhos, seus primos. É um mestre de direito incomparável, é um humanista vigilante, doutorado pela Faculdade de Direito de Paris e Doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra.



Evandro Lins e Silva com Antônio Houaiss e Josué Montello, na noite de posse na Cadeira I da ABL – II/8/1998.

Na linguagem forense, são testemunhas *informantes*, não precisam prestar juramento ou compromisso, o juiz dar-lhes-á o valor que merecerem, não podem ser processadas por falso testemunho...

Já estava comovido quando pensei nas palavras laudatórias que iriam proferir nesta solenidade. Imaginem o meu estado de espírito ao ouvi-los agora, de corpo presente.

Sou-lhes gratíssimo pelo amável perfil que de mim traçaram, com o calor e a boa vontade com que a gente desenha os que lhes são caros.

Estou gratíssimo, também, à presença dos confrades desta Academia. Honro-me de pertencer à Casa de Machado de Assis, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Lúcio de Mendonça, numes tutelares de sua fundação, que deixaram um legado inesgotável, que nos devemos esforçar para manter por todo o sempre.

Falei no começo do enlevo desta reunião, que me pôs a alma em festa – vou fazer o elogio da vaidade, mas não estou sozinho porque tenho um advogado excelente. Lembrei as deliciosas páginas de Machado de Assis, no “Elogio da Vaidade”, quando esta, que ele encarnava e defendia, empertigou-se para responder à Modéstia, que acabara de falar com os olhos no chão. A suave ironia, o sarcasmo, a beleza e o encanto saídos da pena do nosso patrono trouxe-me alento e ânimo para justificar a confissão daquele tico de sobrançeria do início deste alegre discurso. Não fiz elogio próprio, que é vitupério, segundo o rifão, mas o louvor à velhice. Machado vergasta a Modéstia:

“Não vos deixeis cair na tentação da Modéstia: é a virtude dos pecos. Achareis, decerto, algum filósofo, que vos louve, e pode ser que algum poeta que vos cante. Maslouvaminhas e cantarolas têm a existência e o efeito de uma flor que a modéstia elege para emblema; cheiram bem, mas morrem depressa. Escasso é o prazer que dão, e ao cabo definhareis na saudade.” O nosso bruxo, para gáudio meu, vai muito além do que eu fui, e observa que sem a vaidade “excluiríeis do mundo o fervor, a alegria, a fraternidade”. E se pergunta se perdeu toda a sua retórica, naquele virtual auditório de relapsos, ao ver “o desdém do leque daquela matrona. Uma levanta os ombros; outro ri de escárnio. Vejo ali um rapaz a fazer-me figas; outro abana tristemente a ca-

beça; e todas, todas as pálpebras parecem baixar, movidas por um sentimento único. Percebo, percebo! Tendes a volúpia da suprema vaidade, que é a vaidade da modéstia”.

Platão disse que a “vaidade está tão ancorada no coração do homem que um soldado, um peão, um cozinheiro, um carregador se gaba e quer ser admirado; e os próprios filósofos o desejam; e os que escrevem querem a glória de ter bem escrito; e os que os lêem querem a glória de os ter lido; e eu (diz o próprio Platão) que escrevo estas coisas, tenho talvez esse desejo; e talvez os que as leem...” (Apud Alfredo Bosi, *Machado de Assis – O enigma do olhar*, pp. 184-85.)

Machado de Assis já está constituído meu defensor se achardes que cometi o crime ou deslize de não guardar Modéstia, talvez a humildade, tão farisaicamente empregada nestas ocasiões. Com um causídico de tal porte, sinto-me previamente absolvido. Permito-me terminar com uma nota de espírito – é uma festa alegre para mim, contente, satisfeito, feliz, honrado com a homenagem que me presta a Academia – do grande advogado norte-americano chamado Clarence Darrow, penalista exímio, defensor de grandes causas no foro de sua terra. É um dos meus ícones e um dos mais extraordinários advogados que tenho lido, sem esquecer naturalmente o meu velho mestre Evaristo de Moraes. Certo dia prestaram-lhe uma homenagem, em que ele foi exaltado, elogiado, posto nas alturas, cantadas as suas virtudes, o seu talento, as suas grandes vitórias na tribuna do júri, e o brilho com que se desempenhou como Secretário do Trabalho, no governo de seu amigo Franklin Delano Roosevelt. Com o mesmo chiste de Darrow, concluo, de modo alegre e feliz, repetindo suas palavras de motejo, que envolvem um risonho e prazenteiro agradecimento: “Eu sou a pessoa sobre a qual falaram todas essas coisas. Sempre achei que era um sujeito dos diabos, mas agora tenho certeza disso...”

Muito e muito obrigado.







# O insubstituível

OSCAR DIAS CORRÊA

Foi uma comoção geral. Principalmente entre os intelectuais, que, na sua linguagem sempre repleta de lugares incomuns, a ele se referiam. Era figura estelar na vida acadêmica, admirado pelos dotes excepcionais de inteligência, lucidez, competência, além da nobreza de atitudes que lhe marcavam a vida.

Isso diziam todos os que o conheciam e mesmo os que, sem o conhecer, tiveram notícia dele, ou, não tendo, achavam melhor convir em que é fácil convir.

Esses dotes ainda mais se realçavam nas atividades acadêmicas que o falecido exercia, participando de inúmeras entidades culturais, às quais emprestava o fulgor de seu talento, etc., coisas que se apre-goavam por quem o conhecia, ou não.

Demais disso, sua doença se prolongara por largo tempo, os jornais dando notícias repetidas de seu estado de saúde, as melhoras, as piores, as ameaças freqüentes de desenlace, quando todos esperavam, a qualquer momento, a notícia definitiva. Não direi a triste no-

O Acadêmico Oscar Dias Corrêa exerceu o magistério universitário e ocupou cargos na vida pública, como o de Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais e de Ministro do Estado da Justiça. Além de obras de sua área de conhecimento, publicou o romance *Basilio* (1968) e *Meus versos dos outros* – Tradução de poetas italianos (1999).

tícia, porque ouvi de um amigo dele, fraternal amigo de boas letras, a quem ele dissera, várias vezes, que queria tê-lo como sucessor na Casa das Letras, situação que o confrangia e desesperava: de um lado, a perda do amigo fiel, de tanto tempo, de tantas lutas e vitórias; de outro, a vaga, pois também, já entrado em anos, ansiava eleger-se, parecendo-lhe a oportunidade ideal para candidatar-se.

E se o bom consciente chorava a dor do amigo, o mau inconsciente soprava-lhe que a vaga era sua. E aquilo o mutilava, o arrasava, e só a mim contava porque, como o falecido, era como irmão mais velho (velho uma ova!, que ele já passara a compulsória!)

O enterro foi cerimônia marcada pela emoção e pela presença maciça do mundo intelectual.

No velório, sucederam-se as levas de candidatos, digo, de amigos já saudosos da presença marcante do acadêmico. E os discursos proferidos o salientaram com propriedade.

No salão amplo da Academia, amontoavam-se os confrades, os amigos, os quase confrades, estes em número surpreendente: as vagas acadêmicas costumavam chamar a atenção dos intelectuais, mas, de certo tempo para cá, passaram a interessar ainda mais: não tanto pelo *jeton*, que não compensava, nem pela possibilidade de edição de livros sem pagar, rendendo pequenos direitos autorais; mas, sobretudo, pelo prestígio que dava aos imortais, cortejados pelos candidatos às vagas, sempre ocorrentes – pois os imortais, já velhotes, ficavam cada vez mais morríveis – o permanente apreço de escritores, escribas, escreventes, escriturários, e mais escrevinhadores, e quantos sonhavam com o brilho dos dourados do fardão acadêmico, doado pelo Estado de origem, e o fausto das festas acadêmicas, com as mulheres ricamente vestidas, e os homens no rigor dos *smokings*.

No caso dele, a vaga era mais importante, porque, na verdade, era um cabide, ou um guarda-roupas de vagas: não só na Academia *mater*, nem nas outras da capital, nem em algumas das províncias, como no exterior, equivalendo, no barato, a meia centena de vagas abertas com uma só morte, o que não deixava de ser precedente dificilmente atingível.

E isso vinha a talho de foice para os candidatos.

E nem bem o caixão saía da Academia, na compunção que se estampava no rosto dos que o conduziam, arfando ao peso dos restos mortais do colega, nos seus robustos quilos, agravados pelo caixão, em madeira de lei, com desenhos em alto-relevo, e já o zum-zum dos candidatos criava aquele civilizado e inconfundível rumor dos cochichos boca a orelha, em geral boca de candidato a orelha de acadêmico, na primeira cantada, frontal, direta e reta.

O féretro chegou ao cemitério e ao mausoléu, e a consternação era ampla, geral e irrestrita: à porta já o esperava uma multidão de amigos e quase confrades, alguns vindos de outros pontos do território nacional, que não só desejavam prestar-lhe a sua última homenagem, como aparecer ao lado do esquife, na última demonstração eleitoral, digo, afetuosa para com o desaparecido, ainda em tão verdes anos.

Verdes não digo bem, que já ultrapassara a barreira dos noventa, em marcha batida para o centenário. Mas como os acadêmicos são imortais, quando, certamente, morrem, por exceção à regra da imortalidade, desencarnam mais velhos: tanto é o tempo em que a imortalidade luta com a mortalidade e acaba levando a pior, sempre, mas a duras penas, longa demora, às vezes.

Aliás, é interessante: em geral, os acadêmicos, pelo menos das academias mais importantes, que se prezam, na sua imortalidade, morrem já bem erados, reagindo brava e corajosamente à fúria da Parca, que tanto os respeita que prolonga, o mais que pode, a execução de suas sentenças: muito justamente, se o acadêmico não é qualquer mortal, mas um imortal, e, como tal, tem direito a certos privilégios duramente conquistados.

Afinal, sepultado, com as honras de estilo, que, se não prolongam a vida, atrasam a abertura da vaga, todos se retiram, cada um para a sua casa e o seu telefone.

Sim, porque convinha fazer o primeiro contato com os imortais ainda vivos, alguns muito vivos, outros nem tanto, dando-lhes pêsames, levando-lhes a solidariedade e, conforme a acolhida, propondo-lhes o próprio nome à sucessão.

Ao anúncio da morte e do enterro sucedem a corrida ao telégrafo, em que as mensagens de pesar aos acadêmicos, todas iguais, algumas fonadas, referiam-se à perda do saudoso e eminente acadêmico e pediam o apoio e o voto para a vaga que se abria.

A missa de sétimo dia foi uma apoteose: a igreja, cheia de gente da mais alta linhagem, assistiu ao ofício fúnebre, celebrado, com pompa e circunstância, talvez mais circunstância do que pompa, porque o momento era de expectativa: declarados já doze candidatos à sua vaga na Casa das Letras, ainda não oficialmente anunciada, o que só se daria na sessão do dia.

Na fila de cumprimentos, alguns colegas, mais chegados, desde logo apresentaram as condolências à família e escafederam-se, talvez mesmo para fugir ao assédio eleitoral a que temiam ser submetidos.

Desfilaram, então, segundo os cronistas, os candidatos remanescentes de disputas e vagas anteriores, e os já declarados para a que se abria, no total de quarenta e sete, variando o tom, o tipo, a figura, sérios, contritos, humildes, ou abertos, eufóricos, como se cômicos da própria importância e da vitória na disputa.

E a disputa era difícil e renhida. Fala-se, na luta política, em “briga de foice no escuro”. Nas academias, não: era luta de navalha, porque o sangrado não saberia nunca quem o sangrara, e se sobrevivesse na disputa teria sempre o corte visível a atestar-lhe a luta...

Os jornais noticiaram, depois, a abertura da vaga do falecido; nas outras instituições, com outro tanto de candidatos, alguns “arroz-doce” nessas disputas – que sempre as disputam – e outros, novatos, aventurando-se primeira vez, como a experimentar o prato.

Para a família do morto não foi mau: todos queriam-lhe a obra completa, para a hipótese de ter de escrever-lhe o elogio na posse; mas, sobretudo, para conhecer a grande figura que a Nação perdera.

Resolveu, então, a viúva, com a ajuda dos filhos, fazer-lhe o levantamento bibliográfico, com as notas esparsas que havia deixado. E tiraram cinquenta cópias de todo o material, juntando, demais disso, exemplares de suas obras ainda não esgotadas, que eram todas.

Com isso fizeram um “kit-vaga”, ou melhor, pacote-vaga (não ficava bem usar palavras alienígenas se havia similar nacional), com todo o material, na ordem de publicação, conforme o *curriculum vitae* apresentado; e como a despesa não era pequena, para aliviar as finanças dos herdeiros do falecido, que andavam mais ou menos enfraquecidas, cada “pacote-vaga” custava o preço de reposição, mais cinqüenta por cento, preço módico pago, sem regatear, por todos os candidatos a candidato à vaga, o que melhorou razoavelmente a situação do monte-mor do *de cuius*.

Ainda assim, alguns mais interessados procuravam a família à cata de singularidades do morto, o que não era fácil, já que, até na morte, o imortal se igualara aos outros mortais, e nem sua mortalidade fora diferente.

Afinal, encerrado o prazo de inscrição, vinte e três inscritos concorriam à vaga, sendo quatro muito fortes e os outros, fracos, incluindo cinco ou seis absolutamente desconhecidos.

A campanha foi, como outras, aparentemente limpa, mas fundamentalmente impura: notícias falsas de desistência de candidatos, boatos de votos decisivos para um, que deviam ser de outros; acusação anônima de plágio de obra, aliás bem parecidas a plagiada e a plagiante; acusações de ordem moral não de todo improcedentes, mas de impossível comprovação – todos os ingredientes de uma sadia disputa acadêmica.

Chegou, afinal, o dia da eleição, ardentemente esperado pelo país. Nunca uma eleição tivera tanta repercussão: a importância do morto, o número de vagas abertas em agremiações culturais; o número de inscritos – o maior até aquela data, em um pleito para a mesma vaga; a equiptência dos candidatos tidos como mais fortes; o apoio declarado de políticos importantes a uns e a outros.

Iniciada a votação, no primeiro escrutínio, com trinta e sete votantes, a votação se dividiu entre os seguintes candidatos:

Anselmo Ártico – 15; Belthazar Leite – 11 ; Castilho Roucco – 4; Domingos Fiança – 2; brancos – 5.

No segundo escrutínio: Anselmo – 14; Belthazar – 14; Castilho – 3; Domingos – 3; brancos – 3.

Foram então para o terceiro escrutínio Anselmo e Belthazar, e Anselmo teve 18 votos e Belthazar, 17, com dois em branco; e para o quarto escrutínio, quando o resultado se inverteu: Anselmo – 17, Belthazar – 18, brancos – 2.

Com isso, nenhum dos candidatos tendo alcançado o *quorum* mínimo de 19 (metade do número dos acadêmicos votantes, mais um, que seria 19), nenhum se elegeu.

Em conseqüência, a vaga continuou aberta para novas inscrições, nova campanha, nova eleição.

Especulava-se sobre se os candidatos não eleitos se recandidatariam: e a opinião de alguns acadêmicos era de que não deviam se inscrever, logo em seguida, na mesma vaga; recusados em quatro escrutínios, sem que a Academia se tocasse para escolher um deles, melhor é que dessem tempo para reflexão aos imortais votantes.

No dia seguinte à eleição frustra, declarada aberta, de novo, na própria sessão, a vaga, inscreveram-se seis candidatos; depois, mais dois, mais quatro, até atingir dezoito, alguns, café requentado de disputas anteriores; outros que se arriscavam pela primeira vez e um, pelo menos, que só fora à Academia uma vez.

Sim, porque era fácil, mesmo fora dos períodos eleitorais, conhecer os pré-candidatos, futuros candidatos à imortalidade: sempre presentes às sessões solenes, solícitos, remetendo livros, discursos, artigos, qualquer pronunciamento, no afã de conquistar o eleitor, e sempre, por isso mesmo, amabilíssimos.

Já dizia Fontenelle, em França:

Sommes-nous trente-neuf, on est à nos genoux,  
Et sommes-nous quarente, on se moque de nous!

Por outro lado, se o acadêmico dava um espirro, apareciam dezenas de lenços para apará-lo, à saudação de “saúde”, não se sabe bem se leal ou falsamente: saúde...boa... saúde má! E mais uma vaga!

O certo é que, reabertas as inscrições, dos dezoito inscritos nenhum da vez anterior: novos, isto é, como inscritos, embora alguns já bem conhecidos, ao lado dos que se candidatavam apenas para dizer que se candidataram.

Os jornais renovaram a apreciação sobre a disputa, na qual apareciam como fortes candidatos o romancista Estêvão, o poeta Fragoroso, o jornalista Helênico e o jurista Ludovico, todos com obra sólida e reconhecida.

Passaram-se os longos dias da inscrição e do prazo para a campanha e chegou o dia da segunda eleição para a vaga, com os candidatos “embolados”, segundo se dizia, na disputa. E o resultado:

No primeiro escrutínio: Estêvão – 12; Fragoroso – 9; Helênico – 8; Ludovico – 6, e mais dois em branco.

No segundo: Estêvão – 13; Fragoroso – 12; Helênico – 6; Ludovico – 4; uma abstenção e um em branco.

No terceiro: Estêvão – 16; Fragoroso – 15 – uma abstenção e cinco nulos.

No quarto: Estêvão – 15; Fragoroso – 15 – duas abstenções e cinco nulos, atribuídos estes aos que votaram, por carta, em candidato que não passou do segundo escrutínio.

E a vaga se manteve aberta, renovando-se, na mesma sessão, o convite a nova eleição, reaberto o prazo de inscrições.

Aí é que as coisas se complicaram: os mesmos candidatos que se haviam inscrito da primeira vez resolveram tentar de novo a sorte; e, pior, mais um, o Arquimedes Grego, cronista conhecido, que logo abriu a fileira dos pretendentes.

Nunca se viu campanha mais movimentada: até comícios se faziam, em casa de amigos dos candidatos, com debate sobre a obra do dito, por coincidência explicável, sempre a favor.

Pensou-se até em convocar o IBOPE, a VOX POPULI, o DATAFOLHA, ou ... ( não pretendo fazer propaganda de nenhum, parecendo suspeito) para uma pesquisa; mas não se fez, não por falta de patrocinador, que os havia, e muitos (como a Funerária São Pedro, a Livraria Santo Agostinho e a Sapataria Sesquipedal), mas porque o Presidente da Academia, avesso a questões de mí-

dia (sobretudo quando não lhe diziam respeito, e a favor), desaconselhou, e ninguém, a esta altura, entraria em choque com Sua Excelência.

De tal forma se polarizou a campanha que as agências estrangeiras mandaram observadores para ver o que havia: um ex-presidente de nação dita amiga veio como observador. E a Receita Federal, pelo seu insubstituível xerife, designou um dos fiscais mais rigorosos para verificar se, por acaso, não estaria havendo distribuição disfarçada de lucros nos *jetons* da Academia, provocando tão grande procura.

Não, não havia nada, tudo em ordem: muito brilho, muito bordado cor de ouro, e nenhum dinheiro: era ânsia de glória, “a que fica, eleva, honra e consola”, como dissera, definitivamente, o patrono das letras nacionais.

Para encurtar conversa, chegou o dia da eleição: em frente ao prédio da Casa das Letras, a população delirava, ululava, sem saber porquê, na ânsia de conhecer o candidato vitorioso, tanto mais quanto não conhecia nenhum deles; e os desempregados da área acharam aquela manifestação “um barato” para matar o tempo e aparecer na televisão.

Os imortais iam chegando, saudados por palmas tímidas, ou discretas vaias, conforme o humor dos partidários de cada candidato, embora o voto fosse secreto e os próprios eleitores se dispusessem a votar de acordo com a sua (deles) consciência, o que complicava ainda mais a eleição e possibilitava o ímpeto irresistível de traição ao compromisso assumido, segundo aforismo de ilustre senador, também escritor, segundo parece, “de que voto secreto dá uma vontade danada de trair”.

Em clima de suspense começou, realizou-se e proclamou-se o resultado: embolamento geral nos dois escrutínios iniciais, nenhum dos candidatos conseguindo os dez votos para passar ao terceiro e ao quarto escrutínio, com o que continuava vaga a cadeira, adiando-se, mais uma vez, o preenchimento, comprovando que o morto era, na verdade, insubstituível, insucessível.

A matéria explodiu em todos os jornais, com entonos de crítica, elogio, humor, tudo o que uma notícia pode ter de estardalhaço.



Reabertas as inscrições pela quarta vez, os candidatos que se haviam apresentado da segunda vez reinscreveram-se, menos dois, que, nesse ínterim, foram falar diretamente ao que desejavam substituir, no Empíreo, onde, certamente estaria; mas, em compensação, novos quatro, poderosos, surgiram, com ímpeto de vitória.

A eleição virou questão nacional, pois a Nação, atônita, se interrogava sobre quem teria o privilégio de substituir o insubstituível, suceder ao insucessível, preencher a vaga impreenchível.

Foi, então, que o inesperado aconteceu, como, em geral, acontecem todos os inesperados que acontecem: em face de a questão se ter tornado questão nacional, o próprio Presidente da República, Venturoso Sóbrio, homem de letras literárias, promissórias e de câmbio, resolveu, ele próprio, concorrer à vaga – é obvio que sem empenhar nisso suas prerrogativas de chefe de Estado e de Governo, sem “usar a caneta”, nem o Diário Oficial, mas, como qualquer mortal, ansioso de imortalizar-se.

Apenas, do alto de seu volume de versos brancos (algo amarelecidos pelo tempo), publicado fazia somente quarenta anos, com o sugestivo título (todos os títulos de obras de chefes de Estado e/ou de Governo são sugestivos) de *Indecisões*, o que se justificava, à época, quando o autor beirava os vinte anos e já balbuciava as primeiras, as segundas e as terceiras letras, mas com algumas indecisões, do que, aliás, não se livrou, completamente, nunca, em coerência política e pessoal exemplar.

A notícia da candidatura oficial (diziam os adversários) gerou polêmica, como, aliás, tudo, ultimamente, no país, em especial no que se referia à vaga e às indecisões do presidente. Mas não havia o que reclamar: ele era brasileiro nato, maior, com livro publicado, preenchendo os requisitos estatutários.

A tal ponto que Sua Excelência se viu forçado a ir à cadeia de televisão (é óbvio) para esclarecer que sua candidatura objetivava precisamente demonstrar o apreço do governo pelas tradicionais instituições brasileiras, de que a Casa das Letras era das mais nobres, demonstração que antes que celeuma de-

veria contar com o apoio da inteligência brasileira (pelo menos, o que não seria, replicou-se, grande coisa).

Começou a operar-se, então, um fenômeno até certo ponto inusitado (aliás, fenômeno, na linguagem usual, é inusitado), mas, no caso, põe inusitado nisso: desistiu o primeiro candidato inscrito; depois, o segundo; o terceiro; e, como as pombas de Raimundo Correia, todo o bando – desculpem-me, todos os candidatos, como se, por milagre, a visão do Apocalipse os impelisse.

Restou, então, a única e altaneira e honrosíssima candidatura do candidato das *Indecisões*, decididamente fadada à vitória.

Os jornais começaram, então, campanha surda ou estrídula, formulando hipóteses estranhas, ou absurdas, ou lógicas e reais, sobre a retirada das outras candidaturas, assoalhando, com evidente má vontade, que o Palácio influíra na decisão de alguns. Ou de muitos, ou de todos; que houvera favores oficiais, como se todos comessem na mão do governo (o que suscitou a questão de se saber se o governo tem mãos, ou não tem mãos, a medir!), tudo com grande alarido e magistral zoeira, que ensurdecia a Nação, presa à ansiedade da decisão.

O presidente cumpriu então todos os deveres acadêmicos: visitou os egrégios eleitores, entregando a cada um o exemplar da nova edição das *Indecisões*, ampliada e atualizada, com a ação do governo, edição cuidada, com encadernação de classe acadêmica.

Decorreu o prazo de inscrições, de campanha, e chegou o dia do pleito. Sem emoção: candidato único, bem posicionado, tudo em ordem. Além disso, o candidato entregara à Academia dezoito votos em caixão, vale dizer, cartas com seu nome nos quatro escrutínios, o que equivalia a dizer que só precisava de dois votos dos presentes, que deveriam ser em torno de vinte, conhecido o número de trinta e nove votantes, já que dois, anteriormente eleitos, se haviam empossado.

E aí é que aconteceu, de novo, o inusitado: cinco acadêmicos presentes recolheram as cartas e preferiram homenagear o candidato votando pessoalmente, segundo se pensou na hora em que usaram da faculdade regimental de, em estando presentes, votar pessoalmente.

Justa homenagem. Procedeu-se à votação do primeiro escrutínio, presentes dezessete acadêmicos, e o resultado constituiu-se na maior surpresa dos mais de cem anos da Casa: o presidente teve 19 votos, com 3 votos para um dos candidatos que haviam desistido, e, como tal, nulos; 11 em branco, e 6 abstenções.

Mas, havia ainda três escrutínios, e certamente a questão se resolveria como esperado por todos.

No segundo escrutínio, 18 votos para o candidato e 12 em branco, além dos mesmos 3 nulos e 6 abstenções.

Veio o terceiro, e se manteve inalterado o quadro; e veio, enfim, o quarto, escrutínio final, angustiados os defensores da candidatura presidencial, e então chegou-se a resultado ainda mais imprevisível: candidato, 14 votos; 16 em branco; 3 nulos e 6 abstenções.

Resultado: a vaga continuava vaga!

Cá fora, em frente ao prédio da Academia, as manifestações explodiram: enquanto uns aplaudiam aos gritos de u-te-re-rê, outros cantavam o Hino Nacional, outros vaiavam democrática (ou arruaceiramente, segundo outros), o resultado.

A polícia foi chamada para acalmar os ânimos. E o presidente ocupou, de novo, por dez minutos, a cadeia (de rádio e televisão, é claro), para prestar contas à Nação de sua candidatura e do desfecho da disputa: ganhara a Nação, com a comprovação da liberdade das urnas, a prova da isenção do chefe da Nação, que agia como magistrado (embora houvesse alguns magistrados muito mal vistos, com o negócio de uma CPI que se instalara e lançara dúvida sobre muitos, para não punir nenhum), e acatava a decisão como irretorquível, reverente aos superiores desígnios dos senhores das letras.

Durante quarenta e oito horas, tempo máximo da duração dos fenômenos no país, não se falou em outra coisa. E as opiniões dividiram-se entre os que o apoiavam, recriminando a Academia, e os que o combatiam e felicitavam a Nação pelo resultado.

Enquanto isso, a Casa das Letras reuniu-se em sessão permanente, apenas suspensa para almoço, jantar, dormida, café da manhã, e chá das cinco horas,

que não poderia ser supresso sem quebra da norma regimental. No mais, recolhimento monástico, procurando asceticamente a solução para a imponderável questão surgida, que, por fim, brotou de um estalo do decano da Casa, em madrugada escura, iluminando o salão da Academia: diminuir o número de acadêmicos para trinta e nove, até que algum candidato viesse a obter a unanimidade dos votos acadêmicos. Então, considerar-se-ia eleito para a vaga do insubstituível, ainda que inscrito para outra, e com isso a eleição se faria, de novo, para a vaga a que concorrera.

A decisão foi saudada como de grande sabedoria. E impugnada por um dos candidatos desistentes da disputa, na Corte Suprema, considerou ela que a matéria era “*interna corporis*” da Casa, que, regimentalmente, poderia resolvê-la como lhe parecesse mais conveniente ao país e às boas letras, tanto mais quanto nela via uma de suas instituições mais promissoras (disseram as más línguas que alguns dos votantes na Corte tinham pretensões literárias promissoras).

Por isso é que, até hoje, são 39 os acadêmicos da Casa dos 40!

# Língua portuguesa e expressão brasileira

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO

No livro *Durante aquele estranho chá* (Rio de Janeiro, Rocco, 2002), Lygia Fagundes Telles incluiu interessante crônica intitulada “A língua portuguesa à moda brasileira”. Nesse texto, refere-se a um Encontro Internacional de Escritores, ocorrido no México, onde cada autor devia ler em voz alta uma página do próprio livro para que todos ouvissem a língua dele. Ela, então, leu a página de um de seus contos, ouvindo de uma loura canadense um curioso aparte, pois lhe perguntava em que língua ela havia falado. Em seguida, a loura acrescentou que residira em Portugal por alguns anos e que estranhava muito a fala da escritora brasileira, pois “não era esse o português que conhecia” (p. 112). Depois disso, fez o elogio da pronúncia brasileira, bela e sensual, mas que não coincidia com o português europeu.

De volta ao Brasil, num chá entre amigos, Lygia conversava com dois companheiros: Paulo Vizioli e Péricles Eugênio da Silva Ramos, contando-lhes o episódio daquele encontro no México, “quan-

Professor  
emérito da  
UERJ, titular  
da UFRJ e  
presidente da  
Academia  
Brasileira de  
Filologia.

do a canadense ficou seduzida pela música do português-brasileiro, mas estranhou muito” (p. 112). Então, Péricles Eugênio sentenciou: “A língua era portuguesa, mas o estilo é brasileiro.”

Mais tarde, numa Feira de Livro em Frankfurt, com os escritores Bárbara Freitag e Paulo Sergio Rouanet, deste último ouviu que “a língua era portuguesa, mas ao modo brasileiro”.

Como antigo leitor e, portanto, “cúmplice” de Lygia Fagundes Telles, resolvo aqui entrar na questão, prolongando um pouco a apreciação do assunto, pois ele exemplifica bem o conceito de lusofonia, como unidade de língua e variedade de expressões.

Com efeito, o grande empenho literário do Modernismo brasileiro, a partir mesmo da famosa Semana de Arte Moderna de 22, consistia em dar uma expressão brasileira à língua portuguesa falada na América. Tal expressão, antes romanticamente buscada por José de Alencar e seus contemporâneos, foi consolidada por autores como Mário de Andrade, aqui em termos de clara ruptura com o português europeu.

No caso em foco, recorrendo-se ao pensamento lingüístico de Eugênio Coseriu, um dos maiores teóricos da linguagem em nossa época, preliminarmente, cumpre distinguir não apenas *língua de fala* (ou *discurso*), em termos da dicotomia proposta por Ferdinand de Saussure, mas os conceitos de *língua, norma* e *uso*. A nossa língua, enquanto sistema, é a mesma de Portugal, mas com naturais diferenças de *norma* e de *uso*. A fórmula para dizer isso é muito simples: há unidade lingüística na variedade de normas e de usos do mesmo sistema, sem que nisso haja qualquer motivo de espanto. No amplo espaço da lusofonia, a língua portuguesa apresenta-se normalmente diferenciada em sua variedade, sem perder a sua unidade. Isso se verifica não apenas quanto à pronúncia (fonologia), mas também quanto à gramática propriamente dita, entendida esta como simples conhecimento prático de uma língua em sua morfologia e sintaxe, e também quanto ao vocabulário ou léxico. Nesse sentido, já Darmesteter afirmava que uma língua pode até mudar a sua gramática e o seu vocabulário, mas, se a sua morfologia

(morfemas gramaticais) permanece a mesma, a língua não mudou. Sirva de significativo exemplo o caso do romeno, com mais ou menos oitenta por cento do seu vocabulário de origem eslava, sem perder a sua estrutura mórfica de língua românica. Diante disso, forçoso será reconhecer e proclamar que a língua portuguesa, enquanto sistema, é rigorosamente a mesma no vasto espaço geolingüístico em que é falada e escrita por mais de duzentos milhões de pessoas. Isso mesmo, embora com outras palavras e em adequada fundamentação filosófica, reconhecia Mário de Andrade, na década de 30, como se pode concluir do que escreveu em seu *Compêndio de história da música*, em 1931: “Corrigi os excessos de brasileirismos” (p. 304). Em 1941, no artigo “O baile dos pronomes”, inserido no livro *O empalhador de passarinho*, p. 263, onde se refere às suas “impaciências de moço” que, nos verdes anos, o induziram a admitir a possibilidade de “uma língua brasileira”. Em 1935, em carta a Manuel Bandeira, chegou mesmo a revelar o seu “desejinho secreto de falar bem o português e escrevê-lo sem erro”. E publicou ainda, em 1940, dois artigos importantes sobre a questão: “A língua radiofônica” e “A língua viva”, ambos igualmente incluídos no precioso livro *O empalhador de passarinho*, onde revela clara influência das boas idéias que recebeu de Manuel Bandeira e de Sousa da Silveira. E tudo isso para não falar do artigo “Feitos em França”, também introduzido em *O empalhador de passarinho*, onde voltou a temas ligados à língua literária, chegando a escrever o seguinte: “De toda a língua portuguesa, daqui e de além-mar, não executando o próprio Vieira, tenho a convicção de que foi Machado da Assis quem mais conseguiu se aproximar de uma língua culta, de um verdadeiro, útil, simples esquecido de si, mecanismo de expressão do pensamento em prosa. Se conseguirmos qualquer espécie mais constante de unidade nacional, de Machado de Assis deverá partir, creio, a sistematização de nossa língua escrita.” (Op. cit., p. 36). Veja-se bem: já não fala aqui em nenhuma fantasia de “língua brasileira”, mas em Machado de Assis, para concluir que “é no velho Machado que irão (refere-se aos jovens de 39, a quem censurava pelas liberdades e rebeldias lingüísticas) encontrar aquela claridade,

aquela pureza, aquela elegância esquecida, aquela desestilização e a fonte legítima de uniformidade infatigável.” (Op. cit., p. 36)

Como se sabe, Mário de Andrade colocava os pronomes átonos na frase com absoluta liberdade ou conforme a língua falada no Brasil, como hoje fazem Lygia Fagundes Telles e demais escritores contemporâneos, todos conferindo admirável expressão brasileira ao português falado no Brasil. Na verdade, a colocação de pronomes átonos na frase não é uma questão de sintaxe, como queriam as velhas gramáticas equivocadas, mas uma questão de entoação frasal e melodia fônica. Em Portugal, tais pronomes são extremamente átonos e tendem, normalmente, para uma colocação enclítica no início da frase. No Brasil, como também ocorre em língua castelhana os pronomes átonos são, por assim dizer, semitônicos (o nosso vocalismo é tenso), colocando-se naturalmente no início de frases. Tanto num caso, como noutro, continuam como variações pronominais rigorosamente iguais, o que nos lembra a frase do velho Silva Ramos: “Eu não coloco os pronomes átonos na frase. Eles é que se colocam. E onde caem, aí ficam.” Portanto, a língua como sistema, é a mesma, lá e cá em sua variedade expressional, pois os seus sistemas fônico e mórfico são os mesmos, embora comportando variadas realizações no ato concreto da fala. E é isso que, na crônica de Lygia Fagundes Telles, aparece com a denominação de “estilo brasileiro” ou de “modo brasileiro”. Tudo isso com bastante razão, pois Lygia confere, em seus textos escritos em língua portuguesa, a doce expressão brasileira, para o encanto não apenas da loura canadense, nas de todos nós.

Para concluir, vale a pena citar aqui uma frase do meu conterrâneo Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*: “A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as; tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles.” Poderia haver melhor explicação para a pronúncia melodiosamente vocálica do português do Brasil? Claro que não; e já Eça de Queirós usava a expressão “português com açúcar”, sempre que se referia à doçura da pronúncia brasileira. E Miguel Torga aconselhava duas coisas aos portu-



gueses que vinham ao Brasil: “Pronunciar as vogais e amaciar as consoantes.” Na verdade, no português do Brasil, possivelmente por influência da pronúncia de línguas africanas, ou indígenas, o nosso vocalismo é tenso, ao contrário do que se verifica em Portugal, onde o consonantismo é que é tenso. Mas a língua é, rigorosamente, a mesma, embora comportando rica variedade expressional, graças a Deus.



Aspectos da Biblioteca da  
Academia Brasileira de Letras,  
no Petit Trianon, antes da  
reforma feita em 2001.

# A língua literária

EUGENIO COSERIU

**N**a lingüística atual considera-se com freqüência só a língua falada “primária” (espontânea ou “usual”) como “natural” e livre, ao tempo que a língua exemplar (ou “língua padrão”) e a forma literária desta se consideram como “artificiais” e “impostas”. Por conseguinte, considera-se também só a gramática descritiva “objetivista” como realmente científica e a gramática normativa como expressão sem fundamento científico duma atitude antiliberal e dogmática. Trata-se de erros e confusões teóricas que procedem da concepção positivista vulgar da linguagem e da lingüística. Na realidade e, portanto, na boa teoria, a língua literária representa no grau mais alto a dimensão deôntica (o “dever ser”) da língua; e a gramática normativa é a manifestação metalingüística explícita desta dimensão.

Como forma fundamental da cultura (do “espírito objetivado na história”), a linguagem é, com efeito, atividade livre e manifestação da liberdade criadora do homem. Mas a liberdade do homem histó-

Lingüista italiano, autor de *Lezioni di linguistica generale*, traduzido em português (*Lições de lingüística geral*) por Evanildo Bechara.

rico não é arbítrio nem capricho; e as atividades livres não são atividades sem norma nenhuma. Ao contrário: toda atividade livre implica o seu próprio “dever ser”, as suas normas intrínsecas; normas imperativas e “obrigatórias”, não por alguma coerção exterior, mas por compromisso livremente consentido (o que é, aliás, o sentido do lat. *obligatio*).

No caso da linguagem, por se tratar duma atividade muito complexa, que se desenvolve simultaneamente em três níveis – o nível universal do falar em geral, o nível histórico das línguas e o nível particular dos discursos – também as normas intrínsecas (intuitivamente seguidas pelos falantes e intuitivamente aplicadas como critérios de juízos sobre o falar pelos ouvintes) são muito complexas; correspondem, porém, essencialmente aos dois universais determinantes da linguagem: a *criatividade* (o fato de ser a linguagem criadora ou “do espírito”) e a *alteridade* (o fato de ser a linguagem manifestação do “ser-com-outros” – da “natureza político-social” – do homem). No nível universal, a norma é a da *congruência* com os princípios universais do pensamento e com o conhecimento geral humano do “mundo”. No nível particular, a norma é a do *apropriado* (do aristotélico *prépon*), que pode ser diferenciado em: *adequado* (com respeito às “coisas” de que se fala), *conveniente* (com respeito ao destinatário do discurso) e *oportuno* (com respeito às circunstâncias do falar). No nível histórico, temos, na perspectiva do sistema lingüístico que se pretende realizar e, na perspectiva da comunidade falante, a norma da *solidariedade idiomática* (conformidade com o falar “dos outros”, no mesmo âmbito funcional), que é a que determina a constituição e a continuidade das línguas históricas, das modalidades internas destas e das línguas comuns.

Estas normas podem ser suspensas historicamente ou intencionalmente, nos discursos. Assim, a correção “incongruente” suspende a congruência; e o apropriado pode suspender tanto a congruência como a correção. Mas o fato mesmo de se advertir a suspensão é a prova da sua existência e vigência.

Todo modo de falar correspondente a uma modalidade duma língua histórica (língua regional, dialeto, nível ou estilo de língua) tem a sua própria correção. Mas cada modalidade tem ao mesmo tempo a sua esfera de alteridade e, por tan-

to, de vigência. Assim, um dialeto local tem vigência no âmbito local; e o estilo familiar, no âmbito da família; não também fora desses âmbitos. A esfera de alteridade da *língua comum* abrange virtualmente toda a comunidade idiomática. E a *língua exemplar* (ou “língua padrão”) é uma segunda língua comum que se estabelece por cima da língua comum (no caso duma língua comum diferenciada regionalmente e/ou socialmente), como forma idealmente unitária da mesma, pelo menos para aquelas tarefas e atividades (culturais, políticas, sociais, educacionais) que são (idealmente) tarefas e atividades de toda a comunidade idiomática. Com isto, a língua exemplar confirma a coesão e a individualidade da comunidade correspondente a uma língua histórica e é a expressão mais eloqüente da unidade étnico-cultural da comunidade idiomática. A *língua literária*, finalmente, é o estilo – ou, melhor, o “registro” (conjunto de estilos) – mais elevado da língua exemplar; nas nossas comunidades é também a oficina onde constantemente se experimenta e se elabora a exemplaridade idiomática e, ao mesmo tempo, a concreção por antonomásia da língua exemplar.

A congruência, a correção, a solidariedade e o apropriado são valores culturais (ou socioculturais) do falar, mas são valores de signo zero ou de simples suficiência, já que, em cada caso, não implicam nada mais do que a conformidade com uma norma: com um “dever ser” suficiente. A exemplaridade idiomática – pelo prestígio de que goza e as funções a que está destinada a língua padrão – é um valor sociocultural autônomo. Em particular, a *língua literária* pode representar, na forma mais evidente e imediata, a coesão com a tradição cultural da comunidade e, ao mesmo tempo, o dinamismo interno da língua – a *enérgia* ou criatividade ínsita em todo sistema lingüístico – além do “dever ser” suficiente, é um valor cultural pela língua exemplar e pela língua literária – preferência não imposta por “autoridades”, mas espontânea em todo falante “reflexivo” e, no plano metalingüístico, a normatividade e a planificação lingüística (a construção deliberada da língua exemplar).

A hierarquização ingênua das línguas (e das modalidades internas das línguas históricas) e a normatividade dogmática e vulgar são, sem dúvida, atitudes errôneas e criticáveis. A hierarquização ingênua interpreta erroneamente a

falta de elaboração secundária como deficiência intrínseca e considera, portanto, certas línguas como estruturalmente inferiores a outras, e as modalidades primárias da língua histórica como corrupções da língua exemplar. E a normatividade vulgar reduz a correção idiomática à exemplaridade (reconhece só a língua exemplar como “correta”) e, nas suas formas extremas, pretende que em qualquer circunstância se fale só a língua exemplar. Mas isto não significa que se convenha renunciar à hierarquização e à normatividade e optar pelo igualitarismo e pelo pretendido “liberalismo” lingüístico. A hierarquização ingênua e a normativa pragmática pecam por excesso, mas reconhecem, ainda que confusamente, o valor funcional e sociocultural da língua exemplar. O que convém, portanto, é optar por estabelecer o bom sentido real da hierarquia das línguas e das modalidades idiomáticas e por uma normatividade consciente do seu sentido genuíno e dos seus limites.

Muito mais criticáveis são o igualitarismo e o pretendido “liberalismo” lingüístico, que se fundam em sofismas, e desconhecem o valor próprio das línguas “de cultura” (isto é: de cultura maior) e da língua exemplar. O igualitarismo idiomático pretende que todas as línguas e todas as modalidades idiomáticas são “iguais” por apresentarem todas estruturas lingüísticas completas e suficientes e cumprirem todas com a sua função de comunicação no seu âmbito; fato, sem dúvida, certo, mas do qual não se deduz que sejam “iguais” para qualquer função e com respeito a qualquer âmbito. As línguas e as modalidades idiomáticas duma língua histórica são “iguais” (melhor: “homólogas”) primariamente, como sistemas lingüísticos, isto é, simplesmente como línguas e por serem línguas; mas não o são no que diz respeito à elaboração cultural: são equivalentes pelo seu “Bau”, mas não pelo “Ausbau” (Humboldt). E o liberalismo lingüístico afirma com razão que todo modo de falar tem a sua própria correção e que a língua exemplar não é mais “correta” do que outras modalidades da língua histórica. Mas disto não se deduz que a exemplaridade careça de todo valor ou que simplesmente não exista como “fato natural”, que seja só um “invento” de gramáticos e puristas, nem que o que é “correto” numa modalidade da língua o seja também em qualquer outra, isto é, que seja

lícito empregar em qualquer âmbito as formas “corretas” num âmbito determinado: que cada qual seja “livre de falar como quiser” em qualquer circunstância e em qualquer âmbito, também no âmbito e ao nível próprios da língua exemplar.

O “liberalismo” lingüístico é, no fundo, um falso liberalismo; não promove a liberdade, mas sim o arbítrio. E não é, como alguns pensam (ou dizem sem pensar) uma atitude “progressista”, “tolerante” e “democrática”, mas sim uma atitude reacionária e profundamente antidemocrática, já que ignora a dimensão deontica da linguagem (ignora e despreza a aspiração a falar “melhor” e “como os melhores”, aspiração genuína de todo falante consciente do seu ser histórico) e aceita tacitamente a exclusão dos falantes de modalidades não exemplares da cultura maior da nação.

Em suma, parafraseando uma sentença de Ortega: muito pior do que as normas rigorosas é a ausência de normas, que é barbárie.





LÊDO IVO

O RUMOR DA NOITE

Poesia





# Habitar o momento

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA

Quando, em 1983, Lêdo Ivo foi solicitado a organizar sua própria antologia poética, sentiu, surpreendentemente, “que todos os poemas tinham sido escritos simultaneamente” e que ele não percebia neles “o emblema do passado ou o estigma do presente. Todos eram contemporâneos, habitavam o mesmo momento”.<sup>1</sup> No seu percurso poético não se verifica, de fato, como ocorre com muitos poetas, uma progressão acentuada em direção à maturidade, no sentido de uma concentração e decantação de conteúdos e formas, já que o poeta se inaugura plenamente adulto, no domínio da sua matéria, desde o primeiro livro, *As imaginações*, de 1944, até o último, *Rumor da noite*, de 2000. Sérgio Alves Peixoto, o organizador da nova edição de *Os melhores poemas de Lêdo Ivo*, de 1998, também abandonou o rígido critério cronológico, reunindo poesias publicadas em diferentes períodos, selecionadas de livros diversos, todas

Este artigo foi originalmente publicado como prefácio do livro *Illuminazioni – Antologia Poética de Lêdo Ivo* (Salerno, Multimedia Edizioni, 2002, 128 p.), que a autora organizou e traduziu em italiano. Vera Lúcia de Oliveira nasceu em Cândido Mota (SP). Formada em Letras pela Universidade Estadual Paulista. Desde 1991 mora na Itália. Estudou Língua e Literatura Estrangeira Moderna na Universidade de Perúgia. Doutora em Língua e Literatura Ibérica e Iberoamericana. Publicou os livros de poesia *A porta range no fim do corredor*, *Geografia da sombra*, *Pedaços e Tempo de doer*, e poemas em várias antologias.

---

<sup>1</sup> Lêdo Ivo, *Os melhores poemas de Lêdo Ivo*. São Paulo: Global, 1983, p. 7.

síncronas e coerentes porque “unidas no homem e no poeta que as criou, no mesmo momento e eternamente”.<sup>2</sup> Pelos mesmos motivos, a antologia que organizamos, *Illuminazioni* (Salerno, 2002), que acaba de ser publicada pela Editora Multimedia, embora fundada no critério da seriação temporal dos vários livros, é constituída por um *corpus* intrinsecamente orgânico, no qual tudo coexiste e é atual.

Lêdo Ivo debuta nos anos 40, quando um grupo de poetas, entre os quais o nosso autor, emerge com propostas polêmicas em relação à geração modernista que os havia precedido. Tais autores, identificados como os da “Geração de 45”, reafirmam a importância da exatidão da linguagem poética e, levados por uma exigência de medida e ordem, que acompanha e caracteriza a literatura do período pós-bélico, recuperam o uso dos metros regulares, que os modernistas haviam preterido em função do verso livre e de um relacionamento mais vivo e espontâneo com a língua falada.

Embora incluído nesta geração restauradora em relação à precedente, Lêdo Ivo elabora um percurso exemplarmente solitário. É significativo que, já em 1944, ele seja saudado como um poeta singular no panorama literário nacional. Escritores e críticos, como Murilo Mendes, Afonso Arinos, Otávio de Faria, Roger Bastide, Sérgio Milliet e o próprio Mário de Andrade, acolhem-no como uma das vozes mais originais daqueles anos. Fecundo e versátil, Lêdo Ivo confirmou tais expectativas e juízos, mantendo a força da sua inspiração também em outros setores freqüentados com estro, como o romance, o ensaio, o memorial.

O poeta nasce maduro, nasce da força do próprio universo interior, escavado na solidão do menino que vai aprendendo a perscrutar o mundo:

Foi na infância que aprendi a ver-te,  
ó sol que me ilumina. E um arco-íris  
abriu-se entre arraias no céu pálido.

---

<sup>2</sup> Sergio Alves Peixoto, “A poesia de Lêdo Ivo, ou uma teoria de pássaros”, in *Os melhores poemas de Lêdo Ivo*. São Paulo: Global, 1998, 3ª ed., p. 8.

[...]

De cima das dunas eu via o mundo:  
escória azul ao longe,  
mar curvo de navios.<sup>3</sup>

Se o poeta nasce completo, o olhar virgem da criança, que observa com espanto e nitidez cada mínimo elemento da paisagem, jamais o abandonará. Da infância, do mundo descerrado por uma impiedosa e sempiterna luminosidade, brotam as imagens mais límpidas e intensas que continuaram a alimentar a sua inspiração. A descoberta da beleza – “Como o universo era belíssimo”<sup>4</sup> – não se desjunge da percepção da miséria mais dolorosa, marcada por signos de decadência e abandono: “E, nos monturos, homens e urubus, / na lei da livre concorrência, ganham / o pão que Deus amassa.”<sup>5</sup>

A sua poesia é atravessada por influxos da terra natal, o Nordeste, sobretudo a cidade de Maceió, cidade-porto aberta às distâncias do oceano, onde o poeta viveu por muitos anos e para onde parece sempre retornar, à procura de imagens que o marcaram profundamente. E à epifania da luz, associa-se uma dor surda de pessoas, coisas, ruas que se impregnam de brisas, ventos, salsugem, umidade do oceano, e que lentamente se decompõem, no abandono geral:

E de tudo o que foi vida e clamor  
e dor dos homens, e gesto de amor  
para sempre perdido, resta apenas  
a languidez do céu crepuscular.<sup>6</sup>

Se o poeta se sente contemporâneo de si mesmo, isto ocorre porque o tempo não é percebido como uma sucessão linear-cronológica: os seus vivos e os seus

---

<sup>3</sup> Lêdo Ivo, “Minha terra”, in *Finisterra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. 7.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> Lêdo Ivo, *Curral de peixe, 1991-1995*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 45.

mortos estão sempre ao seu lado. Pelas ruelas dos bairros humildes de Maceió, na orla do mar, no cais, nos recifes, nas dunas, nos lugares solitários que o menino e o homem freqüentaram, ele reencontra os personagens essenciais da própria história, impressa na pele e no sangue; a sua visão engloba, no tempo-espaço do texto, cada instante de luz e vida, cada ser, não importa se visto de relance ou se amado com a intensidade e a pena de quem sabe que o amor tem sempre duas faces:

Fui hoje em sonho a São Miguel dos Campos  
e vi todos os meus mortos passeando.  
[...]  
vi-me morto entre os mortos, vi-me vivo  
entre os mortos bebidos pelo vento.<sup>7</sup>

Imagens recorrentes são o mar, a luz, os navios abandonados no porto, os cães vadios, os mendigos, os loucos do manicômio, as gaivotas, os caranguejos, as formigas, os moluscos, os anjos barrocos carcomidos das igrejas de periferia, o vento do mar que acaricia e açoita homens e coisas. O poeta sente-se partícipe deste mundo: “Sou como os caranguejos / que afundam na lama / dos mangues.”<sup>8</sup> A ferrugem é outro elemento constante, a corrupção provocada pelo mar – que, contudo, é beleza e graça –, o sal que consome lentamente as carcaças de navios que não conhecerão mais as distâncias.

A forma plasma-se, dúctil, à multiplicidade e amplitude da sua cosmovisão e o poeta abraça desde os metros fixos, como o soneto, do qual é um fino cultor, até o verso livre, às vezes bastante longo, que segue as inflexões da matéria abordada; e tudo com grande liberdade, assimilando tanto a lição dos clássicos da lírica em língua portuguesa, como as inovações introduzidas pelos modernistas. Basta observar o tratamento que ele dá ao soneto, sempre novo e original, ironicamente dissacralizante, a corroer qualquer veleidade de restabelecimento de retóricas neo-parnasianas.

---

<sup>7</sup> Lêdo Ivo, “Fronteira seca”, in *Finisterra*, cit., p. 10.

<sup>8</sup> Lêdo Ivo, “Cama e mesa”, in *Finisterra*, cit., p. 19.

Poesia reflexiva, lúcida, polida, sem deixar de ser também torrencial e onírica, pois o poeta é impelido pela necessidade de explorar todas as dimensões do ser, até as que escapam a uma percepção imediata e redutivamente racional. É por isto que é limitativo englobar e restringir automaticamente a sua poesia entre as linhas de rigor e disciplina da Geração de 45. Lêdo Ivo sente que o mundo é também inquietação, estremecimento, sonho. Coloca-se, desta forma, em posição antitética em relação a um outro grande nordestino, João Cabral de Melo Neto, o engenheiro do verso, que traça cada poema com régua e compasso. Para Lêdo Ivo, “tudo em nós é mistério”.<sup>9</sup>

Sob a luz vívida e diáfana, ocultam-se as sombras e nas locas e anfractuosidades vivem as criaturas recusadas por um mundo que remove a dor, a velhice, a doença, a morte. Podemos definir, a sua, uma “poética de escórias”, que recupera e cinge no próprio canto as coisas e os seres extravagantes, grotescos, disformes, desfigurados em seu abandono e solidão, quer se trate de cascos de navios, quer de alienados dos manicômios ou bêbados e velhos esquecidos nos bancos das praças públicas.

Lêdo Ivo é poeta antitético, do claro e escuro, do vasto e angusto, do alto e baixo, do sórdido e puro. É áspero e terno ao mesmo tempo, obsessivo em suas imagens recorrentes que nos conduzem sempre ao mesmo núcleo de consunção e dor, abrigado na consciência ultrajada do homem. A poesia é vista, então, como superação dos limites, diluição das fronteiras, lugar onde os opostos convivem.

Mas se a poesia é a dimensão do ser, o espaço do exílio da realidade trágica de cada dia, ela não nos distancia do cotidiano, não nos distrai do mundo. Através dela, ao contrário, nós nos aproximamos da realidade efetiva, para observá-la em todos os seus contornos, penetrá-la com todos os sentidos. É desta forma que a poesia de Lêdo Ivo é também cotidiana e social, atenta aos grandes problemas do Brasil, à injusta distribuição de rendas, derivada de uma concentração e polarização de riquezas entre as mais altas do mundo.

---

<sup>9</sup> Lêdo Ivo, “O pagamento”, in *Crepúsculo civil*. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 30.

Afirma a crítica Lúcia Helena que a presença do quotidiano em Lêdo Ivo indica uma fratura, uma “contradição entre o eterno e o efêmero, uma ânsia de viver o presente, de alargar suas fronteiras ora revificando o passado, ora antecipando o futuro, mas sempre denunciando a precariedade dos homens, retidos no sonho da infinitude e da eternidade”.<sup>10</sup>

Há, em sua poesia, uma visão negativa da vida e do tempo, como lenta e dolorosa perda, consumpção inexorável que aproxima e une seres vivos e coisas inanimadas no mesmo destino. Daqui, provavelmente, a tentativa de anular a linearidade e a sucessão do *chrónos*, o dar espessura aos objetos descartados, o deter-se em animais ínfimos, como formigas e moluscos, o abraçar no seu ser-aqui-agora tudo o que viveu e vive com participação comovida. Também o gênero humano é visto com o olhar pungente, crítico, que denuda a indiferença e o cinismo com que os homens, freqüentemente, observam o sofrimento alheio e o mal de que são muitas vezes a causa. Uma visão – a sua – que desmascara os falsos humanitarismos dos que, com piedade ambígua, não podem não notar que os “pobres fedem”.<sup>11</sup>

A poética de Lêdo Ivo é imanente, mas nela convivem realidade e memória com uma tal densidade que temos a sensação de que sejam, ambas, a mesma coisa. Buscou-se aqui revelar a nitidez e a materialidade dessas palavras que aderem ao ser, que se imprimem no sangue, com as quais o poeta recupera e revela esse excessivo e pungente país, o Brasil, do qual o Nordeste é emblema, e que se arraigam em nossa consciência de leitores pelo que têm de absoluto, de ecumênico e de universal:

Este é o meu lugar, entranhado em meu sangue  
como a lama no fundo da noite lacustre.  
E por mais que me afaste, estarei sempre aqui  
e serei este vento e a luz do farol.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Lúcia Helena, “Os melhores poemas de Lêdo Ivo”, in *Colóquio Letras*, Lisboa, 03/1985, n.º 84, p. 111.

<sup>11</sup> Lêdo Ivo, “O fim de um domingo”, in *Finisterra*, cit., p. 65.

<sup>12</sup> Lêdo Ivo, “Planta de Maceió”, in *Finisterra*, cit., p. 32.

## ~ Referências bibliográficas

- CAMPOS, Marco Antonio. “Con Lêdo Ivo”, in *Literatura en voz alta*. Medellín: Universidad Autonoma Metropolitana, 1996, pp. 291-295.
- CÁRDENAS, Maria Teresa. “Lêdo Ivo, poeta lúdico y riguroso”, in *Revista de Libros El Mercurio*, 17/03/2001, nº 619.
- CHAMIE, Mário. “A uva, a ave, a neve, a greve e o resgate da poesia”, in IVO, Lêdo, *Central poética* (Poemas escolhidos). Rio de Janeiro/Brasília: Nova Aguilar/INL, 1976, pp. 9-22.
- ESPÍNOLA, Adriano. “Curral de imagens e pensamentos”, in *Diário de Pernambuco*. Recife, 9/12/1995, p. 5.
- ESTEVAN, Manuel. “Brasil no está lejos”, in *Heraldo de Aragon*, Zaragoza, 25/01/1990.
- GOMES, Osmar. “Poesia é aventura sem fim”, in *Anexo*. Florianópolis, 12/03/1996, p. I.
- HELENA, Lúcia. “Os melhores poemas de Lêdo Ivo”, in *Colóquio Letras*. Lisboa, 03/1985, nº 84, pp. 110-111.
- JUNQUEIRA, Ivan. “Idílios com a eternidade”, in IVO, Lêdo, *Curral de peixe*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, contracapa.
- KEYS, Kerry Shawn. “Introduction”, in *Landsend – Selected Poems*. Harrisburg: Pine Press, 1998, pp. 5-7.
- KÖPKE, Carlos Burlamaqui. “A ‘Central poética’ e a equação dos conflitos”, in *Revista de Poesia e Crítica*. Brasília, 07/1977, nº 3, pp. 57-60.
- LEPECKI, Maria Lúcia. “Finisterra”, in *Colóquio Letras*. Lisboa, nº 21, 09/1974, p. 99-100.
- LISBOA, Eugénio. “A noite misteriosa”, in *As vinte e cinco notas do texto*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, pp. 201-203.
- LUCAS, Fábio. “Crepúsculo civil”, in *Colóquio Letras*. Lisboa, nº 125/126, 06-12/1992, pp. 319-320.
- MARIA E SILVA, José. “O feiticeiro das palavras que descobriu Carmo Bernardes”, in *Jornal Opção*. Goiânia, 06/1994, pp. 27-30.

- MONTEMAYOR, Carlos. “A poesia de Lêdo Ivo”, in IVO, Lêdo, *A noite misteriosa*. Rio de Janeiro, Record, 1982, pp. 123-144.
- NAME, Daniela. “Lêdo Ivo faz um mapa das desilusões na literatura”, in *O Globo*. Rio de Janeiro, 16/04/1995, p. 7.
- NEJAR, Carlos. “Lêdo Ivo: poder de metamorfose verbal”, in *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 11/05/1991, p. 11.
- PANTIN, Blanca Elena. “La poesía es un problema de cultura no de sensibilidad”, in *El Diario de Caracas*. Caracas, 13/11/1994, p. 27.
- PEIXOTO, Sérgio Alves. “Uma poesia de Lêdo Ivo, ou uma teoria de pássaros”, in IVO, Lêdo, *Os melhores poemas de Lêdo Ivo*. São Paulo: Global, 1998, 3ª ed., pp. 7-10.
- PENIDO, Samuel. “Crepúsculo civil”, in *Linguagem Viva*. São Paulo, 12/1991, p. 5.
- PORTELLA, Eduardo. “Uma obra torrencial e indomável sob o signo da bruxaria”, in *O Globo*. Rio de Janeiro, 18/08/1974, p. 7.
- RICCIARDI, Giovanni. “Lêdo Ivo”, in *Auto-retratos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 209-226.
- ROZÁRIO, Denira. “Estou em busca da mentira e da ficção – Entrevista”, in *Palavra de Poeta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, pp. 80-87.
- SECCHIN, Antonio Carlos. “Poesia em diálogo com o mundo”, in *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07/10/1995, p. 4.
- TELES, Gilberto Mendonça. “Lêdo Ivo – A aventura da transgressão”, in *Latin American Writers*. New York (no prelo).



# O homem de uma cidade só: Machado de Assis e o Rio de Janeiro

SÍLVIO CASTRO

Creio que a grande finalidade do ensaio que estou por começar se dirija na direção contrária da célebre definição dada por Raul Pompéia sobre Machado de Assis: “Escritor correto e diminuído.” O presente estudo se interessa em demonstrar que o criador de *Dom Casmurro*, ao contrário do que em geral se pensa e ainda hoje muitas vezes se propaga, não é o narrador das dimensões reduzidas, do detalhe ou da microvisão do real — ainda que ele mesmo muitas vezes assim se defina, sempre pronto como era à auto-ironia e à prática do humor<sup>1</sup> —, mas escritor tendente à configuração a mais ampla de fatos, comportamentos, sentimentos e, em geral, dos fenômenos que unem o homem à natureza.<sup>2</sup>

Professor de  
Literatura  
Brasileira na  
Universidade de  
Padova, Itália.

---

<sup>1</sup> Esta particular atitude retórica de Machado de Assis, ele a assume predominantemente nas crônicas; e nelas se serve da ironia, da qual é mestre incomparável, para dinamisar com grande sentido do vitalismo da modernidade literária a sua visão do mundo a partir

Machado de Assis realiza a sua obra subordinando-a à mais constante e coerente sabedoria do sistema literário, produzindo assim aquilo que se pode definir como uma rara e permanente literatura. Nele, desde os produtos da juventude até o domínio expressivo presente nas obras da maturidade, a transcrição do mundo, da natureza e das relações do homem com eles se subordina às leis da retórica clássica, mas igualmente à modificação dessa a favor de uma nova retórica; ao conhecimento crítico dos gêneros literários, bem como das crises por esses sempre passadas; à subordinação do processo da criatividade a uma consciente indagação dos fatos lingüísticos e de uma linguagem revolucionária.

Sobre a mobilidade inventiva e riqueza formal do escritor carioca, já alhures eu escrevi: “No famoso cap. VII das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, “O delírio”, possivelmente mais do que em qualquer outro seu texto, Machado de Assis realiza um continuado processo retórico que é ao mesmo tempo afirmação e negação dos princípios da retórica clássica. Enquanto momento de afir-

---

do cotidiano, como convém à prática do gênero. Ele assim se exprime, por exemplo, na abertura da crônica da série *A Semana*, de 11 de novembro de 1897, na qual trata de um leilão, mas não dele enquanto tal, sim de uma misteriosa espada colocada num lote de objetos algo escondidos, espada que desaparece misteriosamente antes das ofertas dos possíveis compradores. Para entrar em um tal pequeno evento, Machado proclama: “Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto. Daí vem que, enquanto o telégrafo nos dava notícias tão graves como a taxa francesa sobre a falta de filhos e o suicídio do chefe de polícia paraguaio, cousas que entram pelos olhos, eu apertei os meus para ver cousas miúdas, cousas que escapam ao maior número, cousas de míopes. A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam.” Cf. in Machado de Assis, *Obra Completa*, 3 vols. (org. de Afrânio Coutinho). Edit. Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1985, vol. III, p. 772.

<sup>2</sup> Eugênio Gomes, num dos seus muitos e brilhantes ensaios sobre Machado de Assis – ensaio esse publicado no número especial da *Revista do Livro* dedicado aos 50 anos da morte do autor de *Quincas Borba* –, parte justamente da classificação machadiana expressa por Raul Pompéia, e daí ainda uma vez ressalta a possível microvisão do escritor fluminense. Cf. E. Gomes, “O micro-realismo de Machado de Assis”, in AA.VV., *Revista do Livro*, nº 11, ano III, setembro, 1958 – Edição comemorativa do cinquentenário da morte de Machado de Assis. Rio de Janeiro, pp. 31-56. (Cf. Bibliografia, abaixo). De tom diverso, no mesmo volume, são as análises de Augusto Meyer, “De Machadinho a Brás Cubas”, pp. 9-18; Astrojildo Pereira, “Consciência nacional de Machado de Assis”, pp. 71-94; e Nelson Werneck Sodré, “Posição de Machado de Assis”, pp. 95- 100.

mação, isto é, da citação explícita do princípio consagrado, quer ser igualmente alguma coisa que supere a linguagem objetiva e atinja a dimensão da metalinguagem; enquanto negação, anti-retórica, quer retornar da metalinguagem a uma diversa, mas sempre concreta expressão de linguagem literária resultada de uma nova retórica. Como sempre acontece no seu universo expressivo, Machado procura transformar o sistema retórico para poder servir-se não só de um, mas de vários sistemas expressivos.

A tendência machadiana à anti-retórica não representa necessariamente a negação daquela clássica, mas muito mais significativamente um seu amplo desejo de apossar-se de infinitos instrumentos capazes de satisfazer a sua predisposição à liberdade no ato da criação escrita”.<sup>3</sup> Ele cria a sua escritura a partir desses e de muitos outros fatores, atingindo aquela dimensão definida por Ezra Pound como a própria dos criadores em literatura.

O detalhismo, a aplicação sobre a dimensão do “micro”, elementos tomados como constantes machadianas, ao final das contas não representam senão uma metodologia operativa não finalizada em si mesma, mas endereçada ao seu contrário, isto é, a uma “macrovisão” das coisas e correspondente configuração.

Em Machado, desde sempre se mostra intensa a relação entre retórica e dialética do discurso literário. Neste, assim como em outros pontos, ele se revela um precursor – e não somente para a literatura brasileira –, exaltando o significado do tempo no processo narrativo e, conseqüentemente, o da memória para a melhor e mais ampla recuperação temporal. Nos contos e romances, mas igualmente nas crônicas e nos ensaios, ele parte do tempo pessoal, aquele predominantemente ligado à microvisão, para o tempo histórico, aquele outro que pode levar à macro e perdurante representação do mundo.

A longa e trabalhada formação machadiana, um dos máximos exemplos de auto-estruturação cultural numa sociedade civil ocidental ferida pelo subdesenvolvimento, se realiza a partir da inter-relação entre a indagação do signifi-

---

<sup>3</sup> S. Castro, “Viagem no percurso racional do delírio. Retórica e anti-retórica na narrativa de Machado de Assis” (cf. Bibliografia).

cado da tomada de consciência do tempo histórico – na complexidade das relações entre conhecimento dos fatos objetivos e os sistema(s) crítico(s) possivelmente reveladores da mais profunda natureza deles –, e a correspondente apropriação do próprio sentido do tempo pessoal.

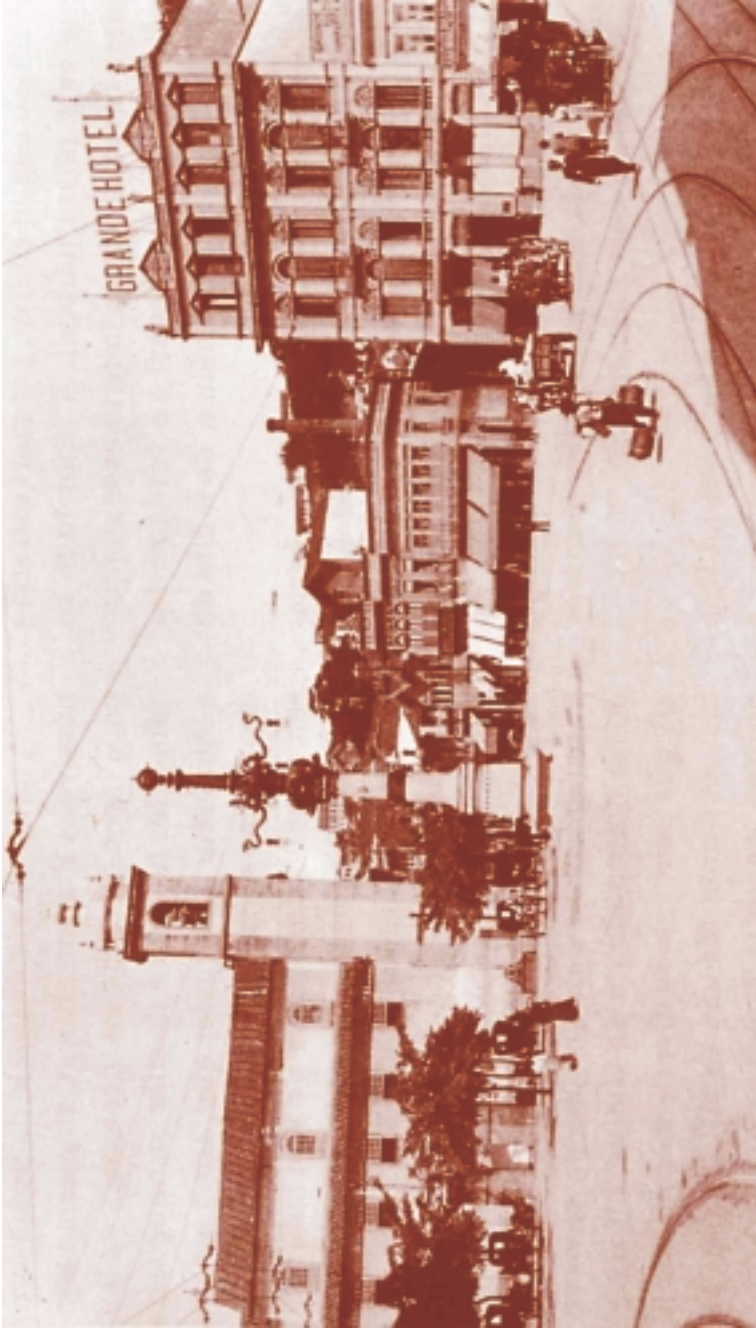
Em geral, grande atenção tem sido dada à formação do pensamento machadiano, o que corresponderia mais diretamente ao seu modo de confrontar-se com o mundo. Daí derivam substancialmente as denotações de pessimismo, agnosticismo, etc, como características condutoras desse mesmo pensamento, em verdade profundamente relacionado com o pensamento eclético. Em grande síntese, nele se encontra uma formação filosófico-moral ligada predominantemente ao pensamento spinoziano, completada por uma indagação da complexidade do conceito de natureza, a partir da lição de Schopenhauer. Estas conotações filosóficas colocam Machado de Assis na linha de afirmação do “vitalismo” que pode ser tomado como um dos elementos substanciais do pensamento da modernidade oitocentista.<sup>4</sup>

Para completar o quadro conformador do ecletismo filosófico machadiano, nele eu desejo afirmar certo realce de um ângulo mais encoberto, originado das lições de Leibniz. Tal ângulo me permite propor para o pensamento de Machado de Assis uma definição e colocação ao mesmo tempo clara e ambígua, como convém à sua natureza de moderno criador literário: a de “materialista metafísico”. Este conceito nos deverá guiar na presente análise, para que possamos melhor compreender a maneira de ser e viver de um homem com uma cidade só. E de como este homem consegue fazer dela um macrocosmo em que entram, ao mesmo tempo, o mundo e a dimensão serena da micro-realidade.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Para um possível contacto com alguns estudos dedicados à filosofia na obra machadiana, cf. abaixo a nossa “Bibliografia” para o presente ensaio.

<sup>5</sup> Como exemplo de uma boa síntese sobre o pensamento leibniziano, cf. a “Introduzione” de G. de Ruggiero ao volume: Leibniz, *La Monadologia*, 5ª ed. (1ª ed., 1937). Edit. Laterza, Bari, 1964, pp. 7-117.



Largo da Lapa [ca. 1909]

“... a imagem do Rio de Janeiro, que ele conhecia, com os seus feitiços, teatros em toda a parte, moças bonitas ‘vestidas à francesa.’”  
(*Quincas Borba*)

Machado de Assis é essencialmente uma personalidade urbana. Daí, talvez, aquela injusta denúncia de uma sua indiferença pela paisagem em geral.<sup>6</sup> Sendo uma individualidade presa à cidade, ele participa com a dimensão urbana nas suas máximas conseqüências.

A cidade é a realidade vivida como o centro das modificações culturais e da tomada de consciência das mesmas. Nela e a partir dela o homem modifica o sistema de comportamentos tradicionais, podendo dessa maneira assumir dimensões morais e culturais renovadoras ou mesmo revolucionárias. No final da grande equação se revela a modernidade urbana que modifica a tradição derivada da cultura rural, longamente predominante, e tende a conduzir o indivíduo à tomada de consciência de si e das suas relações com a alteridade.

Sendo o lugar das modificações, a cidade é igualmente uma sede primordial para a tomada de consciência do valor da liberdade.

O Rio de Janeiro é a só cidade de Machado de Assis. Trata-se de uma dimensão não puramente sentimental, cultural, mas igualmente biográfica.<sup>7</sup>

Nela e somente nela o criador de *Capitu* vive e elabora a própria história pessoal, dela construindo igualmente uma mundivisão quase ilimitada. Ele vive intensamente o ritmo de sua cidade. Conhece-a em todas as suas partes e detalhes. Participa dos processos e tempos de suas mudanças numa adesão serena. A metrópole brasileira, que nas décadas de 50 e 60 – isto è, na juventude de Machado – já tinha uma população que superava os 400.000 habitantes e se avizinhava a tocar o meio milhão -, essa grande metrópole e o seu caos não lhe provocavam particular tensão. Dela – por toda a sua existência – ele vivia e

---

<sup>6</sup> Em relação à questão da presença de natureza e paisagem na literatura brasileira, cf. o estimulante estudo de José Roberto Teixeira Leite, “A tópica «natureza» na literatura brasileira entre neoclassicismo, arcadismo e romantismo”, in AA.VV., *História da literatura brasileira* (criação e direção de S. Castro), 3 vols. Ed. Alfa, Lisboa, 1999-2000; cap. 12, vol. II, pp. 369-387 (cf. Bibliografia).

<sup>7</sup> Machado de Assis praticamente jamais se afastou fisicamente do Rio. Por isso, um dos dados mais curiosos de sua biografia é a força com que são remarcadas pelos seus biógrafos as viagens machadianas dignas desse nome, aquelas feitas à não-distante Nova Friburgo. Mas isso não o impedia de fazer viajar distante, para outros pontos do Brasil e mesmo para a Europa, muitos de seus personagens.

comentava nas crônicas os grandes eventos nacionais, como — entre muitos outros — o ato da Província do Ceará, em 1887, que libertava os escravos, antecipando assim a “Lei Áurea” assinada pela Princesa Isabel no ano seguinte; assim como o fazia igualmente em relação aos acontecimentos internacionais.<sup>8</sup>

Machado se comporta com o Rio de Janeiro praticamente como uma das suas admirações reconhecidas, Xavier de Maistre, fizera com o próprio quarto. Mas o faz em forma inovadora, porque não se fecha na dimensão do quarto. O Rio de Janeiro, cidade, não tem fronteiras, nele cabendo dimensionalmente também o mundo.

A história do Rio de Janeiro que interessa à elaboração machadiana não se limita ao tempo biográfico do escritor, mas vai logicamente aos dados precedentes a este mesmo tempo. Ele não desdenha até mesmo de considerá-la num tempo póstumo, procurando uma como projeção profética, muito em consonância com o seu irônico pensamento de “materialista metafísico”.

A. S. Exa. Revma. Sr. Bispo Capelão-Mor

[...]

Não sei se V. Exa. Revma. é como eu. Eu gosto de contemplar o passado, de viver a vida que foi, de pensar nos homens que antes de nós, ou honraram [*sic*] que V. Exa.

---

<sup>8</sup> Machado cronista era fortemente atento aos eventos internacionais e deles se servia para os seus comentários críticos que conduziram por anos a opinião pública brasileira. Para não alargar em demasiado as citações, a respeito basta retomar as notícias presentes na nota I, acima. Cumpre-nos, entretanto, recordar um fator substancial para a formação político-social de Machado de Assis. Tal fator o reconhecemos principalmente na lição de participação social de Vitor Hugo. Neste ano do bicentenário de nascimento do Mestre francês nos parece apropriado recordar a adesão do Mestre brasileiro à lição hugoana. Acrescentamos, como dado exemplificador da atenção do Mestre brasileiro para com o Mestre francês, a irônica abertura da sua crônica de *A Semana* do II de outubro de 1896, dedicada a um episódio da diplomacia internacional tendo como personagens a Imperatriz da Rússia e o Presidente da França: “Czarina [...] não faças como Vitor Hugo que, recebendo um folheto de Lisboa, respondeu ao autor: não sei português, mas com o auxílio do latim e do espanhol, vou lendo o vosso livro... Não, nem peço que me respondas. Manda reduzi-las na língua de Gogol, que dizem ser tão rica e tão sonora, e em seguida lê. Verás que o beijo que te depositou na mão, em Cheburbo, o presidente da República Francesa, foi aqui objeto de algum debate.” (Cf. in M. de Assis, *Obra Completa*, ed. e vol. cit, p. 737). Sobre Machado de Assis tradutor e tradutor de Vitor Hugo, cf. Jean Michel Massa, “Machado de Assis traducteur”, separata do vol. IV das *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1966, 12 p.

Revma. ocupa, ou espreitaram, como eu, as vidas alheias. Outras vezes estendo o olhar pelo futuro adiante, e vejo o que há de ser esta boa cidade de São Sebastião, um século mais tarde, quando o bond for um veículo tão desacreditado como a gôndola, e o atual chapéu masculino uma simples reminiscência histórica.”<sup>9</sup>

Pode-se tomar o ano de 1808, com a chegada e instalação da Família Real portuguesa e da Corte, o termo inicial do Rio de Janeiro enquanto cidade em posse de concreta dimensão urbana. A partir dessa data e dos eventos a ela referidos, a vida carioca assume grandes dimensões, partindo das inovações arquitetônicas e urbanísticas, até aquelas político-administrativas e sócio-culturais. À antiga passividade da capital de um vice-reino incolor, principia o ativo caos próprio da grandeza de um centro urbano aberto a todas as modificações.<sup>10</sup>

Esses são os tempos revisitados por Machado de Assis pela ação da memória histórica. Mais adiante, quando o autor, depois de 1839 – enquanto seu ano de nascimento – poderá confrontar-se em termos de memória recordada

---

<sup>9</sup> A partir dessa nota e até a penúltima do presente estudo, a fonte bibliográfica se modifica para chegar a adquirir uma conotação quase sentimental. Elas se referem a uma pesquisa imensa que Waldir Ribeiro do Val e eu realizamos sobre a obra de Machado de Assis, pesquisa finalizada a recolher dados sobre a relação do Autor com o Rio de Janeiro. Recolhemos então centenas de referências, em correspondente quantidade de fichas. Desse imenso material, uso aqui uma mínima parte, dada a natureza do presente trabalho. Como primeira e ótima consequência dessa investigação, Waldir Ribeiro do Val publicou o seu *Geografia de Machado de Assis* (cf. Bibliografia, abaixo). Essa pesquisa feita há mais de quarenta anos – e sempre válida – foi realizada sobre a edição de 1955 das Obras Completas de Machado De Assis (W. M. Jackson Inc. Edit., Rio de Janeiro). Embora reconhecendo as falhas desta edição, recorremos então a ela por ser a que maior contingente apresentava da obra machadiana. Não estavam publicados, ao tempo da pesquisa, os volumes em texto fidedigno da Editora Aguilar, e muito menos os volumes, ainda não concluídos, da edição crítica do Instituto Nacional do Livro, nos quais obrigatoriamente se apoiarão d'ora em diante trabalhos ligados ao texto machadiano. Recordando a amizade que conduziu então a aquela pesquisa, amizade que nunca se perdeu, mas sempre se demonstrou continuamente ascendente nesses cinquenta anos que constantemente nos viu unidos em tantas e diversificadas atividades literárias e culturais, a Waldir Ribeiro do Val e a mim, eu dedico este ensaio ao querido amigo e companheiro.

<sup>10</sup> O romance de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*, pode ser considerado como fonte primordial para Machado de Assis em relação ao Rio de Janeiro do tempo de D. João.



com o tempo histórico, passa então a predominar a ação da memória pessoal. Ao morrer, em 1908, Machado percorrerá um percurso de modificações da cidade diante da história do país. Da intensa história do período podemos realçar alguns episódios marcantes e correspondentes datas: 1849 – início do longo período imperial de D. Pedro II; 1850 – fim do tráfico negreiro; 1870 – começo de um incipiente, mas progressivo processo de desenvolvimento industrial, assim como a acentuação da entrada de mão-de-obra livre da emigração européia; 1888 – Abolição da escravatura; 1889 – Proclamação da República e conseqüente fim do sistema monárquico.

Pudera igualmente assistir ao início da renovação urbanística do Rio de Janeiro, por obra revolucionária do prefeito Pereira Passos, numa retomada do espírito da revolução urbanística de Hausmann – quanto a Paris –, completada com aquelas longas de Lisboa, encetadas pelo Marques de Pombal logo após o terremoto de 1755 e culminadas com a abertura da Avenida dos Libertadores na segunda metade do século XIX.<sup>11</sup>

Machado pôde viver o esplendor da Avenida Central da capital brasileira e a viu na perspectiva de uma ação de modernidade própria da cultura urbana.

Este grande tempo histórico da metrópole fluminense, Machado de Assis o anota e revela praticamente em toda a sua obra. Assim, se escolhermos em particular páginas de seus contos, as diversas etapas do percurso aparecem – ainda que não enquanto empenho objetivo com os eventos citados, mas como manifestações de contemporaneidade cronológica – em contos como:

I) “Cantigas de esposais”, publicado pela primeira vez nas páginas de *A Estação*, em 1883; e em livro, no ano seguinte, *Histórias sem data*:

Imagine a leitora que está em 1813, na igreja do Carmo, ouvindo uma daquelas boas festas antigas, que eram todo o recreio público e toda a arte musical. Sabem o

---

<sup>11</sup> Sobre a restauração de Lisboa depois da catástrofe de 1755, cf. José Augusto França, *Lisboa; Urbanismo e arquitetura*, Edição ICALP, Lisboa, 1981.

que é uma missa cantada; podem imaginar o que seria uma missa cantada daqueles anos remotos.<sup>12</sup>

2) “Conto de escola”, pela primeira vez: *Gazeta de Notícias*, 1884; em volume, *Várias histórias*, 1896:

A escola era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia – uma segunda-feira, do mês de maio – deixei-me estar alguns instantes na Rua da Princesa a ver onde iria brincar amanhã.<sup>13</sup>

3) “A chinela turca”, *A Época*, 1875; *Papéis avulsos*, 1882:

Vede o bacharel Duarte. Acaba de compor o mais teso e correto laço de gravata que apareceu naquele ano de 1850, e anunciam-lhe a visita do Major Lopo Alves. Notai que é de noite, e passa de nove horas.<sup>14</sup>

4) “A Desejada das Gentes”, *Gazeta de Notícias*, 1886, *Várias histórias*, 1896:

[...]

– Chamava-se Quintília? Conheci de vista, quando andava na Escola de Medicina, uma linda moça com esse nome. Diziam que era a mais bela da cidade.

– Há de ser a mesma, porque tinha essa fama. Magra e alta?

– Isso. Que fim levou?

– Morreu em 1859. Vinte de abril. Nunca me há de esquecer esse dia.

Vou contar-lhe um caso interessante para mim, e creio que também para o senhor. Olhe, a casa era aquela... Morava com um tio, chefe de esquadra reformado; tinha outra casa no Cosme Velho. Quando conheci Quintília... Que idade pensa que teria, quando a conheci?

---

<sup>12</sup> Machado de Assis, “Cantigas de esposais”, *Histórias sem data*, in *Obra Completa*, vol. II, *Conto*, Edit. Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1985; p. 386. Dessa edição de *Conto* serão retiradas as citações que seguem até a nota nº 19, quando retornam as citações referidas à ed. Jackson da *Obra Completa* de M.A.

<sup>13</sup> M. de Assis, “Conto de escola”, in *Várias histórias*, ed. cit., p. 548.

<sup>14</sup> M. de Assis, “A chinela turca”, in *Papéis avulsos*, ed. cit., p. 295.

- Se foi em 1855...
- Em 1855.
- Devia ter vinte anos.<sup>15</sup>

5) “O enfermeiro”, *Gazeta de Notícias*, 1884 (com um título diverso, “Cousas íntimas”); *Várias histórias*, 1896:

Parece-lhe então o que se deu comigo em 1860, pode entrar numa página de livro? Vá que seja, com a condição única de que não há de divulgar nada antes da minha morte. Não esperará muito, pode ser que oito dias, se não for menos; estou desenganado.<sup>16</sup>

6) “D. Benedita”, *A Estação*, 1882; *Papéis avulsos*, 1882:

[...]

D. Benedita fez quarenta e dois anos no domingo dezanove de setembro de 1869. São seis horas da tarde; a mesa da família está ladeada de parentes e amigos, em número de vinte ou vinte e cinco pessoas. Muitas dessas estiveram no jantar de 1868, no de 1867 e no de 1866, e ouviram sempre aludir francamente à idade da dona da casa.<sup>17</sup>

7) “Anedota pecuniária”, *Gazeta de Notícias*, 1883; *Histórias sem data*, 1884:

Chama-se Falcão o meu homem. Naquele dia – quatorze de abril de 1870 – quem lhe entrasse em casa, às dez horas da noite, vê-lo-ia passear na sala, em mangas de camisa, calça preta e gravata branca.<sup>18</sup>

8) “Um homem célebre”, *Gazeta de Notícias*, 1888; *Várias histórias*, 1896:

– Ah! o senhor é que é o Pestana? Perguntou Sinhazinha Mota, fazendo largo gesto admirativo. E logo depois, corrigindo a familiaridade: – Desculpe meu modo, mas... é mesmo o senhor?

---

<sup>15</sup> M. de Assis, “A Desejada das Gentes”, in *Várias histórias*, ed. cit., pp. 504-505.

<sup>16</sup> M. de Assis, “O enfermeiro”, in *Várias histórias*, ed. cit., p. 528;

<sup>17</sup> M. de Assis, “D. Benedita”, in *Papéis avulsos*, ed. cit., p. 308.

<sup>18</sup> M. de Assis, “Anedota pecuniária”, in *História sem data*, ed. cit., p. 429.

Vexado, aborrecido, Pestana respondeu que sim, que era ele. Vinha do piano, enxugando a testa com o lenço, e ia a chegar à janela, quando a moça o fez parar. Não era baile; apenas um sarau íntimo, pouca gente, vinte pessoas ao todo, que tinha ido jantar com a viúva Camargo, Rua do Areal, naquele dia dos anos dela, cinco de novembro de 1875...<sup>19</sup>

9) “O escrivão Coimbra”, publicado em volume, em *Relíquias de casa velha*, 1906:

[...]

Morreu no começo da presidência Campos Sales, em 1899, fins de abril.<sup>20</sup>

Praticamente todos os aspectos do Rio de Janeiro estão visíveis na obra machadiana. O homem e a sociedade, o meio físico e o ambiente, as instituições públicas e o Estado, principalmente aquele do período monárquico. Mas igualmente a República.

A partir do 15 de novembro de 1889 a nova cidade republicana muda fisionomia e ritmo. O entusiasmo pela revolução lentamente se instala na vida quotidiana do carioca, principalmente depois que passara o primeiro momento de choque pela não-participação direta nos eventos que abatera a Monarquia, com a partida quase escondida do Imperador. O povo provou por algum tempo sentimentos de insatisfação, não diretamente pelo fim de um regime e introdução de um outro, para o qual desde há muito estava preparado; mas sim pelo seu isolamento diante da cúpula político-militar.

Machado de Assis, alto funcionário público com praticamente toda carreira feita no antigo regime, mantém sempre uma atitude tendencialmente reservada diante dos novos tempos. E assim o será até a morte. Porém, no quotidiano da sua cidade, ele sabe integrar-se no vitalismo, muitas vezes caótico e crítico, que

---

<sup>19</sup> M. de Assis, “Um Homem célebre”, in *Várias histórias*, ed. cit., p. 497.

<sup>20</sup> M. de Assis, “O escrivão Coimbra”, *Relíquias de casa velha*, in *Machado de Assis – Seus 30 melhores contos*, Ed. José Aguilar, Rio de Janeiro, 1961, p. 461.

a mesma vive diante das dificuldades e crises dos primeiros tempos republicanos. Mas, pode-se afirmar que de certa forma esta fora sempre a regra machadiana de vida. Desde a adolescência, quando começa a sua prática profissional na Imprensa Oficial, passando pelos anos da juventude dedicados a conquistar-se uma estatura cultural e a atingir os postos que lhe servissem para externar uma figura estável de intelectual, principalmente com a intensa atividade jornalística, ele é ao mesmo tempo vital diante da sua realidade urbana e medido em confronto com homens e instituições. O “eu” machadiano se abre inteiramente ao mundo físico e relativamente ao “outro” que compõe a humanidade desse mesmo mundo. Entretanto, em ambas as dimensões ele é sempre o “homem cordial”.<sup>21</sup>

O Rio de Janeiro de Machado é um mundo e nele cabe tudo. Para verificá-lo numa mínima parte, principio escolhendo um ângulo bastante curioso quanto a complexidade de que é feito o nosso tema: o do linguajar carioca como o recolhe a argúcia e o humor do autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Machado de Assis trata o problema da linguagem popular e a especificidade do sistema de comunicação da gente de sua cidade com a sabedoria que usava em todas as coisas que fazia, mas o faz igualmente para exaltar na riqueza do falar carioca uma forma política, como expressão de liberdade.

Já na obra-prima que é a história narrada por Bentinho ele coloca, de certa maneira, a sua ideologia da questão quando chama a atenção do leitor a uma participação direta com o texto:

Não consulte dicionários. *Casmurro* não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhes pôs o vulgo...<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Podemos acertar que, diante da complexidade da personalidade machadiana, as reações de seus contemporâneos não encontram um verdadeiro equilíbrio nas expressões de simpatia ou antipatia. Muitas foram as profundas amizades dedicadas a Machado, mas não menos foram as externalizações críticas, as mais das vezes infundadas, principalmente quando se tratava de negação da obra literária, certamente portadora de sistemas criativos revolucionários não sempre passíveis de uma recepção compatível da parte dos críticos menos avançados.

<sup>22</sup> Machado de Assis, *Dom Casmurro*, ed. Aguilar, ed. cit., vol. I, p. 802.

O Rio sempre foi um laboratório lingüístico. Acompanhando as diversas fases de uso do português normativo, mais ou menos aderente à tradição lingüística, mas sempre propenso a inovações, a cidade sempre – se pode afirmar – apresentou o seu falar mais específico, uma sua expressão própria. Povo tendencialmente cosmopolita, de natureza cordial, alegre, soube encontrar na sua história secular a maneira para traduzir o forte vitalismo que o caracteriza. A participação com uma natureza exuberante faz dele um sujeito existencial particular, aberto à vida e aos problemas que lhe correspondem. Possivelmente a partir de tais elementos se pode justificar a particular vivacidade e riqueza do linguajar carioca, com um constante processo de criação de gíria, logo incorporada à expressão popular.

O romancista, o contista, o cronista Machado de Assis, atento observador crítico da sociedade de seu tempo, utiliza com profunda sabedoria a linguagem do ambiente para a autenticação de seus personagens. Ele sempre assim atua, seja na criação dos textos de ficção, seja igualmente na própria fala como cronista.

A linguagem específica de determinado momento histórico, observamos que ela pode cair em desuso, como que arcaizar-se por dois motivos principais: primeiro por designar palavras, expressões, de objetos ou fatos caídos igualmente em desuso; segundo, por constituir um sistema de expressões populares de caráter passageiro, surgidas de acontecimentos circunstanciais e que vai desaparecendo com o esquecimento do fato.

Registra-se na linguagem do Rio de Janeiro machadiano palavras e expressões que ainda sobrevivem, e outras que, não sendo exclusivamente cariocas, tiveram uso na área dita carioca, tendo sido registradas pelo escritor. Veremos algumas dessas palavras e expressões que, desusadas ou sobreviventes, nos aparecem vivas nas páginas machadianas.

Podemos começar por observações quanto ao gentílico dos naturais do Rio de Janeiro, e por extensão das coisas da cidade. Fluminense ou carioca são os lemas a que surgem como designativos de quem ou do que é originário da antiga capital brasileira. Durante o Império, principalmente, fluminense é o termo

mais usual, ao lado de carioca, que aos poucos lhe vai tomando o lugar de primazia. Em *A mão e a luva*, publicado em 1874, o romancista acolhe ambos os vocábulos:

Quatro meses não é a eternidade, mas Cantagalo, para uma carioca da gema, há de ser um degredo, ou quase...<sup>23</sup>

Aparece logo depois uma “deliciosa e fresca manhã fluminense”,<sup>24</sup> quando fluminense não era apenas o gentílico dos naturais da Província do Rio de Janeiro, mas estendia-se igualmente à cidade do mesmo nome.

Inventariamos, em seguida, alguns lemas e expressões do linguajar carioca presentes nos textos machadianos.

*Larga o pinto, que é das almas*: expressão dita a alguém que deseja algo impossível, que, em sentido popular, já tem dono; por exemplo, uma mulher casada:

Tinha agora os olhos pregados em outros olhos, não pardos como os dele, mas azuis, de um azul-ferrete, infelizmente uns olhos casados, quando sentiu alguém bater-lhe no ombro, e dizer-lhe baixinho estas palavras:

– Larga o pinto, que é das almas.

[...] Não o consegui sem ouvir ao hóspede tudo quanto ele pensava acerca daquele “pinto, que era das almas”, aqueles olhos azuis, “profundos como o céu”, exclamava Estêvão.<sup>25</sup>

*Ler de cadeira* – conhecer por experiência:

Não será, creio eu, a primeira vez que a velhice consulte a mocidade. Demais, trata-se de assunto em que a gente moça lê de cadeira.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> *A mão e a luva*, p. 162.

<sup>24</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 237.

<sup>25</sup> *Idem*, pp. 30, 31 e 32.

<sup>26</sup> *Helena*, pp. 125-126.

*Queimar perfumes no altar – render homenagens:*

[...] a moreninha que passeava todas as tardes em carro descoberto pela praia de Botafogo era o altar em que o Moreirinha fazia os seus sacrifícios diários e pecuniários. [...] Se não há indiscrição, disse Meneses depois de a ver entrar em um loja, queimas os teus perfumes naquele altar?<sup>27</sup>

*Dizer missa atrás das portas:*

Quanto ao pequeno, se tem de ser padre, realmente é melhor que não comece a dizer missa atrás das portas.<sup>28</sup>

*Quebrar a castanha na boca:*

Escobar observou-me que os outros e o padre falavam de inveja e propôs-me viver separados. Interrompi-o, dizendo que não; se era inveja, tanto pior para eles. Quebremos-lhe a castanha na boca!<sup>29</sup>

*Fazer tremer a passarinha – causar temor, espanto:*

Não é para menos: cinqüenta contos, que qualquer de nós diria serem cinqüenta realidades! É de fazer tremer a passarinha. [...] Na medicina, cirurgia e farmácia, o que faz medo é a parte científica. As outras partes não valem nada. Um bisturi, por exemplo, não tem nada que faça tremer a passarinha: é um instrumento especial, liso e bonito. Nas mãos do cirurgião, em contato com o nosso pêlo, é quase uma visão da eternidade. Por isso tremo da ciência.<sup>30</sup>

*Andar cosido às saias – estar sempre junto, atacado a:*

Realmente, andava cosido às saias dela, mas não me ocorria nada entre nós que fosse de veras secreto.<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> *Ressureição*, pp. 49 e 53.

<sup>28</sup> *Dom Casmurro*, p. 13.

<sup>29</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 302.

<sup>30</sup> *Crônicas*, III, pp. 211 e 230.

<sup>31</sup> *Dom Casmurro*, p. 30.



*Cortar* – falar, falar mal:

Não é maledicente, mas gosta de cortar o seu pouco sobre as coisas do país.<sup>32</sup>

*O gás virou lamparina:*

Lembra-me (era bem criança) que, nos primeiros tempos do gás no Rio de Janeiro, houve uns dias de luz frouxa, de onde os moleques sacaram este dito: o gás virou lamparina. E o dito ficou e impôs-se, e eu ainda o ouvi aplicar aos amores expirantes, às belezas murchas, e a todas as coisas decaídas.<sup>33</sup>

*Salvar o pai da força* – à pressa, reminiscência do tempo em que havia enforcamentos; expressão que ainda permanece no linguajar do povo:

D. Paula tinha o bom costume de não ler às carreiras, como quem vai salvar o pai da força, mas devagar, enfiando os olhos entre as sílabas e as letras, para ver tudo...<sup>34</sup>

*Três vezes cadeia, sinal de força:*

Varri esta idéia do espírito, por ver que esta é a segunda predição recente do mesmo gênero, e que a ciência popular tem um provérbio para estes casos: três vezes cadeia, sinal de força.<sup>35</sup>

*Rasgar o capote* – descobrir um segredo, desvendar um mistério:

Você verá, disse Fulano Beltrão à mulher, você verá que isto é do Xavier ou do Castro; logo rasgaremos o capote; [...] Foi ela, D. Maria Antônia, quem rasgou o capote; o artigo era do Xavier.<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup> *Crônicas*, I, p. 29.

<sup>33</sup> *A Semana*, I, pp. 150-151.

<sup>34</sup> *Várias histórias*, p. 240.

<sup>35</sup> *Crônicas*, II, p. 30.

<sup>36</sup> *Histórias sem data*, pp. 202 e 203.

Comer araras – ser enganado:

Ora, este simulado Antony não nos anda a fazer crer que se apaixonou pela tal viúva? acrescentou o outro amigo. É supor que comemos araras.<sup>37</sup>

*Quem nunca comeu azeite, quando come se lambuza* – em certas áreas diz “melado”, em lugar de “azeite”, áreas certamente de produção açucareira; “azeite”, no Rio, por influência portuguesa:

A Sofia de *coupé!* Fingiu que não me via, mas arranjou os olhos de modo que percebesse que eu a via, se a admirava. Vaidades desta vida! Quem nunca comeu azeite, quando come se lambuza.<sup>38</sup>

Obrigação:

Obrigação é eufemismo de cativo: tanto que os antigos escravos diziam sempre que *iam à sua obrigação*, para significar que iam para a casa de seus senhores.<sup>39</sup>

*Boticário, botica:*

Criei-me na veneração da farmácia. Entre parênteses, e para responder a um dos meus leitores de Ouro Preto, se escrevo botica, às vezes, é por costume da infância; ninguém falava então de outra maneira; os próprios farmacêuticos anunciam-se assim, e a legislação chamava-os boticários, se não me engano. *Botica* vinha de longe, e propriamente não ofendia a ninguém. Anos depois, entrou a aparecer a *farmácia*, e pouco a pouco foi tomando conta do terreno, até que de todo substituiu o primeiro nome.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> *Históricas românticas*, p. 19.

<sup>38</sup> *Quincas Borba*, p. 275.

<sup>39</sup> *A Semana*, I, p. 42.

<sup>40</sup> *A Semana*, II, p. 95.

*Cacete* – maçante, aborrecedor:

Mostrando aos homens os efeitos de um grande enfado, prova-se-lhes que o tipo do maçante, – ou *cacete*, como se dizia outrora – é dos piores deste mundo, e impede-se a volta de semelhante flagelo.<sup>41</sup>

*Folha* – jornal, periódico:

Uma folha diária, recordando que as quermesses tinham sido fechadas por serem verdadeiros antros de tavolagens, noticiou que começam a reaparecer.<sup>42</sup>

*De truz* – magnífico, ótimo:

Não sei, mas é de truz. Ora, espera, ontem vi-a passar no Catete, de carro, um lindo cupê, cavalos negros, branquejando de espuma que fazia gosto.<sup>43</sup>

*Engrossador, engrossar* – adular, adular:

[...] engrossador, termo recente, de aplicação política, expressivo e que faz imagem, como dizem os franceses. É certo que a clareza deste vem do verbo donde saiu. Quem o inventou? Talvez algum cético, por horas mortas, lembrando uma procissão qualquer...<sup>44</sup>

*Cousas e lousas* – assuntos vários:

Bebíamos chá e falávamos de cousas e lousas.<sup>45</sup>

---

<sup>41</sup> *A Semana*, I, p. 240.

<sup>42</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 229.

<sup>43</sup> *Idem*, p. 282.

<sup>44</sup> *A Semana*, II, p. 232.

<sup>45</sup> *A Semana*, III, p. 22.

*Cartola, chaminé* – chapéu alto:

O mesmo sucederá ao chapéu alto; mas por enquanto há quem celebre o seu primeiro século de existência. Tem-se dito muito mal deste chapéu. Chamam-lhe *cartola, chaminé*, e não tarde *canudo*, para rebaixá-lo até a cabeleira hirsuta de Antônio Conselheiro.<sup>46</sup>

*Carapetão* – mentira, o mesmo que carapeta:

Todos os peixes apodrecem, leitor; não é de admirar que os carapetões de abril, chamado peixes pelos franceses, venham a ficar moídos.<sup>47</sup>

*Dar o bicho* – vencer, sair sorteado:

Venceu o burro. Digo *venceu* para usar do termo impresso; mas o verbo da conversação é dar. Deu o burro, amanhã dará o macaco, depois dará a onça, etc.<sup>48</sup>

*Horizontais* – cortesãs, meretrizes:

Cortesãs, ou o que quer que elas eram em 1847, acabaram horizontais, nome que é, só por si, um programa inteiro, e é mais possível que já lhes hajam dado outro nome mais exato e mais cru.<sup>49</sup>

*Bíblia* – protestante:

O *Cruzeiro* chama ao Dr. Kelly: O BÍBLIA!<sup>50</sup>

*Vossemecê, vosmecê* – vossa mercê, você:

– Pedrinho, vossemecê assim fica cego. [...] Vamos, tome o remédio, deixe-se disso, vosmecê agora é meu filho...<sup>51</sup>

---

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, p. 418.

<sup>47</sup> Idem, pp. 145-146.

<sup>48</sup> *A Semana*, II, p. 313.

<sup>49</sup> *A Semana*, I, p. 50.

<sup>50</sup> *Crônicas*, II, p. 253.

<sup>51</sup> *Histórias sem data*, pp. 26I e 194.

*Peixão* – moça bonita, de belas formas físicas:

Ela não sei donde era, nem diria ainda que soubesse; sei só que era um peixão.<sup>52</sup>

*Pancada* – doido, débil mental:

Está ali, está no hospício. Não se pode dizer que seja travessura, porque não está em idade disso; é pancada.<sup>53</sup>

*Boceta* – caixa para pôr rapé:

Um velho, ainda maduro, aventou uma boceta de rapé. Foi uma alegria universal. Com quê, ainda tomava rapé? No meu tempo, disse o velho sorrindo, era o melhor laço de sociabilidade; agora todos fumam, e o charuto é egoísta.<sup>54</sup>

*Urbano* – policial:

Que um urbano, excedendo o limite legal das suas atribuições, se lembre de por em contato a sua espada com as costas do leitor, é fora de dúvida que o dito leitor bradará contra esse abuso do poder.<sup>55</sup>

*Caju chupado* – pessoa ou coisa sem mais préstimo:

O pobre José Dias está aí para um canto, é caju chupado, não vale nada; agora são os novos, os Escobares...<sup>56</sup>

As palavras, as expressões, surgem, se impõem, se mantêm no tempo, se perdem, outras mais surgem. Tudo numa constante riqueza de comunicação. Todos devem sempre estar atentos e disponíveis a elas. Como ensina a lição ma-

---

<sup>52</sup> *Quincas Borba*, p. 187.

<sup>53</sup> *Iaiá Garcia*, p. 184.

<sup>54</sup> *A Semana*, II, p. 47.

<sup>55</sup> *Crônicas*, IV, p. 34.

<sup>56</sup> *Dom Casmurro*, p. 319.

chadiana. Como o mesmo Machado dissera, a propósito de diferente matéria, mas sempre reconduzível à força e mistério da palavra e da liberdade que elas sabem propor:

[...] fiz tenção de dizer aos moços que não desdenhassem do passado, e aos velhos que não recusassem o futuro. Acrescentaria que a frescura vale a consagração, e a consagração a frescura, e acabaria com esta máxima: — A beleza é de todos os tempos.<sup>57</sup>

A atenção para com a linguagem da cidade em um escritor ligado absolutamente ao valor da escritura demonstra como Machado de Assis se debruçava direta e profundamente sobre o seu ambiente urbano. Poderíamos alargar em maneira indefinida as referências dessa atenção absoluta, mas como medida de moderação expressiva — depois do largo espaço citacional dedicado ao linguajar carioca — usaremos de cautela para as citações das muitas direções tomadas por Machado na observação da vida do Rio.

Começemos, por exemplo, com a sua visão sobre a paisagem e a natureza. Como sempre ele é capaz ao mesmo tempo de síntese e abrangência. Tudo através de um tom de sutil ironia, muitas vezes conduzida até a dimensão da auto-ironia:

[...] os meus dois pólos estão nas Laranjeiras e na Tijuca; nunca passei destes dois extremos do meu universo. Confesso que é monótono, mas eu acho felicidade nesta monotonia.<sup>58</sup>

Ainda que indique os pólos ideais de seu trânsito pela cidade, a verdade é que ele convive certamente com ela no máximo de intensidade. Tal intensidade pode ser verificada principalmente pela sua consciência de que o conhecimento da cidade é possível somente com a integração sem limites. Homem de profunda natureza urbana, Machado sabe que o ser mais profundo da cidade se encontra não naqueles elementos de aparente serenidade, mas na força caó-

---

<sup>57</sup> *A Semana*, I, p. 369.

<sup>58</sup> *Ressurreição*, p. 281.

tica de seu movimento para o crescimento ilimitado. E de transformação: tanto no plano da humanidade, quanto naquele do urbanismo. Por isso ele se coloca tantas vezes no centro da cidade para admirá-la. A Rua do Ouvidor se mostra então o fulcro desse centro. Dali o observador genial recolhe os mais diversos dados, aqueles os mais superficiais da vida mundana, até aqueles outros mais delicados e empenhados da cultura e da política.

Ora, esta rua é o alçapão dos governos. Pela sua estreiteza, é a murmuração condensada, é o viveiro dos boatos, e mais mal faz um boato que dez artigos de fundo. Os artigos não se lêem, principalmente se ao contribuinte parece que tratam de orçamento e de imposto, matérias já de si aborrecíveis. O boato é leve, rápido, transparente, pouco menos que invisível.<sup>59</sup>

Conhecendo bem ruas e bairros, entretanto ele vive sempre o problema dialético quanto à possibilidade do conhecimento total de uma cidade:

Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da Rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés. Nem todos podem dizer que conhecem uma cidade inteira.<sup>60</sup>

Este problema da dúvida do conhecimento completo de um ambiente urbano monumental como aquele do Rio não desvia a atenção machadiana de questões aparentemente menores. Assim, ele está sempre atento às mudanças dos nomes das ruas, e quando as aprova exprime sempre uma posição concreta, de exaltação de valores nacionais, jamais daqueles circunstanciais ou efêmeros:

Os leitores hão de lembrar-se que, por ocasião da morte de Gonçalves Dias, o *Diário do Rio* indicou uma idéia à câmara municipal: a de dar à rua dos Latoeiros o nome do eminente poeta lírico, que ali morou durante muitos anos. [...] Folgamos de ver a municipalidade fluminense tomar a iniciativa de tais reformas; mas desejamos que ela não se

---

<sup>59</sup> *Histórias sem data*, pp. 115-116.

<sup>60</sup> *Esau e Jacó*, p. 7.

detenha nesta. Há outras ruas cujos nomes, tão ridículos e sensaborões como o da rua dos Latoeiros, carecem de reforma igual. As ruas do Sabão, Fogo, Violas, Pescadores e outras muitas podiam trocar os seus nomes por outros que recordassem uma individualidade histórica ou um feito nacional, mesmo independente da circunstância especial que se dá com a ex-rua dos Latoeiros.<sup>61</sup>

Um tal empenho, quase insone principalmente no cronista, faz com que ele se preocupe dos problemas políticos e mesmo daqueles técnico-culturais da economia. Como acontece com o episódio do “encilhamento” que tanto inquietou a vida nacional:

Ontem, querendo ir pela rua da Candelária, entre as da Alfândega e Sabão (velho estilo), não me foi possível passar, tal era a multidão de gente. Cuidei que havia briga, e eu gosto de ver brigas; mas não era. [...] Este é o célebre *encilhamento*.<sup>62</sup>

Assim Machado de Assis se confronta sem fronteiras com a sua cidade. Percorre-a admirando seus muitos monumentos: igrejas, chafarizes; suas praças, e a multidão de veículos que já fazem delas uma das grandes metrópoles do mundo no agitado tempo Oitocentista.

Porém, ainda que intensamente integrado com o seu mundo, Machado não perde oportunidade em criticar os seus problemas e limites. Principalmente quando se trata da higiene pública.

Mas, todas essas críticas são feitas com a consciência que não duvida do futuro. Por isso, muitas vezes o iremos encontrar até mesmo nas vestes do futurologo:

Talvez os homens venham, algum dia, a atulhá-la de terra e pedras para levantar casas em cima, um bairro novo, com um grande circo destinado a corridas de cavalos. Tudo é possível debaixo do sol e da lua. A nossa felicidade, barão, é que morreremos antes.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> *Crônicas*, II, p. 308.

<sup>62</sup> *A Semana*, I, pp. 189-190.

<sup>63</sup> *Isaú e Jacó*, p. 201.



Machado caminha sem cessar pelo seu grande espaço urbano. Admira a arquitetura, tanto a privada, quanto a pública. Ainda que, as mais das vezes, seu interesse mais pessoal procure aquela privada.<sup>64</sup>

Integrando-se na dimensão urbanística e arquitetônica, ele que desde jovem se formou como um crítico de teatro, não se cansa de testemunhar sobre a riqueza dos espaços teatrais da capital do Império, de exaltar os ambientes de espetáculos, assim como de dar notícias da efervescência da vida noturna nos cassinos, dos centros de concertos musicais. E igualmente daqueles outros ambientes do Rio, onde crescia uma das melhores cozinhas do mundo. E de como os cariocas sabiam ser elegantes e cosmopolitas em tais ambientes e circunstâncias.

Assim vastamente tratava Machado de Assis, homem de uma cidade só, do Rio de Janeiro que ele conhecia, mas não cessava de procurar. Nela se integrava e dela jamais perdia a justa dimensão. Por isso, dificilmente poderia sofrer das angústias do personagem Marco Polo, de Ítalo Calvino, nas estórias fantásticas das *Le città invisibili*, quando assim falava de Veneza ao Kublai Kan:

Forse Venezia ho paura di perderla tutta in una volta, se ne parlo.<sup>65</sup>

## ~ Bibliografia

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Americ-Edit, 1943.

ATAÍDE, Tristão de (pseud. de Alceu Amoroso Lima). *Três ensaios sobre Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Ed. P. Bluhm, 1941.

AZEVEDO, Tales de. *O catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro, MEC, 1955.

BARTHES, Roland. *Variations sur l'écriture*. Paris, Éditions du Seuil, 1994 (no tomo II das Oeuvres Complètes, 1966-75).

---

<sup>64</sup> Waldir Ribeiro do Val, no seu livro *Geografia de Machado de Assis* (cf. Bibliografia, abaixo), dedica amplo espaço ao tema.

<sup>65</sup> Ítalo Calvino, *Le città invisibili*, 4ª ed., Einaudi, Turim, 1982, p. 94.

- \_\_\_\_\_. *Le plaisir du texte*. Paris, Éditions du Seuil, 1973.
- BOSI, Alfredo et alii. *Machado de Assis*. São Paulo, Ed. Ática, 1982.
- CÂMARA Jr., José Matoso. *Ensaíes machadianos*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1962.
- CARDOSO, Wilton. *Tempo e memória em Machado de Assis*. Belo Horizonte, Itatiaia Ed., 1958.
- CASTRO, Sílvio. “Il trapezio e la modernità (150 anni della nascita di Machado de Assis)”, in *Il Confronto Letterario*, anno VII, nº 13. Milano, Schena Edit., 1990.
- \_\_\_\_\_. “O trapézio e a modernidade”, in *JL-Jornal de Letras*, Lisboa, 26/12/90-1/1/91.
- \_\_\_\_\_. “Viagem no percurso racional do delírio. Retórica e anti-retórica na narrativa de Machado de Assis”, in *Per Via (Miscellanea di studi in onore di Giuseppe Tavani)*, coordenação de Ettore Finazzi Agrò Roma, Edit. Bulzoni, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Realismo e cosmovisão em Machado de Assis”, in *História da literatura brasileira* (criação e direção de S. Castro), 3 vols., Tomo II, cap. 31, pp. 329-372. Lisboa, Editorial ALFA, 2000.
- CASTRO, Walter de. *Metáforas machadianas: estruturas e funções*. Rio de Janeiro, Edit. Livro Técnico, 1977.
- CASTRO BARRETTO. *Povoamento e população* (Política populacional brasileira). Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1951.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *O mundo social de Quincas Borba*. Porto Alegre, ed. Movimento, 1974.
- COUTINHO, Afrânio. *A filosofia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Ed. Vecchi, 1940.
- \_\_\_\_\_. *A filosofia de Machado de Assis e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Ed. Livraria São José, 1959.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder (Formação do patronato político brasileiro)*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1958.

- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1974.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Análise do “Modelo” brasileiro*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis – tradição e história* (trad. de Sônia Coutinho). Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986.
- GOMES, Eugênio. *Pratas de casa (Ensaio de literatura brasileira)*. Rio de Janeiro, Edit. A Noite, s.d. (1954?).
- GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil (Das origens à extinção do tráfico)*. São Paulo, Ed. Martins, 1949.
- GOUVEA, Fernando da Cruz. *Abolição: a liberdade veio do norte*. Recife, Fund. Joaquim Nabuco, 1988.
- JANKÉLEVITCH, Vladimir. *L’ironia* (tit. orig. *L’ironie*; trad. e notas de Fernanda Canepa). Genova, Ed. il melangolo, 1988.
- JOÃO DO RIO (pseud. de Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas*, org. de Raul Antelo. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1999.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 7 vols. São Paulo, Cultrix, 1977.
- MAESTRI, Mário. *A servidão negra: trabalho e resistência no Brasil escravista*. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1988. (Trad. francesa: *L’esclavage au Brésil*. Paris, Éditions Karthala, 1991; trad. italiana: *Lo schiavo coloniale [Lavoro e resistenza nel Brasile schiavista]*. Palermo, Sellerio editore, 1989.)
- MENEZES, Djacir. (Org., intr. e notas), *O Brasil no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, INEP-MEC, 1957.
- MEYER, Augusto. *Machado de Assis*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1959.
- MIZZAU, Marina. *L’ironia – La contraddizione consentita*. Milano, Feltrinelli edit., 1984.
- MONTELLO, Josué. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Edit. Verbo, 1972.

- MURICY, Kátia. *A razão céptica – Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1988.
- NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. 2ª ed. São Paulo, Edit. Ática, 1995.
- PATI, Francisco. *Dicionário de Machado de Assis*. São Paulo, Rede Editora Latina, 1958.
- PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis*. Ed. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1959.
- PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Estudos literários*. 2ª ed., pref. de Antônio Houaiss e nota de Ivan Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1974.
- PROENÇA, Maria Cândida. *A independência do Brasil (Relações externas portuguesa, 1808-1825)*. Lisboa, Ed. Livros Horizontes, 1987.
- RIEDEL, Dirce Cortes. *O tempo no romance machadiano*. Rio de Janeiro, Ed. Livraria São José, 1959.
- RUSSEL, Bertrand. *Storia delle idee del secolo XIX* (tit. orig. *Freedom and Organisation*, tr. it. de Clara Maturi Egidi), Milano, Arnoldo Mondadori Edit., 1968.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Ed. Livr. Duas Cidades, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo (Machado de Assis)*. São Paulo, Ed. Livr. Duas Cidades, 1990.
- TATI, Miécio. *O mundo de Machado de Assis (O Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis)*. Rio de Janeiro, Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Guanabara, 1961.
- VAL, Waldir Ribeiro do. *Geografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Livr. São José, 1977.
- AA.VV. *Revista do Livro*, nº II. Edição comemorativa do cinquentenário da morte de Machado de Assis, ano III, Rio de Janeiro, 1958.

# Das “Raízes” e seus frutos

REGINA ZILBERMAN

*Me misturo no ventre do mato mordendo raízes.*

Raul Bopp<sup>1</sup>

**É** lugar-comum aproximar *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936, e *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, que aparecera no ano anterior. Ambas as obras procuram entender o Brasil de seu tempo desde o prisma da história da colonização, enfatizando o processo de formação da classe senhorial e suas interações com os povos que participaram da ocupação do território americano, com ênfase no tipo de indivíduo capaz de encarnar o grupo dominante.

Os dois ensaios provinham de intelectuais que, na década anterior ao lançamento de seus respectivos livros, participaram das demonstrações que, após a realização da Semana de Arte Moderna, em 1922, na cidade de São Paulo, vieram a constituir o Modernismo. Sérgio Buarque de Holanda dirigira, com Prudente de Moraes, neto, entre 1924 e 1925, a revista *Estética*, que, no Rio de Janeiro, coloca-

\* Professora  
titular da  
PUC-Rio  
Grande do Sul.

---

<sup>1</sup> Bopp, Raul. *Cobra Norato e outros poemas*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 5.

va-se na posição de porta-voz dos modernistas de São Paulo, difundindo textos de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Guilherme de Almeida, entre outros membros do grupo de vanguarda. Gilberto Freyre tomara parte, com Joaquim Inojosa, do grupo nordestino que reivindicava um modernismo de pendor regionalista, conforme a expressão do manifesto apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, realizado na cidade de Recife, em 1926.<sup>2</sup>

Considerando, pois, a adesão daqueles dois pensadores ao projeto modernista, pode-se afirmar que tanto *Casa-grande & senzala*, quanto *Raízes do Brasil* correspondiam aos esforços de refletir sobre a história e a sociedade brasileira por parte da geração a que eles pertenciam. Colocado em outros termos, representavam a tentativa de superar as interpretações do Brasil que a geração precedente, de extração sobretudo positivista e cientificista, legara à nação. Com efeito, antes de Buarque de Holanda e Freyre, eram as análises de Euclides da Cunha, em *Os sertões* (1902), Manuel Bonfim, em *A América Latina: males de origem* (1905), Alberto Torres, em *A organização nacional* (1914), entre os mais destacados, que falavam pelo país, expressando sua índole e tendências, conforme a visão dos setores hegemônicos da intelectualidade nacional.

Os estudos de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda vieram para contradizer a imagem dominante, propondo interpretação distinta, calcada em outros pressupostos teóricos e, em tese ao menos, mais adequada aos padrões do Modernismo e do Brasil da modernidade.

Quando Sérgio Buarque de Holanda lançou *Raízes do Brasil*, em 1936, sua reputação como crítico literário e jornalista estava consolidada. Dirigira *Estética*, que se apresentava como sucessora da paulista *Klaxon*,<sup>3</sup> participara da difusão e consolidação do ideal modernista da Semana, atuara na imprensa carioca

---

<sup>2</sup> Cf. Teles, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e Modernismo brasileiro*. 4<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Vozes, 1977.

<sup>3</sup> Cf. Silva, Mario Camarinha da. "Glossário de homens e coisas da *Estética*". In *Estética: 1924/1925*, edição fac-similada. Apresentação por Pedro Dantas. Rio de Janeiro, Gernasa, 1974.

e já estivera na Europa, na qualidade de correspondente de *O Jornal*, do Rio de Janeiro, tendo residido por algum tempo na Alemanha, onde acompanhou a ascensão do nazismo. A erudição que revela no livro de 1936 não causa estranheza, pois, nas resenhas e críticas de jornal lançadas na década anterior, evidencia grande cabedal de leituras, não apenas dos contemporâneos latino-americanos, mas de europeus franceses, ingleses e italianos.<sup>4</sup>

No ano de lançamento de *Raízes do Brasil*, que fora precedido, em 1935, pelo ensaio “Corpo e alma do Brasil”, colocado na revista *Espelho*, Sérgio Buarque de Holanda lecionava na Universidade do Distrito Federal, a convite do companheiro de *Estética*, Prudente de Moraes, neto, diretor da Faculdade de Filosofia e Letras. A obra, sua primeira publicação em livro, mostra o intuito de entender o Brasil de seu tempo desde a perspectiva da formação do país, abrindo o ciclo de estudos interpretativos que tomam a história como base e que se estende até o final da década de 50, tendo entre seus expoentes mais destacados Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Celso Furtado e Antonio Candido.<sup>5</sup>

No ano em que o livro apareceu, o Brasil passara por revoluções recentes: a de 1930 instalara Getúlio Vargas no poder, e a de 1932, em São Paulo, tentara desalojá-lo (ou, ao menos, desafiar seu poder), sem sucesso. A de 1935, que o governo chamou pomposamente de Intentona Comunista, frustrara-se antes de eclodir, acabando por servir aos propósitos ditatoriais de Vargas, que, contudo, ainda não dera o golpe definitivo, ocorrido em 1937 e fadado a garantir-lhe as rédeas do Estado Novo até 1945.

O Brasil parecia viver um intervalo político, pois o presidente do país tinha sido eleito, só que por uma Assembléia Constituinte, em 1934, após ter sido

---

<sup>4</sup> Em *O espírito e a letra*, obra organizada por Antonio Arnoni Prado, pode-se verificar a trajetória do crítico literário Sérgio Buarque de Holanda. Os dois volumes da coletânea reúnem estudos produzidos entre 1920 e 1959. Cf. Holanda, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra. Estudos de Crítica Literária*. Organização, introdução e notas por Antonio Arnoni Prado. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>5</sup> De 1942, é *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior; de 1958, *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*, de Raymundo Faoro; de 1959, são *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*, de Antonio Candido, e *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado.

anunciado o sufrágio direto, que acabou não se cumprindo. E, em 1936, Getúlio Vargas já se mantinha há quase seis anos no poder, com garantia de, pelo menos, mais dois. A democracia podia aparecer no horizonte dos homens públicos, se eles falassem dela; mas, na prática, o discurso não se concretizava, buscando-se razões plausíveis para protelar sua implementação.

A Europa não vivia situação melhor: a Alemanha, onde Sérgio Buarque de Holanda residira e estudara no começo de 30, estava sendo liderada pelo Partido Nazista, comandado por Adolf Hitler, o chanceler em quem a direita confiava. A Itália era dominada pelo fascismo desde os anos 20, e os dois partidos, por compartilharem princípios similares, pensavam em aproximar-se, aliança em vias de se efetivar naqueles anos entre 1935 e 1937. Mesmo a União Soviética não entusiasmava os intelectuais não estreitamente alinhados com o Partido Comunista, pois Stálin iniciava, naquele período, os expurgos que excluiriam toda e qualquer voz de oposição.

Falar em democracia, em 1936, era provavelmente um ato de coragem e de idealismo. Mas essa palavra está presente em *Raízes do Brasil*, e talvez tenha sido em seu nome que o livro foi redigido.

## ~ I. Por que *raízes*?

A busca das raízes é um projeto caro aos intelectuais brasileiros provavelmente desde o Romantismo, na metade do século XIX. Graças a esse anseio, funda-se a historiografia brasileira, incluindo a da literatura, ambas com a tarefa de narrar uma fundação – a da pátria e a da poesia, que, seguidamente, até se confundem, já que à segunda cabe corporificar a nacionalidade de que a primeira seria expressão política.

A historiografia romântica depende de um olhar retrospectivo, cujo foco daria no estabelecimento de um começo. Que poderia ser a raiz, mas que é designado *fonte*.



O termo está presente em vários historiadores, remontando provavelmente ao estudo do francês Ferdinand Denis, que viveu na Bahia antes da Independência e que, depois de essa estar assegurada, escreveu, entre outras obras relativas à América e, em especial, à ex-colônia portuguesa, o *Resumo de história literária do Brasil*, publicado em Paris em 1826. Ali, Denis formula a sugestão de que nossos escritores fossem em busca de fontes verdadeiras e que legitimamente pertencessem a nosso povo, para terem condições de criar uma poesia autêntica. A frase impregnou profundamente o imaginário dos letrados do Romantismo, ao propor:

O Brasil, que sentiu necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe haviam imposto a Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo.<sup>6</sup>

Encontrar essa fonte tornou-se a meta do Romantismo, adotada com ardor, por exemplo, por Joaquim Norberto de Sousa Silva, que, no “Bosquejo da história da poesia brasileira”, ensaio introdutório às suas *Modulações poéticas*, de 1841, repete as palavras de Ferdinand Denis: “O Brasil conhecia também a necessidade de ir beber suas inspirações poéticas à fonte que lhe verdadeiramente pertence.”<sup>7</sup>

*Fonte* é, pois, tanto origem, quanto originalidade, emanção intocada por influências que possam conspurcá-la e comprometê-la. Na formulação de Pereira da Silva, contemporâneo de Joaquim Norberto e responsável por “Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira”, que abre o *Parnaso Brasileiro*, coligido em 1843, a poesia constitui a própria fonte, sustentando,

---

<sup>6</sup> Denis, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Trad. e notas de Guilhermino César. Porto Alegre, Lima, 1968, p. 30.

<sup>7</sup> Silva, Joaquim Norberto de Sousa. “Bosquejo da história da poesia brasileira”. In *Modulações poéticas*. Reproduzido em: Zilberman, Regina e Moreira, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1998, p. 135.

aparentemente sem qualquer ajuda, a possibilidade de o Brasil firmar a diferença que todos buscam. Por isso, ele pode afirmar que “a poesia é uma fonte perene de delícias que brota no Brasil”,<sup>8</sup> como que naturalizando a produção poética nacional, porque a origem dessa não é humana, e sim natural, dada sua espontaneidade, e quase divina, dado seu teor paradisíaco.

É, porém, Macedo Soares, crítico literário atuante na segunda metade do século XIX, que estabelecerá o vínculo entre a *fonte* enquanto elemento da natureza sugestivo da origem, e a busca da nacionalidade, tarefa adotada pelos românticos. Diz o crítico, no ensaio em que apresenta os poetas de sua geração que teriam concretizado aquela meta: “Nas associações literárias, discutem-se os elementos da nacionalidade da literatura, as fontes de vida da arte.”<sup>9</sup>

Essas *fontes de vida da arte* foram também matéria da pesquisa modernista que, inaugurada na década de 20, avançou inicialmente na direção do progresso, de que dá testemunho o Manifesto da Poesia Pau-Brasil, depois na direção da primitividade mais radical, a da “*Revolução Caraíba*”, que Oswald advoga no Manifesto Antropófago<sup>10</sup> e que Raul Bopp traduz no poema *Cobra Norato*.

Essa obra, que aparece no começo da década de 30, é narrada por um sujeito que se apresenta em primeira pessoa, formulando o desejo de “morar nas terras do Sem-Fim”. Para isso, precisa adentrar-se no mato, a cujo ventre se mistura, “mordendo raízes”.<sup>11</sup> É onde ele se some, “sem rumo”,<sup>12</sup> deparando-se com uma natureza primitiva e intocada, ainda que antropomorfizada, conforme sugere a imagem das “raízes desdentadas [que] mastigam lodo”,<sup>13</sup> encontradas ao longo do caminho do eu lírico.

---

<sup>8</sup> Silva, João Manuel Pereira da. “Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira”. In *Parnaso brasileiro*. Reproduzido em: Zilberman, Regina e Moreira, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1998, p. 162.

<sup>9</sup> Soares, Antônio Joaquim de Macedo. “Prefácio”. In *Harmonias brasileiras*. Reproduzido em: Zilberman, Regina e Moreira, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1998, p. 274.

<sup>10</sup> Cf. Teles, Gilberto Mendonça. Op. cit., p. 293-300.

<sup>11</sup> Bopp, Raul. Op. cit., p. 5.

<sup>12</sup> Id., p. 8.

<sup>13</sup> Id., p. 13.

*Raízes* apresenta-se, pois, na condição de elemento da natureza representada desde sua primitividade e autenticidade. A natureza serviu, entre os românticos, para corporificar a nacionalidade, que, assim, expressavam sua adesão à poética do período, que atribuía especial importância à cor local. Desde Ferdinand Denis, já citado, e Almeida Garrett, na mesma época, pioneiros da historiografia da literatura em língua portuguesa, que tiveram grande repercussão entre os intelectuais brasileiros da primeira metade do século XIX, averigua-se, nas produções poéticas, onde teriam os escritores manifestado as peculiaridades do espaço brasileiro, que conferiria distinção e especificidade às suas obras. A Antropofagia propôs nova interpretação à questão, entendendo natureza não apenas como o espaço intocado pela civilização, mas também como o primevo, primordial e até bárbaro, de todo modo original e, principalmente, indomado, logo, próximo ao instintivo e inconsciente, que a psicanálise descobrira no final do século XIX e difundia nas primeiras décadas do vinte.

Buarque de Holanda apropria-se da palavra para inseri-la à história. Contudo, ele se recusa a naturalizar a história ou a confundi-la com o momento da fundação. Procura estabelecer uma tradição, descobrindo continuidade entre o passado e o presente, sendo essa, conforme se disse, a principal matéria de sua reflexão. O resultado é que as “raízes” se mostram históricas, logo, dependentes do tempo e da organização da sociedade. Com isso, como ocorre no poema de Raul Bopp, elas se antropomorfizam, já que se vinculam ao humano. Nesse sentido, Buarque de Holanda inverte a tendência à importação de metas românticas, que o Modernismo muitas vezes incorporou, ainda que as reclassificasse sobretudo por intermédio da paródia e da ironia, sem deixar de ser fiel à prática instalada pelos participantes daquele movimento, com os quais se identificou desde os primeiros anos da década de 20.

A escolha do título aponta, portanto, para a retomada de uma preocupação, cujas bases podem se situar nas primeiras décadas do século XIX. Mas o tratamento a ser dado pelo autor parece desmentir a trajetória a qual se associa, uma vez que rejeita o pendor nativista com que a questão vinha sendo abordada.

Patenteia-se a rejeição, quando, na primeira página e no parágrafo de abertura, o autor declara: “Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.”<sup>14</sup>

A anotação, de impacto, precisa ser cotejada ao título da obra para ser entendida. Desterrados não têm raízes locais, ou, pode-se pensar, constituem planta transplantada. E é do transplante – da Europa para a América; da Península Ibérica para a América Latina; de Portugal para o Brasil – que a obra tratará.

Referindo-se às raízes, o Autor tratará de sua falta, razão por que o capítulo final lida com perspectiva para a atualidade e o futuro. *Raízes do Brasil* não é obra passadista, o autor não se apresenta como um antiquário, nem ele vai atrás da história para nos oferecer um passado. Ainda que, à primeira vista, lide com a continuidade entre esse tempo e o presente, apóia-se numa ausência. E é atrás da explicação para tal carência que caminha o pesquisador Sérgio Buarque de Holanda, misturando-se “no ventre do mato [e] mordendo raízes”.

## ~ 2. Sete capítulos

*Raízes do Brasil* contém apenas sete capítulos, em que o autor procura descrever, em linhas gerais, o processo de ocupação e colonização do território americano. Em várias oportunidades, contrapõe o que ocorreu na América portuguesa ao que se passou em terras dominadas pela Espanha. Recorre, algumas vezes, ao exemplo da Inglaterra, tanto para aproximá-lo do que se acontecia em Portugal, quanto para cotejar a ação dos ingleses na parte norte da América à dos ocupantes da região localizada ao sul do Equador.

As comparações não têm como objetivo a proposição de hierarquias, acostumadas a apontar que regiões foram colonizadas com mais competência, que nacionalidade mostrou-se superior ou obteve melhores resultados. O intuito delas é apresentar dados fatuais, que ajudem a entender as questões discutidas e levem à formulação de conclusões.

---

<sup>14</sup> Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4<sup>a</sup> ed. revista pelo autor. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 3.

Nesse sentido, o capítulo primeiro confronta Espanha e Portugal no que diz respeito ao comportamento de membros da aristocracia – os espanhóis aparecem como sobranceiros,<sup>15</sup> os portugueses mostram-se mais terra-a-terra – mas aproxima-os no que se refere à atitude perante o trabalho, afirmando que, em ambos os casos, “a moral do trabalho representou sempre fruto exótico”.<sup>16</sup> O quarto capítulo, por sua vez, opõe o processo de colonização espanhol e português desde o modo de construção da malha urbana – retilínea e ordenada, no caso dos castelhanos, aleatória e desordenada, entre os lusitanos. Interpretando esse fator, Buarque de Holanda não o considera cultural, como fizera no capítulo de abertura, e sim político: os espanhóis contavam fixar-se no novo espaço, assegurá-lo por meio da conquista – razão por que não elegem o litoral como lugar para a fundação de cidades – e europeizá-lo por meio da instalação de universidades e introdução da imprensa, ainda durante o século XVI; enquanto que os portugueses, que se localizam em portos marítimos e impedem, até o século XIX, a introdução da imprensa e o ensino superior, entendem a colônia como lugar de passagem, de extração de riquezas, não de enraizamento.

A comparação com a Inglaterra serve para aproximar os povos inglês e português no que diz respeito ao quesito ‘envolvimento com o trabalho’, contrariando teses de Max Weber, que entendia serem os protestantes – como os anglo-saxões – mais dedicados às atividades empresariais e de labuta que as populações de formação católica.<sup>17</sup> Por seu turno, contrapõe o processo político ocorrido na América Hispânica e no Brasil, no século XIX, para entender a natureza do caudilhismo, de um lado, e do liberalismo, de outro. Graças ao quadro desenhado, tem condições de firmar posição quanto às alternativas oferecidas ao processo de democratização de nosso país, conforme o qual se

---

<sup>15</sup> Cf. Holanda, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 5.

<sup>16</sup> Id., p. 13.

<sup>17</sup> Cf. Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, Pioneira; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

verifica a necessidade de superar a “antítese liberalismo-caudilhismo”,<sup>18</sup> que tratará no capítulo final.

Por meio da comparação ou da informação histórica, Sérgio Buarque de Holanda vai armando um mosaico, de onde extrai uma imagem, cujos traços correspondem à sociedade brasileira, entendida desde o ponto de vista de seu comportamento.

No primeiro capítulo, chama a atenção para um princípio político, o da obediência, que considera herança portuguesa. No segundo, em que parte da formulação de dois protótipos, o do aventureiro e o do trabalhador, por intermédio dos quais enxerga o processo de ocupação do território americano, destaca outras características portuguesas que acabaram por se imprimir em nossa civilização:

– a desimportância do trabalho, matéria tratada no capítulo inicial, quando da comparação entre espanhóis e lusitanos;

– a inexistência de hierarquias, remontando, no caso português, à Idade Média, quando foi possível a revolução burguesa, comandada pelo Mestre de Avis, e o começo da aventura marítima que culminou com os descobrimentos do final do século XV, matéria essa abordada no capítulo de abertura;

– a adequação racial e a ausência de preconceitos étnicos, facilitando a miscigenação, fenômeno verificável não apenas na América, mas igualmente na Europa, quando Portugal iniciou a aproximação territorial e conquista da África atlântica;

– a maleabilidade da língua portuguesa, decorrente de sua sonoridade e vocalidade, facultando sua aprendizagem pelos indígenas americanos e negros africanos, ao contrário do que se passou, por exemplo, nas regiões ocupadas pelos holandeses, falantes de uma língua mais consonantal, de difícil reprodução.

Os resultados do transplante cultural português vão aparecer a partir do capítulo terceiro, que caracteriza o que o Autor chama de “herança rural”. A colonização portuguesa lega-nos uma civilização de base rural, sustentada no modelo da família patriarcal:

---

<sup>18</sup> Holanda, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 175.

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida.<sup>19</sup>

Buarque de Holanda conclui que o ruralismo mantém um “predomínio esmagador” que resulta do “esforço de nossos colonizadores”, e não da “imposição do meio”.<sup>20</sup> E sua presença não se limita ao âmbito doméstico, impregnando a vida política e apresentando-se como forma de governo. A relação campo-cidade estrutura-se igualmente a partir dessa “herança rural”, porque é a realidade da fazenda e de seus proprietários, cujo poder é absoluto, que determina a formação urbana, esta refletindo aquela e não o contrário. Não por outra razão o capítulo subsequente, em que aparecem outros dois protótipos humanos, os do “semeador” e do “ladrilhador”, examina o desenho das cidades, conforme seus criadores culturalmente diversos – o espanhol e o lusitano – moldaram-no.

O quinto capítulo parece constituir o ponto de chegada da investigação de Sérgio Buarque de Holanda, pois trata do tema que popularizou suas reflexões, a saber, o “homem cordial”. A expressão, devida, conforme o Autor, a Ribeiro Couto, que a teria empregado em correspondência a Alfonso Reyes, é, desde o início, controversa, pois pode dar margem a significações indesejadas por Buarque de Holanda.

Este, porém, tem posições muito claras a respeito, e a apresentação do tema não se ressent de falta de coerência ou sentido. Seu ponto de partida é a tragédia de Sófocles, *Antígona*, em que se traduzem as diferenças irreconciliáveis entre a ordem da família, representada pela protagonista, e a do Estado, encarnada em Creonte, antagonista e tio da moça que deseja enterrar o irmão inimigo de Tebas, apesar da proibição do governo vigente.

---

<sup>19</sup> Holanda, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 73-74.

<sup>20</sup> Id., p. 83.

Sófocles não toma partido, enquanto desenvolve o drama do choque entre duas razões, ambas aceitáveis em seus respectivos contextos. Mas Sérgio Buarque de Holanda sabe que uma elimina a outra:

Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade.<sup>21</sup>

A se julgar pelo que o Autor escrevera até esse momento de sua obra, nada mais diferente da situação brasileira. Contudo, a passagem não se faz de modo imediato e automático. Pelo contrário, Holanda vai em busca da história européia, para verificar como a ordem anônima e pública do Estado foi-se impondo nas sociedades modernas.

Só então chega ao Brasil, para concluir que, entre nós, deu-se processo diverso:

Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade.<sup>22</sup>

Poucas linhas adiante, o pesquisador é peremptório: “As relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós.”<sup>23</sup> Nesse sentido, o Brasil se diferencia, propiciando a elaboração de um conceito *sui generis*, a ser incorporado à história das idéias – o de “cordialidade” que, conforme nota de rodapé em que Buarque de Holanda procura explicar suas concepções, procede “da esfera do íntimo, do familiar, do privado”.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> Id., p. 129.

<sup>22</sup> Id., p. 136.

<sup>23</sup> Id., *ibid.*

<sup>24</sup> Id., *ibid.* (nota 140).



O Brasil não colabora apenas com o conceito; segundo Sérgio Buarque, “daremos ao mundo o ‘homem cordial’”, contribuição transmitida à “civilização”.<sup>25</sup> Trata-se de um “traço definido do caráter brasileiro”, em que estão presentes “a lhaneza, no trato, a hospitalidade, a generosidade”,<sup>26</sup> traço de que resulta uma ética:

O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade.<sup>27</sup>

E que supõe um comportamento – o “horror às distâncias”.<sup>28</sup>

A *cordialidade* parece um achado inspirador: corresponde a uma das aspirações do Modernismo, movimento que vai em busca de especificidades nacionais, e Sérgio Buarque nos fornece uma, entranhada no “espírito brasileiro”.<sup>29</sup> Há um Macunaíma em cada brasileiro, confirmando o diagnóstico de Mário de Andrade no livro dominado por aquela personagem, que apresenta os componentes da cordialidade. Lhaneza, hospitalidade e generosidade podem não comparecer todas juntas na composição do protagonista da rapsódia andradina, mas seu mundo é determinado pelo universo familiar: são seus irmãos que reúnem as diversas etnias formadoras da nacionalidade, o primeiro deslocamento do herói é motivado pela morte da mãe, o segundo, que o conduz a São Paulo e preenche a maior parte da narrativa, decorre da perda da muiraquitã, lembrança de Cy, a amada morta.

Sérgio Buarque, contudo, não se deixa levar pelo canto de sereia da cordialidade. Ainda que as marcas desse traço de caráter possam parecer positivos, o pesquisador não os aprova, porque, embora peculiares à nossa formação e trajetória histórica, constituem resíduos de uma estrutura anacrônica, herdada da

---

<sup>25</sup> Id., *ibid.*

<sup>26</sup> Id., p. 136-137.

<sup>27</sup> Id., p. 140.

<sup>28</sup> Id., p. 141.

<sup>29</sup> Id., p. 141.

colonização. Não, porém, que o Autor sonhe com a modernidade impessoal descrita por Max Weber, típica das sociedades massificadas examinadas pelo filósofo alemão.

Pelo contrário, aspira a “novos tempos”, de que emergirá “nossa revolução”, títulos dos dois últimos capítulos da obra e matéria de seu principal objetivo – a reflexão sobre o Brasil contemporâneo e sobre as alternativas políticas oferecidas à nação.

### ~ 3. Ideário político

“Novos tempos”, ao contrário do que o título sugere, não lida com promessas de futuro, e sim com a revisão do processo revolucionário brasileiro, ocorrido na passagem do século XIX para o XX. Examinando os movimentos revolucionários do dezenove – como o de 1817, no Nordeste, a Independência, em 22, a Abolição, em 88 – chama a atenção para o papel catalisador dessa última, momento efetivo de ruptura da velha ordem colonial para a perspectiva moderna.

Rejeita, contudo, a noção de que os dirigentes, intelectuais e políticos, que atuaram nesses movimentos tenham sido modernizadores ou revolucionários. A cada passo, lembra a permanência de similar atitude por parte dos grupos intelectuais hegemônicos: o bacharelismo, a cultura livresca, permanentemente propensa a se alimentar, “ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes”, sustentando, “simultaneamente, as convicções mais díspares”.<sup>30</sup> Eis por que o Positivismo teve tanto sucesso no Brasil, mas seus adeptos não divergiram dos românticos do começo do século XIX, caracterizados pela “superafetação”<sup>31</sup> e pela inautenticidade de idéias e propósitos. Buscando um representante que sintetize esse comportamento, recorre ao exemplo do Imperador Pedro II, cujo gosto pelos livros não parecia ser movido pelo seu conteúdo, e sim pela aparência, forma e efeito daqueles.

---

<sup>30</sup> Id., p. 145.

<sup>31</sup> Id., p. 156.

Paradoxalmente à primeira vista, a revisão da história não leva à descoberta de modelos que possam servir de paradigma. Assim como rejeitara a estrutura da sociedade rural, com seus reflexos no comportamento dos brasileiros, o mais impactante sendo o *homem cordial* enquanto produto, Buarque de Holanda recusa a tradição cultural de que, supostamente, ele mesmo é fruto.

Ainda aqui fala o modernista, alinhado aos propósitos de 22, não pelo lado da demolição, mas pelo ângulo do desejo de fundação de uma cultura inovadora e autêntica, descontínua porque mais comprometida com a mudança e a revolução.

Não causa espanto, pois, que o último capítulo empregue essa última palavra no seu título. *Revoluções* vinham sendo marca das últimas décadas, fosse no plano político internacional – haja vista a revolução bolchevique – e nacional, já que os opositores de 30, que derrubaram Washington Luís, bem como os adversários de Getúlio, em 32, autodesignavam-se revolucionários. Fosse, por outro lado, no plano artístico, já que os modernistas de São Paulo, e seus seguidores por várias partes do país, acreditavam-se encarregados de alterar profundamente – logo, revolucionar – a arte brasileira, em seus diferentes gêneros.

Comprometido com o componente revolucionário de 22, mas adverso às revoluções políticas que haviam resultado em tomada do poder – a dos bolcheviques, a dos fascistas e a dos nazistas, na Europa; a de Vargas, no Brasil – Sérgio Buarque de Holanda vai em busca de uma alternativa válida simultaneamente para o país e para seus próprios ideais.

O caminho passa, como acontecera em todo o transcurso de *Raízes do Brasil*, por uma retomada da história, facultando ao escritor examinar as mudanças políticas brasileira, em comparação com processo ibero-americano. O percurso histórico permite-lhe concluir que a primeira medida é superar a “antítese liberalismo-caudilhismo”,<sup>32</sup> que, a seu ver, marca a tradição latino-americana. Apoiado na recusa do passado, pode formular projeções para o futuro:

---

<sup>32</sup> Id., p. 175.

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.<sup>33</sup>

Pode-se verificar em que medida Sérgio Buarque rejeita terminantemente o passado que procurou reconstruir ao longo dos capítulos anteriores de seu livro. Seu anseio é de que “a velha ordem” seja revogada, levando consigo provavelmente boa parte da personagem que gerou, o *homem cordial*. Consta-se, por sua vez, que o autor está igualmente recusando a atualidade política, porque percebe nela a permanência dos “fundamentos personalistas” e “aristocráticos”, estes menos evidentes, que cabe suplantare. Portanto, não apenas se dá conta da continuidade entre a herança colonial e o momento presente, apesar de este se apresentar como mudança e revolução, como identifica os traços individualistas, de culto à personalidade, que o regime vigente acata e que se manifestarão de modo mais visível nos anos subseqüentes à publicação de *Raízes do Brasil*.

Deparando-se com a ascensão de um sistema autoritário e ditatorial, articulado, de alguma forma, à tradição brasileira, mas digno de rechaço por parte do pesquisador, Sérgio Buarque almeja chegar a uma outra situação, em tudo diversa. Colocando-se na contramão do regime, acredita ser possível a transformação, não por negar o passado, mas por encontrar nele elementos que possam contribuir para se chegar ao ideal pretendido.

É o que expressa de modo muito evidente:

---

<sup>33</sup> Id., *ibid.*

Apesar de tudo, não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos.<sup>34</sup>

As razões encontram-se nos traços que destacou desde o início de sua exposição:

- repulsa à hierarquia, herdada da colonização;
- permeabilidade a “certas influências novas”;<sup>35</sup>
- “a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor.”<sup>36</sup>

Mesmo a cordialidade pode ser benéfica, se canalizada para fins desejáveis, conforme escreve Buarque de Holanda: “O nosso ‘homem cordial’ encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da democracia liberal.”<sup>37</sup>

## ~ 4. De raízes e frutos

*Raízes do Brasil* inscreve-se num período histórico em que os intelectuais modernistas detinham um *status* e reconhecimento público que lhes facultava elaborar estudos de interpretação da história e da nacionalidade. O momento era-lhes favorável do ponto de vista cultural: o Modernismo, pelo qual tinham combatido, consolidava-se, mas ainda não estava canonizado, de modo que seus líderes podiam continuar a se articular à vanguarda, embora já não pudessem ser considerados rebeldes e marginais. Por sua vez, a sociedade se modernizava, graças ao crescimento urbano e aos esforços de industrialização.

Politicamente, porém, o Brasil e o Ocidente ressentiam-se de uma guinada à direita, de que resultaria a guerra, o holocausto, bem como todo o tipo de perseguição, fosse a política, a religiosa, a étnica e a de gênero. Aos intelectuais e artistas cabia a tomada de posição, para além da rebeldia e marginalidade dos

---

<sup>34</sup> Id., p. 180.

<sup>35</sup> Id., *ibid*

<sup>36</sup> Id., *ibid*.

<sup>37</sup> Id., p. 181.

anos 20, quando havia lugar para a euforia, fosse porque todos eram mais jovens, fosse porque o capitalismo ainda não tinha sofrido os baques e contradições a serem experimentados após 1929 e, sobretudo, após as ditaduras que, nos anos 30, se viam ameaçadas.

*Raízes do Brasil* corresponde a um desses trabalhos de revisão da história, com o objetivo de entender o passado e definir-lhe os traços de identidade. Mas não perde de vista a atualidade, que quer compreender, interpretar e oferecer alternativas. O compromisso com o Modernismo de 22 foi decisivo para a composição da obra, porque lhe forneceu alguns paradigmas notáveis, de um lado, para que pudesse se posicionar na margem e, desde esse ponto, contemplar o quadro; de outro, para que tivesse condições de mergulhar no passado, ir atrás de suas raízes e retirar delas o que fosse frutífero.

Graças a esses paradigmas, foi modernista e nacionalista, conforme a pesquisa lhe propiciava. Mas foi sobretudo um contestador do passado que redescobria, porque, coerente com o propósito do movimento que abraçara, almejava o novo, logo, uma sociedade renovada, liberta dos entraves que impediam a implantação do ideal democrático.

É em nome desse que o livro se faz, e as *raízes* que valoriza são as que proporcionam os frutos com que sonha. Frutos que amadurecem enquanto a sociedade não perder oportunidade de refletir sobre si mesmo, como igualmente almeja a obra de Sérgio Buarque de Holanda.

# A paisagem lírica de Emílio Moura

FÁBIO LUCAS

Os poemas de Emílio Moura reunidos em *Itinerário poético* (1956) constituem a peça básica para se conviver com o poeta. Ele expurgou algumas produções de obras anteriores e desprezou outras tantas publicadas em revistas, suplementos literários e jornais do país e do exterior. E concluiu que naquela coleção estava a sua “obra poética” até àquela data.

Era muito escrupuloso em relação à literatura, de gosto exigente. Tinha exagerado controle dos seus trabalhos. Manifestava certo pudor de falar de si, preferindo sempre dizer da obra de outros poetas que estimava.

Meu propósito aqui é buscar a formação do poeta e discutir sua projeção no meio em que atuou.

Um escritor, é sabido, vai-se construindo aos poucos e, para estruturar-se, necessita saltar variados obstáculos. Internamente, depende de talento, aprendizagem e pertinaz vontade.

\* Doutor em Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, especializou-se em Teoria da Literatura. Autor de 40 obras de Crítica Literária e Ciências Sociais, entre as quais *Razão e emoção literária* (1982), *Vanguarda, história e ideologia da literatura* (1985), *Do barroco ao moderno* (1989), *Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII* (1999), *Murilo Mendes, poeta e prosador* (2001).

Ao mesmo tempo, como a obra de arte é um apelo incontível, precisa do reconhecimento para que se torne pública. Parceiros do escritor apresentam-lhe as primeiras motivações. Todo escritor tem necessidade de escutar o eco de seu trabalho. Passada a via do reconhecimento entre os íntimos, deseja o autor lançar-se ao grande público. Busca repercussão.

O poeta Emílio madrugou na sua arte. Vamos nos ater à arte poética, deixando a prosa para outra ocasião, já que chegou a escrever artigos de crítica, criou intensa expectativa de completar um ensaio sobre Alphonsus de Guimaraens, deixou pronto um livro de pensamentos, com o título de *À sombra das horas*, e anunciou um romance.

Seus primeiros poemas, conforme confessa, datam dos quinze anos. E daí por diante esteve cada vez mais sintonizado com as mudanças que o mundo experimentava. Tudo isso sem falar no desenhista e escultor.

Homem interiorano de aguda sensibilidade, soube aprofundar como ninguém os laços afetivos. Subjetivamente, como aspiração, erguia um castelo de relações cordiais, com base na doçura e no entendimento. Um dia, relatou-me uma das suas utopias: cada pessoa deveria nascer com uma senha. E onde quer que a gente fosse somente deveria procurar quem tivesse o mesmo prefixo que o nosso. Não haveria discórdia, dizia ele. Tal era o seu gênio.

Comoveu-me conhecer a imagem de seu pai através de alguns depoimentos. Agrimensor, saía para terras distantes a cavar trabalho. Quando podia, pois em muitas localidades não existia agência de correio, escrevia à mulher dando conta de sucessos e aperturas, num tom de austeridade e carinho.

O sonho de Eloy de Moura Costa era dar educação superior a Emílio, a fim de que este ajudasse na criação dos irmãos.

O episódio da formatura do filho é tristemente ilustrativo. Ao receber o convite do filho, juntamente com recortes de jornal de Belo Horizonte, em que Emílio aparecia em destaque, como escritor, encheu-se de alegria tal que se tornou inseparável daqueles papéis.

E, para aquecer a emoção carinhosa, dormiu com aquele sonho debaixo do travesseiro. Colocara tudo ali, alegando que era para ler as notícias melhor, na



manhã seguinte. E daquele sonho não regressou mais: faleceu durante a noite, conferindo involuntariamente um toque fúnebre à festa de formatura do filho.

O acontecimento repercutiu entre os amigos. Destaco uma carta de Gustavo Capanema, um dos correspondentes mais ternos do poeta. Da primeira roda de amigos de Belo Horizonte, creio que Capanema tenha sido o mais confidencial e espontâneo junto ao Emílio. Inicia a carta de pêsames com “meu amado Emílio”. E, em certo momento, registra este depoimento acerca do pai do poeta: “Eu gostava dele, pela sua superioridade. Sempre o admirei pela bondade do coração, pela honradez da vida interior, pela sobriedade das atitudes, pela serenidade das ações, por todo um conjunto de qualidades grandes e belas, cuja harmonia forma o tecido da alma dos homens que nós chamamos cépticos, mas cépticos no sentido mais nobre da palavra. Dele você herdou uma porção de sentimentos e de maneiras, que fazem de você uma das criaturas mais altas e puras, que tenho encontrado na vida. Eu gosto de você muito, pelo que você tem de seu pai.” E conclui a carta: “Você será como ele. Você, que é para nós uma das mais belas expressões da mocidade de nosso tempo.” (Carta de 17/3/1929)

A coluna de sentimentos que Emílio foi erguendo na linha paterna completa-se com o nascimento do primeiro filho, Carlos Eloy Portugal Moura.

“Carlos”, para lembrar Carlos Drummond de Andrade, padrinho de outro filho de Emílio, Carlos Alberto; “Eloy” para evocar o pai do poeta, falecido; “Portugal” provém da esposa, Guanayra.

Sobre os filhos, Emílio Moura estendeu uma colcha protetora de carinhoso convívio. Educado na rígida escola da prepotência patriarcal, era-me lição sentir o relacionamento de Emílio com os quatro filhos. Corria por ali um manso regato de suavidade e compreensão.

Tenho guardada comigo uma carta, muito digna, de Carlos Eloy a seu pai. No envelope, em letras garrafais, vejo “Papai”. Lá dentro uma comovente mensagem. Emílio havia dado um relógio ao filho e este o perdera. Interpelado, inventou ter deixado o presente paterno em casa de um amigo. Mas se arrependeu da própria conduta e pede perdão ao pai. Melhor transcrever o texto,

que fala por si: “Parecer-lhe-á estranho, não dizer pessoalmente ao senhor o que vou dizer abaixo. Não adianta mais continuar com mentiras como eu estava fazendo. Acerca do relógio perdi-o há bastante tempo, e não disse ao senhor, somente por ser ele um presente que havia me dado. Foi assim que inventei que o havia deixado na casa de Paulinho. Como disse acima, não fui dizer ao senhor pessoalmente, por causa da mentira que lhe disse e sentir-me-ia envergonhado perante o senhor. Peço-lhe o favor, não comente isso com os manos, na minha presença, pois nunca me senti tão envergonhado de tal. Peço-lhe perdão. Seu Carlos Eloy.”

O traço mais saliente das ligações familiares de Emílio pode ser encontrado nos livros publicados. O primeiro, *Ingenuidade*, é dedicado “à memória de meu pai”. E contém o poema “À sombra de meu pai”, comovedora lembrança da serenidade do genitor. *Canto da hora amarga*, por sua vez, é oferecido “a minha mãe” e “à memória de Alberto Campos”.

Mais tarde, o poema “A casa” foi dedicado “a meus irmãos”, assim como “Habitante da tarde” é dirigido “a meus netos”. O poema “O menino e a estrela” é dedicado ao neto Sérgio, do mesmo modo como “Solilóquio do avô” é para a neta Sandra (ambos incluídos em *Habitante da tarde*). Finalmente, o *Itinerário poético*, coletânea de poemas por ele considerados válidos até então, vai para os filhos.

E o poeta, como se formou? Creio que em permanente interação com o meio e as correntes avançadas da época. Cedo Emílio Moura se deu conta de que a vida não é um casulo familiar, no qual poderia ir construindo um mundo de idealizações raríssimas.

Quem conhece a poesia de Emílio Moura sabe que até a sua expressão lírica mais apaixonada traz matizes de ausências, abstrações da divinização e culto da amada. Veja-se o poema “Noiva”. O poeta ali extravasa sentimentos líricos poderosos, não sem anotar que, quando encontrou finalmente a amada, sentiu que ela já habitava o seu coração desde tempos imemoriais: “Quantas vezes me torturei inutilmente porque ainda estavas irrevelada.” Assim, a noiva, “como uma colegial em férias”, adquire o mesmo aspecto da imagem ideal de “À musa”: “És

anterior a ti mesma / e eu te esperei desde o princípio.” Esse poema encontra-se em *Canto da hora amarga* (1936) e “Noiva” é de *O espelho e a musa* (1949).

A propósito, de uma carta de Gustavo Capanema colhem-se estes comentários à notícia do noivado de Emílio Moura: “Você me diz esta coisa finalmente: ‘Estou feliz.’ Você não pode avaliar como eu fiquei espantado dessa comunicação, mas de um espanto de criança diante uma coisa linda e extraordinária. Você, que eu sempre amei e quis ver feliz, você que foi sempre o mais desencantado de meus queridos amigos, a quem nada era capaz de alegrar, nem o progresso da carreira, nem o sucesso intelectual, nem a estima e a admiração dos maiores amigos, você, meu Emílio, afinal feliz e consciente dessa felicidade, tão certo e orgulhoso dela, que tem necessidade de a declarar. O amor é a suprema felicidade, não há dúvida. Pelo menos para temperamentos como o seu e como o meu. Só ele poderia transfigurar você dessa maneira. Meu caro Emílio, esteja certo de que a sua carta foi um deslumbramento para mim.” (Carta de 15/10/1929)

Para moldar o poeta que foi, Emílio Moura viu-se administrando o drama existencial à luz das tendências estéticas de renovação que sopravam da Europa e cruzavam a América.

Conforme ele explica, percebeu deste modo o choque das novidades em sua sensibilidade submetida a uma atmosfera quase bucólica e regada por um certo classicismo parnasiano e uma embriaguez simbolista: “A primeira grande guerra e o prodigioso desenvolvimento da técnica ainda não haviam feito sentir os abalos de toda ordem que iriam criar um novo estado de espírito. Vida simples, impregnada de inefável paz e alimentada por aquela alegria de viver de que tanto já se falou. Impossível compreender minha geração, com seus conflitos, seu ideário, seus dramas de acomodação espiritual a uma estrutura social convulsionada, sem se atentar nesses conflitos entre o estado de espírito e de sensibilidade formado naquele mundo, irremediavelmente perdido, e o estado de espírito e de sensibilidade que sobreveio.”

A seguir, menciona o outro lado da formação, o literário: “As influências literárias iniciais de que ainda me recordo foram as mais vivas e heterogêneas.

Comecei a recebê-las, mais nitidamente, a partir dos quatorze anos, graças, em grande parte, a um meu tio materno, excelente professor de português e um amoroso ardente da literatura.” Fala ainda da excelente biblioteca municipal de Dolores do Indaiá, que freqüentava ardorosamente. Diz: “Em matéria de poesia, minhas preferências mais acentuadas nessa época já iam para os simbolistas. Com que emoção descobri Alphonsus e Cruz e Sousa, Antônio Nobre e Eugênio de Castro! A descoberta de grandes grupos dos principais poetas simbolistas da França só se deu, porém, em Belo Horizonte, a partir de 1920. As diversas correntes foram para mim realmente ricas em experiências de linguagem poética. Foram os debates em torno da questão da poesia pura que despertaram, por exemplo, minha curiosidade para uns tantos problemas de ordem técnica.”

A respeito, é curioso mencionar duas cartas de Oscar Mendes, remetidas de Bonfim, em 1932, contendo bibliografias acerca do Simbolismo, para uso de Emílio. Naquele ano, o nosso poeta escrevia no *Minas Gerais* artigos sobre o poeta Alphonsus de Guimarães.

Finalmente, Emílio fornece algumas fontes diretas do seu Modernismo: “Creio – diz ele – que de todas as publicações da época, a *Nouvelle Revue Française* foi a que mais influenciou sobre o meu espírito e sobre a escolha das leituras que ia fazendo. Era através de sua seção de crítica literária que me punha à *la page* com relação às novidades literárias. Além da *N.R.F.*, havia ainda os admiráveis e revolucionários rodapés de Mário de Andrade e de Tristão de Ataíde, os nossos dois grandes críticos do Modernismo. Outro a quem muito fiquei devendo em minha formação e orientação literárias foi Carlos Drummond de Andrade. As minhas relações com Drummond, companheiro de tantos anos, enriqueceram consideravelmente minha experiência literária. O grande poeta de *Sentimento do mundo* já era então um poeta de vanguarda e um admirável e ágil espírito crítico.”

Indagado sobre a relação da sua poesia com a sua vida, Emílio depõe sobre a motivação de algumas obras: “Poemas que nasceram diretamente do impacto de certos fatos creio que são poucos. ‘À sombra de meu pai’, em *Ingenuidade*;

‘Cantiga do solitário’, do *Cancioneiro*, nascido à lembrança doída de criaturas amigas desaparecidas; ‘Despedida de João Alphonsus’ de *Poemas*, segunda parte do volume *O espelho e a musa*; ‘Palavras a Rainer Maria Rilke’, escrito após a leitura do admirável ensaio dedicado ao poeta das *Elegias de Duíno* por Cristiano Martins; ‘Palavras a Isaías’, de *O instante e o eterno*, que resultaram de uma visita feita ao Santuário de Congonhas do Campo, em companhia de Milton Campos e Orlando M. de Carvalho. Há, é verdade, o ciclo de Eliana. Que dizer, porém, de um acontecimento dessa natureza, cuja força poética subverte todos os planos da realidade, transfigurando-a e transcendendo-a, a ponto de não sabermos o que nos trouxe esta de enriquecimento íntimo e o que lhe emprestamos de nossa sede de absoluto e de beleza?”

Em outra ocasião, respondendo a um questionário, Emílio Moura arriscou declarar suas preferências acerca da própria obra e das fontes de inspiração: “Quais de meus livros eu prefiro? *O instante e o eterno* e *Habitante da tarde*. São os menos insatisfatórios, penso eu. Quanto a saber em que me inspiro, é quase impossível dizê-lo. Qualquer coisa ou acontecimento serve de estímulo a criação poética, pois tudo é matéria poética.”

E se pronuncia acerca de um dos seus poemas mais conhecidos, “Como a noite descesse”, do *Cancioneiro* (1945). Interrogado sobre a “doce e incorruptível aurora”, respondeu: “O fenômeno aurora, além de ser belo em si mesmo e por si mesmo, é símbolo do que o mundo possui de mais infância, isto é, do que ainda não chegou a ser corrompido. Esse meu poema foi escrito em um momento de completa *fossa*, como se diz hoje. Daí o apelo a algo de puro, capaz de lavar a alma, a algo que é capaz de transcender e de reabilitar a própria condição humana.”

Mencionarei agora um dos sinais mais salientes da poesia de Emílio Moura: as indagações. Já abordei repetidas vezes o recurso estilístico do poeta, uma das suas invariantes temáticas. Tenho para mim que quase sempre a pergunta do poeta conota uma situação de pasmo ou pânico. Ou seja: equivale a uma exclamação. Alguns autores sustentam que qualquer poema não passa de uma exclamação diante do mistério da vida.

Ora, Emílio Moura também elaborou uma explicação sobre o seu manejo da interrogação: “Na admirável página escrita por Drummond sobre minha poesia, há uma observação que eu gostaria de discutir com o próprio poeta de *Claro enigma*. Este acentua minha atitude de ‘profissional da interrogação’. Drummond tem razão, em certa parte. Mas, em certa parte, só. Há de notar que a interrogação de que às vezes tanto abuso em minha poesia é, em muitos casos, pura técnica de linguagem poética. Um dos recursos de que lanço mão para obter certos efeitos de ordem poética. Observe que em tais casos, as respostas nunca importam. O que importa é o estado de poesia suscitado pelas interrogações que se formulam e que não significam simplesmente ignorância de certas coisas, ou perplexidade em face do ‘como’ e do ‘porquê’ do mundo. Creio que esta explicação já se vai fazendo necessária, pois vários críticos têm insistido, antes e depois de Drummond, nessa característica de minha poesia, sem atentarem devidamente nesse papel da interrogação como recurso poético. Sérgio Milliet, a propósito de *Poesia*, editado pela José Olympio, chega a sugerir se não será talvez a única família dos verdadeiros poetas a dos que se debruçam sobre ‘as alheias e próprias angústias’ na indagação do ‘como’ e do ‘porquê’ do mundo. Não é esta questão – a de se saber qual seja por acaso a família dos verdadeiros poetas – o que me preocupa, neste momento, e faz com que me demore na ponderação que me ocorreu sob esse aspecto de minha poesia. Ao contrário. Estou certo de que a poesia se manifesta sob as formas mais diversas e de que inumeráveis são na verdade os processos capazes de provocar essa manifestação. Devo dizer que esta convicção se libertou, desde cedo, de muito preconceito estético.”

Quais os poemas mais estimados pelos amigos? Em carta de 9/9/31, Murilo Mendes aponta aqueles que mais o impressionaram em *Ingenuidade*: “Toada sem jeito”, “Canção perdida”, “Minha noite sertaneja” e “A noite tomba de repente”.

Luís da Câmara Cascudo se pronuncia sobre *Canto da hora amarga*, enfatizando mais a alegria que o tom melancólico da obra. Eis o que diz em carta de 16/6/37: “Todo seu livro, comovido e doce, e, em rebeldia latente e revolta

contida, um anúncio de alegria. [...] Mas seu livro é teimosamente uma história subjetiva, uma anotação paciente e serena duma marcha de sacrifício. São versos escritos como indicando um diagrama de percurso, as curvas de ascensão e recuo da febre, ardente ou álgida, da emoção irresistível. Um grande livro para pouca gente.”

Curiosa foi a reação de Murilo Mendes à mesma obra, *Canto da hora amarga*. Achou, em carta de 31/10/36, que era chegada a hora de Emílio Moura converter-se totalmente à Igreja Católica Apostólica Romana. “Entendo – diz – portanto que o interesse máximo de um livro como *Canto da hora amarga* é o de posar um problema muito mais religioso, do que artístico ou literário. Vejo que você é um homem que está às portas de Deus.” Depois de discorrer sobre a importância de ter o coração aberto a Cristo, Murilo Mendes propõe a Emílio: “Por que não usa você a minha experiência? Estou à sua disposição.”

Na visão de Vinicius de Moraes, em carta de 26/10/36, referindo-se naturalmente a *Canto da hora amarga*, temos: “A leitura do seu livro trouxe uma das melhores alegrias que eu tenho tido nesses últimos tempos.” Adiante, Vinicius acrescenta: “Lendo suas coisas, às vezes senti que você tocava nos meus pontos mais caros. poemas como ‘Canção sem rumo’, ‘Elegia’, ‘Bordão do peregrino’, ‘Poema’ (p. 55), ‘Um dia’, e outros.” E elogia a epígrafe buscada em Ungaretti.

Emílio Moura costumava usar versos de Giuseppe Ungaretti para epigrafar algumas de suas produções. Mas em francês. Certa ocasião, Carlos Drummond de Andrade, que prefaciara *Poesia* (Belo Horizonte, ed. Calasans, 1953), fala da epígrafe a “Epitácio” de *O espelho e a musa* (1949) e propõe os versos originais, em italiano: “Sono stanco de urlare senza voce.” (Carta de 9/7/1949)

Aliás, quando saiu o *Cancioneiro*, Carlos Drummond de Andrade levou um choque ao receber o livro. Ignorava o seu preparo. E confessa: “Vejo que sua poesia não se esvaiu, e que ela conserva as características essenciais, de grave melancolia e de adoração, que a fazem tão alta. Eu, particularmente, considero-me habilitado para senti-la no que ela tem de bálsamo, e um mundo de coisas desperta em mim, ao encontrar no interior desses versos uma experiência humana tão próxima da minha, entrelaçadas que foram as duas por largos

anos. É como se a ‘Toada II’ tivesse sido escrita para meu uso e explicação; na ‘Derrocada’, vejo-me um entre os *tantos* que você recorda num pungente balanço de vida – e da geração.” No fim, pergunta pela prosa de Emílio, questão que lhe ocorrerá mais de uma vez. (Carta de 26/10/1945)

Antônio de Alcântara Machado, em carta de 19/9/1931, chega a aludir ao despotar de uma nova literatura em Minas. Vejamos: “É um contentamento – Emílio Moura – verificar a existência de uma nova Escola Mineira nestes tempos de nova e mais larga Inconfidência: Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, você, outros. Não há mais rei a derrubar. Mas há uma falsa república, uma triste herança política, sentimental e intelectual que merecem e devem ser traídas. Vocês, poetas mineiros, já proclamaram e consolidaram aí a independência da poesia. Já a libertaram das infâncias desamparadas, mães pretas, sacis, papagaios orgulhosos do Brasil e outras pragas recentes da chamada poesia nova, tão praguentas como as que mataram a velha. Restituíram o Homero à poesia e nela estabeleceram o primado da inteligência.”

Emílio Moura era estimadíssimo e recebia a cada instante derramados elogios dos amigos, embora nem sempre fosse um fiel epistológrafo. Certa vez, João Alphonsus, Carlos Drummond de Andrade e Eduardo Barbosa fizeram uma carta-apelo-manifesto-gozação chamando Emílio de volta a Belo Horizonte. E, no tom humorístico do documento, chamam o Emílio de Emílio Mergaço dos Guimaraens Bilac de Moura Costa Santiago.

Também Dantas Mota, que acabara de publicar *Alguma face do pão*, confessa que os seus maiores amigos eram Emílio Moura e Santiago Dantas. E, um dia, escreveu a Emílio chamando-o de Emílio Brás Martins dos Guimarães Moura, parodiando o decassílabo do nome do poeta parnasiano.

Mais tarde, Fernando Sabino se dirige ao amigo, em bem-humorado bilhete, endereçando-o a Emiliano Perneta. E assina Justiniano Nemésio: (Carta de Natal, 1944).

Mário de Andrade, como todos sabem, era um obstinado comunicador e seu veículo preferido de propaganda, discussão e confidências eram as cartas. Mas se zangava com a impontualidade ou o silêncio dos mineiros. A ponto de



reclamar ao Carlos Drummond, que, na intimidade existente com o Emílio, enviou a este a seguinte correspondência, a 15 de outubro de 1928: “O Mário me enviou alguns exemplares do *Macunaíma* e este bilhete: ‘Pros outros não mando mais. Nem acusação de recebimento do *Clan* se mandaram. Nem uma palavra de camaradagem. Banco o ressentido, embora esteja louco de vontade de mandar um abraço pra eles. Então inventei essa solução. Dos exemplares sem dedicatória, faça deles o que quiser. Mas só de três. Os outros bote em livraria,’ etc. Aí vai pois o *Macunaíma* sem dedicatória. Que coisa feia para você, Emílio! Banque o correto e abrace o seu velho Carlos.”

J. Guimarães Alves, ao tentar a ilusão do litoral, não se deu bem com o Rio. Tinha saudades de Belo Horizonte. E confidenciou ao Emílio: “Saí de Belo Horizonte sem me despedir de você e fiquei por isso cheio de pesar. Você é dos que mais prezo pelo coração. Pelo cérebro nem se fala.” E acrescenta adiante: “Cristo em vez de abrir os braços deveria é meter o braço nisto tudo e o Pão de Açúcar bem que podia ser pão de verdade para essa gente toda.”

Emílio Moura participou da fundação da Sociedade Amigos do Livro, iniciativa animada por Eduardo Frieiro, homem realizador, muito respeitado como intelectual. Ferino, às vezes inabordável. Num recado a Emílio, mostra-se furioso pelo fato de Aníbal Matos, então da Diretoria do Club Atlético Mineiro, ter aproveitado uma idéia do ensaísta e programado uma exposição de livros mineiros. Escreve Eduardo Frieiro: “O Aníbal, se quiser, que faça a exposição dos livros dele e dos seus companheiros da Academia (dada a hipótese, bastante improvável a meu ver, que algum desses acadêmicos tenha obra publicada). Por que é que o Aníbal não faz uma exposição de chuteiras?” (Bilhete de 4/9/1931)

Emílio despertou entusiasmos e afetos ao longo da vida e de várias gerações de escritores de Belo Horizonte. Paulo Mendes Campos, por exemplo, dedicou a ele o “Noturno suavemente”, publicado em *Mensagem* a 15/3/44. E, depois, em o *Jornal*, seção “Jornal de Poesia”, publicou um artigo, “O amigo Emílio Moura”, verdadeiro ensaio sobre as qualidades humanas do poeta. Eis alguns trechos: “O poeta Emílio é nosso amigo, amigo de todos, é o amigo.

Quando digo ‘nosso’ estou lembrando diversos nomes de pessoas de diversas idades, amigos do Emílio. Muitas vezes a gente hesita sem saber qual classificação dar a pessoas de nossas relações: companheiro, amigo, conhecido, colega... Emílio Moura, não. Emílio Moura é muito amigo. [...] O escritor que passa pela capital mineira e segue viagem fica amigo de Emílio Moura. Quando se falar de Minas, ele dirá: ‘Tenho um amigo lá, o Emílio Moura.’ [...] Emílio é alto, magro, de mãos compridas e cansadas. Em geral, tem um ar triste mas de uma tristeza que nunca chega à falta de civilidade. Junto de muitos amigos, entretanto, costuma ficar espantosamente alegre. É capaz de dançar, de contar anedotas e rir muito. Dono de um espírito lúcido, ele percebe as grandezas e as misérias dos homens em torno. Quando se refere às primeiras, é num tom de quase gratidão pelas pessoas que alimentam sua inenarrável suavidade. [...] É um santo, diriam. Não é. Emílio Moura é gente como nós. Apenas é um pouco melhor, um pouco mais manso, mais amigo.” Posteriormente, PMC ainda nos deu um “Epigrama para Emílio Moura”, publicado no *Diário Carioca* de 24/10/1948.

O seu mais assíduo correspondente era Carlos Drummond de Andrade, que, vez por outra, fazia um poema a ele dedicado. Reproduzo esta quadra drummondiana:

À falta de lira, violinha  
afinada em tom de amizade,  
escute, Emílio, a musiquinha  
deste vago violeiro Andrade.

Também autores estrangeiros se interessaram pelo Emílio: Blaise Cendrars, Jules de Supervielle, Roger Bastide, Juana de Ibarbourou, para citar alguns. O argentino Hector F. Miri, tradutor de várias obras brasileiras, entre as quais de Fernando Azevedo, Jorge Amado, Lourenço Filho, Aníbal Vaz de Mello, além de poemas de Olavo Bilac e Manuel Bandeira, traduziu uma antologia de poetas nossos organizada pelo Emílio.

Os tempos passaram. Emílio Moura se tornou cada vez mais um modelo de tranqüilidade, harmonia, calor humano, compreensão e argúcia.

Veio a Geração de 45 e muitos poetas do grupo destacaram Emílio como um poeta-irmão.

Mais tarde, vieram as vanguardas e o concretismo. Emílio não se entusiasmou com o experimentalismo da época. E, coisa estranha, secretamente escreveu um soneto com o título “Concretista”, não publicado. É de I6-2-57. Ei-lo:

A hora agora não soa, a hora é concreta.  
Concreta, preta, a linha do horizonte.  
Em caixa baixa ou alta a alma do poeta  
vive em declive até que se desmonte.

Meta concreta! Que fazer da reta  
linha, ou da minha pulsação de fonte?  
Esquecê-la, ai delas! que, concreta,  
a festa é esta. Que outra luz desponte.

O que sou, o que são tantas lembranças,  
formas e normas, que no ar levanto,  
giro, respiro, danças, contradanças?

Sou, ou não sou? Abstrato, ou já concreto?  
Mito ou granito? Ah, por que tanto, tanto  
medo, se cedo, e, apenas poeta, poeto?

Fiquem estes primeiros lineamentos sobre a formação do poeta. Sua vivência íntima, seus valores emocionais, sua projeção entre amigos e admiradores, sua contribuição à vida literária. Não foi um ausente, como pode parecer. Nem um nefelibata. É que andava em altas esferas, numa grandeza de sentimentos, de indagações mentais, de superioridade humana que muitas vezes levitava acima das águas turvas da miséria geral.

MANIF ZACHARIAS

*A Lexicologia de*  
**OS SERTÕES**

*O Vocabulário de Euclides da Cunha*

 **arapuvu**

# Prêmio Senador José Ermírio de Moraes – 2002

~ Discurso do Acadêmico Alberto  
Venancio Filho

**A** Academia concede pela oitava vez o Prêmio instituído por S.A. Indústrias Votorantim com o nome de Senador José Ermírio de Moraes.

O Senador José Ermírio de Moraes foi um ilustre brasileiro nascido em Pernambuco. Com a força de seu temperamento e pertinácia radicou-se em São Paulo e se tornou um dos maiores empresários do país. Entre tantos outros, citaria também o nosso confrade Roberto Simonsen, que se dedicou aos estudos de economia e abraçou também a carreira política.

O complexo industrial que Ermírio de Moraes construiu e desenvolveu foi entregue às mãos de seus filhos, que o conduzem com eficiência e dedicação, e que hoje já se encontra com a colaboração dos netos, o que prova que as empresas familiares no Brasil podem prosperar e se desenvolver na terceira e quarta gerações.

Saudação a  
Manif Zacharias,  
autor do livro  
*A lexicologia de Os  
sertões*, no dia 15  
de agosto de  
2002.

A S.A. Indústrias Votorantim não tem se dedicado apenas às atividades econômicas, mas vem mostrando um alto espírito social, ajudando a cultura, numa postura desinteressada e altruísta.

A Academia Brasileira de Letras muito tem se beneficiado desse patronato, com a aquisição da biblioteca do bibliófilo Marcos Carneiro de Mendonça e a colaboração para o Solar da Baronesa.

Criado em 1996, o Prêmio Senador José Ermírio de Moraes se destina a premiar “autor brasileiro por obra de qualquer gênero que traga efetiva contribuição à cultura brasileira”. De fato, os oito livros premiados se colocam como os mais expressivos trabalhos sobre o nosso país, e constituem uma biblioteca básica para conhecimento da realidade brasileira.

A Academia não discriminou entre os gêneros literários, mas a todos agraciou, como os livros de memória *A lanterna na popa*, de Roberto Campos, *Seres, coisas, lugares*, de Décio de Almeida Prado, *A folha dobrada*, de Gofredo da Silva Telles. A história foi contemplada em dois momentos da formação brasileira, *A fronda dos Mazombos*, de Evaldo Cabral de Melo, e *O trato dos viventes*, de Luiz Filipe Alencastro; *A palavra escrita*, de Wilson Martins, representou a crítica literária, não tendo sido esquecida a biografia do nosso grande presidente Austregésilo de Athayde, *Um liberal do século*, de Cícero Sandroni e Laura Constância Sandroni.

Este ano, a Comissão de Premiação outorgou o prêmio a *A lexicologia de “Os sertões”* (o Vocabulário de Euclides da Cunha), de Manif Zacharias no gênero da lexicografia, que de fato representa grande contribuição à cultura brasileira.

O parecer da Comissão, relatado pelo Acadêmico João de Scantimburgo e assinado pelos Acadêmicos Eduardo Portella, Miguel Reale, Padre Fernando Bastos de Ávila e Affonso Arinos, aprovado por unanimidade pelo Plenário desta Casa justifica: “*Os sertões* já foi abundantemente estudado, mas ainda lhe faltava um léxico ilustrado pelo exemplo. Obra única superior à de Pedro Pinto, surge como um clássico a que podem recorrer todos os estudiosos do grande livro. É de justiça, consagradora de um trabalho literário e profundamente erudito sobre *Os sertões*.”

Coincidentemente o livro surge no ano em que se comemora o centenário da obra, após ter-lhe a Academia tributado, no ano passado, um ciclo de conferências.

O trabalho de Manif Zacharias tem uma singularidade, porque examina aspecto polêmico e controvertido da obra do grande escritor.

Manif Zacharias mostra que sempre teve pelo *Os sertões* fascínio muito grande. Lembra que leu o livro pela primeira vez na mocidade, aos dezoito anos, e aí pôde perceber as dificuldades para entender a linguagem complicadíssima, cheia de expressões técnicas, científicas ou regionalistas. Por isso, como tantos outros, passou pela rama a primeira parte, “A Terra”, um pouco mais adiante “O Homem”, para afinal empolgar-se pela “A Luta”.

Confinado e incomunicável na prisão, em 1964, releu o livro, fez a leitura devassando página por página, esmiuçando frase por frase e dissecando linha por linha. E assim pôde aquilatar suas exatas proporções, a genialidade do autor e a portentosa fecundidade de seu talento: “Levou-me Euclides da Cunha ao âmago de nossa terra e de nossa gente. Transportou-me por veredas íngremes, ao mais recôndito de nossos sertões e da alma brasileira.”

Posteriormente, há quatro anos, ao elaborar um dicionário de correções vocabulares, empreendeu terceira leitura da obra e chegou à conclusão de dever divulgar *Os sertões* entre a nossa intelectualidade, sobretudo na juventude estudiosa. E foi assim pensando que, com novos estudos, pesquisas inumeráveis, resultaram neste livro.

Wilson Martins afirma:

O monumental levantamento de Manif Zacharias corrige e completa, por um lado, todos os trabalhos parciais, tópicos ou exemplificativos até agora existentes – e, quanto a isso, além de torná-los peremptos, desqualifica desde logo os que vierem a aparecer – enquanto, por outro lado, põe em evidência esta verdade elementar: o estilo literário é definido pela sintaxe, pela semântica e não pelo vocabulário.

Os críticos deixaram-se deslumbrar pelas exterioridades – como nos casos de Antônio Vieira, Rui Barbosa ou Guimarães Rosa – sem perceber que o vocabulário servia

apenas como material de expressão e não como material de ornamentação. Seu estilo é alta e refinadamente literário.

Tomando o vocabulário como principal identificador do seu estilo, os críticos o desnaturam, encarando como substantivos o que semanticamente ele pensou como adjetivos. Acresce que outro erro de leitura ia juntar-se ao primeiro e agravá-lo como é fácil identificar no tratado de Manif Zacharias: “as palavras raras, os arcaísmos e a nomenclatura científica só são usados quando necessários, particularmente nas duas primeiras partes, sem determinar nem o desenvolvimento da exposição, nem o ritmo da narrativa. Empregada com o mesmo propósito de exatidão e rigor, as palavras comuns da língua cotidiana são mais numerosas e até predominantes como se esperava.”

Ao ser publicado, em 1902, *Os sertões* mereceu o aplauso entusiástico da crítica, mas nosso confrade José Veríssimo apontou as dificuldades da linguagem: “Pena que conhecendo a língua, como a conhece, esforçando-se evidentemente por escrevê-la bem, possuindo raras qualidades de escritor, força, energia, eloqüência, nervo, colorido, elegância, tem o Sr. Euclides da Cunha viciado o seu estilo, já pessoal e próprio, não obstante de um primeiro livro, sobrecarregando a sua linguagem de termos técnicos, de um boleio de frases como quer que seja arrevesado, de arcaísmos e sobretudo de neologismos, de expressões obsoletas e raras, abusando freqüentemente contra a índole da língua e contra a gramática.”

Euclides da Cunha, suscetibilizado, respondeu logo ao crítico paraense:

Num ponto apenas vacilo – o que se refere ao emprego de termos técnicos. Aí, a meu ver, a crítica não foi justa. – Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permitame a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras – sobretudo se consideramos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano. Um grande sábio e um notável escritor, igualmente notável como químico e como prosador, Berthelot, definiu, faz poucos anos, o fenômeno, no memorável discurso com que entrou na Academia Francesa. Segundo se colhe de suas deduções rigorosíssimas, o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências.



Araripe Júnior, escrevendo no *Jornal do Commercio* em fevereiro de 1903, comenta: “A lava do estilo do *Sertões* brota da matriz, trazendo, ainda de volta, resíduos, vocábulos, modismos assimilados nas leituras prediletas.”

Respondendo a esses comentários Coelho Neto diria:

A linguagem do autor de *Os sertões* não passou despercebida à crítica melindrosa que logo, com uma arrepiada sensibilidade, protestou contra a ousadia de certos vocábulos arcaicos, contra a audácia temerária de uns tantos neologismos que, por não serem do vocabulário corriqueiro, logo foram tomados como contrabandos vis. Não é de hoje o ódio da crítica infecunda e magra contra os escritores possantes que se apresentam em imprevistas imagens rebrilhado com o recamo de uma rica ornamentação verbal.

Desde então, o aspecto do léxico de Euclides da Cunha tem sido examinado nem sempre na melhor ótica. Ao prefaciá-lo, em 1908, o livro *Inferno Verde* de seu grande amigo da Escola Militar Alberto Rangel, entusiasmado por ter encontrado a quem lhe sucedia nos exames dos aspectos brasileiros, especialmente da Amazônia, de onde viera encantado, Euclides achava importante analisar os aspectos do nacionalismo de sua linguagem:

Cumpre-nos não esquecer o falso e o incaracterístico da nossa estrutura mental, onde, sobretudo, preponderam reagentes alheios ao gênio da nossa raça. Pensamos demasiado em francês, em alemão, ou mesmo em português. Vivemos em pleno colonato espiritual, quase um século após a autonomia política.

O que se diz escritor, entre nós, não é um espírito a robustecer-se ante a sugestão vivificante dos materiais objetivos, que o rodeiam, senão a inteligência, que se desnatura numa dissimulação sistematizada. Institui-se uma sorte de mimetismo psíquico nessa covardia de nos forrarmos, pela semelhança externa, aos povos que nos intimidam e nos encantam. E traduzimo-nos, eruditamente, em português, deslembrando-nos que o nosso orgulho máximo devera consistir em que ao português lhe custasse o traduzir-nos, lendo-nos na mesma língua. De qualquer modo, é tempo de nos emanciparmos.

Coube a Pedro Augusto Pinto o primeiro trabalho lexicográfico. Pedro Pinto foi professor catedrático de farmacologia da Faculdade Nacional de Medicina e exerceu o magistério até a compulsória. Professor exigente, mas querido pelos alunos, escreveu vários livros no campo científico, no médico e na filologia. Publicou *Elementos de Química* em colaboração com Francisco Venancio Filho. Interessado pela filologia, preparou com nosso confrade Afrânio Peixoto o *Dicionário de “Os Lusíadas”* e posteriormente o *Dicionário de “Os sertões”*, que foi na época trabalho pioneiro. No mesmo ano de 1930 Pedro Pinto, com o pseudônimo de Paulo Terêncio, publicava o livro *Estudos euclidianos: Notas para o vocabulário de Os sertões*, dedicado ao Professor Francisco Venancio Filho, no qual examinava com bastante extensão alguns vocábulos de *Os sertões*. Destacou-se também como polemista e tinha o hábito ao mandar a resposta, no mesmo dia, e distribuí-la em folhetos nas livrarias. Na Obra Completa organizada por Afrânio Coutinho e publicada pela Nova Aguilar, em 1966, consta um *Dicionário euclidiano*, “trabalho que não poderá ser considerado exaustivo”.

Filho do maior de todos os euclidianos, vejo com júbilo que Manif Zacharias nos dá obra definitiva no campo da lexicografia. Nascido em Curitiba, formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Exerceu a clínica em diversas cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e por último em Curitiba, onde especializou-se na clínica geral, na cirurgia, na obstetrícia e mais tarde em pediatria. Exercia a chefia de serviços médicos do antigo IAPETC na cidade de Criciúma, quando em 1964, por ocasião do movimento militar, foi preso. Radicou-se depois, em 1966, em Curitiba, onde continuou a exercer a medicina, e ocupando a presidência do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Curitiba. Pertence à Maçonaria, sendo um dos fundadores da Grande Loja de Santa Catarina.

Em co-participação com seu irmão, Professor Elias Zacharias, também médico, elaborou um *Dicionário de Medicina Legal*, e são de sua autoria os livros *Minha Criciúma, de ontem e a de hoje* e *Criciúma, vultos do passado e personalidades contemporâneas*, e tem publicado inúmeros artigos e crônicas na imprensa catarinense.

No prefácio da obra premiada, Imberê Machado afirma: “É um livro ímpar, porque não existe até o momento obra que se lhe compare. Nenhuma que tenha verbetes tão exaustivamente pesquisados. A seriedade e a honestidade intelectual do autor saltam das definições e conceitos expendidos, atestando paciência e zelo digno de um dicionário. E tudo numa linguagem clara, simples e escorreita. Enfim, é um livro admirável.”

A introdução tem o título expressivo “Destriçando o cipoal”. Cabe aqui uma digressão. Atribui-se a Joaquim Nabuco as expressões de que Euclides escrevia “com cipó”, ou que o livro era um cipoal, esta última expressão acolhida pelo livro premiado. Na carta que Nabuco envia a Machado de Assis dando o voto para Euclides, comenta não conhecer o livro, mas Graça Aranha lhe afirmara ser um livro admirável. E em carta ao candidato, Nabuco diz ter recebido o livro, mas que, absorvido com a arbitragem da Guiana Inglesa, não o pudera ler. Não se encontrou nenhuma outra referência sobre o livro, o que seria natural se tivesse escrito ao autor, seu colega da Academia.

De fato, para um temperamento como o de Nabuco, embebido de cultura francesa, escrevendo com certo toque de galicismo, o livro deveria parecer estranho. Mas Nabuco era um homem educado e de boas maneiras, e jamais cometeria uma grosseria. Assim, a expressão “livro cipoal” parece estranha, mas caberia a sentença “escreve com cipó”, porque daria bem a medida da sua surpresa e espanto diante do livro. Cumpre assinalar que, na correspondência de Nabuco, nos seus livros, nas biografias de Carolina Nabuco e Luís Viana Filho e nas consultas a especialistas, inclusive ao neto que cultua a figura do avô, não encontrei referência à fonte desta frase.

Euclides tinha a volúpia das palavras. Ao rever as provas de *Os sertões*, escreveria a um amigo: “Tenho passado mal. Chamaste minha atenção para vários descuidos de *Os sertões*; fui lê-lo com mais cuidado – e fiquei apavorado! Já não tenho coragem de o abrir mais. Em cada página o meu olhar fissa um erro, um acento inoportuno, uma vírgula vagabunda, um ponto-e-vírgula impertinente – que horror! Quem sabe se isso não destruirá todo valor daquele pobre e estremecido livro?”

Teodoro Sampaio certa vez lhe mostrou bilhete de um vaqueiro, dando notícia ao patrão do estouro da boiada: “Participo-lhe”, disse com toda simplicidade, “que a sua boiada meteu-se no despotismo, um boi foi deixado no curral e entregou o couro às vacas; o resto – o resto trovejou naquele mundão.” Euclides não se conteve: “Falar assim é que é falar com a natureza. Não conheço povo como o do nosso sertão que por palavras dê mais realce ao seu sentir e mais energia no dizer.”

Afrânio Peixoto testemunhou que Euclides tomava nota nos punhos da camisa das palavras estranhas que ouvia, e relata que certa vez, na porta da livraria Garraux em São Paulo, conversava Euclides numa roda, quando aproximou-se um homem do povo, que relatou: “Era como uma trovoadas passageira de verão, de repente o céu escampou”; o matuto não terminara de falar: “Euclides não estava mais lá, e o verbo se gravou em página imortal do livro.”

Na roda em que se reunia em São José do Rio Pardo, agregada por Francisco Escobar, Euclides quis reconstituir o episódio do estouro da boiada, cena sertaneja que nunca vira e conhecia de informação, enquanto o companheiro de Escobar, que se cansara de ver estouros de boiada, prontificou-se em descrevê-lo para fazer o confronto dos dois trabalhos. No dia seguinte, Euclides iniciou a descrição, com o competidor já com as suas resmas na mão; mas, finda a leitura da página de Euclides, o outro negou-se a ler o trabalho e, dando-se por vencido, rasgou-o, dizendo: “Então, vou ler alguma coisa depois disso? Não é possível que o Sr. não tenha visto cem estouros de boiada.”

Herbert Parente Fortes, tão caro ao meu coração como ao coração do Presidente Alberto da Costa e Silva, tem um excelente estudo, *Euclides, o estilizador da nossa História*, com reflexões relevantes sobre o tema da linguagem:

Há em *Os sertões* páginas onde a pomposidade da expressão, para traduzir o agudo das tragédias, e a simplicidade serena e límpida, para colher as filigranas do lirismo e do misticismo domésticos da alma sertaneja, atualizam e impõem de tal modo quadros em movimento e atitudes que nunca mais serão competidoras em nossas letras. [...] Não podia Euclides não ouvir a língua do brasileiro em atenção a formalismos e automatis-

mos gramaticais jamais revistos em seus fundamentos. E assim, ouviu a língua falada, de transmissão oral, – nativa – do brasileiro nativo.

Euclides mostra, com o seu exemplo, como é que se faz e credencializa uma língua nacional: com probidade intelectual, entusiasmo pela causa, estilo forte, coragem moral, desce um autor às fontes da vida, colhe na sua corrente jóias de valor e atira-as sobre as almas de toda uma nação.

Comenta Sílvio Rabelo: “Seria então o estilo euclidiano qualquer coisa de cósmico, uma força da Providência no primeiro dia da criação. Para tão forte orquestração do mundo, não poderia Euclides utilizar nem as palavras nem o ritmo comum, mas palavras de uma ressonância mais intensa e ritmo e descompasso mais ousado.” E acrescenta:

As suas comparações e as suas imagens são sempre uma surpresa, pelo que elas têm de antitética e paradoxal: “Canudos é a nossa Vendéia” ou “Canudos era uma tapera dentro de uma furna.” “O construtor do arraial deveria ser algum Vauban inculto.

Segundo Afrânio Peixoto, “a ênfase não lhe vem só das palavras raras, senão principalmente do gosto por termos esdrúxulos, dos verbos substantivados, dos adjetivos verbais, dos gerúndios que se alongam em sílabas harmoniosas”.

A simularização da linguagem provocou a celeuma do gênero literário a que pertence. Não cabe aqui a discussão dessa caracterização de *Os sertões* como gênero literário, assunto que me parece de certa maneira extemporâneo, porque não são os gêneros literários que fazem os livros, mas os livros que fazem os gêneros literários. À posição, no meu entender, equivocada do nosso saudoso confrade Afrânio Coutinho, ao caracterizar *Os sertões* como obra de ficção, considero que a explicação de Franklin Oliveira no livro *A dança das letras*, apresentado pelo nosso confrade Ivan Junqueira, ao definir *Os sertões* como ensaio de crítica histórica, me parece a mais correta.

Franklin Oliveira aponta na linguagem de Euclides a omissão do artigo definido, a exclusão quanto possível do emprego das preposições, mas em compensação tinha um gosto muito especial pela preposição “com”, porque serve

melhor à expressão das sensações visuais. E esforçava-se ao máximo para transformar visualidade em instrumento de captação tanto do mundo subjetivo quanto do mundo objetivo.

Para o nosso confrade Celso Furtado, em brilhante conferência por ocasião do Ciclo de homenagem a *Os sertões* no ano passado, “a verdade é que por seu estilo Euclides há muito se afigura anacrônico, e seu cientificismo positivista foi totalmente superado na área dos estudos sociais. Qual seria, portanto, a razão do enorme interesse por sua obra se tanto do ponto de vista da forma, quanto do conteúdo, ela nos parece superada? A chave para entender o paradoxo possivelmente reside em que Euclides em face do drama, abandonando a opinião universalmente adotada na época percebeu com lucidez, que suas palavras adotadas na época constituem a gravidade das contradições inerentes à nossa formação histórica, as quais se manifestam as profundas desigualdades sociais que tanto demoramos a reconhecer.”

Sr. Manif Zacharias:

A relação dos já agraciados com o Prêmio Senador José Ermírio de Moraes nos oito últimos anos mostra bem o critério que esta Academia tem tido com a escolha. A outorga que lhe é feita hoje, coloca *A lexicologia de “Os sertões”* como obra relevante da cultura brasileira.

A Academia, desde a fundação com o discurso de inauguração da Casa de Machado de Assis em 20 de julho de 1897, procura manter-se fiel às linhas ali traçadas na “defesa da língua e da literatura nacional”, no interesse cultural de desenvolver as potencialidades do povo brasileiro, incentivando obras de categoria, avessa às gambiarras da publicidade e ao modismo da conjuntura. A sua contribuição certamente terá uma importância fundamental para difundir os estudos sobre Euclides da Cunha, e permitir ao maior número de brasileiros o conhecimento desta grande obra da nacionalidade.

Não há de se estranhar a premiação de um médico. Esta Casa sempre os recebeu, desde Francisco de Castro – de quem disse Rui Barbosa ser “a mais peregrina expressão da cultura intelectual que jamais conheci” e que acolheu Euclides no Hospital Militar, quando do episódio da rebeldia – e outros sábios

expoentes da cultura médica, como Miguel Couto, Osvaldo Cruz e Carlos Chagas Filho, hoje representada por Ivo Pitanguy, a outros numerosos médicos que cultivaram as boas letras como, entre outros, Antônio Austregésilo, Aluísio de Castro, Clementino Fraga, Silva Melo, Peregrino Júnior, Deolindo Couto, Miguel Osório de Almeida, o grande intelectual e cientista Roquette-Pinto e Afrânio Peixoto, o grande presidente que sucedeu a Euclides da Cunha na Cadeira nº 7 e foi um grande cultor da sua obra. Há a assinalar os desviados da profissão, como Afrânio Coutinho na crítica literária, Ivan Lins no ensaio e João Guimarães Rosa na literatura.

Sr. Manif Zacharias:

O prefácio de seu livro conclui afirmando que, “tendo-o às mãos, qualquer leitor de *Os sertões*, mesmo de mediano preparo intelectual, compreenderá melhor o pensamento de Euclides da Cunha e a maneira pela qual expôs em suas fulgurantes páginas. E apreciar melhor, como, aliás, deverá sempre acontecer, o verdadeiro, o real alcance literário, histórico, sociológico, científico, enfim dessa obra-prima das letras nacionais. É o que pretendo e espero.”

O aplauso entusiástico da crítica e o prêmio que hoje lhe confere a Academia Brasileira de Letras confirmam que o seu vaticínio se confirma, como contribuição invulgar ao melhor conhecimento da obra de Euclides da Cunha.

## ~ Discurso do escritor Manif Zacharias

É com justificada satisfação que compareço hoje a esta Casa, expressão maior da inteligência e da cultura literária brasileira, trazido por um acontecimento que marcou fundo e indelevelmente este final de minha existência: a concessão do Prêmio Senador José Ermírio de Moraes, de 2002, à obra de minha autoria *Lexicografia de “Os sertões”*, lançada a público no final do ano próximo passado.

Quero dizer-vos, aqui, de minha emoção neste momento, quando me vejo contemplado com tão honrosa láurea, que em muito excede meus reais méritos e que, por coerente convicção, devo atribuir mais à extrema benevolência de vós outros, que m’a outorgais.

E esta emoção mais se abranda, recresce em intensidade e me comove no mais íntimo de meu ser, quando tomo conhecimento da origem desse prêmio, instituído pela munificência da ilustre família cujo nome lhe confere a denominação, e, mais ainda, que o instrumento coordenador de sua concessão é a gloriosa Academia Brasileira de Letras.

Relevai-me, portanto, com vossa indulgência, tendo-os mais à conta deste meu estado de espírito do que propriamente à inófia de meus recursos verbais, as impropriedades e os senões deste meu pronunciamento, desafeito que sempre fui a ocorrências de tal jaez.



Este meu livro, *Lexicografia de “Os sertões”*, resultou da admiração que sempre nutri por Euclides da Cunha, por sua obra literária e também por seu estilo, seu modo peculiar de dizer as coisas, de relatar os fatos, de expressar seu pensamento; estilo – reconheçamo-lo – difícil, abstruso, inçado de dificuldades vernaculares, inacessível à maioria dos que o lêem, mas que, no fundo, nos prende, nos encanta e atrai, pela originalidade, pela beleza e pela coerência dos conceitos que ele ilustra e que tão profundamente calam em nosso ânimo.



Outro motivo que me levou a este trabalho foi o meu amor à língua portuguesa. Eu sempre gostei de ler e, igualmente, de estudar o nosso idioma. Procuo cultivá-lo, aprofundando-me no seu conhecimento. Não para ensiná-lo, difundi-lo, propagá-lo, que isto eu não sei, nunca soube fazer; mas para meu deleite, para meu uso próprio, para bem me expressar nas vezes em que tenho de fazê-lo. Porque eu sempre achei que o bom falar é um dos componentes mais importantes na formação da personalidade de cada indivíduo. E a cada vez mais me convenço do acerto de tal modo de pensar.

Ainda com respeito à obra: ela foi elaborada há anos e durante anos. Na apresentação que dela faço há um rápido histórico deste particular. Mas já não me lembro com precisão da época em que isso ocorreu. É interessante assinalar aqui um fato curioso, que se verifica com as pessoas idosas: o tempo, para elas, adquire dimensões imprecisas, tem uma duração muito vaga, de modo que se torna difícil ou impossível delimitá-lo em função de determinado fato ou acontecimento. Ele ora se distende na lembrança, para além da realidade, ora se retrai, gerando confusão na mente de quem o avalia. Mas, no caso presente, um dado é certo, porque registrado: nos originais da obra, datilografados e encadernados, consta o ano de sua conclusão como sendo o de 1993. De lá para cá já decorreram, portanto, nove anos.

Não a editei antes por escassez de recursos pessoais e por não haver encontrado quem patrocinasse ou subsidiasse sua edição. Inúmeras vezes, com esse objetivo, recorri aos poderes públicos, a entidades culturais, à classe empresarial, porém em vão. Em detrimento de meu propósito, a alegação mais comum foi a costumeira e exasperante “falta de verba”. Procurei também, com idêntico propósito, diversas editoras, as quais, entretanto, ponderaram que ela, a obra, muito embora sua reconhecida importância, não era interessante do ponto de vista comercial, por atrair um mercado muito restrito e tornando, por decorrência, difícil e demorado o retorno do capital que porventura investissem em sua publicação.

E tive, assim, de amargar o meu desapontamento, o meu desalento, até meados do ano passado, quando feliz acaso fez com que me reencontrasse com um

velho amigo, o Dr. Francisco José Pereira, diretor proprietário da “Garapuvu”, editora sediada em Florianópolis, o qual comigo concertou uma maneira exequível de imprimir o livro a um custo acessível para mim. E foi assim que pudemos dar a lume os exemplares desta edição, que já se encontra no mercado livreiro do país.

Com este livro, procuro, dentro dos limites de minhas possibilidades, facilitar a leitura, a compreensão e a interpretação de *Os sertões*, obra que, em que pese todo o seu valor literário, todo o seu conteúdo histórico, sociológico e científico – ou talvez por isso mesmo – é reconhecidamente inacessível ao entendimento de considerável parcela de seus leitores, tamanha a riqueza vocabular que ela encerra, incluído aqui um sem-número de arcaísmos e regionalismos, de par com termos técnico-científicos, expressões de natureza militar, referências de cunho religioso, citações históricas e menção nominal de personalidades que se impuseram em suas respectivas áreas de atividade, tudo isso numa profusão de que não se pôde esquivar o consagrado autor, tal a magnitude do empreendimento a que se propôs.

Desse vocabulário todo, eu procuro dar, em mais de 6.000 verbetes, uma explicação clara e preciosa, permitindo, assim, que os estudiosos analisem e apreciem melhor as idéias e o estilo de Euclides da Cunha e alcancem, em sua plenitude, o sentido e o objetivo colimados pelo renomado autor, nas primorosas páginas de seu memorável trabalho.

Eu não me considero um “euclidiano” no sentido habitual que se dá ao termo, designativo da pessoa que conhece pormenorizadamente a vida e a obra do insigne vulto de nossas letras. O que eu sei a respeito de Euclides sei-o apenas através das leituras freqüentemente renovadas de *Os sertões* e do manuseio ocasional de *À margem da História* e de *Contrastes & confrontos*. Conheço, também, algo mais a seu respeito pelos escritos de Sílvio Rabelo, Olímpio de Souza Andrade, Clóvis Moura, Modesto de Abreu, Nelson Werneck Sodré, Walnice Nogueira Galvão e alguns outros autores que tive comigo. Não fui além disso. Não me aprofundi na matéria, não me esmerei nos estudos a respeito, mesmo porque para tanto me faltaram tempo e disposição. Onde eu me detive,

e demoradamente, foi na forma sob a qual o autor nos relata o pungente drama de Canudos. Foi na análise do vocabulário euclidiano que eu me concentrei, esta análise, sim, tomando-se incontáveis horas, numa seqüência prolongada, quase intérmina, de pesquisas, de consultas, de demorados e extenuantes estudos, que se prolongaram por meses e anos.

Lançado no mercado, está tendo o livro favorável acolhida, consoante se pode já constatar em crônicas e reportagens estampadas na imprensa de Curitiba, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, sobressaindo, dentre elas, valiosíssima apreciação de autoria do Professor Wilson Martins, indiscutivelmente hoje a figura mais expressiva de nossa crítica literária. É uma aprovação, que culmina, agora, com a concessão do prêmio que ora recebo desta magna entidade representativa das letras nacionais. Tal fato, esta última ocorrência, lisonjearia, sem dúvida alguma, qualquer escritor, mesmo de renome, se assim fosse contemplado. Que dizer, então, de mim, obscuro literato amador, que, entregue ao seu diletantismo, perdido se encontrava, sem maiores pretensões, na longínqua terra natal? Mais do que lisonjeado, sinto-me envaidecido, mas de uma vaidade sã, não apenas pelo fato em si, que resultou de vossa despreendida benevolência, como também pela notável repercussão por ele alcançado em nossos meios sociais.



Feita essa exposição, resta-me apresentar à ilustre família Ermírio de Moraes, de cuja liberalidade eu hoje largamente me benefico, sinceros agradecimentos pela generosa oferenda com que, por intermédio desta colenda Academia, tanto me distingue.

Foi lá na minha distante Curitiba, há mais de vinte anos, vivendo um relacionamento cordial e fraterno com um dos dirigentes mais capazes e idôneos das empresas Votorantim, meu querido e inolvidável amigo Castorino Augusto Rodrigues, que aprendi a admirar e respeitar essa ilustre família, que sempre se distinguiu pelo nobre caráter de seus integrantes, pela reconhecida capacidade

de empreendimento de seus membros e, mais ainda, pelas extraordinárias realizações de seus maiores no setor econômico-produtivo do país.

Foi lá em Curitiba, que eu soube do Doutor José Ermírio de Moraes, tronco dessa nobre estirpe de denotados batalhadores que, com muito esforço, trabalho, pertinácia, sacrifício e, sobretudo, honestidade, souberam edificar o vultoso complexo fabril e comercial que constitui o “Grupo Votorantim” e que hoje, disseminado pela maioria dos Estados da União, tanto engrandece e dignifica a estremecida Pátria.

José Ermírio, pernambucano de nascimento, engenheiro de minas, comerciante, industrial, fazendeiro, que ainda moço radicou-se em São Paulo, onde criou, dirigiu e consolidou 46 empresas; espírito irrequieto, personalidade marcante, que ainda teve tempo para atuar na política, elegendo-se à senatoria da República em 1962 e integrando, logo após, o ministério do Governo constitucional de João Goulart, em que geriu por algum tempo a importante Pasta da Agricultura.

Falecido em 1973, foi, inegavelmente, uma vida de todo devotada ao engrandecimento da Nação Brasileira.

Falava-me, também, Castorino, do Doutor Antônio Ermírio de Moraes, um dos quatro irmãos sucessores do patriarca na suprema gestão dos negócios da família; de Antônio Ermírio, hoje ilustre Presidente do Conselho de Administração do Grupo Votorantim, espírito culto e esclarecido, igual que o pai, arrojado, dinâmico e empreendedor, mente aberta, receptiva às idéias inovadoras que sugerem rumos ao desenvolvimento e ao progresso; de Antônio Ermírio, simples recatado, leal amigo e extremo chefe, espírito dadivoso, benquisto de todos, por todos altamente considerado.

A própria instituição deste prêmio anual, de que ora sou o feliz beneficiário, já revela, por si mesma, o espírito público e os sentimentos altruístas deste emérito cidadão, voltado também, paralelamente a seus interesses particulares, para os interesses sociais da coletividade.

Perdemos o nosso querido Castorino, mas dele conservei, entre tantas outras lembranças, a dessas esplêndidas e edificantes revelações acerca de

uma família que ele soube, acima de tudo, respeitar, porque justamente respeitável.

Quero ainda, nesta oportunidade, prestar minha reverente homenagem a esta douta Academia Brasileira de Letras, veneranda instituição de Lúcio de Mendonça, onde pontificaram, com o brilho de suas inteligências e o fulgor de seus talentos, excelsos vultos de nossa história literária, dentre eles, acentuemos, o próprio Euclides da Cunha; Academia Brasileira, Casa de Machado de Assis, cujos umbrais eu jamais um dia sonhei transpor, cujos recintos nunca pensei alguma vez freqüentar, mesmo na qualidade de visitante, mas que hoje aqui me recebe afável e carinhosamente, e onde neste momento me encontro, confuso e até certo ponto aturdido, feliz, porém, em ser alvo deste preito que ela tão bela e prodigamente rende aos meus apoucados méritos; Academia Brasileira, depositária da inviolabilidade de nosso idioma, desse idioma que eu tanto amo e que tenho procurado cultivar na medida de minhas possibilidades; Academia Brasileira, enfim, a que eu apresento sinceros agradecimentos, dirigidos muito em particular aos seus ilustrados membros Professor Miguel Reale, João de Scantimburgo, Affonso Arinos de Mello Franco, Eduardo Portella e Padre Fernando Bastos de Ávila, respectivamente presidente, relator e membros da douta Comissão que julgou, em decisão unânime, meu trabalho digno da honraria com que hoje esta nobre instituição tanto me distingue.

Encerrando, desejo também agradecer as generosas palavras com que o ilustre Acadêmico Alberto Venancio Filho, falando em nome da Casa, brindou meu coração, a esta altura já subjugado, já esmagado ao peso de tanta emoção.

Muito obrigado.



A costa do Brasil em 1579, do *Atlas da América do Sul*, Giulio Ferrario, 1827. Lisboa, Biblioteca da Ajuda.

# Poemas

CARLOS NEJAR

## Crônica da República

A infância não é a república.  
E às vezes precisava surdamente fundá-la,  
experimentando o bodoque dos peraltas  
garotos da vizinhança, com alguma  
perícia e a mão avarenta dos sonhos.  
E meu avô, quase centenário, negava-se  
a aceitar a infância sem sapatos  
sob a cama. Nem admitia os seus  
grossos sapatos sem infância.  
E tinha mais importância e menos vento  
E só faltava guiar as pandorgas com os netos.  
Como eram seus ombros desamparados  
de cereais. E não se dava por achado  
se minha mãe o interrogava sobre os cabos  
das enxadas que quebrava para os netos  
montarem de cavalo. E ele mesmo conduzia

Poeta,  
romancista e  
ensaísta, desde os  
poemas de  
poemas *Sélesis*  
(1960) publicou  
cerca de 50  
livros, sendo os  
mais recentes: *Os*  
*viventes* (2000),  
*Todas as fontes estão*  
*em ti* (2000), *Rio*  
*Pampa – Moinho*  
*das tribulações*  
(2000), *Ulalume*  
(2001) e *O livro*  
*do peregrino*  
(2002).

cavalos que se perdiam de vista  
nos seus olhos, ou trazia os mortos  
para casa, ou sentava-os tranqüilos  
no bosque atrás do riacho. Não  
apreciava acercar-se de outros velhos,  
mas dos netos e dos jovens e atçava  
a longevidade com o nariz. “O que  
não nos mata, fortalece” – reagia.  
“Mesmo que se acabe morrendo  
mais tarde.” Exibia sua farda  
de batalhas e cotovias, ferrujosas  
medalhas. Não cabia na sua infância,  
meu avô, nem na minha. Não consta  
que fosse doutor em letra alguma.  
E os campônios com ele se entendiam.  
Porque a república também necessitava  
de infância. E os sisudos oficiais engomados  
de nada, não tinham onde embainhar  
as desvalidas espadas. E a república  
sem infância, nunca seria instaurada.  
E quando o menino encontra o outro  
menino e outro, se resguardam  
na raiz e na copa de uma árvore.  
E quantas repúblicas se proclamam  
entre as tílias, até que as aves todas  
fiquem juntas. E meu avô sorria  
com a boca carregada de utopias.  
E não sabe mais em que república  
quedou-se a infância. Agônica.  
E ele apenas sabe que é república  
seu jeito de cortar com a tesoura



do parreiral, as uvas. Também a espera,  
rente, a enverdecer nas frutas.  
E esta crônica a mostrar-nos, de meses  
e de cachos, quanto é estúpida  
a esperança. Não tenho tempo  
de morrer, porque fiquei menino.  
E a vantagem de não ir à escola,  
suprime programas, calendários.  
E a cara apreensiva da professora  
de inglês, com seu “remember,  
remember”. E sucedeu que não  
quero mais lembrar. Não quero mais.  
Cansei-me de ser engolido.  
A memória não tem paz e a sua  
farinha no silo se multiplica.  
O que amei, se esgotou. O que  
perseverei, amando, é o que não  
recordo. E por estar comigo,  
já está pensado. O menino  
ficou descuidado com a lua  
na sacada. Não precipitou  
nenhum acontecimento, deixou  
apenas que tudo se exaurisse.  
Estou encarcerado na inteligência  
e ela possui rebites, conchavos,  
recados de lembrança. E se  
não quero recordar, não tenho  
tempo de morrer. A escola  
é a imaginação que se esquece.  
E por me tornar menino,  
separei-me do estatuto precário,

que os mortos impõem. Acidentei-me  
de amor sem limites. Porque o mundo  
tem imagens mais velhas do que eu,  
desaprendeu a capturar a luz. E ela  
está cega, cega, tateando nas muralhas.  
E a distância entre nós é um tiro  
de gansos selvagens. Tudo  
declina para poder ressuscitar.

## O país dos cegos

*Uma estranha enfermidade se abateu sobre eles...  
foram atacados pela cegueira.*

H.G. Wells

Meu país ficou cego num dos olhos  
E noutro, cego de si mesmo.  
Meu país é pedra na laringe.  
Mais secreta, quanto mais finge.  
E a cegueza de infância como da voz,  
a foz, toda ali se transmite  
por decreto voraz. Uma polpa  
noturna sob as pálpebras  
e noturnos semblantes.  
E se apaga um povo em nós?  
Se os corpos são piedosos, as almas  
não. Basta respirar e o amor traz  
uma polpa de trevas, um pulsar  
ofegante, entre os amantes.  
Meu país cego está de automóveis  
e pombos. Tento perceber por ele

e a consciência é uma palavra  
fora da raiz. Talvez venha dos  
mortos a moléstia. Não se aquietam  
na terra e se levantam, desfilam  
com os vivos sua festa. Como pés  
não avançando o estribo.  
Se até as mãos são cegas, que fazer  
com esta democracia sem infância,  
entre o bico de fome e pânico,  
o esqueleto desplumando-se?  
Aonde foram a América da infância  
e os veleiros inflados junto ao peito?  
A luz não se fabula, nem fabrica  
como antes. É cada vez menor,  
ou delirante. A luz truncada  
jamais volta e apenas corre adiante.  
Meu país ficou cego de memórias, cego  
no ventríloquo direito. E goteja sua história  
no bordão do vento. E os heróis são  
cúmplices. E nem sabem a distância  
entre a escuridão e a tarde. E talvez  
seja a infância o que nunca mais muda.  
Meu país tem montanha de lobos  
e serpentes sobre os olhos.  
Meu país é uma enfermidade  
estranha do tempo. Hamlet cego  
com a dinamarca de almas.  
E um cheiro de pólvora queimada.  
E tudo o que apaga, morre  
pela água. Ou serei profeta,  
alguma vez, na ciosa república?

Governantes cegos puxam cegos  
para as regiões mais úmidas  
do medo. E o país está preso  
no escuro. Cego por descuido.

## Antielegia do caos

O mundo começa a se  
desagregar e não vou discutir  
o Tractatus, de Wittgenstein,  
ou Emmanuel Kant, sem existir  
pura razão no terror,  
nem no medo, inteligência.  
E se não virmos o revolver  
do mundo sobre nossas cabeças,  
o que adianta escrever  
que na luz os pássaros  
se ajudam. Pois precisam  
se ajudar nas trevas.  
Ou, em breve, pode  
não haver mais pássaros.  
Nem sobrar um nome  
sequer que deixe  
de revolver-se.

## O gramofone (II)

Era a loucura que tocava e eu via  
e também era o aceso gramofone.  
Que sanidade está por trás do homem,  
ou que doideza nele se movia?

Como medir o transe da alegria,  
talvez do desespero, sob o nome  
de tantas coisas postas que se somem,  
com outras deste tempo em parceria?

Atrás do tempo toca o gramofone,  
atrás da dor há nada. E no renome,  
gorjeiam as lâmpadas vazias.

Mas todo o gramofone está na infância,  
onde a loucura não tem mais distância  
e o que parece noite, é intenso dia.

## Mater benigna

Mãe-Morte, como a veste que se ajusta,  
conforme o meu corpo sem medida,  
eu nasço para ti, nasces da vida  
e de tanto nascer nada nos custa.

E nada fica, já que nada frustra  
e aqui toda a justiça é decidida.  
E se meu corpo no amor, Mãe, recrutas,  
esta alma foi aos céus, está subida.

Não é o homem mais, é o teu menino  
que se deitou na cama de erva e cedro  
e não tem sobre o vento o que catar.

E nem o tempo viu, era franzino.  
Porém, de imaginar, entre os brinquedos,  
a infância é bem capaz de se inventar.

## Urna de amoras

Retorno ao meu Paiol. Não se protraí  
mágoa nenhuma, larva. Com focinhos  
de vagas, cães se achegam, de mansinho.  
Cheiram, lambem, fraternos. Deles sai

um amor que entre os homens se retrai  
e dentre os animais anda sozinho.  
E acaso tem o sofrimento, pai,  
se as pisadas no mosto criam vinho?

E se movem nos pés dos passarinhos,  
sem saber que as passadas dos espinhos,  
espinhos são do vento sobre nós.

E a rosa do lagar é a mesma voz  
das plantas sob a luz que nos possui.  
Urna das horas, Urca: tudo flui.

## Fontes e falas

Não sei se estou em alegrias, mágoas,  
ou se parada a glória, na aspereza.  
Não busca o dissipar-se da tristeza  
quem não deixa correr dos olhos águas.

Não sei mais do amor, se amor me preza,  
se a espuma queima a paz e a paz é espada.  
Contudo, vive o sol por ti, as cabras  
dão leites, correm fontes pela relva.

O movimento todo é na fundura,  
mesmo que da fortuna a roda vire,  
ou se desvirem falas pelas léguas,

ou que a espingarda bem mais alto mire  
para acertar no alvo. Descem pedras  
a manar pelos olhos na verdura.

## Repuxo

*Para Janice e Cláudio Murilo.*

O pensamento todo se esparzia  
quando amor com as rudezas era a foz.  
E suave afoiteza toma voz,  
porque voz não há mais como soía.

Agora cada ser é algum de nós  
e cada um apenas a magia  
de um cristal pelo rio que confluía  
e um rio pelo cristal seguindo após.

Os pensamentos todos: só repuxo  
de outros maiores que eles. Então puxo  
sobressaltos, cadências que me acodem.

Quando no amor sozinho a luz me cobre:  
amor que é pensamento solto às aves,  
pensamentos no amor que amor não sabe.

## Desinventação ou filosofia da fala

De tanto inventar nomes, iniciamos  
a desinvenção da maturidade,  
a desinvenção do terror,  
planta cuja seiva retorna  
ao antigo veio. Depois  
desinventamos o amor,  
a adolescência. Então  
a alma necessita inventar  
para si outra civilização.  
E de alma em alma  
acabamos eternos.  
Mesmo sem saber tratar  
de tanta imortalidade.  
E são os nomes  
que começam a nos  
inventar.

### 2

As coisas ao se inventarem,  
nunca são as mesmas.  
As árvores fulguram  
e se desconstituem a partir  
das folhas. O tronco  
é tatuado de falas;  
as falas, de pássaros.  
Diante do imperfeito,  
choro a perfeição.  
E a luz com olhos  
muito velhos. Agora  
a morte pode  
me descobrir.



# Poemas motivados

EMÍLIO MOURA

Os poemas a seguir são dos poucos que Emílio Moura considerou motivados pelas circunstâncias. “Poemas – segundo ele – que nasceram diretamente do impacto de certos fatos.” Assim, “À sombra de meu pai”, em *Ingenuidade*; “Cantiga de solitário”, do *Cancioneiro*, “nascido à lembrança doída de criaturas amigas desaparecidas”; “Despedida de João Alphonsus” e “Palavras a Rainer Maria Rilke” de *Poemas*, este último depois da leitura do ensaio *Rilke* de Cristiano Martins; “Palavras a Isaías” de *O instante e o eterno*, “que resultaram de uma visita feita ao santuário de Congonhas do Campo, em companhia de Milton Campos e Orlando M. de Carvalho. Agrega-se ao conjunto o “Soneto a Carlos Drummond de Andrade”, cuja motivação decorre da dedicatória. A seleção é do próprio Emílio Moura.

Poeta mineiro, nasceu em Dolores de Indaiá (14/8/1902) e faleceu em Belo Horizonte (28/7/1971). Tomou parte no movimento modernista de MG.

## À sombra de meu pai

Hoje, pensando em ti, fiquei parado, o coração aberto.  
Tua sombra veio e poisou levemente sobre o meu ombro cansado  
e as tuas mãos quase tocaram de leve os meus olhos que não te verão mais.

Ah, se o impossível acontecesse.  
Eu poderia dizer-te como num triunfo:  
– “Que tal o teu filho, feliz como um rei?”  
E o meu riso vitorioso havia de convencer-te, finalmente.

Mas os meus olhos se embaciaram  
E a tua mão tremeu de leve sobre o meu ombro cansado.

No entanto, quando apareceste,  
tu estavas sereno,  
sereno,  
infinitamente sereno,  
meu pai.

E agora, esta noite, esta febre, esta voz que ninguém escuta.  
(Que mundo se forma  
entre a sombra da noite e a tua presença como um nevoeiro pálido!)  
A voz chega de longe, não é de esperança, nem de agonia.  
É uma voz apenas. Mas, que poder de sacudir as almas,  
que poder de criar e de destruir. Que força!  
E, agora, de repente, esse sopro de eternidade ou talvez de infância.

## Cantiga de solitário

Os que deixei no caminho,  
sôbolos rios que vão...

onde é que estão?  
Onde é que estão  
os que deixei no caminho?

– Todos, todos já dormindo  
sôbolos rios que vão  
à escuridão.

Os que deixei no caminho  
se detiveram tão cedo  
que me deixaram sozinho.

Os que deixei no caminho  
sôbolos rios que vão...  
onde é que estão?

Se havia sol no caminho,  
que pensamento os deteve,  
que fel, que sombra, que espinho?

Os que deixei no caminho  
dormindo estão  
sôbolos rios que vão...

## Despedida de João Alphonsus

*“Los que se van para siempre  
poco a poco nos arrastam.”*

E. Frugoni

Alguém te chama, Alphonsus.  
Alguém que está presente e, no entanto, é a Ausência.

O chamado é tão grave, não comporta lágrimas;  
o caminho é tão longo, não chegarias nunca.

Alguém te chama, Alphonsus.

Que grande sorriso  
sorris, de repente.

Pensei que tombavas  
na noite, mas noite  
só esta.

## Palavras a Rainer Maria Rilke

*(Depois da leitura de Rilke, de Cristiano Martins)*

Estás agora diante de nós em tua atmosfera própria e te transfiguras.  
Não és apenas o poeta, já te fizeste o canto.  
Não és apenas a voz. Se ainda te apegas às palavras  
é para que te levem ao intraduzível.

Se criar é criar-se,  
cantar é ser,  
como realizar tua integração, ó Rilke,  
no sentido do eterno,  
no mundo do invisível,  
solitário e desassistido em tua fome de absoluto e de irrealidade?

A vida é rápida,  
um sopro,  
nada?

Do fundo do presente  
a eternidade te espia.  
Por isso é que alimentas  
tua noção do divino.

“E assim, meu Deus, é cada noite:  
sempre existem os solícitos  
que caminham, caminham, e não te encontram.”  
Mas, que espécie de Deus se revela agora diante de teus olhos,  
se recria em tua consciência?  
É antes “o vizinho Deus”, não a “Torre antiqüíssima”,  
não o “obscuro Desconhecido, de eternidade em eternidade”.

Se és o seu invólucro e a sua substância,  
Por ti, que és a Canção, é que Ele se formará e se fará rima;  
em ti e contigo, que te fazes o sonho, é que se perderá o seu sentido.

Assim é que o interrogas,  
na antevisão da morte:  
“Que será de ti, meu Deus? Sinto-me inquieto.”  
E inquieto permaneces.

Pois quem, se tu gritasses, te escutaria  
dentre a ordem dos anjos?

## Palavras a Isaías

*“De que servirá que eu vos fira de novo?”*

Isaías, I,5

Aqui estamos. Olha:  
de áspero mundo vimos,

áspero e triste. Que elo  
invisível e tenso  
nos submete, súbito,  
à tua eternidade?  
Quiséramos ouvir-te.  
Entretanto tememos  
tua ígnea palavra  
– sangue, cristal e chama.

Que pensarás de nós?  
Intacto, o teu silêncio  
fecha-se em ermo e cinza.  
E há tanto tempo observas  
nosso reino de loucos.  
Esta é a face perplexa  
Que se descobre; aquela  
é a destra que oculta,  
em nossa carne e espírito,  
viva, a marca do eterno.  
E eis que tudo perdemos,  
ou olvidamos. Tudo.

Aqui estamos. Olha!  
É em nós que a noite nasce.  
Somos nós o deserto.  
Que vale o teu furor,  
tua luz e teu látego,  
se já somos de pedra?  
Há musgo em nós. Em nós  
há musgo e há sono. E há treva.  
Há sobretudo treva.

Nada nos salva. A treva  
já nos engole. É noite.

É noite, Profeta, é noite!

## Soneto a Carlos Drummond de Andrade

A hora madura envolve-te e palpita  
nela o que ora te oferta, ora recusa:  
posse do que és, na solidão recôndita,  
graça de amar, ressurreição dos mitos.

Claros enigmas riscam céus distantes.  
Falam-te as coisas pela voz que é o próprio  
sentimento do mundo e pela meiga  
sombra gentil que ressuscita a infância.

Ouço-te andar nas lajes desta rua,  
que nem sei se é de Minas ou de alguma  
pátria remota que ao teu canto se abre.

E amo-te a voz multiplicada em ecos:  
verbo dócil à força íntima e pura  
que à máquina do mundo se incorpora.



## ~ POEMAS DE EMÍLIO MOURA (Seleção de Fábio Lucas)

### Quantas vezes?

Quantas vezes tenho pensado em ti como quem apela para um milagre,  
como quem acredita que, de qualquer modo, há de recuperar, de súbito,  
o tempo perdido.

Quantas vezes tenho pensado em ti como quem volta à infância  
ou como quem sai de um túnel.

Como é que podes estar em mim e ser ao mesmo tempo intangível?

Se eu te buscasse nas nuvens,  
será que te encontraria?

Estás em mim e fora de mim.  
És mito e realidade, forma nítida e sombra esquiva.  
Só em sonhos é que foste minha;  
só nos momentos de solidão absoluta é que realmente te encontro.

### Poema

É estranho que ainda te reconheça e te acene desesperadamente  
como um naufrago.

Renasces a cada instante  
– nenhuma revelação te destrói ou te diminui, –  
e te apresentas a mim  
como se eu só te visse em sonho.

Ainda que fosses um mito eu não te amaria tanto.



## É preciso

Agora, que te encontrei, é como se eu já te houvesse perdido.  
É preciso voltar e procurar de novo o que não encontrarei nunca.  
É preciso voltar e gritar bem alto que tu não existes,  
gritar bem alto que não te vejo, nem te compreendo,  
gritar bem alto que não sou teu.

Sim, é preciso que eu me convença  
de que, mesmo quando te encontrei, – forma efêmera, sonho ou  
reflexo de outro sonho, tu já não existias,  
e de que eu serei forte e frio como aquele que não quer viver,  
para te matar em mim, caso tu ressuscites.

## Poema

Quantas vezes te destruí em mim para te criar de novo?  
Quantas vezes te considerei mito, estrela desterrada de sua  
constelação, símbolo e chama?  
De onde tirei a tua forma?  
Dos mitos que me sustentaram antes de tua vinda, ou de minha  
própria sede de poesia?  
Mito! Eras mito e eu te esperava.  
Estrela desgarrada, e meus olhos te reintegraram em tua constelação mágica.

## Matinal

Sobre as ondas mansas brincam os barcos.  
Diante de meus olhos matinais,  
as coisas se ordenam simples e perfeitas:  
o céu, o mar, teu corpo.

Ah, o teu corpo!

Meus olhos brincam sobre o teu corpo.  
Nenhuma nuvem na minha alma.

## À musa

Nunca te exaltei, porque estás acima do tempo.  
Não sei que mito se humanizou em ti para que pudesses realizar  
esse equilíbrio de realidade e de irreabilidade.  
Só sei que és a paz ou o desespero dos poetas que te conheceram  
ou que te desconhecem.

Vieste tão do alto!  
Ainda estavas infinitamente longe e já o ruído de teus passos ressoava  
vivamente dentro de meu sonho.

És anterior a ti mesma  
e eu te esperei desde o princípio.  
E foi para te descobrir que minha poesia veio alimentando pelos  
tempos afora a sua infinita sede de plenitude.  
E parou em ti que és a própria poesia.

Na verdade, eu já te esperava desde o princípio.

## Por quê?

Desejo de fugir para uma região impossível que não existe,  
onde a paisagem fosse tão triste que nos desse vontade de não  
viver mais.

Meu coração tão pesado,  
minha boca tão fria.

Por que tantos olhos cheios de tantas lágrimas?  
Por que tantas palavras e tantos gestos?  
E porque este sol tão vivo,  
este sol, meu Deus, e este sorriso,  
este sorriso que é dela e que está dizendo,  
dizendo, agora, como sempre,  
que a vida é bela, que a vida é bela?

## Cântico dos cânticos

Vieste do Cântico dos Cânticos:  
“Os teus cabelos são como um rebanho de cabras...”

Ainda agora, não sei por quê,  
sonho que surges diante de mim,  
como quem desce do Líbano.

Esta paisagem de relva macia,  
de montes ásperos,  
de ovelhas,  
este perfume de resina, este cheiro de anêmonas...

Sinto que vais descer,  
bela e terrível,  
“bela como Jerusalém,  
terrível como um exército com bandeiras”.

## Toada dos que não podem amar

Os que não podem amar  
estão cantando.

A luz é tão pouca, o ar é tão raro  
que ninguém sabe como ainda vivem.  
Os que não podem amar  
estão cantando,  
estão cantando  
e morrendo.

Ninguém ouve o canto que soluça  
por detrás das grades.

## Irremediável

É inútil continuar à espera se o céu já está vazio de estrelas,  
se eu sinto que estou sozinho e que tudo aqui está desamparado.

Eu sei que tudo é inútil,  
e sinto, agora, perfeitamente, que todas as estrelas já estão frias e mortas,  
e que teu corpo já desapareceu para sempre dentro das asas fluidas desta noite.

## Aqui termina o caminho

Os sinos cantando, as sombras todas se diluindo  
dentro da tarde. Dentro da tarde, o teu grave pensamento de exílio.  
Por que ainda esperas? Aqui termina o caminho,  
aqui morre a voz, e não há mais eco nem nada.

Por que não esquecer, agora, as imagens que tanto nos perturbaram  
e que inutilmente nos conduziram  
para nos deixar, de súbito, na primeira esquina?  
Essa voz que vem, não sei de onde,

esses olhos que olham, não sei o quê,  
esses braços que se estendem, não sei para onde...

Debalde esperarás que o eco de teus passos acorde os espaços  
que já não têm voz.

As almas já desertaram daqui.  
E nenhum milagre te espera,  
nenhum.

## Libertação

Quando a multidão, que há de chegar, estiver toda, toda, nas ruas,  
ninguém mais se preocupará com o fio inquieto ou torturado de  
meus pensamentos.

O meu vulto não projetará nenhuma sombra ao redor de mim.

Ninguém procurará compreender, ninguém!

Certamente o sentido de minha derrota há de pairar como um  
signo trágico sobre a cabeça de cada um deles,  
mas será também como um signo inútil em que ninguém atenta.

Ah, então eu serei livre, livre,

e, antes de mim, como depois de mim, todos os mistérios  
poderão permanecer invioláveis.

## Três caminhos

Percorri tantos caminhos,  
tantos caminhos andei.

O primeiro era de nácar,  
de rosa pura o segundo.

O terceiro era de nuvem,

no terceiro te encontrei.  
O primeiro já trazia  
teu nome brilhando no ar.  
Não era nome de terra:  
cantava coisas do mar.  
Logo senti que o segundo  
já era estrada de encantar.  
Mas, o terceiro, o terceiro  
quantas voltas não foi dar!  
Deixou meu corpo na terra,  
meu coração no alto-mar.  
Virou vento, virou bruma,  
perdeu-se, rápido, no ar.

### Como a noite descesse...

Como a noite descesse e eu me sentisse só, só e desesperado  
diante dos horizontes que se fechavam  
gritei alto, bem alto: ó doce e incorruptível Aurora! e vi logo:  
só as estrelas é que me entenderiam.

Era preciso esperar que o próprio passado desaparecesse,  
ou então voltar à infância.

Onde, entretanto, quem me dissesse  
ao coração trêmulo:  
– É por aqui!

Onde, entretanto, quem me dissesse  
ao espírito cego:  
– Renasceste: liberta-te!

Se eu estava só, só e desesperado,  
por que gritar tão alto?  
Por que não dizer baixinho, como quem reza:  
– Ó doce e incorruptível Aurora...

se só as estrelas é que me entenderiam?

## Toada

Minha infância está presente.  
É como se fora alguém.  
Tudo o que dói esta noite,  
eu sei, é dela que vem.



Paul Valéry, 1910  
Retrato por G. d'Espagnat



# Cemitério marinho

DORA FERREIRA DA SILVA

## ~ Sobre “Le Cimetière Marin”

**N**uma carta de Paul Valéry assim ele define o modelo ou protótipo poético que escolheria: “Sonho com uma poesia curta – um soneto – escrita por um visionário requintado que seja ao mesmo tempo um agradável arquiteto, um algebrista sagaz, um calculador infalível do efeito a produzir.”

Pois bem, “Le cimetière marin” não é um soneto e nem mesmo um poema curto; crivado de exclamações, mobiliza o irracional a um grau altíssimo, entrando numa simbologia que arrasta o poeta no turbilhão de uma percepção arcaica e arrebatadora. E aqui estamos diante de uma obra-prima de inspiração e domínio, verdadeiro confronto de opostos que se desencadeiam ao longo do poema e que os dez anos de matemática pura e de silêncio a que se votou o poeta devem ter ajudado a dominar.

Dora Ferreira da Silva, poeta, ensaísta, publicou *Andanças* (1970), *Uma via de ver as coisas* (1973), *Jardins/esconderijos* (1979), *Menina sem mundo e traduções*. Sua obra está em *Poesia reunida* (Topbooks, 1999).

A epígrafe de Píndaro escolhida por Valéry equivale a uma súplica, pedindo à sua alma que *não aspire à vida imortal* e se contente como *campo do possível*. Súplica que revela uma ânsia prestes a transbordar. E esse transbordamento se dá nesse poema único da obra valeriana, apolíneo na forma e dionisíaco no conteúdo. Forma e conteúdo se equilibram de modo prodigioso, o princípio e o fim do poema atingindo a calma, não sem arestas, do mar, à semelhança de pombas andando sobre um telhado, ou velames brancos, ciscando as águas jubilosas.

# Cemitério marinho

PAUL VALÉRY

*Ó minha alma,  
Não aspire à vida imortal,  
Mas esgota o campo do possível.  
Píndaro (Píticas III)*

Esse calmo telhado, onde andam pombas,  
Palpita entre pinheiros, entre tumbas;  
Compõe-lhe o justo meio-dia os lumes  
O mar, o mar, sempre recomeçado!  
Ó recompensa após o pensamento –  
Um longo olhar sobre os serenos deuses!

Lavor tão puro em chispas consumindo  
Tantos diamantes de sutil espuma  
Que a paz enfim parece concebida!  
Labores puros de uma eterna causa,  
O Tempo cintila e o Sonho é saber.

Estável tesouro, templo a Minerva,  
Massa de calma e visível reserva,

Tradução de  
Dora Ferreira  
da Silva.

Água fremente, Pálpebra guardando  
Tanto sono em si sob um véu de chamas,  
Ó meu silêncio!... Na alma arquitetura,  
Telhado de mil telhas, Teto de ouro!

Templo do Tempo, um suspiro o resume,  
Ao ponto puro ascendo e me acostumo,  
A toda a volta o meu olhar marinho;  
Como aos deuses fazendo um dom extremo,  
A serena cintilação semeia  
Sobre a altitude seu desdém supremo.

Fruto dissolvido em delícia pura  
Na boca onde sua forma se aniquila,  
Ó ausência transmudada em sabor,  
Absorvo aqui minha futura essência:  
Canta o céu à alma consumida  
A mudança das margens em rumor.

Belo céu verdadeiro, eu me transformo!  
Depois de tanto orgulho e estranho ócio  
Pleno de poder, eis que me abandono  
Quase feliz a este brilhante espaço,  
E sobre as tumbas minha sombra passa  
Do perpassar dos mortos, aprendiz.

A alma exposta às tochas do solstício,  
Eu te sustenho, justiça admirável  
Da luz, armas isentas de piedade!  
Torno-te pura em teu lugar primeiro:  
Olha teu rosto!... Prodigar a luz  
A metade supõe da triste sombra.

Para mim, só a mim, em mim somente,  
Junto a um coração, nas fontes do poema,  
Entre o vazio e um evento puro,  
Aguardo o eco da grandeza interna.  
Amarga, escura e sonora cisterna,  
A ressoar um vácuo sempre futuro!

E sabes, falso escravo das ramagens,  
Golfo devorador de finas grades,  
Ó luz secreta sobre as minhas pálpebras,  
Que corpo segue a meta indiferente  
Ou que pudor o atraí à óssea terra?  
Uma centelha lembra meus ausentes.

Sacro, lacrado, fogo sem matéria,  
Punhado de pó doado à luz etérea,  
Agrada-me este lugar e suas tochas,  
Aliagem de ouro, planta e rocha,  
Onde o mármore treme sobre as sombras;  
O mar, fiel, dormindo sobre as tumbas!

Cadela esplêndida, rejeita o idólatra!  
Quando a sós, com sorriso de pastor,  
Apascento este rebanho de túmulos,  
Tange para longe as prudentes pombas:  
Os sonhos vão, os anjos importunos!

Aqui chegando, o futuro é indolência.  
Arranha o inseto nítido a aridez;  
Ai, tudo queimado, desfeito, ao ar  
Dado quem sabe a que severa essência,  
Doce amargor e lucidez isenta.

Os mortos ocultaram-se na terra  
Que os embala e resseca seu mistério;  
O meio-dia, no alto, já descansa  
Em si pensando e a si mesmo convindo...  
Cabeça plena e perfeito diadema,  
Sou em ti a mudança mais secreta.

Só tens a mim para acolher teus medos!  
Meus remorsos e meus constrangimentos  
São defeitos desse grande diamante...  
Mas em sua noite pesada de mármore  
Um povo estranho na raiz das árvores  
Por ti foi aliciado, lentamente...

Fundiram-se na mais espessa ausência,  
A argila rubra já sugou sua seiva  
E o dom da vida transformou-se em flores!  
Para onde foram as frases familiares,  
O tom pessoal, as almas singulares?  
A larva entrou onde nascia o pranto.

Gritos frementes das acariciadas,  
Os olhos, dentes, pálpebras molhadas,  
O seio sedutor à luz do fogo,  
Sangue em seu brilho a boca abandonada,  
Supremos dons e dedos que resistem,  
Tudo retorna à terra e volta ao jogo!

E vós, grande alma, esperais um sonho  
Despido dessas cores da mentira  
Que ouro e onda aos olhos nos propõem?

Jubilareis ao serdes vaporosa?  
Tudo escapa! E a presença é porosa,  
A impaciência piedosa já se esvai.

Negra e dourada imortalidade  
Consoladora esquálida, laureada,  
Que da morte faz um seio materno,  
Bela mentira e piedosa malícia!  
Ninguém ignora, pois ninguém se esquiva –  
Como esquecer de um crânio o riso eterno?!

Pais do profundo, vazias cabeças  
Sob o peso de tantas pás de terra,  
Que em argila tornados, nos confundem:  
O vero roedor, verme irrefutável  
Não vos perturba sob vossas lápides,  
De vida se nutre e morde meus passos!

Amor, talvez, ou ódio de mim mesmo?  
Dente secreto, és de mim tão próximo,  
Todos os nomes podem te convir!  
Que importa? Ele vê, pensa e me toca!  
Minha carne o atrai e mesmo em meu leito  
Pertence a ele a vida do meu ser!

Zenon, cruel Zenon, Zenon de Eléia!  
Atravessou-me tua flecha alada  
Que vibra, voa, e é imóvel no seu vôo!  
Gera-me o som e a flecha me destrói!  
O sol... Sombra de tartaruga enorme  
Para a alma, Aquiles correndo, imóvel!

Não, não!... De pé! Na era sucessiva!  
Quebrai, meu corpo, a forma pensativa!  
Bebei, meu seio, o vento por nascer!  
Um frescor que do vasto mar se expande  
Devolve-me a alma... Acre poder!  
Mergulhem no vivo ressurgir!

Sim! Grande mar de delírios dotado,  
Pele de fera, esburacada clâmide  
De inumeráveis ídolos de sol,  
Hidra absoluta, ébria de seu corpo  
Que azul, a fulgurante cauda agita  
Num tumulto só ao silêncio igual.

Ergue-se o vento!... Tentarei viver!  
O ar imenso abre e fecha meu livro,  
A onda em pó ousa jorrar das rochas!  
Voai, ofuscadas páginas, voai!  
Quebrai, ondas, e águas jubilosas  
Sobre o telhado onde velames ciscam.



## As duas línguas

URBANO DUARTE

**O**niscente e profundo escritor português sr. Teófilo Braga, cujos trabalhos admiramos extraordinariamente e cujo estilo fluido, murmuroso, sem jaças, cambiante de luz, possuem essas virtudes clorais que a terapêutica deveria aproveitar para específico contra a insônia, disse algures que a língua falada no Brasil é um dialeto do Português.

Respondeu-lhe categoricamente o sr. dr. Paranhos da Silva num opúsculo erudito, bem lançado e patriótico,<sup>1</sup> provando à evidência como a degeneração fonética do Português de lei, fenômeno propulsor das diferenciações dialetais, é igualmente praticada pelos modernos lusos, muito mais em detrimento do gênio da língua do que aquela operada pelos brasileiros.

A língua dos nossos coevos de Portugal tem, sem dúvida, os mesmos direitos que a falada pelos brasileiros a ser considerada dialeto do genuíno Português, daquele Português dos Quinhentistas, es-

Crônica publicada na *Gazeta Literária*, Rio de Janeiro. Urbano Duarte é o fundador da Cadeira nº 12 da ABL. Nasceu em Lençóis, Chapada Diamantina (31/12/1855) e faleceu no Rio de Janeiro (10/2/1902).

---

<sup>1</sup> Trabalhos para a nossa emancipação literária. *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brazil*. Rio de Janeiro, 1879, in-4º.

pungido dos galecismos e francesismos de lá, como do vocabulário tupi e *bunda d'aquém-mar*.

Para quem se der ao trabalho de um símile, isto é questão incontroversa e vencida.

Resta mostrar que a degenerescência fônica e mórfica introduzida pelo galicianismo, não só na parte lexiológica, como na própria economia orgânica da língua portuguesa, é muito mais corruptora e perversiva do que as alterações do chamado *brasileirismo*.

Estas consistem, em sua maioria, na maior harmonia e sonoridade das vogais, cuja emissão dulciloqua e aveludada se acha de acordo com os acentos prosódicos da língua, na pronúncia natural do que está ortografado, sem permutações absurdas de sons, em suma, no abrandamento e clareza gerais dos vocábulos, fatos estes que constituem um dos princípios fundamentais das evoluções lingüísticas: – a grande lei glotológica do *menor esforço*.

Entretanto, a prosódia dos filhos de Portugal parece não obedecer a esta lei, porque as tendências fônicas do seu *dialecto* agalicionado opõem-se-lhe formalmente. Escrevem como nós, mas pronunciam diversissimamente, torturando as palavras a ponto de quebrar-lhes as articulações, formando as tais consoantes compostas, absolutamente alheias à índole da língua portuguesa.

Um exemplo. A palavra *prescreveremos* pronunciam eles *p'r'scr'v'remux*; suprimindo os *é* com apóstrofes, abrindo o ditongo nasal predominante *em*, e chian-do o *s* final. Se lhe pospusessem a desinência *off* ou *vick*, é provável que algum russo a reclamasse para o seu vocabulário, apaixonado por aquele grupo inicial de sete consoantes a chocarem-se como sete dados de osso em copo de madeira. Torna-se notável a antipatia que tem o português para com o *é* fechado. Tal é a diossincrasia que, ainda quando sobre ele recai o acento tônico, fecham-no com repugnância. Mesmo nesse caso, todas as vezes que podem abri-lo ou sumi-lo, o fazem, embora violando as regras prosódicas. O indicativo presente do verbo *fechar* é um exemplo. Dizem – “eu fâcho, tu féchas, ele fécha, nós fichamos, vós fichais, eles fecham.” – E se houvesse mais pessoas, diriam *fâchas, fôchas, fuchas, fâchas*, todos os sons, menos o *é* circunflexo.

Queijo, beijo, conselho, espelho, desejo, e muitas outras, em que se dá a tonicidade do *é*, transformam-se em quáijo, báijo, cunsálho, ensájo, xpálho, d'sájo. Eliminam-no, abrem-no, apostrofam-no, torcem-no, abrem-no, alongam-no, mas só fecham o *e* em casos de *ultima ratio*, quando a fonética ultrajada lhes intima terminantemente: – ou fecha ou morre!

Quanto ao *s* final chiante – *d'vemux, faremux* – há pessoas que gostam, que até sentem comichões de gáudio ao ouvi-lo.

Alegam que ele se assemelha ao marulho das vagas a se escumarem, ou à queda da linfa sonora de uma cascata. Questão de ponto de vista... fônico. Também se pode parecer com o esguicho de uma torneira ou mesmo com toucinho a frigir.

A imaginária *quantidade* das sílabas na língua portuguesa é o pretexto que dão alguns gramáticos de Portugal para abrir e alongar demasiado certas vogais tônicas ou atônicas, como se vê em *óópip'ro, fréég'zia, Jáácinto, fréchéiro, &c.*

É sabido que a *quantidade* da prosódia latina clássica, já meio esquecida e vaga nos diversos dialetos populares, de onde se originaram as línguas românicas modernas, não se transmitiu a estas senão em apagados resquícios; hoje impera tão-somente o acento prosódico, que imprimiu o cunho peculiar ao vocábulo e constitui, segundo Diez, o pião em volta do qual gira a formação do vocabulário novo latino. Contudo poderá ser admissível a demora na emissão das vogais, independentemente do seu valor fônico ou *timbre*, não para formar a melopéia da linguagem, como nas línguas gregas e latinas, mas simplesmente com o fito de indicar contrações interiores de vogais idênticas, que se encontraram no período genesíaco do idioma, formando hiatos. Mas tal não se dá em relação à pronúncia dos portugueses, cuja norma para alongar ou abreviar sons parece ser tão-somente o capricho.

Dizem, acentuando desmedidamente as vogais medianas: – sádio, répnar, réptil, páteno, páseio, pádeiro, máduro, ságú, tátú, cájú, bámbú, &c.

Não nos consta que em algumas destas palavras, especialmente nas últimas, pertencentes ao vocabulário tupi, houvesse contrações anteriores, representadas etimologicamente pelas vogais longas.

Agora, se lhes fosse proibida tal pronúncia e se tivessem de dar às palavras acima o verdadeiro valor prosódico – como nós os brasileiros fazemos – eles não diriam – sagú, sadio, repugnar, vadio, reptil, padeiro, metade, tatu, caju, bambu – porém *s'gú, s'dio, r'pugnar, v'dio, r'ptil, p'deiro, m'tade, t'tu, c'ju, b'mbu* – formando as tais consoantes compostas que tanto lhes agrada.

Quanto à vogal *o*, também se reproduz o fato do *e*.

Têm o *ó* aberto e o *ô* fechado, que só emitem nas sílabas acentuadas, assim mesmo com exceções, e outro *o*, que não é *o*, mas sim *u*.

*Mud'rar, mução, mulhar, mumento, prócuração, óficial, óvidor, órives, &c.*, são exemplos.

Nasalado, dão-lhe o som de *u*: *munupolio, munóloghu, muntanha, hunrado, hunesto*, ou então *bómem, tônico, sóm*.

Relativamente aos ditongos, os portugueses diferem dos brasileiros naqueles em *ai* e *ei*, e muito consideravelmente.

*Páisano, páinel, páixão, báixeza*, dizem eles.

Tornando-se nasal, *ãi*, serve de rima para os vocábulos terminados em *em*, como *táim, baim, váim, r'faim* (tem, bem, vem, refém); rimas que poderão ser muito boas, cheias e sonoras, mas que aos nossos tímpanos soam deploravelmente.<sup>2</sup>

O encanto da mulher mais bela e mais amada se desvanece completamente perante um – *Dás-me um baijo, meu báim?*

A permutação labiais *v* e *b* é somente peculiar às classes menos educadas da sociedade e portanto não lha levamos em conta.

E até achamos este sestro mais desculpável do que os precedentemente argüidos, visto militarem em seu favor razões de ordem etimológica, qual o prin-

---

<sup>2</sup> O nosso próprio Casimiro de Abreu, influenciado pelo meio em que vivera, escreveu:

“Diz-lhe que o filho extremoso  
O mesmo afeto inda tem,  
E que contrito e fervente  
Orava por sua mãe.”

Rima que repetiu em outra poesia.

cípio da transformação das consoantes homorgânicas; podem, portanto, dizer a vontade – *nabio, vonito, vemtebi, avóvora* – desde que não seja um absurdo fonológico.

Também há razões etimológicas para não averbarmos de depravação fônica o modo de pronunciarem os infinitos verbais – *amari, d'veri, q'reri, dispori* –; porque o *i* final pode muito bem ser assimilado ao *e* flexional dos infinitos latinos correspondentes – *amare, quaerere, debere, disponere*.

Do mesmo modo podem ser explicados o *i* dos vocábulos que acabam por *r* ou *l*, como – *principali, formali, meli, feli, &c.* A vogal terminativa representa ainda os vestígios da desinência flexional latina, nos casos oblíquos de que saíram as palavras portuguesas.

As alterações mórficas, fônicas e mesmo sintáticas, são fenômenos evolutivos das línguas vivas, dependentes da conformação do aparelho vocal e do meio geográfico e étnico em que o idioma é falado. Em uma palavra, são funções diretas das influências fisiológicas e mesológicas combinadas, origem primordial e eficiente da diferenciação das línguas e, dentro da mesma língua, dos seus diversos dialetos.

As prosódias gramaticais da língua portuguesa, falada em Portugal e no Brasil, são idênticas; mas as prosódias *vivas*, aquelas que ouvimos nas ruas, divergem sensivelmente. Não há negar que também no *brasilerismo* ocorrem vícios de pronúncia, como *verbi gratia* a tendência para o desaparecimento do *r* nas desinências nominais e flexões verbais, à semelhança do Francês. As pessoas menos letradas, principalmente nas províncias, dizem *querê, gostá, deixá, esquecê*, em vez de querer, gostar, deixar, esquecer.

Para comparar os dois *dialetos* (já que assim apraz ao sr. Braga denominar) façamos um confronto entre eles e fantasiemos um pequeno diálogo típico entre um genuíno lisboeta e um legítimo tabaréu:

– Ora viva, Só'r Cáazusa!... Como táim p'ssado? Há munto que não tánho o pr'zêri de o vêri...

– Uê!...Seu Antonio p'raqui!... Cu-mo têm pás-sa-do?

(Os hífen [-] denotam pausa entre as sílabas).

- Báim, obrigado. Vim, para tr’ tari d’ aquel n’ gocito...
  - Aquêlê nè-gó-ci-nho das hipótécas?
  - Sim, senhóri.
  - Mais non pri-ci-za-va vi cá, bastava que mi mandasse dizê...
  - Tambáim préciso extáb’ l’ceri âqui um curr’ spundénte...
  - Qué establêcê um còrrêspndente?
  - É v’erdade. E que seja p’ ssôa de confiança. Póde-me ind’ cari alguáim?
  - Home, eu conheço no logá muita genti capaz, mas é preciso escolhê um que esteja em certas condições...
  - Que tale o Manoeli Segadax?
  - Home, sêu Mané Segada tá bom...
  - Tánho bôax informaçõex a seu r’ xpaito...
- E assim por diante.

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS  
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

*As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n. 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.*

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Evandro Lins e Silva
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	Rachel de Queiroz
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Raymundo Faoro
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Sergio Corrêa da Costa
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Antonio Olinto
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Celso Furtado
12	França Júnior	Urbano Duarte	Dom Lucas Moreira Neves
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Miguel Reale
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Marcos Almir Madeira
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Zélia Gattai Amado
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Oscar Dias Corrêa
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Josué Montello
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Geraldo França de Lima
32	Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Roberto Marinho
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 12/16 PT; CITAÇÕES, 10,5/16 PT.





## ERRATA

*Revista Brasileira* nº 33,

Na Capa, no Sumário e na p. 79:

o autor do artigo “Deolindo Couto: ciência e humanismo” é Celso Barros Coelho.

Na p. 195, legenda do autor:

Eugenio Coseriu é lingüista romeno, radicado na Alemanha.